

VEIAS ABERTAS

revista de debate e difusão do
pensamento crítico marxista

São Paulo | 2025 | Número 3



NÚCLEO PRÁXIS

de PESQUISA, EDUCAÇÃO POPULAR e POLÍTICA
da UNIVERSIDADE de SÃO PAULO

VEIAS ABERTAS

revista de debate e difusão do
pensamento crítico marxista

VEIAS ABERTAS

revista de debate e difusão do pensamento crítico marxista

São Paulo | 2025 | Número 3

Editores

Joana A. Coutinho, Paulo Alves Junior, Yuri Martins-Fontes L.

Conselho Editorial

Ândrea Francine Batista, Eduardo Januário, Felipe Santos Deveza, Joana Aparecida Coutinho, Paulo Alves Junior, Pedro Rocha Fleury Curado, Solange Struwka, Yuri Martins-Fontes L.

Conselho Consultivo

Argus Romero Abreu de Moraes, Athos Vieira, Camila Carduz Rocha, Carlos Alberto Borba, Everaldo de Oliveira Andrade, Fabio Nunes da Silva, Givanildo Manuel da Silva, Gláucia Lelis Alves, Gustavo Koszeniewski Rolim, Gustavo Velloso, Itzel Ibargoyen Bidart, Jean-Ganesh Faria Leblanc, Jhosman Gerliud Barbosa, John Kennedy Ferreira, Marcos Vinícius Pansardi, Mateus Fiorentini, Maurício Orestes Parisi, Natalia Tahara, Paulo Iannone, Paulo Yasha da Fonseca, Renato Cesar Fernandes, Rita Matos Coitinho, Roberto Pasquale, Rogério Vincent Perito, Ronaldo Tadeu de Souza, Silvia Murad, Thiago Mendes, Wanderson Fabio de Melo, Yan Victor Leal da Silva, Yodenis Guirola

Diagramação e editoração digital: Manuela Sanchez, Yuri Martins-Fontes, Felipe Deveza, Jean-Ganesh Faria Leblanc

Arte e projeto gráfico: Manuela Sanchez @contextos_criticos

Revisão: Oficina Uspiana de Textos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

O POLÍTICO E O SOCIAL COMO FORMA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DE MARTÍ, RODÓ E MARIÁTEGUI por Rafaela Cássia Procknov e Ronaldo Tadeu de Souza | P. 11

URUGUAY EN EL REINO DE LA COMPETENCIA por María Luisa Battezzore | P. 29

ANTI-LUBBOCK: AS “NEGAÇÕES” DO VELHO MOURO CONTRA O BARÃO DE AVEBURY por Gustavo Velloso | P. 64

A DINÂMICA DA HISTÓRIA EM AMÍLCAR CABRAL por Gustavo Koszeniewski Rolim | P.84

GRAMSCI: TEORIA DO IMPERIALISMO OU TEORIA DA HEGEMONIA GLOBAL? por Marcos Vinícius Pansardi | P. 101

CAMINHOS DA REVOLUÇÃO: RODNEY ARISMENDI E AS EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS por Mateus Fiorentini e Maria Cristina Cacciamali | P. 125

ECOLOGIA DE VIOLÊNCIAS NAS PERIFERIAS URBANAS EM TEMPOS DE EMERGÊNCIAS DE SAÚDE MULTIESPÉCIE por Oswaldo Santos Baquero, Sara Cristina Aparecida da Silva, Júlia Amorim Faria | P. 148

MARIÁTEGUI ET LE FÉMINISME por Jean-Ganesh Faria Leblanc | P. 175

ENSAIOS E DEBATES

JOSÉ CANTÓN NAVARRO, SEMBRADOR Y SIMIENTE: HOMENAJE Y HONRA EN SU CENTENARIO por Lucilo Batlle Reyes | P. 193

NEOFASCISMO, FORMA POLÍTICA DO CAPITALISMO EM CRISE: ANTINACIONALISTA, NEOLIBERAL, RACISTA por Yuri Martins-Fontes | P. 200

APRESENTAÇÃO

VEIAS ABERTAS: ESPAÇO DE REFLEXÃO E INTERVENÇÃO

A terceira edição da Revista Veias Abertas reafirma seu compromisso em criar um espaço permanente para reflexão crítica, debate teórico e intervenção intelectual à luz da tradição do materialismo histórico. Contra a contemporaneidade social cada vez mais desigual, o ataque contínuo do capital financeiro, a vulnerabilidade das vidas e condições de trabalho, e a proliferação de formas ressurgentes de autoritarismo e irracionalismo político, torna-se premente a ampliação de espaços editoriais dedicados à crítica radical da sociedade contemporânea.

Após suas primeiras edições — de 2019 e de 2022 —, centradas nos debates que vinham sendo desenvolvidos pelos pesquisadores militantes do Núcleo Práxis-USP, a revista passou um período de três anos sem ser publicada, hiato que se deveu ao início das publicações de outro grande projeto editorial do coletivo: o Dicionário Marxismo na América. Coordenado pelo Núcleo Práxis, trata-se de um trabalho periódico de viés historiográfico, político e pedagógico, que tem por objetivo preservar e difundir a memória dos pensadores de diversas tradições marxistas americanas que militaram e pensaram com base no materialismo histórico conceitos e problemas de suas realidades nacionais, desde o final do século XIX. Com vistas a democratizar o acesso ao conhecimento histórico e fomentar processos de formação política popular, o Dicionário teve seus trabalhos de pesquisa, seminário e debates iniciados em 2018, e somente em 2023 — após um tempo de maturação tanto das investigações quanto do modelo que conformaria os verbetes — a obra começou a ser publicada na rede: no portal do Núcleo Práxis e em portais parceiros do Brasil e do exterior (contando hoje inclusive com traduções em espanhol, francês e russo). Este foi um passo prévio a sua futura edição em formato livro, cujo primeiro volume está previsto para 2028, quando o projeto completa uma década.

Agora, estando os trabalhos do primeiro volume do Dicionário já encaminhados, a Revista Veias Abertas, a partir desta edição, passa a seguir um cronograma regular, no rumo de consolidar seu projeto editorial pautado na disseminação do pensamento crítico marxista e das várias tradições intelectuais que lidam com a crítica da sociabilidade capitalista. Esta rotina não se restringe aos desenvolvimentos organizacionais e acadêmicos, mas também ao reforço da produção de conhecimento coletivo, em tempos de instabilidades sociais, políticas, econômicas e ambientais que afetam o mundo atual.

Veias Abertas compreende o marxismo não como um corpo estático, dogmático ou introspectivo, mas como uma tradição intelectual viva e plural, continuamente rejuvenescida pelas lutas sociais. É um referencial teórico que articula ramos do conhecimento – como filosofia, historiografia, economia política, sociologia, geopolítica e literatura – com a práxis revolucionária, com vistas a compreender as contradições constitutivas das lutas de classe e a história de exploração, dominação e resistência que é a história da modernidade capitalista.

Nesse sentido, o materialismo histórico continua a ser uma das ferramentas mais poderosas para a interpretação crítica, permitindo uma compreensão mais ampla da totalidade social a partir de suas mediações econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Ao mesmo tempo, a revista reconhece que a tradição marxista foi baseada em um amplo processo histórico de circulação de conhecimentos, experiências e formas de resistência geradas em suas várias temporalidades e territórios sociais. A crítica ao capitalismo e ao colonialismo não pode ser desvinculada das contribuições intelectuais da África, América, Ásia e da multiplicidade de experiências históricas de povos subalternizados. Em um contexto ainda fortemente influenciado pelo eurocentrismo, pela colonialidade do poder e pelas desigualdades globais, torna-se fundamental expan-

dir o pensamento crítico e encontrar maneiras de ampliação do espaço para interpretações periféricas, considerando as particularidades históricas das diversas formações sociais.

Além de seu foco acadêmico, *Veias Abertas* almeja ser um meio de unir produção intelectual, formação política e experiência social tangível. Quando a crítica marxista é reduzida a restrições institucionais ou removida das contradições reais vividas e experimentadas pelas classes trabalhadoras, movimentos sociais ou figuras históricas que enfrentam a exploração e opressão atuais, é preciso lutar para que ela volte a ter como objetivo a vida concreta em sua totalidade. Para tanto, procuramos promover o diálogo entre pesquisa, ativismo, educação popular e produção cultural – em um processo que entende a teoria e a prática como relacionadas a um projeto de transformação do mundo.

Esta terceira edição é, assim, simbólica não apenas da continuidade regular de mais um trabalho editorial do coletivo, mas também da renovação do impulso político e intelectual para construir o pensamento crítico em sua forma rigorosa e historicamente contextualizada, como um instrumento de compromisso social. Neste momento de crise estrutural do capitalismo e luta acirrada, em que tanto se tem debatido sobre o que é ou não democracia, história e emancipação humana, a criação de espaços coletivos militantes que convidem à reflexão crítica é uma necessidade que define as lutas que enfrentamos hoje e as possibilidades do futuro.

ARTIGOS

O POLÍTICO E O SOCIAL COMO FORMA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DE MARTÍ, RODÓ E MARIÁTEGUI

Rafaela Cássia Procknov e Ronaldo Tadeu de Souza^{1 2}

Resumo

Neste trabalho, investigamos em que contexto se tornou inteligível a ideia da existência de um pensamento político e social latino-americano. Para tanto, propomos um estudo da produção textual de três nomes, via de regra, considerados os precursores da reflexão acerca da identidade dos povos da América Latina, a saber: o cubano José Martí, o uruguaio José Enrique Rodó e o peruano José Carlos Mariátegui. Nesse sentido, apresentamos uma hipótese de leitura. Tal hipótese parte de uma formulação geral, a de que a singularidade do pensamento político e social, em terras sul-americanas, no fim do século XIX e início do XX, estaria calcada na estetização da palavra como modalidade de reflexão.

Palavras-Chave: Martí; Rodó; Mariátegui.

LO POLÍTICO Y LO SOCIAL COMO FORMA: UNA APROXIMACIÓN A PARTIR DE MARTÍ, RODÓ Y MARIÁTEGUI

Resumen

En este trabajo, investigamos en qué contexto se hizo inteligible la idea de la existencia de un pensamiento político y social de América Latina. Para ello, se propone un estudio de la producción textual de tres nombres, generalmente, considerados los precursores de la reflexión sobre la identidad de los pueblos de América Latina, a saber, el cubano José Martí, el uruguayo José Enrique Rodó y el peruano José Carlos Mariátegui. En ese sentido, ofrecemos una hipótesis de lectura que se desarrolla.

1 Doutoranda no Departamento de Letras Modernas da USP, área Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana.

2 Doutor em Ciência Política pela USP, professor universitário e pesquisador-membro do Núcleo Práxis-USP.

Esta hipótesis plantea una formulación general, que la singularidad del pensamiento político y social de las tierras de América del Sur a finales del siglo XIX y principios del XX, se basaría en la estetización de la palabra como una forma de reflexión.

Palabras-Claves: Martí; Rodó; Mariátegui.

THE POLITICAL AND THE SOCIAL AS FORM: AN APPROACH FROM MARTÍ, RODÓ, AND MARIÁTEGUI

Abstract

In this work, we investigate the context in which the idea of the existence of a Latin American political and social thought became intelligible. To this end, we propose a study of the textual production of three names, generally considered the forerunners of reflection on the identity of the peoples of Latin America: the Cuban José Martí, the Uruguayan José Enrique Rodó, and the Peruvian José Carlos Mariátegui. In this sense, we present a reading hypothesis. This hypothesis starts from a general formulation: that the uniqueness of political and social thought in South American lands, at the end of the 19th century and beginning of the 20th, would be based on the aestheticization of the word as a modality of reflection.

Keywords: Martí; Rodó; Mariátegui.

*

Introdução

No que diz respeito às humanidades, a rigidez e a precisão em se delimitar o início, a cristalização e o declínio de certos eventos torna-se, na maioria das vezes, uma tarefa arriscada. Mas, ao mesmo tempo, pode-se considerar que a ambição da interpretação dos eventos humanos é quase que sinônimo de humanidades. De nosso prisma, o que se propõe como hipótese de trabalho transita entre as duas perspectivas de abordagem: a tarefa arriscada e a ambição interpretativa. Assim, propomos como

hipótese a ser discutida e problematizada, neste escrito, que a gênese do pensamento político e social na América Latina está localizada, fundamentalmente, na obra ensaística de três autores do fim do século XIX e início do XX; quais sejam: o cubano José Martí, o uruguaio José Enrique Rodó e o peruano José Carlos Mariátegui.

De maneira mais específica, nossa hipótese de trabalho parte de uma formulação geral; a de que a singularidade do pensamento político e social, em terras sul-americanas, no fim do século XIX e início do XX, estaria calcada na estetização da palavra como modalidade de reflexão. Vale dizer, a escrita do ensaio como interpretação-intervenção política constituiu-se na maneira particular dos autores referidos pensarem as questões políticas, sociais e culturais da América Latina. Nesse sentido, o artigo está organizado da seguinte maneira: na primeira parte, reconstruímos o contexto intelectual em que estava se forjando o pensamento político e social na América Latina; na segunda, discutimos as interpretações de Martí, Rodó e Mariátegui acerca dos problemas e questões que, em suas visões, eram os mais fundamentais para a construção político-identitária e político-cultural do continente; e por último, apresentamos o que significou a modalidade ensaística para se tentar mobilizar o pensamento político e social na América Latina.

A recepção latino-americana do positivismo europeu

As teorias do positivismo europeu forneceram, ao longo do século XIX, ferramentas para os intelectuais latino-americanos lançarem-se na tarefa de refletir sobre o continente. Nesse sentido, os predecessores de Martí, Rodó e Mariátegui observavam a América Latina através das lentes sociológicas do organismo social e da teoria das raças, conforme Stabb (1969, p. 24). Assim, esses organicistas sociais e raciais adotavam uma atitude suspeita sobre os latinos, pois, na medida em que as duas maneiras de abordar o continente latino-americano provinham de concepções científicas europeias, era corriqueiro que os escritores que a utilizavam para os estudos dos povos do sul trouxessem junto com este aparato a noção da superioridade “aria” dos povos europeus – e a inferioridade natural dos povos do sul (STABB, 1969).

Um dos pontos que as teorizações de carácter organicista e racial se valem, em suas abordagens, refere-se à própria noção biológica que sustenta a compreensão organicista e racial. Ou seja; são visões em que se destaca o aspecto orgânico das formações sociais que, por sua vez, podem estar ora saudáveis, ora enfermas. Assim sendo, no bojo de tais teorias, compreendia-se que o organismo vivo ou tinha seu desenvolvimento normal e positivo ou tinha seu crescimento apresentando enfermidades (biológicas). Os povos do sul eram, então, entendidos como organismos não saudáveis e, por extensão, afastados das formas de organização social superior dos povos europeus.

O escritor argentino Bunge é um dos expoentes deste modelo organicista e racial de interpretação da América Latina. Em sua obra *Nuestra América* (1926), evidencia-se que ele compreendeu o desenvolvimento dos povos do sul por intermédio das lentes sociológicas europeias. Para Bunge, a enfermidade deformava a evolução do continente e encontrava-se presente na composição racial da população que formava as sociedades latino-americanas (STABB, 1969). Destarte, índios, negros e mestiços não só não estariam em condições culturais, intelectuais e educacionais de proporcionarem o desenvolvimento necessário das sociedades do sul, como seriam um obstáculo para tal desenvolvimento – ocasionando prejuízos quase que insanáveis na construção do continente. Bunge, assim como outros escritores do período, acreditava, influenciado pela sociologia organicista e positivista, que o carácter servil e o destino à submissão física e moral dos índios explicavam o caciquismo como estruturação social e política da América Latina (Idem, p. 32). Com efeito, o cientificismo biológico e evolucionista de Carlos Bunge sepultava todas as possibilidades dos povos mestiços e mulatos constituírem-se como sociedades democráticas, organizadas e estáveis.

Sobre nossa latinidade

Foi naquele contexto intelectual pessimista, fundado nas ciências sociais positivistas, cientificistas e organicistas, que o cubano José Martí afirmou a irrelevância da questão das raças na compreensão dos problemas da América Latina; o uruguaio José

Enrique Rodó refletiu sobre a necessidade de atenuar a influência da cultura utilitária (e suas implicações sociais e políticas, sobretudo no plano do regime democrático); e, já nas primeiras décadas do século XX, Mariátegui voltou-se para um projeto editorial, com seus escritos jornalísticos, com o intuito de delinear uma identidade cultural dos sujeitos sociais da ação política. Nas próximas seções discorreremos, então, acerca da contribuição de tais autores.

Sobre Martí e *Nuestra América*

O ensaio *Nuestra América*, do cubano José Martí (1853-1895), aparece publicado, pela primeira vez, na *Revista Ilustrada de Nova York*, em 1º de janeiro de 1891. *Nuestra América* vem à baila num contexto histórico em que as ex colônias espanholas, recém emancipadas politicamente da Espanha, incorporaram-se ao mercado mundial numa posição de dependência. Nesse sentido, os intelectuais da América, do século XIX, escreveram uma quantidade significativa de textos que indagavam o lugar do continente no sistema capitalista internacional.

No século XIX, a produção discursiva, entre os intelectuais locais, no que concerne a buscar a identidade da América Espanhola é proeminente. Contudo, o ímpeto de perscrutar, de compreender as particularidades do continente não era, apenas, um debate de cunho abstrato, científico. Tratava-se, antes, da necessidade de constituir um projeto de nação. As teorias explicativas, nessa alçada, sobre o que constituiria a chamada realidade americana, são muito intensas. A *intelligentsia* latino-americana, em constante diálogo com o arcabouço teórico elaborado na Europa, como já mencionamos, serve-se, então, do “oxigênio mental” vindo de fora e tenta, por meio deste, interpretar as singularidades dos países da América em face do restante do mundo, isto é, da “velha civilização”.

Interpreta-se, nesse contexto, sob a égide do *positivismo*, do *darwinismo social* e do *evolucionismo*, a América Latina como antípoda da civilização, marcada por sociedades enfermas e destinadas ao atraso. Até a metade do século XIX, parece predominar, assim, a propensão a pensar a América em contraposição à Europa. A Europa (ilus-

trada) é o paradigma. No entanto, no fim de século, com o gradativo crescimento da economia dos Estados Unidos, a intelectualidade latino-americana começa a indagar quais seriam os desdobramentos de uma possível intervenção/influência estadunidense nos países vizinhos.

José Martí, exilado nos Estados Unidos quando publica *Nuestra América*, é aparentemente um visionário no que diz respeito a refletir acerca dos impasses de uma possível interferência estadunidense em Cuba ou Porto Rico. Sua condição de intelectual latino-americano que pertence a um país, no contexto em que escreve *Nuestra América*, que ainda é colônia da Espanha, distingue-o dos demais, cujos países já se haviam emancipado politicamente do domínio espanhol. Nesse horizonte histórico, ele escreve para jornais de distintos países, e a sua situação de exilado e de militante pela independência de Cuba o fazem, talvez, apresentar uma visão mais continental do que local na interpretação da realidade hispano-americana. Fernández Retamar, a respeito do internacionalismo de Martí, retoma as palavras proferidas por Fidel Castro sobre ele:

José Martí, guia e apóstolo de nossa guerra de independência contra a Espanha, ensinou-nos esse espírito internacionalista que Marx, Engels e Lênin confirmaram na consciência de nosso povo. Martí pensava que “pátria é humanidade” e nos traçou a imagem de uma América Latina unida, frente à outra América imperialista e soberba, “conturbada e brutal” – como ele dizia –, que nos desprezava. (RETAMAR *apud* SANTOS)

José Martí, em *Nuestra América*, sua obra mais conhecida, apresenta uma posição crítica em relação ao positivismo. Este interroga o problema da América impugnando uma retórica estilizada, literária, distinta ao instrumentário cientificista do positivismo.

A partir da demarcação temática, no primeiro parágrafo do texto, desenvolve-se a imagem de uma América ameaçada por um inimigo externo. Não obstante, ganha destaque, nas linhas do ensaio, a ideia de que a América tem que enfrentar seus conflitos internos antes de defrontar-se com o perigo de fora.

As imagens da *toga* e a da *fita na cabeça* remetem a dois universos em contraposição: o do homem letrado (artificial) e o do homem natural (autóctone). Martí mobiliza, assim, o paradigma civilização vs. barbárie, de ampla circulação no pensamento do século XIX. Contudo, este se verte a tal paradigma para, de certa maneira, formulá-lo em outros termos. Tenta demonstrar que o bárbaro, assumido nas feições do homem camponês, do indígena e do negro, é, na verdade, um outro cultural.

A oposição civilização vs. barbárie adquire outro contorno em *Nuestra América*, já que se relativiza, nesta, a noção de saber. Para Martí, diferentemente de Sarmiento, o saber não se sustenta, exclusivamente, na ilustração europeia. Assim sendo, o saber do intelectual latino-americano não é genuíno se este não conhece a sua realidade. Conhecer a realidade (bárbara) permitiria, na visada do cubano, criar uma realidade outra, inclusive, na arte. Destarte, as expressivas páginas do ensaio, em análise, apresentam um tom projetista e prospectivo. Nelas, explicita-se, apaixonadamente, o enaltecimento do índio, do negro e do camponês, tenta-se despertar, no intelectual das terras americanas, o reconhecimento do valor destes.

Não obstante, a valorização das camadas populares é parcial. E o é, pois estas parecem comparecer enquanto grupo humano dotado de saber, de costumes, enfim, de cultura, mas não como agente social responsável pelo processo de transformação, futuro, das sociedades hispano-americanas, dado que Martí não parece vislumbrar para as massas um lugar de protagonismo político. O homem letrado deve governar (bem), para evitar a tirania do homem natural, inclinado ao domínio da força, quando não valorizado, e por extensão inepto a se autogovernar.

Nesse sentido, Martí estabelece uma distância hierárquica entre os intelectuais e os setores populares, assinalando, de certo modo, uma mirada paternalista entre as forças, em contraposição, na dinâmica social.

A América não é bárbara por inferioridade dos povos que nela habitam, mas por ser regida por governos inautênticos, ou seja, que não se interessam e nem conhecem (a fundo) a realidade local e importam fórmulas de governo da Europa

e dos Estados Unidos, as quais são obsoletas para dar conta da complexidade das questões ibero-americanas. Afirmar Martí:

A incapacidade não está no país nascente, que pede formas adequadas e grandeza útil, e sim naqueles que querem reger povos originais, de composição singular e violenta, com leis herdadas de quatro séculos de prática livre nos Estados Unidos e de dezenove séculos de monarquia na França. Com um decreto de Hamilton não se detém a marcha do potro do boiadeiro. Com uma frase de Sieyès não se faz novamente fluir o sangue estancado da raça indígena. Para tudo isso, onde quer que se governe, é preciso prestar atenção para governar bem; e o bom governante na América não é o que sabe como se governam o alemão e o francês, mas sim aquele que sabe de quais elementos está constituído seu país, e como pode guiá-los conjuntamente para chegar, por métodos e instituições nascidas do próprio país, àquele estado desejado, onde cada homem se conhece e cumpre sua função, e todos desfrutam da abundância que a Natureza colocou para todos no povo que fecundam com seu trabalho e defendem com suas vidas. O governo deve nascer do país. O espírito do governo deve ser o do país. A forma de governo deverá concordar com a constituição própria do país. O governo não é mais que o equilíbrio dos elementos naturais do país. (MARTÍ, 1983, p. 195)

Martí, desse modo, sustenta que é possível projetar-se as sociedades americanas sem apelar-se, fundamentalmente, às referências europeias de regime político, de modelo de civilização e de tradição cultural. Julio Ramos, a despeito disso, afirma que Martí deixa falar a barbárie. Citamo-lo:

O discurso martiano se representa, então, como o lugar da incorporação daqueles setores do mundo americano que para os letrados haviam marcado os poderosos limites do valor, da identidade desejada. Parecia que em Martí falava o outro: a barbárie. (RAMOS, 2008, p. 271)

Martí, como um intelectual do século XIX que deixa falar a barbárie, assumiu uma posição crítica frente às teorias positivistas, não se valendo dos parâmetros de *raça* e de *meio* para vislumbrar a realidade americana. Tal visada faz com que ele não a entenda em termos de civilização atrasada, enferma ou destinada ao fracasso, leitura frequente no contexto epistemológico-cognitivo do tempo. Para o visionário cubano, aquele que lê a humanidade a partir de fatores raciais está pecando contra esta, diz ele:

Não existe ódio de raças, porque não existem raças. Os pensadores raquí-ticos, os pensadores de lampiões, tecem e requentam as raças de livraria, que o viajante justo e o observador cordial procuram em vão na justiça da Natureza, onde se destaca no amor vitorioso e no apetite turbulento, a identidade universal do homem. A alma emana, igual e eterna, de corpos diversos em forma e em cor. Peca contra a Humanidade quem fomenta e propaga a oposição e o ódio das raças. (MARTÍ, 1983, pp. 197 e 198)

Com seu *Nuestra América*, Martí promove um remapeamento no território imaginário do século XIX, apresentando uma visão sobre o continente que extrapola a noção de concebê-lo enquanto formado por países recém-independentes, racialmente problemáticos e isolados em seus próprios conflitos internos, o cubano, ao contrário, mobiliza a idéia de um solo integrado e que necessita se firmar diante do mundo. Está buscando, assim, elementos de coesão, não de dispersão, para firmar a matriz identitária ibero-americana. A heterogeneidade étnico/natural que compõe as sociedades latino-americanas não seria, então, motivo de degradação social e tampouco de fragmentação entre os grupos humanos. A diferença é assumida no texto martiano como propulsora da unidade. Por outras palavras, o índio, o negro e o branco americano seriam todos resultados da mesma civilização (promissora) que deve, por sua vez, conciliatoriamente, abrigar a todos.

Martí inaugura, ainda, com seu *Nuestra América* uma consciência outra no que concerne à linguagem, já que, no século XIX, os intelectuais não concebem a lite-

ratura em seu sentido estético, idealizam-na em conjunção à sua face utilitária, em relação às ideologias que circulam. *Nuestra América* também está atravessada por essa função ideologizante, ou seja, a prática de valer-se da literatura a serviço de uma causa externa a ela, no entanto, há uma consciência esteticizante no texto. O crítico Julio Ramos (2008) afirma, nessa esteira, que, a partir desse texto de Martí e de outros escritos seus anteriores, a literatura começa se a legitimar como um campo privilegiado de escrita para elaborar as questões políticas. De fato, como já ressaltamos, o ensaio em Martí assume outro patamar: a retórica evolucionista e biologizante do ensaísmo de cunho positivista dos intérpretes latino-americanos predecessores, cede espaço a um texto repleto por imagens, recursos sonoros e metáforas que mais se afinam ao verso do poema que às fórmulas duras e rígidas do cientificismo. Bella Josef (2005), sobre a imbricação entre o talento artístico e o pendor de homem do tempo preocupado com o destino social e político das sociedades americanas, afirma:

Poucos oradores souberam imprimir o mesmo calor a seus discursos. Suas palavras eram um turbilhão de fé patriótica, de metáforas em que se uniam a harmonia e a beleza anelante de esperança e ardor sincero, com veemência de vidente que tentava dissipar as nevoas que encobriam o futuro pátrio. Perseguia um ideal e manifestava-o com eloqüente acento humano. Para ele, as palavras que não fundavam, esclareciam, atraíam ou acrescentavam, eram inúteis. [...] Grande como o homem foi o artista, sensível e culto, de talento e imaginação, de raro sentido estético, que amava a beleza e sabia compreendê-la. De maneira concisa, segura e tenaz pregou a independência americana, tanto literária como política. Ocupa um posto de vanguarda entre os valores representativos do continente pela originalidade inovadora na prosa e na poesia- ambas se igualam. Suas estrofes eram ondas de poesia, seus discursos expressão de fé nos mais puros e nobres ideais. (JOSEF, 2005, p. 96)

Sobre Rodó e o *Ariel*

O movimento *arielista* foi decisivo para a construção identitária da América Latina. Publicado pelo intelectual uruguaio José Enrique Rodó, *Ariel* surgiu no continente como uma espécie de manifesto (re)fundacional para os povos do sul. Expressava-se nele não somente o que a América Latina não deveria ser enquanto conformação política e cultural, mas, sim, o que deveria ser se quisesse ocupar um lugar significativo no jogo entre continentes e das formações sociais mais importantes naquele momento. Assim, o objetivo de Rodó é lançar nas sociedades do sul um amplo movimento de ideias. E o público que Rodó vislumbrou para a recepção de sua produção ensaística foi a juventude das Américas: o *Ariel* é, desse modo, um programa em que o autor pretendia despertar os jovens para a necessidade de integração da sociedades da América, através de um movimento literário que criaria as condições para tal.

A experiência histórica e política a que Rodó pretendia contrapor seu projeto (literário e humanístico) de integração é a da *calibanização* proveniente da sociedade e da cultura estadunidense. A figura que simboliza os aspectos mais gritantes dessa cultura, para o uruguaio, é a especialização utilitária. Além disso, Rodó também estava atento e preocupado em buscar um modelo de ordem política, em “definir o tipo de cultura política mais adequada para estabelecer um sistema democrático [...] impermeável à demagogia política” (SANTOS, 2003).

Sendo assim, o resultado do utilitarismo cultural, da padronização e da ascensão do *homo oeconomicus*, para Rodó, foi, por um lado, o enfraquecimento da política virtuosa como fundamento da República, dada a irrefreável busca por ganhos materiais; e, por outro lado, a decadência da virtude política, dado que uma plutocracia da técnica e do dinheiro estaria impondo aos americanos um modo de eficácia brutal no trato da política, da sociedade e da cultura (SANTOS, 2003).

Rodó indagava, assim, o caráter expansionista dos Estados Unidos e de como esse quadro de referências poderia chegar às sociedades latino-americanas no momento em que estavam constituindo suas identidades.

Ariel é, nessa visada, a tentativa de estabelecer na América Latina um projeto de construção (social e política) alternativo à eficácia utilitária e expansionista norte-americana. Rodó almejou delinear com seu ensaio o que Octavio Ianni (1991) chamou de “labirinto de espelhos” como maneira de fabricação da identidade latino-americana. Por outras palavras, intentou delinear por meio da cultura, da educação, da arte e do apreço à tradição (latino-americana) uma imagem, um espelho (afirmativo, positivo), em que os povos da América Latina pudessem reconhecer-se enquanto sociedades.

Com efeito, mais do que um antiamericanismo bucólico e ingênuo, o que Rodó buscava era sedimentar ideias e ideais que pudessem conformar o modo de ser latino-americano na esfera da sociedade e da cultura. O nacionalismo que habitava o *Ariel* fundava-se não na construção de modalidades estruturadas de desenvolvimento econômico, baseadas em planos racionais e positivistas; mas no nacionalismo da “espiritualidade”, da “graça da inteligência” e da “feliz inspiração” na arte (RODÓ, 1991), e da (alta) cultura que estava no horizonte do ensaísmo de Rodó como modo de pensar a política e, conseqüentemente, a ação política identitária na América Latina. O personagem Ariel representava, dessa maneira, com perfeição, o ideário do escritor uruguaio. Afirma Rodó: “invoco Ariel como meu nume” (1991).

Em suma, o que Rodó teria encontrado na deidade Ariel que o teria animado a pensar o projeto político e cultural para as sociedades latino-americanas a partir dele?

É sugestivo, nesse sentido, discutirmos, ainda que brevemente, a origem da figura de Ariel. Tal figura ganha notabilidade com a peça *A tempestade* de Shakespeare³, publicada no século XVI. Destacam-se na peça, além de Ariel, outros dois personagens centrais: Caliban, que encarna o mal e quer vingar-se de seu senhor, Próspero, “a que considera usurpador da ilha de seus antepassados” (MITRE, 2003, p. 106), e o próprio Próspero que se apossa da ilha. Ariel, por sua vez, representa o servo leal “que, liberado de seu cativo, continuará fiel aos desígnios de seu mestre” (Idem). Cabe salientar, no entanto, que tais figuras shakespearianas não são monológicas e movimentam sentidos diversos de interpretação, isso teria possibilitado sua apropriação por Rodó

3 Segundo os especialistas na obra do dramaturgo inglês *A tempestade* teria sido o último escrito de Shakespeare.

como forma de interpretar e intervir na realidade latino-americana. Assim, o escritor uruguaio encontrou em Ariel, nos termos Antonio Mitre:

uma saída equilibrada que contemple a assimilação efetiva das novas forças sociais, preserve a ‘inviolabilidade da alta cultura’ [...] Invertendo a tese de Sarmiento, a classe dominante situará o *élan* civilizatório nas forças da tradição [...] Rodó sempre comedido, reconhecerá, de um lado, a influência positiva que uma população ‘numerosa e densa’ pode exercer nas sociedades modernas na formação de fortes elementos dirigentes, e de outro, a necessidade de contrabalançar o cosmopolitismo fortalecendo o ‘sentimento de fidelidade ao passado’, de tal maneira que o legado da tradição consiga se impor na refundição dos elementos que constituirão o americano definitivo do futuro. (MITRE, 2003, p. 112)

Em síntese, Rodó vislumbrou um projeto educacional, que tentou concretizar através do ensaísmo, com o intuito de preservar a cultura humanística, não massificada, e a espiritualidade virtuosa das belas artes.

Sobre Mariátegui e a revista *Amauta*

O pensamento social e político de Mariátegui é uma peça literária inacabada — provisória, nos termos de Aricó. Pode-se dizer que essa característica da produção mariateguiana é responsável pela incongruência positiva de suas proposições políticas. A incongruência a que se alude aqui, é preciso sublinhar, afasta-se de qualquer perspectiva de reprovação ao *amauta*. Ela tem muito mais o sentido de uma desconexão impetuosa e uma dissociação criativa que resultou, talvez, no principal projeto intelectual da esquerda latino-americana — a *Revista Amauta*. Mais do que um plano de construção teórico-político, a *Revista Amauta* foi projetada e idealizada como ação filológica.

Mariátegui arquitetou tal empreendimento editorial com o fito de conformar uma cultura crítica e humanista necessária, supostamente, aos povos incaicos na sua luta pela libertação socialista. Não se restringindo ao doutrinário político, a *Amauta* aparece como

espaço de articulação dos grandes movimentos de “renovación políticos, filosóficos, artísticos, literários, científicos” (BRUCKMANN, 2009). Tal escavação, utilizando a linguagem das humanidades, na diversidade disciplinar que a constitui, tinha o objetivo de, ao mesmo tempo, debater as ideias fundamentais de construção da nação peruana (Idem) e forjar os sujeitos sociais da ação política radical. Dadas as dificuldades com que Mariátegui se defrontou, no que concerne à identificação dos atores sociais que compunham a emaranhada formação econômico-social peruana, um projeto de intervenção intelectual do estilo de *Amauta* poderia, desse modo, aproximar-se das expectativas de Mariátegui e de seu grupo. É bem conhecido que Mariátegui dedicou-se firmemente a sua vocação de publicista⁴.

Em particular, o projeto publicista de Mariátegui, no contexto da *Amauta*, respondia a algumas interpretações dele sobre a questão da unidade indo-americana. Em “La unidad de la América Indo-Española”, publicado, em sua primeira edição, na *Variedades* de Lima, em 1924 (e republicado no *El Universitario* de Buenos Aires, em 1925) este exprime o quadro da vida política que a sua *Amauta* deveria ser responsável em compreender. É que, para Mariátegui, mesmo o estilhaçamento social da América espanhola, sentido pelos autóctones, a busca pela unidade cultural e política – passo decisivo na transformação socialista da perspectiva dos latino-americanos – não deveria ser negada como utopia, ou mesmo como abstração vazia (MARIÁTEGUI, 1991⁵). Apesar da dispersão, imposta pela violência econômica dos colonizadores, que deu “vida” ao homem argentino, peruano, mexicano e chileno, na esperança mariateguiana, existe, subjacente a essa separação, a sobrevivência do homem latino com os mesmos anseios, os mesmos sentimentos, as mesmas culturas, etc.

Na visada de Mariátegui, um Sarmiento, um Martí, um Montalvo não possuem pátria, apresentam vidas e trajetórias continentais. Assim, a literatura e a poesia, as artes plásticas e a sociologia, a mentalidade e a filosofia, a história política e a crítica literária “refletiriam” a unicidade cultural do homem indo-americano (MARIÁTEGUI, 1991).

4 A experiência de Mariátegui na Europa no momento da revolução russa foi fundamental para seu projeto editorial. Além de Lênin, o amauta teve como referência teórica o periódico de Gramsci *L'Ordine Nuovo*. Sobre isso, ver o instigante capítulo (3) do estudo de Mónica Bruckmann, ao qual nos reportamos nas linhas deste breve estudo.

5 Embora o referido escrito de Mariátegui tenha sido publicado, pela primeira vez em 1924, na *Revista Variedades*, de Lima, a edição consultada neste trabalho é a de 1991, do Fondo de Cultura Económica.

Com esta interpretação, o pensamento político e social de Mariátegui efetuava uma tarefa hercúlea. Realizava aquilo que José Aricó denominou de tradução do marxismo. E a *Revista Amauta* foi passo decisivo na experiência de tradutibilidade do materialismo histórico.

Antes de uma análise mais precisa dos lineamentos constitutivos da *Amauta*, presentes na apresentação feita no primeiro número da revista em setembro de 1926, convém verificar-se, mesmo que breve, o conteúdo geral da revista e alguns temas discutidos em suas páginas.

Seguindo-se o estudo de Mónica Bruckmann, especialmente o capítulo “La revista Amauta”, de seu livro *Mi sangre en mis ideas: dialéctica y prensa revolucionaria en José Carlos Mariátegui*, é perceptível a importância da revista na construção dos sujeitos sociais da ação política no quadro dos problemas enfrentados pela teoria social mariateguiana.

O conteúdo da revista caracterizou-se, ganhando destaque na cena intelectual e literária latino-americana pela amplitude dos temas que trouxe para o debate (BRUCKMANN, 2009). Discutindo com criatividade e permitindo que vários escritores, políticos e literatos publicassem, a *Amauta* difundiu, em suas páginas, debates sobre o folclore peruano e a filosofia, a psicanálise (recém criada por Freud em Viena) e a crítica de arte. Com isso, a revista se distanciava dos temas enrijecidos da ortodoxia da III Internacional com a ascensão de Stálin. Enquanto estes abordavam apenas o problema do desenvolvimento das forças produtivas e, em qual etapa esta estaria nas várias regiões do mundo, tendo a certeza dogmática de que os atores sociais das etapas seriam a burguesia nacional e, posteriormente, o proletariado, Mariátegui e a *Amauta* dedicaram estudos e ensaios à “crítica y teoría literaria y de arte, [y] también cuentos, poesía, entrevistas, etc. Las reproducciones de pintura, grabados, fotografía abundan en la revista” (idem). A ousadia da *Revista Amauta* levou-a a dispensar atenção ao cinema: com especial ênfase na obra cinematográfica de Charles Chaplin (BRUCKMANN, 2009).

Estes são alguns dos conteúdos abordados pela revista de Mariátegui. Alguns dos temas discutidos na *Amauta* estiveram ligados aos “grandes aspectos de una época: el antiimperialismo, y socialismo, y el problema indígena” (BRUCKMANN, 2009).

Com efeito, o tema geral do anti-imperialismo desfilou nas páginas da *Amauta* e a recorrência deste na revista explica parte das divergências entre Haya de la Torre e Mariátegui. Enquanto para de la Torre o anti-imperialismo deveria ser o foco da luta na América Latina, para Mariátegui, a luta tinha que objetivar o socialismo – tendo como método o antagonismo entre as massas peruanas e os grupos exploradores.

Desse modo, a ação política, para José Carlos Mariátegui, esteve, indiscutivelmente, atrelada ao projeto de construção político e cultural da *Amauta*. Este, de refinada sensibilidade estética⁶, compreendeu que era necessário um denso trabalho de difusão filológica – e filológica porque buscou escavar a linguagem única do homem indo-americano – da cultura humana imbricada na cultura autóctone (a condição indígena nos termos de Gonzalez Prada) (BRUCKMANN, 2009).

Nada mais revelador das intenções mariateguianas, com a sua *Amauta*, que a apresentação do primeiro número da revista. A abrangência cultural da *Amauta* se deve a ela estar associada a um movimento político e de ideias e ao espírito inovador de seus idealizadores. Expressando, assim, seu desejo de outrora em criar uma revista de cultura e política, Mariátegui afirma a vontade de fundar um periódico, quando retorna da Europa.

A *Amauta* concebeu-se, conforme nos relata Bruckmann (2009), como uma espécie de paladino do movimento e da geração que se colocou a tarefa convicta de impulsionar a ação “beligerante” dos agentes da mudança social e política. Radicalizando sua heterodoxia criativa, e corroborando as intenções da *Amauta*, em face das dificuldades enfrentadas a partir da conformação de sua teoria social da realidade emaranhada do Peru, Mariátegui surpreende aos ortodoxos de esquerda asseverando que à revista é “absolutamente inútiles los programas [...] *Amauta* [...] no tiene necesidad de un programa; tiene necesidad tan solo de un destino, de un objeto” (1926, s/p), a saber: conformar os sujeitos históricos que agirão na América Latina à procura do socialismo – e da democracia, de fato.

6 Neste ponto específico, o pensamento político de Mariátegui aproxima-se do pensamento de Rodó. O humanismo estético como movimento político para a libertação da América Latina esteve também no horizonte intelectual de Rodó.

Algumas considerações finais

O que se buscou ao longo deste estudo acerca de José Martí, José Enrique Rodó e José Carlos Mariátegui? Qual o sentido da produção intelectual desses três escritores no contexto de formação da identidade dos povos latino-americanos? E as implicações políticas e sociais do modo de intervenção intelectual dos autores, qual o seu significado? Tais indagações sugerem uma resposta, ao menos aproximativa, enquanto considerações finais.

Os três autores tentaram intervir, com seus escritos, influenciando a construção das sociedades na América Latina. Mais do que escritores de ensaios (e também, de crônicas, matérias jornalísticas, discursos públicos, trocas de cartas); Martí, Rodó e Mariátegui eram importantes sujeitos políticos no âmbito de configuração do projeto identitário (político, social, cultural e artístico) da América Espanhola. O ensaísmo (a estetização da palavra, a poetização da política) foi a modalidade forjada por eles, por um lado, para pensar a política no continente e, por outro, como modo singular de intervenção “prática” nas questões políticas e sociais do continente.

A modalidade ensaio como *forma* de pensamento e intervenção era, em si mesma, um programa de construção política, social e cultural para a América Latina: possibilitava projetar, decisivamente, a ideia de *um outro ocidente*. De *um outro* que não reproduzisse a sociologia positivista, organicista e racial europeia, o utilitarismo massificador e imperial norte-americano e o economicismo da III Internacional. Martí, Rodó e Mariátegui procuravam a divulgação de ideias práticas, autônomas, na América Latina; mais do que ensaístas (supostamente diletantes) eles eram intelectuais e construtores da política, para que a sociedade latino-americana não fosse eternamente o local de experimentos *de...* e *dos...*

Ainda há muito a ser pesquisado sobre os escritos de José Martí, José Enrique Rodó e José Carlos Mariátegui (e outros intelectuais e pensadores políticos latino-americanos) — espera-se que este breve estudo seja uma contribuição para futuras pesquisas, pois *Nuestra América* almeja e aguarda.

Bibliografía

- BUNGE, Carlos. *Nuestra América: ensayo de psicología social*. Ed. 7. Madrid: 1926.
- BRUCKMANN, Mónica. *Mi sangre en mis ideas: dialéctica y prensa revolucionaria en José Carlos Mariátegui*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2009.
- IANNI, Octavio. “Apresentação”. In: *Ariel*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- JOSEF, Bella. *Historia da literatura hispano-americana*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- MARIÁTEGUI, J. C. “Presentación de Amauta”. *Archivo Chile*. Lima, ano 1, n. 1, s/p, s/m, 1926.
- _____. *Textos básicos*. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- MITRE, Antonio. *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MARTÍ, José. *Nossa América – Antologia*. Disp.: <http://www.ufrgs.br/cdrom/marti/marti.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.
- SANTOS, Davi Siqueira. “Reflexões sobre ‘Nossa América’ de José Martí”. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br>. Acesso em: 29 set. 2016.
- STABB, Martin S. *América Latina en busca de una identidad: modelos del ensayo ideológico hispanoamericano*. Caracas: Editora Monte Avila, 1969.
- RAMOS, Júlio. *Desencontros da modernidade na América Latina. Literatura e política no século 19*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

URUGUAY EN EL REINO DE LA COMPETENCIA

María Luisa Battegazzore

Resumen

Una mirada crítica a la reforma educativa emprendida en Uruguay, en el contexto de una orientación global dirigida a implantar el Enfoque por Competencias. Se examinan los precedentes, desde el siglo pasado, en el largo proceso de construcción de un consenso, que abarca todo el espectro partidario, sobre la necesidad de la reforma y sus características. Asimismo se presentan valoraciones de autores diversos sobre las coordenadas pedagógicas e ideológicas prevalentes en esta política educativa.

Palabras clave: Reforma educativa; Uruguay; Enfoque por competencias; Mirada crítica; Consenso político; Pedagogía; Ideología educacional.

URUGUAI NO REINO DA COMPETIÇÃO

Resumo

Um olhar crítico sobre a reforma educacional empreendida no Uruguai, no contexto de uma orientação global dirigida a implantar a Abordagem por Competências. Examinam-se os precedentes, desde o século passado, no longo processo de construção de um consenso, que abrange todo o espectro partidário, sobre a necessidade da reforma e suas características. Apresentam-se também avaliações de diversos autores sobre as coordenadas pedagógicas e ideológicas prevaletentes nesta política educativa.

Palavras-chave: Reforma educacional; Uruguai; Abordagem por competências; Crítica; Consenso político; Pedagogia; Ideologia educacional.

URUGUAY IN THE REALM OF COMPETITION

Abstract

Abstract: A critical look at the educational reform undertaken in Uruguay, in the context of a global orientation aimed at implementing the Competency-Based Approach. The precedents are examined, since the last century, in the long process of building a consensus, which covers the entire party spectrum, on the need for the reform and its characteristics. Also presented are evaluations by various authors on the pedagogical and ideological coordinates prevalent in this educational policy.

Keywords: Educational reform; Uruguay; Competency-based approach; Critique; Political consensus; Pedagogy; Educational ideology.

*

*...La palabra “educación” tiene un sonido perverso en política;
se habla de educación pero la meta verdadera es la coacción sin el uso
de la fuerza.*

(Hannah Arendt)

Desde siempre la educación ha estado asociada a la emancipación humana. Desde siempre, también, ha sido una poderosa aliada de la dominación, el prejuicio, la represión, es decir, la antiemancipación.

(Miguel Soler Roca)

Hemos sido convencidos prolija y persistentemente, a lo largo de décadas, de que “la educación” es un fracaso. Basta el enunciado, que se ha impuesto axiomáticamente. Sería un buen ejemplo de las categorías de Chomsky: ingeniería de la opinión y convertir la representación en realidad [“Engineering Opinion and Representation

as Reality”]. Sin contar la prevalente costumbre de reificar todo, convirtiendo el accionar humano en una abstracción dotada de cualidades, necesidades y voluntad. Se habla, por ejemplo, del “comportamiento de la educación”. El elemento actuado se convierte en el elemento actuante.

La larga historia de la crisis educativa

No es necesario precisar en qué y por qué la educación fracasa, ni se examina la cronología del alegado proceso de deterioro. Rectifico: no se lo percibe como proceso sino como un fenómeno reciente, sólo aparente en los gobiernos progresistas. Es cierto que formaba parte de la permanente campaña electoral, pero los mismos dirigentes frenteamplistas lo asumieron así, pues la ausencia de la historia es parte de una perspectiva posmoderna que en gran medida comparten. No se menciona la política educativa de la dictadura, ni la reforma de 1995, cuyo naufragio ha sido olvidado, al punto de que el ex presidente Sanguinetti pudo jactarse de ella, sin ser cuestionado. “Y nosotros lo decimos con la autoridad que nos da el haber hecho la mayor reforma escolar y liceal con sentido popular y de equidad para los más necesitados de educación”.⁷ ¿El sentido popular radicaría en que no se aplicó en los colegios privados?

Alarma que el discurso “de los que más necesitan educación” recorra todo el espectro político. ¿Significa que algunos no necesitan educación? Implícitamente se alude a los que no pueden comprarla, que serían los destinatarios naturales del sistema público estatal, cuya inferior “calidad” se da por descontada, quizás inconscientemente.

Es parte de la mercantilización de la educación, definida como un “bien social”. Una definición ambigua y engañosa, pues puede parecer que alude a su beneficio, utilidad o necesidad, pero “bien” también significa patrimonio, hacienda, mercancía. Consagrarla como un derecho no implica que todos tengan acceso al mismo “bien”. Se puede proclamar el derecho a la vivienda, pero va de suyo que no todos van a vivir en Carrasco o en Punta Ballena. Como bien dice Reis Monteiro, “... la expresión

7 <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica...> 24/6/2019.

‘todos tienen derecho a la educación’ no significa lo mismo que tener ‘derecho a una educación’ o ‘a ser educados’”.⁸

El discurso sobre “los más necesitados”, un trillado escalafón de la miseria, se inscribe en una idea de la educación como política social, que ha marcado la orientación progresista. El concepto asistencialista devino dominante. En el Congreso Extraordinario del FA (2008) el proyecto de la Ley General de Educación No. 18437, sólo podía discutirse en la comisión “Uruguay social” y se consideró fuera de orden abordar el tema en las de “Uruguay democrático” o cultural.⁹

No se discute el relato de la crisis, ni se percibe la contradicción cuando la prensa destaca presuntos logros educativos, como premios obtenidos por liceales en el exterior por proyectos vinculados a la robótica, por tomar un caso. Parecen ser realidades paralelas.

Si la CEPAL se tomó la molestia de investigar durante dos años y publicar tres libros¹⁰ para demostrar la crisis de la educación y la necesidad de la reforma de 1995, ese trabajo ya no es imperioso. Cada tanto se exhiben los resultados PISA sin entrar en detalles sobre las condiciones de su aplicación, de sus contenidos y mucho menos de su origen (la OCDE).

Con todas las reservas del caso, los resultados PISA brindan datos que pueden ser analizados provechosamente, si se estudian y no sólo se los agita con espíritu de campeonato. Este ánimo parece haber inspirado al pasado Director de ANEP,¹¹ Robert Silva, que compró camisetas de la selección de fútbol para los jóvenes que debían rendir las pruebas PISA.

La evaluación de calidad comprende, según fuentes tan insospechables como la OCDE, otros índices que nadie toma en cuenta, salvo los gremios docentes. Por

8 Reis Monteiro, A. (2015). *The Teaching Profession. Present and Future*. Nueva York: Springer. P. 14 [edición digital]

9 Doy fe de ello ya que participé en la comisión “Uruguay democrático”, así que forma parte de mi memoria autobiográfica.

10 En 1990 la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP) firmó un convenio con CEPAL habilitando una investigación que se extendió a lo largo de dos años. El equipo investigador, dirigido por Germán Rama, produjo tres informes: *Enseñanza primaria y ciclo básico de educación media en el Uruguay* (1990), *¿Qué aprenden y quiénes aprenden en las escuelas de Uruguay? Contextos sociales e institucionales de éxitos y fracasos* (1991) y *¿Aprenden los estudiantes? El Ciclo Básico de Educación Media* (1992).

11 Administración Nacional de Educación Pública

ejemplo: las condiciones edilicias, el número de alumnos por grupo y por docente, el gasto en educación en relación a diversas variables (el PBI, el presupuesto del Estado, la cantidad de educandos, etc.). Es mucho más cómodo, pues no compromete a nada, cargar las tintas en la medición del rendimiento, en las diferencias socio-económicas y, sobre todo, culpabilizar a los maestros y profesores. Es doloroso que también se haya creado un sentido común social adverso a los docentes que, sentimos, ha producido conductas violentas contra ellos con una frecuencia impensable en otras épocas.

Las autoridades frenteamplistas de la educación, directamente implicadas en las acusaciones de la coalición conservadora durante la campaña electoral de 2019, no se defendieron. El Plan Ceibal¹², que fuera exhibido como “buque insignia”, también parecía devaluado. Asimismo, habrían podido aclarar que la columna vertebral de las propuestas reformadoras de la derecha, la educación por competencias [EPC]¹³ ya estaba siendo aplicada con inexplicable sigilo. Muchos uruguayos pudieron haberse enterado de este detalle por el mismo Marco Curricular Nacional [MCN] de 2022, que reconoce ese precedente.

El recurso del terrorismo verbal

El discurso apocalíptico sobre la crisis de la educación viene desde la década de 1970 y se refuerza al compás de la prolongada crisis o la cadena de crisis del sistema capitalista, con sus picos ostensibles y sus ondas expansivas: la crisis del petróleo por los ‘70, la caída de las empresas .com hacia el 2000 o la burbuja inmobiliaria de 2007. Estas circunstancias marcan el fin de los “gloriosos 30 años” del Estado de Bienestar. Se asume la austeridad presupuestaria, que, con la globalización, la acelerada revolución tecnológica, la guerra económica que la acompaña y los cambios en el mercado de trabajo, imponen una reformulación del programa educativo.

12 Aplicando el modelo *One laptop per child*, preconizado por Nicholas Negroponte y la fundación OLPC, con apoyo del MIT y empresas de *hardware* y *software*. Desde la primera presidencia de Tabaré Vázquez se distribuyeron computadoras a escolares y liceales del sistema público y se creó un organismo para implementar el plan. Fue bastante útil al gobierno coaligado durante la pandemia como paliativo al cierre de los centros educativos.

13 En el *Libro Abierto* de EDUY21: *énfoque por competencias*, que es una traducción más exacta de textos franceses o belgas: APC “*approche par compétences*”. EDUY21. (2018) *Libro Abierto: propuestas para apoyar el acuerdo educativo*. Montevideo. www.eduy21.org/libroabierto

Si el sociólogo Germán Rama, cabeza de la reforma de 1995, declaró que el que no completaba el ciclo básico de Secundaria no tenía más opción que convertirse en delincuente,¹⁴ por lo que el gobierno progresista era culpable de una “matanza social”, más aciagas eran las profecías de relevantes actores internacionales. Según René Maheu, entonces Director de UNESCO, “... la carencia de estímulos intelectuales por falta o insuficiencia de escolarización... tiene como *corolario fatal una vida mental retrasada*. Sabemos, por añadidura, que en ciertas esferas nadie puede ponerse al día cuando hay *retraso mental*...”.¹⁵ Edgar Faure no vacila en transitar de lo catastrófico a lo siniestro: la inadecuación del sistema educativo amenaza con generar “una verdadera dicotomía de la especie humana que puede desintegrarse en grupos superiores y grupos inferiores, en dueños y esclavos, en superhombres y homínidos”.¹⁶ La delincuencia resulta una perspectiva menos espeluznante.

Las propuestas salvadoras, que se nos presentan como impactantes novedades, de hecho conforman un pensamiento único, repetido por décadas puesto que integran el discurso neoliberal hegemónico en la década de los 1990.

Desde finales de los años 80, los sistemas educativos de los países industrializados han sido sometidos a un sin fin de críticas y reformas: descentralizaciones, desreglamentaciones, autonomía creciente de los centros escolares, reducción y desregulación de los programas, ‘aproximación por las competencias’, disminución del número de horas de clase para el alumnado, mecenazgo por parte del mundo empresarial, introducción masiva de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC), fomento de la enseñanza privada y de pago. [...] *La similitud de las políticas educativas desarrolladas en el conjunto del mundo capitalista globalizado no deja ninguna duda en cuanto a la existencia de poderosos determinantes comunes que impulsan estas políticas*. La tesis sostenida aquí es que esos cambios vienen de un intento

14 “En nuestro país las nuevas generaciones lo único que van dejando es gente desesperada que se vuelve delincuente porque no tiene cómo trabajar en ninguna parte porque no sabe nada de nada”. www.elpais.com.uy. 26/1/2014

15 *Crisis en la educación* (1976) Barcelona: Promoción cultural. [Libro de bolsillo del Correo de la UNESCO] P. 75-76 *Salvo aclaración en contrario, los destacados en las citas me pertenecen. M.B.

16 *Ibidem*. P. 39

de *adecuación profundo de la escuela a las nuevas exigencias de la economía capitalista*. Lo que se está llevando a cabo es el paso de la ‘era de la masificación’ de la enseñanza a la ‘era de la mercantilización’.¹⁷

En lo único que se difiere en nuestro país es en la cantidad de horas de clase: como la educación se ve –implícita o explícitamente- vinculada a la seguridad, se otorga especial importancia a la “contención” y como, al mismo tiempo, se la considera parte de las políticas sociales, se preconiza aumentar el tiempo escolar y proporcionar alimentación, un modo de liberar mano de obra femenina para el mercado laboral. El culto a la regla fiscal del gobierno coaligado llevó, sin embargo, a cuestionar o restringir los comedores escolares. El actual gobierno progresista se apega a la política de tiempo extendido, circunscrita a los “contextos vulnerables”, a lo que se suma un bono de apoyo económico, con el fin de bajar la deserción escolar.

EDUY21¹⁸ proponía además que el educador estuviera permanentemente conectado en red con sus estudiantes, con lo cual la escuela sería un servicio de 24 horas y los docentes trabajadores a destajo. “Los docentes tendrán que contemplar diferentes formas de estar conectados con sus estudiantes e involucrados con sus proyectos por la vía de redes sociales y comunidades en línea”.¹⁹

La experiencia de la pandemia pudo dar vuelo a modalidades de enseñanza virtual, sin que hayan sido evaluados su alcance y sus consecuencias, discriminando edades y niveles educativos. En algún momento se especuló con este recurso para debilitar los paros y ocupaciones de estudiantes y docentes.

Si el discurso sobre la crisis educativa tiene una larga historia, y sus términos no han variado demasiado, tampoco los protagonistas: los organismos financieros in-

17 Hirtt, Nico (2015) *Los tres ejes de la mercantilización escolar*. P. 2. [SUATEA- STEs.] <https://www.researchgate.net/publication/268254850...>

18 Organización integrada por académicos, empresarios y docentes que en 2018 intentó lograr “un acuerdo nacional político y sindical para impulsar el cambio educativo”, para lo cual presentó una propuesta de reforma basada en el Enfoque por Competencias, el llamado *Libro Abierto*. El Director de la ANEP bajo el gobierno coaligado, Robert Silva, estuvo entre los redactores del documento, así como integrantes del Departamento de Educación de la Universidad Católica (UCU), que dirigía el Dr. Pablo da Silveira. En EDUY21 también participaban frenteamplistas, como Fernando Filgueira y Juan Pedro Mir, ex jefes del segundo gobierno de Tabaré Vázquez.

19 EDUY21. Cit. P. 55.

ternacionales, que tienen sus departamentos especializados en educación como asunto de interés económico. También la UNESCO, las instituciones de la UE y algunas renombradas universidades promueven el cambio cualitativo de la educación. El reiterado lamento por el fracaso de la educación y las propuestas reformadoras van de la mano. Es el abc del mercado: hay que crear la necesidad de un producto para luego sacarlo a la venta, con la imprescindible publicidad.

Nico Hirtt menciona a la Universidad Católica de Lovaina [UCL] como uno de los centros de difusión del EPC por lo que, según Eric Mangez, investigador de la UCL, “en la Comunidad francesa de Bélgica la interpretación más radical, dogmática, del enfoque por competencias se sufre en la enseñanza católica”.²⁰ La UCL es el *alma mater* del anterior Ministro, Pablo da Silveira, y de muchos de los profesores de la Universidad Católica (UCU), algunos de los cuales desempeñaron cargos de dirección en ANEP.

EDUY21 declara la inspiración del BM y el ánimo globalizador que tiende a suprimir las peculiaridades nacionales. “Las ideas-fuerza de aprendizaje para todos y todas (World Bank Group, 2018), y de educación para el desarrollo sostenible (Tikly, 2017) que singularizan la Agenda Educativa 2030, están en el centro de nuestras preocupaciones como sostén de un proceso de cambio”.²¹

La hoja de ruta la trazó Jacques Delors²² en 1994 con *Los cuatro pilares de la educación*, texto al que lo temprano de la fecha y lo florido del lenguaje permitían atribuir, con cierta inocencia, objetivos humanistas.²³ Los cuatro pilares, por si no se recuerda ese texto, constituyen los ejes del EPC: *aprender a aprender, aprender a hacer, aprender a convivir, aprender a ser*. Constituyen el mantra del EPC con el corolario de *aprender a lo largo de toda la vida*.

20 Cit. por Hirtt, N. (2009) *L'approche par compétences : une mystification pédagogique*. En *L'école démocratique*, n°39, septiembre 2009. P.20. www.ecoledemocratique.org / <https://www.researchgate.net/publication/317013948>

21 EDUY21. Cit. P. 12. La ponencia de Tikly enfoca el problema de un “régimen global de gobernanza de la educación”, en un análisis interesante de lo que es. Es más descriptivo que preceptivo. La “educación para todos” [EFA] es clasificada como “régimen” y lo relaciona con temas tales como el bloque hegemónico, la acción de los organismos multinacionales y la política de ayudas y créditos, aspectos ideológicos e institucionales, etc. EDUY21 hizo una lectura bastante sesgada.

22 Ministro de Economía y Finanzas en Francia bajo Mitterand, Presidente de la Comisión Europea, promotor de la unión monetaria europea y del Tratado de Maastricht; desde 1993 presidió la Comisión de UNESCO sobre *Educación para el siglo XXI*.

23 Delors, J. (1994) *Los cuatro pilares de la educación*, en *La Educación encierra un tesoro*. México: El Correo de la UNESCO, pp. 91-103. <https://www.uv.mx/dgdaic/files/2012/11/PPP-DC-Delors-Los-cuatro-pilares.pdf>

En cierta medida el movimiento hacia una visión más extendida de la importancia de diferentes niveles de competencia puede ser vista como una aproximación entre el Banco Mundial y la larga aspiración de la UNESCO por el aprendizaje a lo largo de la vida y por una noción ampliada de las competencias básicas [...] También puede ser interpretada, sin embargo, como una respuesta al creciente poder institucional de los chinos influyendo en el campo de la educación y el desarrollo, en este caso a través de su influencia en las SDGs.²⁴

Por qué la “transformación educativa”: argumentos, razones y sinrazones

Con un enfoque algo menos irracional que los mencionados vaticinios, los considerandos se repiten. Para no sentirnos tan subdesarrollados, los reproches abarcan al primer mundo aunque hay observaciones específicas para los “tres continentes del hambre”,²⁵ para los que se exploran soluciones selectivas y restrictivas. Hace tiempo decía Da Silveira: “hay países, como la India, que decide enseñarle a poca gente pero a esos les enseña muy bien. [...] no hay nadie en Uruguay que esté proponiendo enseñarle a algunos pocos y dejar a muchos afuera. Pero en caso que hubiera alguien que quisiera eso y lo lograra, sería mejor de lo que tenemos hoy”.²⁶

Nadie lo plantea porque tendría un alto costo político, dada la investidura de la educación como derecho humano, la valoración del acceso a la enseñanza en Uruguay y la tradición de gratuidad. Pero sin duda un Estado barato, el eterno anhelo de la burguesía, implica reducción presupuestal. Christian Morrison, estratega de la OCDE, entendía bien el manejo político cuando planteaba en 1996:

Si se les disminuyen los gastos de funcionamiento a las escuelas y uni-

24 Tikly, L. P. (2017) *The Future of Education for All as a Global Regime of Educational Governance*. *Comparative Education Review*, <https://doi.org/10.1086/689700> P. 20. <https://research-information.bristol.ac.uk/files/71463187> [[SDG: Sustainable Development Goals, metas de desarrollo sustentable]. El término que traducimos por “competencia” es *skill*, por ser la equivalencia más usual.

25 Designación de la recopilación del Correo de UNESCO. *Crisis en la educación*. Cit.

26 Da Silveira, P. *Revista Empresarial* N°98. ACDE. Dic. 2011. www.acde.org.uy. P. 6-13

versidades, hay que procurar que no se disminuya la cantidad de servicio, aún a riesgo de que la calidad baje. [...] sería peligroso restringir el número de alumnos matriculados. Las familias reaccionarán violentamente si no se matricula a sus hijos, pero *no lo harán frente a una bajada gradual de la calidad de la enseñanza...*²⁷

Tampoco la población reaccionará ante una reforma educativa que viene adornada con promesas de éxito, inclusión social y eficiencia,²⁸ luego de ser minuciosamente convencida de que la educación actual es inservible y el futuro ominoso.

El mundo del hoy y el del futuro tendrá que lidiar con el hecho que el trabajo va a ser crecientemente escaso y significativamente diferente a como es predominantemente hoy.²⁹

El miedo al futuro

Recorriendo textos sobre educación de los más diversos orígenes, desde folletos del CEDEFOP³⁰ a trabajos académicos, en el mundo se reitera la certidumbre de la incertidumbre. “The future is, by definition, uncertain” proclama el CEDEFOP en el inicio.³¹ “En un tiempo de incertidumbre como el que vivimos...” dice desde la Universidad de Sevilla una académica. Según el *Libro Abierto* hay que preparar a los jóvenes para “manejar la incertidumbre”. El Marco Curricular 2022 [MCN] se propone “mejorar los aprendizajes a efectos de que los mismos estén en relación con las necesidades existentes, las que requieren de personas con *actitudes y aptitudes* acordes a los tiempos que corren y dispuestos a enfrentar las

27 Cit. en Hirtt, N. (2015) P. 7.

28 En inglés se usa *efficiency*, cuyo mejor equivalente sería *eficiencia*, que expresa la relación costo/ resultado. Por ejemplo: eficiencia de un aparato eléctrico. Una de las preocupaciones de Edgar Faure hace medio siglo era la rentabilidad de la educación.

29 EDUY21. Cit. P. 15

30 Centro Europeo para el Desarrollo de la Formación Profesional

31 “El futuro es, por definición, incierto”. CEDEFOP. *Future skills supply and demand in Europe. Forecast 2012*. P. 1. Luxembourg. Publications Office of the European Union (2012) <http://europa.eu> / www.cedefop.europa.eu

incertidumbres del futuro”.³²

Esta incertidumbre no tiene connotaciones filosóficas ni teóricas: se refiere al futuro del mercado de trabajo que “ni los individuos ni los países pueden controlar” según CEDEFOP. El autor sin embargo cree que se pueden hacer algunas predicciones y, en abierta contradicción con la declaración inicial, asegura a renglón seguido que “las decisiones que se tomen hoy modelarán el futuro”.³³ Esas decisiones se refieren a la educación, no al modo de producción, a los mercados o a las relaciones internacionales. ¡Por favor!

Parece olvidarse que *siempre* la educación tuvo y tiene una dimensión de futuro, que necesariamente educamos para el futuro, para lo que aún no existe y que será la resultante del “grupo infinito de paralelogramos de fuerzas” de que hablara Engels en conocida carta a Bloch, resultante que puede ser lo que nadie quería o preveía. Por lo que la incertidumbre sobre el futuro no es una novedad de los tiempos actuales.

Según Hannah Arendt “siempre educamos para un mundo que está confuso o que se está convirtiendo en confuso”³⁴, o que sentimos así. Porque el mundo —físico y social— está en constante devenir, algo que el pensamiento actual cree que es nuevo, “inédito”, pero que, en el fondo, le cuesta digerir. La abolición de la historia conlleva la imposibilidad de una proyección de futuro, de la simple imaginación de un futuro-otro, diverso del presente. Hoy es más pertinente que nunca la pregunta de Reyna Reyes “¿Para qué futuro educamos?” y su sentido implícito: ¿a qué futuro aspiramos?

El miedo a un futuro que no sería concebible sino como continuidad agravada o mejorada del presente, e intentar educar bajo ese supuesto, sólo sería según Arendt, destructivo.

En política, esta actitud conservadora —que acepta el mundo tal cual es y sólo se esfuerza por conservar el *statu quo*— no lleva más que a la destrucción, porque el mundo, a grandes rasgos y en detalle, queda irrevocable-

32 ANEP-CODICEN. Marco Curricular Nacional. (2022) www.anep.edu.uy>MC V2 2022 v7_2.PDF P. 18

33 CEDEFOP. Cit. P. 1

34 Arendt, H. (1996) *Entre el pasado y el futuro*. Barcelona: Península. P. 204

mente destinado a la ruina del tiempo, si los seres humanos no se deciden a intervenir, alterar y crear lo nuevo.³⁵

Adecuación a las necesidades de las empresas

Clara y reconocidamente, ese es el objetivo esencial, detrás de la retórica de la globalización, la sociedad del conocimiento y la aceleración del desarrollo tecnológico de la “cuarta revolución industrial”.

Si los innovadores se ocuparan un poco del pasado sabrían que esos tópicos se vienen reiterando en los últimos 50 años. Paul Legrand, entonces jefe de la Sección de Educación Permanente de UNESCO, decreta alcanzada la globalización gracias a las comunicaciones satelitales y la televisión. “Al hacerse planetario, el hombre ha adquirido simultáneamente el sentido de lo global, que ciertos sociólogos como Jacques Berque prefiere llamar ‘lo mundial’ (*mondialité*)”.³⁶ Y el múltiple ministro francés, Edgar Faure, ignorando alegremente la historia, declara que *por primera vez*, “la revolución científico y técnica ha conquistado el ámbito de lo mental” e introduce un avance de la famosa carretera de la información, por obra de los *mass media* y las “máquinas calculadoras y racionales” [sic] para favorecer el autodidactismo.³⁷

Desde el último cuarto del siglo pasado se plantea el fin de la educación masiva y común y su transformación cualitativa, explícitamente para adaptarla a las necesidades de la nueva economía, como lo expresan sin ambages la ERT³⁸ y Edith Cresson³⁹, demandando una enseñanza modelada según los requerimientos de las empresas. Con total claridad lo formula Androulla Vassiliou, Comisaria Europea de Educación, Cultura, Multilingüismo y Juventud en 2010-2014. Entre sus prioridades figuran “mejorar las cualificaciones y el acceso a la educación y la formaci-

35 Ibídem.

36 *Crisis en la educación*. Cit. P. 28

37 Ibídem. P. 40 / 45

38 ERT: European Round Table. Mesa de los industriales europeos.

39 Comisaria Europea de Investigación, Ciencia y Tecnología [1995-1999]. Con anterioridad ocupó varios ministerios en Francia.

ón, prestando especial atención a las necesidades del mercado” y [...]”preparar a los jóvenes para el mercado laboral actual”.⁴⁰

El argumento decisivo e irrefutable que esgrimía el Consejo Directivo de la ANEP en defensa del EPC en 2013 era que ese modelo educativo fue adoptado en el primer mundo, lo cual es cierto, puesto que con el llamado Proceso de Bolonia [*Espacio Europeo de Educación Superior* (EEES)], el EPC se extendió al nivel universitario. En Uruguay, la Universidad Católica y la Universidad de Montevideo, vinculada al *Opus Dei*, han adoptado ese modelo para sus Escuelas de Negocios. En el ámbito estatal, la Universidad Tecnológica [UTEC], creada en la presidencia de José Mujica, responde a esta orientación.

Por supuesto que en los países dependientes hay otras urgencias. En 1992 Juan Carlos Tedesco anticipaba el libreto:

No puede haber flujo de capitales de los países ricos a los pobres si el nivel de capital humano de éstos es muy bajo con respecto al de los primeros. Un bajo nivel de capital humano hace que el capital físico sea menos productivo.⁴¹

En 2005 la Unidad de Educación del BID plantea las causas de insatisfacción con el sistema educativo en nuestra América: “Las instituciones de capacitación de la región, a su vez, con frecuencia no suministran *el perfil de habilidades exigido por los sectores productivos*”. Hace una síntesis que no se guarda nada:

La educación y la capacitación son factores decisivos para la competitividad y el crecimiento debido a sus efectos sobre la *productividad de la fuerza laboral*, entre otras consideraciones. La educación es esencial también para la reducción de la pobreza, porque mejora las perspectivas de ingreso, la capacidad de movilidad y la *adaptabilidad de la fuerza de trabajo*. La educación transmite beneficios privados y poderosas exterioridades públicas. Estas

40 <http://ec.europa.eu>. Anotamos significativas diferencias entre las versiones en español y en inglés: por ejemplo, “cualificaciones” por “skills”, “formación” por “training”.

41 UNESCO-OREALC. *Proyecto principal de educación en América Latina y el Caribe*. Boletín 28. Santiago, Chile, agosto 1992. P. 9

últimas [...] desempeñan también un papel importante en la *calidad de la interacción cívica y el gobierno democrático*.⁴²

A la educación se la hace responsable también de la gobernabilidad, de ahí que los Marcos Curriculares de 2017 y de 2022 insistan en inculcar valores, actitudes y comportamientos, a cuento de una visión o mirada ética, un aspecto que el MCRN⁴³ de 2017 desarrollaba con mayor detalle que el marco de 2022.

Estos principios vinculados a la ética *se permean* a través de las acciones y de los materiales curriculares que trabajan los estudiantes. Es así que los actores *a nivel del centro educativo y a nivel de mandos medios* como agentes principales de la formación ética de los estudiantes, juegan un rol protagónico.⁴⁴

Algunas de las nuevas asignaturas anunciadas en el nuevo plan para la educación básica, a aplicarse desde 2023, como, por ejemplo, “Mundo contemporáneo”, son muy adecuadas para ser “permeadas” en este sentido.

El carácter mecánico y condicionante, manipulador en última instancia, de esta formación se trasluce en la terminología. Se habla de “dispositivos de enseñanza”, de los “múltiples dispositivos en que se desarrolla el sujeto”, de “dispositivos institucionales”. Por si la palabra no alcanzara, se proporciona su definición, siguiendo a autoridades europeas: “... llamo dispositivo todo lo que tiene —de una manera o de otra— la capacidad de *capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar y asegurar los gestos, conductas, opiniones y discursos* de los seres...”. “Un dispositivo es una construcción didáctica elaborada a partir de una *operación mental que queremos hacer efectuar al sujeto* con el propósito de que consiga una determinada adquisición. El dispositivo pone en práctica unos materiales y unas consignas estructura que, juntos, *encarnan la operación mental...*”.⁴⁵

42 *Hacia la Expansión del capital de conocimiento de América Latina y el Caribe: Una estrategia del BID para la educación y la capacitación* (Borrador), agosto, 2005. p. 3 [www.oei.es].

43 Marco Curricular de Referencia Nacional.

44 MCN. P. 36

45 ANEP-CODICEN. (2017) Marco Curricular de Referencia Nacional. P. 38 <https://mcrn.anep.edu.uy/sites/default/files/Documento%20MCRN%20agosto%202017.pdf>

Modelar el comportamiento parece ser un objetivo central de la nueva educación, sin ver que, en una enseñanza vacía de contenidos, puede quedar reducido a la retórica moralizante o al condicionamiento compulsivo. Compulsión tanto más grave cuanto más oculta.

Es interesante que dos pensadores tan distantes como Saviani y Arendt pongan énfasis en conceptos hoy innombrables como “autoridad” y “disciplina”. Quizás porque si se los menciona entran en el campo de lo consciente, de la crítica. Todo lo contrario a la imposición subrepticia. El conductismo goza de buena salud.

En 1869, Marx interviene en el Consejo de la AIT, para oponerse a que en la escuela se impartieran “disciplinas que admiten una interpretación de partido o de clase”, como la economía política que irónicamente asimila a la religión. Piensa que el contenido de la enseñanza formal debe limitarse al conocimiento riguroso, excluyendo la especulación y la propaganda. La educación, en el sentido completo, formativo, no la asigna a la institución escolar, sino a la experiencia social en el marco de su clase. “Los jóvenes han de recibir esta educación de los adultos en la lucha cotidiana por la vida”.⁴⁶

El enfoque del capital humano

Señala el maestro Miguel Soler:

La educación no es mencionada por el Banco [Mundial] como un derecho, ni como fuente de desarrollo y de realización de la persona, sino como inversión, como vía de constitución del capital humano necesario al crecimiento económico. Se la presenta no sólo subordinada a otros objetivos sino *culpabilizándola de que estos pudieran no ser logrados*.⁴⁷

Pablo da Silveira considera que el “capital humano” no consiste en las personas, sino en “las destrezas y los saberes que incorporan”. Como explican tres impulsores del EPC vinculados a la UCL, en tanto “estos servicios de formación podrían ser costo-

46 Marx, C. Engels, F. (1978) *Textos sobre Educación y Enseñanza*. Madrid: Comunicación. P. 159

47 Soler Roca, M. (2014) *Educación, resistencia y esperanza*. Buenos Aires: Clacso. P. 381

sos para la empresa, ésta evidentemente tiene interés en influir sobre la escuela para impulsarla a transformar sus programas en términos de competencias”.

Es así que las *presiones de las empresas* europeas sobre las autoridades de la Unión Europea las llevaron a desbloquear importantes créditos en torno al proyecto UNICAP (Unidades Capitalizables). Este proyecto consistía en *definir para cada categoría de trabajo un referencial de competencias* y a repartir la formación en unidades capitalizables progresivas [...].⁴⁸

El “capital humano” es esencial para atraer inversiones y el argumento se reitera a través de los años, con una óptica que, según Agostinho Reis Monteiro, es “potencialmente tan bárbara como el biologicismo nazi”. Lo define como “un enfoque económico, que reduce la calidad de la educación a indicadores utilitarios y cuantitativos y ve a los seres humanos principalmente como herramientas para la productividad y la competencia económicas”.⁴⁹

No es nuevo que la escuela sea pensada en función de objetivos económicos, políticos e ideológicos. La reforma escolar de José Pedro Varela, fuertemente influido por Sarmiento, buscaba pacificar el país, generar una cultura cívica y crear condiciones para el desarrollo capitalista en el Uruguay. Jules Ferry, luego de la Comuna, establece la educación universal con la finalidad explícita de instaurar una moral de Estado, de lograr cohesión social. El éxito en inculcar valores como el patriotismo o el nacionalismo puede medirse por la crisis de la socialdemocracia ante la I Guerra Mundial.

Hirtt señala que los objetivos actuales se deslizaron hacia el plano económico, pero no pienso que ese recorte sea tan neto. El aspecto político-ideológico sigue siendo crucial aunque refiera a alcanzar el desarrollo económico y atraer inversiones. El “capital humano” no sólo incluye saberes y habilidades sino también actitudes, posiciones y comportamientos. Según Althusser, “...la reproducción de la fuerza de

48 Autores: Christiane Bosman, François-Marie Gérard y Xavier Roegiers. Cit. por Hirtt, N. (2009). P. 6

49 Reis Monteiro, A. Cit. P. 9

trabajo no sólo exige una reproducción de su calificación sino, al mismo tiempo, la reproducción de su sumisión a las reglas del orden establecido, es decir una reproducción de su sumisión a la ideología dominante”.⁵⁰ El reproductivismo vuelve por sus fueros.

Contra la educación común: descentralización y desregulación

Es a todas luces antieconómico proporcionar una educación igual a personas que, por su condición social, desempeñarán diversas funciones en el “mundo del trabajo”. Lo expone con sinceridad rayana en el cinismo la OCDE en 2001: “No todos podrán seguir carreras profesionales en el dinámico sector de la ‘nueva economía’ — sin duda la mayoría no lo hará — de modo que el currículo no se puede diseñar como si todos por igual fueran a volar alto”.⁵¹

La desregulación y la desigualdad educativas son preceptivas en los Marcos Curriculares de 2017 y 2022. Se presentan revestidas con el manto de la diversidad y la atención a las demandas sociales, especialmente de los “vulnerables”.

La autonomía de los centros, otra de las bases fundamentales de la transformación educativa, permitirá adaptar el currículo hacia abajo pero también hacia arriba en la escala social: facultará a discernir a quiénes dotar de las competencias necesarias para estudios universitarios. Aunque se niegue la estructura de clases, es una posición descarnadamente clasista la que se enuncia abiertamente. “Si partimos de los intereses de la burguesía, el objetivo de la escuela se variará según la capa de la población a la cual se destina”.⁵²

En 1983 Dermeval Saviani hacía la crítica de la que denomina “pedagogía tecnicista” cuyos rasgos describe y que coincide notablemente, en sus características y sus fines, con el novedoso EPC.

[...] en la pedagogía tecnicista el elemento principal pasa a ser la organización racional de los medios, ocupando docente y alumno una posición

50 Althusser, L. *Ideología y aparatos ideológicos del Estado*. perio.unlp.edu.ar/teorias2/textos/m3/althusser.pdf

51 OCDE. (2001) *Schooling for tomorrow*. P. 29 <https://www.oecd.org/site/schoolingfortomorrowknowledgebase/futuresthinking/trends/37913713.pdf>

52 N. Krupskaja. (1986) *La educación laboral y la enseñanza*. Moscú: Progreso. P. 49-50

secundaria, relegados a la condición de ejecutores de un proceso cuya concepción, coordinación y control quedan a cargo *de especialistas supuestamente habilitados, neutros, objetivos, imparciales*. [...] en la pedagogía tecnicista se diría que es el proceso el que define lo que los docentes y alumnos deben hacer, así como cuándo y cómo lo harán. [...] cabe a la educación proporcionar un *eficiente entrenamiento* para la ejecución de las múltiples tareas continuamente demandadas por el sistema social. La educación será concebida, entonces como un subsistema cuyo funcionamiento eficiente es esencial para el equilibrio del sistema social del cual es parte. Su base de sustentación teórica se desplaza hacia la psicología behaviorista, la ingeniería del comportamiento, la ergonomía, informática, cibernética, que tienen en común una inspiración filosófica neopositivista y el método funcionalista. [...] para la pedagogía tecnicista lo que importa es *aprender a hacer*".⁵³

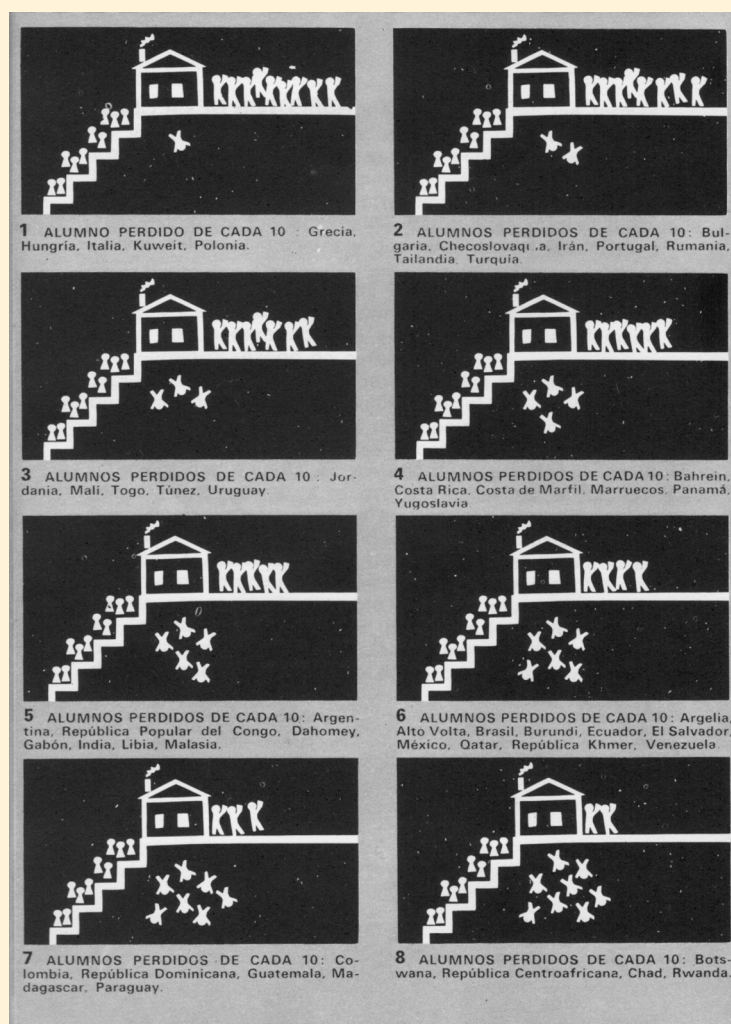
El discurso de la inclusión, la equidad y los contextos

Desde los estudios de CEPAL en los '90 se introdujo con fuerza el concepto de los "contextos": la consideración del factor social como determinante de las condiciones de *educabilidad* [sic] y del éxito o el fracaso escolares. Cruzando el rendimiento y el origen social se clasificó a los alumnos en cuatro categorías algo escalofrantes: *herederos, mutantes, previsibles y perdedores*. Una especie de frenología sociológica que sin embargo fue reproducida ampliamente en su momento, incluso por parte de docentes progresistas.

En 1976 encontramos la categoría de "alumnos perdidos" para referirse a la deserción escolar junto con una estadística expresada gráficamente de manera tremendista: los que no culminan el ciclo escolar caen al abismo.⁵⁴

53 Saviani, D. (1988) *Escuela y democracia*. Montevideo: Monte Sexto P. 22-23

54 *Crisis en la educación*. Cit. P. 50



ESTADÍSTICA ATRIBULADA

La ilustración, por otra parte, recuerda un poco la visión escolar de *The wall*: la escuela como fábrica y los alumnos como materia prima que son manufacturados en su interior. Véase los objetos informes que suben la escalera para entrar: recién al salir adquieren forma más o menos humana —también los “perdidos”, quizás por su breve pasaje por la manufactura-escuela.

En Uruguay se manifiesta, desde tiendas diversas, la preocupación esencial por la llamada “contención”. En ese sentido, la importancia asignada a completar los ciclos de enseñanza se relaciona con el discurso alarmado sobre la seguridad. El MCRN de 2017 encontraba su razón de ser en “garantizar un *tránsito continuo y completo* por el trayecto de la educación obligatoria”.⁵⁵ Es de rigor, incluso en la

55 MCRN, P. 45

educación terciaria, llamar a los cursos “trayectos”. El otro término en uso es “la cursada”, vocablo que según la RAE no es un sustantivo sino un participio. La competencia en comunicación no incluye la gramática. En el *Libro Abierto* se dice, por ejemplo, “todas y todos las personas”.

El controversial Informe 2017-2018 de INEE⁵⁶ no aporta demasiado en el terreno pedagógico. En sustancia el informe es retórico y se inquieta por “la *inequidad en los resultados* de los estudiantes uruguayos”. El sistema educativo, sostiene, debería tener “un rol compensatorio asignando de forma diferencial recursos hacia los grupos más vulnerables o que más los necesitan”.⁵⁷ La discriminación positiva suplantaría con ventaja a la justicia social y, por supuesto, está a cargo de la educación, dentro de la ideología de la inclusión y la equidad, que viene a ser, según el diccionario, “el *estado de ánimo* de dar a cada uno lo que se merece”. Algo bien distinto a la igualdad, por cierto, y que ni siquiera requiere el acto distributivo.

Peter McLaren denuncia crudamente la “retórica de la inclusión social [...] que simultáneamente estigmatiza a los ‘excluidos’ o como víctimas o como carentes de ciertas habilidades o actitudes, mientras afirma querer incluirlos como iguales (con la cuestión entera de la igualdad dejada en el aire). Pero ésta es una cruel fantasía. En un sentido, no hay ‘socialmente excluidos’, todos están incluidos dentro del universo social del capital, pero sobre bases diferencial y obscenamente desiguales”.⁵⁸

Precariedad laboral, flexibilidad educativa

En la propaganda de la “transformación educativa” emprendida por el gobierno coaligado en 2020, sobrevolaba la incorpórea “metacognición” como uno de los fines del EPC. Con designación menos pretenciosa, se trata del “aprender a aprender”, que supuestamente requiere del estudiante un agotador análisis introspectivo.

56 Instituto Nacional de Evaluación Educativa.

57 INEE. (2019) *Informe sobre el estado de la educación en el Uruguay. 2017-2018*. P. 19 <https://www.ineed.edu.uy/images/ieeuy/pdf/Informe-sobre-el-estado-...>

58 McLaren, P. (2012) *La pedagogía crítica revolucionaria*. Buenos Aires: Herramienta. p 28

Un currículo orientado a competencias favorece el desarrollo de aprendizajes significativos, pertinentes, y a la vez se enfoca en el desarrollo del *conocimiento del propio sujeto sobre la forma en que aprende*.⁵⁹

El trasfondo económico de las consignas “aprender a aprender” y “aprender a lo largo de toda la vida” estriba en que cada uno se adapte a la rotación ocupacional, a la precariedad laboral, actualizando sus competencias por su propio esfuerzo y a su costa, haciéndose responsable de seguir siendo o no “empleable”. En el 2000 decía la Comisión de la Comunidad Europea: “En el seno de las sociedades del conocimiento, el papel principal corresponde a los propios individuos” [...] “El factor determinante es esta capacidad que posee el ser humano de crear y explotar conocimientos de manera eficaz e inteligente, en un entorno en perpetua evolución. Para sacar el mejor partido de esta aptitud, los individuos deben tener la voluntad y los medios de hacerse cargo de su destino”.⁶⁰

Este es uno de los fines de la “alfabetización digital”, de modo que los futuros trabajadores estén familiarizados con el uso de las computadoras, que puedan adaptarse casi intuitivamente a *hardwares* y *softwares* variados y cambiantes. Y finalmente, no sólo se forma mano de obra: también se crea una ingente masa de consumidores para el mercado de las nuevas tecnologías, en un marco de permanente actualización y fuerte competencia internacional. “La filosofía educativa del BM parece reducirse al mandato: aprende, produce, consume y calla”.⁶¹

El concepto de competencia

En los textos que se traducen del español aparece la palabra “*competence*” o “*competency*”, pero en los textos originalmente en inglés se utiliza menos: se prefiere “*skills*”-habilidades o destrezas- que es una linda palabra monosilábica y menos polisémica. Los textos en francés también a veces emplean *capabilités*, por lo que aparece en tra-

59 MCN. P. 21

60 Cit. por Hirtt, N. (2015) P. 12

61 Soler Roca, M. Cit. P. 385

ducciones “*capability*”. En castellano, *competencia* tiene básicamente dos acepciones: *Disputa, contienda o rivalidad / Pericia, aptitud, idoneidad o ámbito de atribuciones*. En inglés sólo la última, lo que impide ciertos tentadores juegos de palabras.

El MCN elude el espinoso problema de definir las competencias, con buenos motivos. En vano buscaremos una definición conceptual clara de “competencia”. No es una carencia local sino global. Dice el mexicano Héctor Lamadrid, luego de revisar con humor algunas definiciones: “¿Cómo es posible pretender imponer un enfoque que ni siquiera pueden definir sus propios proponentes?”.⁶² Según el belga Nico Hirtt, se “idealiza y naturaliza la competencia, se la transforma en una pura abstracción que flotaría misteriosamente encima de los saberes, un poco como el Espíritu Santo flota encima de la materia”.⁶³

Podemos en cambio acceder a una prolija taxonomía de las competencias, así como a diversas categorías: competencias de base, competencias transversales, zócalo de competencias, competencias terminales, competencias culturalmente densas, etc.

Reproducimos la definición —de algún modo hay que llamarla— más breve que es la de ANEP en 2013. La del *Libro Abierto* es más larga pero goza de igual imprecisión.

Hay múltiples definiciones del concepto *competencia*, surgiendo de acuerdo a ellas algunas opiniones disidentes. [...] El concepto de competencia es multidimensional y su uso específico depende del contexto.

Una de las interpretaciones del concepto competencia, se asocia al de *capacidad*. Implica que el estudiante tiene la posibilidad de ‘saber hacer algo’ con los aprendizajes adquiridos en la institución educativa. Vinculado a una Sociedad que está exigiendo actuaciones concretas, claras, adecuadas y asertivas, la enseñanza basada en la información es insuficiente. Lo válido es que el estudiante sea capaz de saber qué puede hacer con los conocimientos, dónde aplicarlos, cómo hacerlo, por qué usarlos o por qué no.⁶⁴

62 Lamadrid Figueroa, H. (2016) *Una breve crítica al “enfoque” basado en competencias*. <https://www.researchgate.net/publication/299524994>

63 Hirtt, N. (2009) P. 18.

64 ANEP-CODICEN (2013) Destacados en el original. MB [www.anep.edu.uy].

Modestamente, se aspira a que el estudiante pueda hacer “algo”, lo que sea, con actitud asertiva, pero que no reciba información o construya conocimientos que no sean instrumentales —no vayan a ser interesantes pero “desinteresados”, como quería Eduardo Acevedo cuando fundó los liceos departamentales. El placer del conocimiento es desconocido. Pero la competencia no se limita a la aplicación de conocimientos:

La aplicación de conocimientos es parte del proceso de desarrollo de una competencia, pero no la agota. No se *aplican* conocimientos vaciados de referencias solo como un ejercicio cognitivo, desconociendo que las *emociones son la base del desarrollo de los aprendizajes* y que *la voluntad* de la persona, sus *valores y actitudes* están implicados en ese desarrollo”.⁶⁵

También las emociones deben *aprenderse*. Esto forma parte de lo que el *Libro Abierto* considera un “enfoque pedagógico” de las competencias. Aunque es un abuso de lenguaje hablar aquí de pedagogía, que se ve reducida a lo metodológico y procedimental. Los procedimientos que, como vimos, son explícitamente mecanicistas y manipuladores, conducen a la peor forma de ejercer la autoridad, un autoritarismo camuflado que no se revela como una fuerza externa, sino que va siendo interiorizado en el educando desde la primera infancia.

La minuciosidad en el detalle de los procedimientos, las conductas a inculcar y las pautas de evaluación y control, reducen al docente a mero ejecutor sin iniciativa. En este sentido Nico Hirtt y otros autores señalan que “lejos de favorecer la innovación pedagógica, la aproximación por competencias encierra a los profesores en un trabajo rutinario, burocrático, extremadamente normativo. Esto deriva de una visión estrecha y dogmática de las relaciones profesores-alumnos”.⁶⁶

65 EDUY21. Cit. P. 56-57.

66 Hirtt, N. (2009). Cit. p. 26

Cambian los gobiernos y aguanta el EPC

Lamentablemente las orientaciones en educación del reformismo progresista y del conservadurismo liberal, en lo esencial, concuerdan. Esta confluencia se puede pensar en relación al afán por situarse en las coordenadas de un pensamiento único y global que ha devenido hegemónico, fundamentalmente en las capas medias e intelectuales. En economía persiste la preocupación por atraer inversiones y la asociación de emprendimientos estatales con capitales privados. A pesar de las críticas de los docentes que recibió la “transformación educativa”, impulsada a toda máquina por la derecha coaligada, no se perciben señales de que el actual gobierno vaya a emprender otro camino. Al contrario: uno de los redactores de las bases programáticas del FA, el Cr. Álvaro García, que ocupó altos puestos en todas las administraciones frenteamplistas, no solamente planteó, en una entrevista radial, la adhesión al EPC, sino que se permitió decretar una metodología didáctica: el trabajo por proyectos, en base al objetivo de “aprender a hacer”. Otra innovación centenaria, ya que ese método, dominante en la escuela norteamericana, fue propuesto por William Kilpatrick en 1918.

Se puede esperar que se modifiquen las más sensibles y visibles disposiciones de la Ley de Urgente Consideración (LUC), sobre todo en el terreno institucional, y que mejore algo el presupuesto para educación.

Los marcos curriculares de 2017 y de 2022 coinciden en sus propuestas, aunque el segundo es más impreciso e ininteligible que el primero, extremo que parecía imposible. No se entiende cómo, después de reconocer los “logros previos” y la continuidad con las realizaciones de la administración anterior,⁶⁷ se proclame que “La propuesta curricular vigente es un factor de expulsión de miles de estudiantes en la Educación Media”,⁶⁸ en tanto lo que estaba vigente era el MCRN de 2017, con el que hay una reconocida orientación común, basada en el EPC.

67 “Es así que, considerando algunos procesos ya iniciados y plasmados a través de los avances del *Marco curricular para los niños desde el nacimiento a los 6 años* del Ministerio de Educación y Cultura (MEC) de 2014, del *Marco Curricular de Referencia Nacional* de la ANEP de 2017, Perfiles que lo integran y las incipientes *Progresiones de aprendizaje* que lo acompañan, el *Documento Base de Análisis Curricular* de educación primaria de 2016, y las *Expectativas de logro* de educación secundaria de 2016, se plantea un nuevo proceso de profundización de algunas líneas curriculares, así como de generación de otras, en base a la evidencia existente y las importantes necesidades constatadas”. MCN. p. 19

68 MCN. p. 12

Ambos marcos reproducen las directivas internacionales, con parecida fraseología, rebotante de lugares comunes y casi el mismo vocabulario, lo que es esencial, al punto que CEDEFOP dedica algunos libros a establecer la terminología prescriptiva para hablar de educación.⁶⁹ Y los dos son abstrusos y retóricos, por lo que no parecen buscar la comprensión intelectual sino la adhesión disciplinada y acrítica, porque como bien dice Edgar Morin, a quien el MCN cita pero evidentemente no leyó, “La comprensión intelectual pasa por la inteligibilidad”.⁷⁰

La Ley de Urgente Consideración de 2020, cuyos 476 artículos sobre los más diversos asuntos fueron aprobados perentoriamente aprovechando la mayoría parlamentaria de la coalición multicolor, coloca la enseñanza bajo la égida del MEC⁷¹, violando la Constitución, que consagra la autonomía de los entes de educación pública, a la vez que subrepticamente implanta el EPC⁷² y se esfuerza en restringir la libertad de cátedra. Incluye disposiciones que condicionan la permanencia y el acceso a un puesto docente al “compromiso con el proyecto de centro” y la adhesión a una metodología. En esas decisiones podrían intervenir no sólo el CODICEN y las Direcciones Generales sino también los directores de los centros y hasta los padres y alumnos, a través de los Consejos de Participación. Es casi burlesco que se consigne que esta disposición se cumplirá respetando el principio de no discriminación.

En un país con una fuerte tradición de iniciativa de los educadores en materia pedagógica y en la elaboración de planes y programas,⁷³ es sintomático que no se les haya dado participación en la “transformación educativa”, y sólo se haya realizado una pseudo consulta a las asambleas técnico-docentes, sin oportunidad de aportar nada. Tampoco, por cierto, fueron consultados bajo el gobierno progresista sobre las reformas gradu-

69 *European Training Thesaurus; Terminology of education and training policy; Glossary: quality in education and training*. “Training” se traduce púdicamente al francés como “formación”. No se encontró traducción al español.

70 Morin, E. *Los siete saberes necesarios para la educación del futuro*. 1999. UNESCO. p. 51

71 Ministerio de Educación y Cultura

72 “La educación formal es aquella que, organizada en diferentes niveles u modalidades, constituye de manera unificada el sistema educativo que promueve el Estado con el objetivo de garantizar el desarrollo de competencias para la vida”. LUC. Art. 132. Nótese además que de acuerdo al texto legal el Estado sólo tiene la obligación de “promover” la educación, no de brindarla. Dejaba espacio al sistema de *vouchers*, favorito de Da Silveira, pero que no se propuso abiertamente.

73 Por poner sólo dos casos: en 1949 los maestros elaboraron los programas para la escuela rural; en 1963, la Asamblea de Profesores de Educación Secundaria produjo un plan de estudios que buscaba superar la condición de enseñanza preuniversitaria.

ales y silenciosas que se emprendieron. De acuerdo a las tendencias internacionales los únicos que no pueden opinar sobre educación son los educadores: las reformas son pergeñadas por sociólogos, economistas y otros “expertos”.

Allá por los años ’70, Paul Legrand, por entonces jefe de la Sección de Educación Permanente en UNESCO, escribe que la escolaridad obligatoria genera un monopolio. “Automáticamente, cada año, las escuelas tienen garantizado su contingente de usufructuarios. El juego de la oferta y la demanda, *que es el que impone el progreso*, brilla por su ausencia”. Consecuentemente, “la profesión magisterial no favorece tampoco ni la imaginación ni la iniciativa”. Y sigue una increíble pintura del docente como un autócrata todopoderoso: “¿Existe en el mundo –tal cual es- algo parecido desde el punto de vista de la autoridad o la concentración de poderes de que goza un profesor? (...) siempre será un juez inapelable y al mismo tiempo un ejecutor”.⁷⁴

Es bastante alarmante que el jerarca de un organismo internacional tuviese tan escaso conocimiento de las relaciones de poder en “el mundo tal cual es”.

Si se intenta desentrañar qué significan en concreto las altisonantes formulaciones de los marcos curriculares, cargadas de los vocablos de la corrección política –diversidad, inclusión, flexibilidad, equidad, pertinencia, relevancia, etc.-, al fin se concluye que no significan nada más que el vacío de ideas en la oquedad de la fraseología y lo que hay que descubrir no es qué quieren decir sino qué quieren ocultar o al menos disimular. El ensayo de George Orwell sobre el lenguaje y la política nos viene inevitablemente a la memoria. No está claro si en estos casos el pensamiento corrompe la lengua o el lenguaje corrompe el pensamiento, o las dos cosas. Leemos, por ejemplo:

El interés del estudiante como meta curricular sólo se alcanzará si se comprenden sus *diferencias individuales y contextuales* como *punto de partida* de los aprendizajes, y *se actúa desde ellas* hacia metas comunes. El currículo, como instrumento general, deberá tenerlo en cuenta ofreciendo un modelo *con flexibilidad y con orientaciones y apoyos específicos*.⁷⁵

74 Crisis en la educación. Cit. P. 14-15

75 MCN p. 17.

Está claro que, bajo el torrente verbal, se apunta a una enseñanza diferenciada según los llamados contextos, eufemismo para aludir al origen social de los estudiantes. Como las “diferencias” serían el *punto de partida* de la acción educativa, no pueden ser otra cosa que presuposiciones, pre-juicios, no se trata de conclusiones que surjan del proceso pedagógico. O sea, que *el planteo se hace exactamente al revés*. Asimismo podría significar la continuidad de políticas focalizadas que se vienen ensayando desde hace años y que se tradujo en algunos nombres de fantasía y una cascada de siglas (PIU, FPB, PMC, PEE, PAC, PIES, etc.). Como interesaba asegurar certificados de estudio, los contenidos y las exigencias se aliviaban considerablemente.

Como bien señala Peter Mc Laren, las teorizaciones postmodernas de la diferencia “ignoran y subvierten cualquier conocimiento sistemático de las dimensiones materiales de las diferencias y tienden a separar las cuestiones de la ‘diferencia’ de las formaciones de clase y las relaciones sociales capitalistas” e ignoran que “los sistemas de diferencias siempre incluyen relaciones de dominación y opresión”.⁷⁶

Una educación diferenciada tiende a ser diferenciadora, pues cristaliza y acrecienta la desigualdad. Pero lo que se exhibe son datos estadísticos de resultados escolares: no preocupa la desigualdad social, una realidad que no se pretende cambiar pues, como dijo el presidente de la Asociación Rural en 2020, la desigualdad es un *deber ser*, justo y deseable, en tanto deriva de la naturaleza de las cosas.⁷⁷

Asimismo se siente necesario afirmar que “todos [...] tienen derecho a educarse/ aprender”, como si ambos términos fueran equivalentes. Ciertamente que el MCN reitera una y otra vez que se piensa en una “educación centrada en los aprendizajes”, pero ni en las épocas en que se hablaba de “enseñanza” y aún de “instrucción” —como designación de los Consejos o del Ministerio— los objetivos eran tan estrechos, limitados y limitantes.

76 McLaren, p. Cit. p 146-147

77 “... la realidad es que la desigualdad de ingresos va a existir siempre por la propia naturaleza humana y es justo que así sea. Las personas somos todas distintas, tenemos objetivos de vida diferentes, actitudes y aptitudes diferentes y actuamos y trabajamos en consecuencia. Las diferencias existen y van a existir siempre entre las personas y por lo tanto en los ingresos que no pueden ni deben ser iguales”. Ing. Gabriel Capurro. aru.org.uy/wp-content/uploads/2020/09/Prado-2020-Ing.-Capurro.pdf

Como se piensa según el paradigma del eterno presente, los marcos curriculares y el EPC adolecen de un supuesto de inmovilidad social, que recuerda al imperio bizantino. Los estudiantes van a permanecer todo el ciclo escolar en el mismo contexto, y toda su vida, agregaría, ya que las competencias y los cursos estarán pensados para su desempeño en esa situación. Si los programas de estudio para el alumno de una escuela rural son filtrados por el tamiz del contexto, ¿qué pasa si se muda y debe asistir a una escuela o un liceo en la capital? ¿Cómo deberá adaptarse a saberes y exigencias “diseñados” para otro contexto?

Nada de esto interesa, porque el “estudiante”⁷⁸ es otra abstracción, vacía de contenido real. No se toman en cuenta las características específicas de cada edad y nivel educativo (tampoco son contempladas en las “progresiones de aprendizaje”, igualmente genéricas). Esta omisión se agrava con la aprobación del Plan de Educación Básica Integrada que, aplicando el proyecto de EDUY21, decreta la continuidad de la educación desde los 3 a los 14 años, estructurada en tres ciclos y seis tramos. Sería largo en exceso analizar este plan y las nuevas asignaturas que introduce, pero una primera mirada sugiere que no se reconocen las características de la primera infancia, pues la educación inicial quedaría subsumida en un primer ciclo, y se infantiliza al adolescente, negándole la experiencia del pasaje a una etapa distinta de la vida, con la maduración y rupturas que ello significa. La complejidad y riqueza de la adolescencia no se percibe; quizás porque se ha hecho difícil comprender cualquier proceso de transformaciones y proyección hacia el futuro. Sin contar que con el avance autoritario desde fines de la década de 1960, los liceos han sido percibidos como focos de rebeldía estudiantil, por lo que Secundaria siempre es el blanco de las censuras.

En el MCN el “estudiante” es concebido como una “persona en construcción” o “persona en desarrollo”, o sea que la referencia es el adulto que se quiere modelar. La psicología evolutiva también debe ser considerada obsoleta así como los grandes pedagogos, que pensaron la educación a partir de las características

78 Designación más frecuente en el MCN 2022; el MCRN 2017 prefería el desagradable término de “aprendiente”.

específicas de cada etapa de la vida y con una preocupación humanista. Muy lejos de la teoría del “capital humano”, origen y fundamento del EPC.

Para consagrar el entierro de la pedagogía, además de considerar que “la acción educativa logra su fin solo si se producen aprendizajes”, se proclama:

Un modelo curricular integral y coherente debe responder *a lógicas que trasciendan las especificidades propias de los diferentes niveles educativos* encontrando una visión común desde principios que le otorguen sistematicidad y que hagan realidad la centralidad del estudiante como razón de ser del sistema educativo nacional”.⁷⁹

“Para esto, las orientaciones pedagógicas y didácticas deberán definirse a partir de la forma en que *las personas* aprenden.”⁸⁰

El educando como objeto

El MCN habla constantemente de que esta transformación es pensada según “el interés del estudiante”. Pero cuando se concreta ese pregón resulta que los intereses o preferencias del estudiante, considerado como ser humano individual, no interesan. “El interés del estudiante (no en el sentido de inclinación o preferencia personal, sino de *beneficio superior como persona en desarrollo*) como meta curricular solo se alcanza si se comprenden sus diferencias individuales y contextuales...”, por lo que estará inserto en el “interés personal y/o comunitario, ya sea local, nacional o regional”.⁸¹ No es extraño, pues, que el concepto de *vocación* haya desaparecido del discurso, junto con la pedagogía, como teoría y práctica educativas.

Docentes, funcionarios del centro educativo, directores, inspectores, familias y comunidades locales son quienes tendrán la responsabilidad de trabajar para que el actuar ético de los estudiantes se desarrolle a plenitud.⁸²

79 MCN. p. 30

80 MCN. p.31

81 MCN. p. 32 y 23

82 MCN. p. 36

El estudiante no es considerado como sujeto en el proceso educativo, sino objeto de las determinaciones de múltiples actores, estará sometido a constantes evaluaciones y monitoreos; y aún se pretende que, sin importar la edad, evalúe y analice sus propios aprendizajes.

No extraña entonces que la Directora de Educación Secundaria niegue a los alumnos el derecho de hacer huelga o de ocupar un liceo por ser menores de edad, o que una senadora ordene callar a una estudiante de formación docente por ser demasiado joven para opinar. El autoritarismo es fundamental.

Competencias vs. conocimientos

Cualquier padre se preguntará qué va a aprender su hijo en esta escuela transformada. Misterio, porque el contenido del currículo, es decir, los planes y programas de estudio, es el último orejón del tarro y su “diseño” carece de importancia.

Primero se establecen los objetivos, las competencias a alcanzar, luego los perfiles de egreso y de tramo, a continuación, las progresiones de aprendizaje, y por fin los planes y programas, que ocupan un lugar secundario y accesorio. Los perfiles de egreso incluyen actitudes, modos de pensar, y hasta sentimientos y emociones, todo subordinado a las “competencias previstas” y a los omnipresentes “monitoreo y evaluación”. Este orden de prioridades sería gracioso, si no fuera trágico, en la tan meneada “sociedad del conocimiento”, pero ésta es otra figura retórica de la ideología dominante.

Finalmente, dentro de la propuesta integral, *se diseñarán planes y programas*, coherentes con el Marco, para los niveles y ámbitos que se definan. Este nivel de concreción curricular se estructura *a partir de aquellos aprendizajes* (saberes, formas de hacer, actitudes, formas de pensar) que permitan que el estudiante pueda desarrollar las competencias previstas.⁸³

Un cierto nivel de concreción sería de agradecer en esta logorrea. Lo único que se esclarece son los prolijos procedimientos, pero al final viene a resultar que

83 MCN p. 19

los planes y programas, es decir, los contenidos de la enseñanza, están condicionados a “niveles y ámbitos”, también a definir. Queda claro que los conocimientos que se impartirán serán “seleccionados” siguiendo los criterios establecidos en el MCN, para adaptarlos a los contextos, según el más o menos leal saber y entender de diversos actores: “las regiones, las redes, los centros educativos y los docentes pueden interpretar los programas [...] pudiendo tener en cuenta las particularidades propias de cada contexto”.⁸⁴ Y más vale a los docentes abstenerse de interpretaciones que contradigan las de los “mandos medios” y superiores.

Con lo que retornamos a una educación diferenciada, en la que los saberes se ofrecerán según la valoración de “desde la pertinencia de los aprendizajes para los estudiantes y no desde la lógica disciplinar”. Proclaman la “equidad de acceso al conocimiento para todos los estudiantes”, o sea, cada uno tendrá lo que se merece, según el criterio de un metafísico “beneficio superior”.

La selección de los conocimientos pertinentes y relevantes se procesará “desde la significatividad que tengan para el estudiante, para su vida actual y posterior, *como integrante de un grupo social que debe colaborar a mejorar*”.⁸⁵ Por supuesto que en la valoración de esa significatividad no intervienen los interesados y destinatarios ya que en ningún momento se toma en cuenta al estudiante en tanto individuo, sino como integrante de un grupo social, de cuya “mejora” se lo hace responsable. Por descontado esta formulación está enfocada en los “vulnerables”, ya que no tendría sentido que la mejora se refiriera a grupos sociales privilegiados, salvo en un sentido espiritual.

En la educación se deposita todo un programa social y político, raigalmente conservador, en el sentido más profundo del término.

Saviani criticó la “tendencia al aligeramiento de la enseñanza destinada a las capas populares” y sostuvo que el perfeccionamiento de la educación popular implica *la prioridad del contenido*. “... sin contenidos relevantes, contenidos significativos, el

84 MCN. p 25

85 MCN. p. 34

aprendizaje deja de existir, se transforma en un remedo, se transforma en una farsa”. Además de la preocupación pedagógica hay una razón de orden político-social:

Si los miembros de las capas populares no dominan los contenidos culturales, no pueden hacer valer sus intereses, *quedan desarmados contra los dominadores, que se sirven exactamente de estos contenidos culturales para legitimar y consolidar su dominación*.⁸⁶

Sin conocimientos sólidos tampoco es posible la apropiación y contralor sociales de la ciencia y la tecnología, no sólo para usar máquinas o información como consumidor o receptor pasivo, sino para alcanzar la aspiración que plantea Agustín Courtoisie de que el “hombre de la calle” pueda no sólo discernir entre la ciencia y la pseudociencia, sino evaluar críticamente las argumentaciones a favor o en contra de las aplicaciones prácticas de los conocimientos científico-técnicos y sus consecuencias para la vida en el planeta y las sociedades humanas. “La apropiación social del conocimiento no se accede por algún procedimiento milagroso de ‘ciencia infusa’ sino por buscar la información, interpretarla, discutirla con otros”.⁸⁷ Debería ser la escuela, en el sentido más amplio, el lugar preferente para construir los cimientos de esa capacidad intelectual, que incluye el conocimiento teórico-práctico y la independencia de juicio.

El pretexto invocado es la oposición al supuesto enciclopedismo de la enseñanza y el “asignaturismo” de los llamados “programas acordeón”. Afirma Hirtt que “El rechazo de los saberes estructurados, ordenados, sistemáticos, se encuentra en efecto formulado explícitamente en el discurso de los promotores del EPC”.⁸⁸

En parte podría derivar de que este enfoque proviene de la formación técnico-profesional –con criterio estrecho–, pero existe una raíz filosófica más profunda. Según dicho autor, el EPC se alimenta del relativismo epistemológico postmoderno, la negación de la noción de verdad sustituyéndola por la de “verdades”, en una “re-

86 Saviani, D. Cit. p. 57-58

87 Courtoisie, A. (2018) *Ciencia Kiria*. Montevideo: MRREE, ANEP, CETP-UTU, COMAG. p. 130

88 Hirtt, N. (2009). Cit. p. 18

surrección del viejo idealismo subjetivo para el cual no existe ninguna realidad fuera del sujeto pensante”. Lo denomina “constructivismo filosófico”, distinguiéndolo del constructivismo pedagógico que a menudo se invoca como fundamento del EPC.

La diferencia radical entre el enfoque por competencias y las pedagogías constructivistas es esta: en la primera (EPC) el saber no es más que un útil, un accesorio, del que se puede ocasionalmente hacer uso en la realización de una tarea. Al contrario, en un proceso constructivista bien pensado, el saber constituye el fin mismo del aprendizaje.⁸⁹

Para el EPC no interesa si hay una comprensión de los saberes ni de dónde provienen y mucho menos sus bases teóricas. Sólo importa que se los pueda utilizar satisfactoriamente; en eso consiste el buen desempeño. El método de proyectos, centrado en el “saber hacer”, supone la aplicación de conocimientos fragmentarios, instrumentales y unidireccionados. Que un niño pueda hacer la maqueta de un volcán y provoque un símil de erupción—como se ve en las películas norteamericanas—, no significa que sepa algo de geología y vulcanología. Por el contrario, puede llegar a pensar que la lava está compuesta de detergente, bicarbonato de sodio y vinagre, y que dentro de un volcán hay una botella. Mi hijo de 7 años aprendió mucho más sobre volcanes reales, leyendo un libro infantil sobre el tema.

Sería profético el análisis de Hannah Arendt en 1954, si no fuera porque retrata la educación norteamericana en ese momento. Lo desolador es que esa orientación se ha universalizado en lugar de corregirse.

Este supuesto básico sostiene que sólo se puede conocer y comprender lo que uno mismo haya hecho, y su aplicación al campo educativo es tan primaria como obvia: en la medida de lo posible, hay que sustituir el aprender por el hacer. La causa de que *no se diera importancia a que el profesor conociera su propia asignatura* era el deseo de obligarlo a ejercer la actividad continua del aprendizaje, para que *no pudiera transmitir el así llamado ‘conocimiento*

89 Ibídem. p. 22/ 23

muerto' [...]. La intención consciente no era la de enseñar conocimientos, sino la de inculcar una habilidad [...].⁹⁰

La idea que los expertos se hacen del conocimiento es expresión fiel del relativismo, el pragmatismo y el reduccionismo conceptual de todo el documento: “*A los efectos de este Marco Curricular Nacional los conocimientos se componen de hechos y cifras, conceptos, ideas y teorías que apoyan la comprensión de un área o temas concretos...*”.⁹¹

Paradójicamente, en un marco curricular que se declara centrado en los aprendizajes e invoca un “mandato de transferencia cultural” como uno de los fines propios de la educación, en los perfiles de egreso no se evalúan conocimientos. Pero la paradoja reside en nuestra apreciación de la educación, no en la suya y en su concepto de cultura.

En segundo lugar, y como *parte del mandato de transferencia cultural*, porque son aprendizajes para *orientar y guiar a los niños y jóvenes en el contacto con el mundo del trabajo y las profesiones* y acompañarlos en la visualización de sus caminos futuros.⁹²

Se evalúan competencias, de acuerdo a una farragosa taxonomía, que sería largo reproducir. El “perfil de egreso” es “expresado mediante *rasgos humanos* generales relacionándolos a las competencias”. La minuciosa descripción de las competencias se refiere a los llamados “rasgos humanos”, características personales adquiridas o “aprendidas”, actitudes, comportamientos. No al saber, sino al *saber hacer*, o para usar el lenguaje del EPC, *saber movilizar*. En 1994, cuando el EPC era novedoso, Guy Le Boterf sostenía que “la competencia no reside en los recursos (conocimientos, capacidades...) a movilizar, sino en la *movilización* misma de estos recursos. La competencia

90 Arendt, H. Cit. p. 194

91 MCN. p. 38

92 MCN p. 14

es del orden del ‘saber movilizar’.”⁹³

En el EPC no sólo los saberes son instrumentales. También los valores, las emociones, las actitudes integran las “competencias” y hay que aprender a seleccionar cuáles son útiles según la ocasión. El vocabulario es expresivo: qué emociones, valores, actitudes hay que *movilizar* en cada situación. No es extraño entonces que se refieran a los niños y adolescentes como “cohortes”.

A modo de conclusión, pero no final

De acuerdo a los marcos curriculares la nueva educación busca educar *para* el trabajo. No educar *por* el trabajo y *a través del* trabajo, como proponía Pedro Figari, sino *para* el trabajo, más exactamente, para el empleo, de acuerdo a los requerimientos del mercado laboral.

El mercado laboral es pensado, con igual reduccionismo, como espacio circunscrito e incomunicado, una abstracción sin sustancia: “el mundo del trabajo”. Esta exitosa frase de reciente factura elude y encubre justamente las realidades de las condiciones de trabajo, de las relaciones de los hombres entre sí y con el trabajo, relaciones que impregnan la existencia de los seres humanos. Elude y encubre asimismo la consideración del trabajo como actividad humana vital, esencial, en un sentido ontológico-evolutivo, como lo conciben Lukács y Figari.

Por mucho que se pregone la personalización de la enseñanza hay una concepción de fondo uniformizadora y mecánica, que extiende su condicionamiento determinista de lo cognitivo a lo afectivo desde la primera infancia. Hoy, más que hace un siglo, se hace imprescindible reconciliar la educación con la libertad. “Pronto todos estarán escolarizados, mental y físicamente, desde la cuna [...] hasta la edad de la jubilación. Siempre más escolarización, más compulsión. [...] Debemos reconciliar la educación con la libertad”.⁹⁴

93 Cit. por Hirtt, N. (2009) Cit. p. 18.

94 Shaw, G.B. (1910) *Treatise on parents and children* (1910). www.online-literature.com

ANTI-LUBBOCK: AS “NEGAÇÕES” DO VELHO MOURO CONTRA O BARÃO DE AVEBURY

Gustavo Velloso^{95 96}

Resumo

O artigo procura contribuir para o conhecimento e a difusão do conteúdo e das ideias contidas nos assim chamados “Cadernos Etnológicos” de Karl Marx, que apenas nos últimos anos se tornaram objeto de atenção por parte de alguns antropólogos e historiadores brasileiros. O leitor encontrará nas páginas que seguem tanto uma apresentação panorâmica quanto uma interpretação circunstanciada das anotações marxianas sobre a obra-prima de um dos mais notáveis e conhecidos homens eruditos de sua época: o banqueiro e cientista britânico John Lubbock. Expressivas de um momento em que a disciplina antropológica dava os primeiros passos rumo à consolidação de sua autonomia frente aos estudos históricos e às ciências naturais, as notas de Marx sobre Lubbock (produzidas em 1882) apontam para os limites da razão evolucionista então vigente e sugerem, direta ou indiretamente, uma consciência concreta e transformadora sobre a historicidade das formações sociais não capitalistas.

Palavras-chave: John Lubbock; Karl Marx; *Cadernos Etnológicos*.

95 Gustavo Velloso é historiador e professor da FFLCH da Universidade de São Paulo; doutor em História Social pela USP e em História Moderna pela Universidad de Sevilla. É membro do Núcleo Práxis da USP.

96 O autor agradece a Paulo Henrique Mota e Fellipe Cotrim por suas leituras, comentários e correções conceituais deste artigo.

ANTI-LUBBOCK: LAS “NEGACIONES” DEL VIEJO MORO CONTRA EL BARÓN DE AVEBURY

Resumen

El artículo busca contribuir al conocimiento y la difusión del contenido y las ideas contenidas en los llamados “Cuadernos Etnológicos” de Karl Marx, que solo en los últimos años se han convertido en objeto de atención por parte de algunos antropólogos e historiadores brasileños. El lector encontrará en las páginas que siguen tanto una presentación panorámica como una interpretación detallada de las anotaciones marxianas sobre la obra maestra de uno de los hombres eruditos más notables y conocidos de su época: el banquero y científico británico John Lubbock. Expresivas de un momento en que la disciplina antropológica daba sus primeros pasos hacia la consolidación de su autonomía frente a los estudios históricos y las ciencias naturales, las notas de Marx sobre Lubbock (producidas en 1882) señalan los límites de la razón evolucionista entonces vigente y sugieren, directa o indirectamente, una conciencia concreta y transformadora sobre la historicidad de las formaciones sociales no capitalistas.

Palabras clave: John Lubbock; Karl Marx; *Cuadernos Etnológicos*.

ANTI-LUBBOCK: THE “NEGATIONS” OF THE OLD MOOR AGAINST THE BARON OF AVEBURY

Abstract

The article seeks to contribute to the knowledge and dissemination of the content and ideas contained in the so-called “Ethnological Notebooks” of Karl Marx, which have only in recent years become the object of attention by some Brazilian anthropologists and historians. The reader will find in the following pages both a panoramic presentation and a detailed interpretation of Marx’s annotations on the masterpiece of one of the most notable and renowned scholarly men of his time: the British banker and scientist John Lubbock. Expressive of a moment when the

anthropological discipline was taking its first steps towards consolidating its autonomy from historical studies and the natural sciences, Marx's notes on Lubbock (produced in 1882) point to the limits of the then prevailing evolutionary reasoning and suggest, directly or indirectly, a concrete and transformative awareness of the historicity of non-capitalist social formations.

Keywords: John Lubbock; Karl Marx; *Ethnological Notebooks*.

Eu comprarei convosco, venderei convosco, falarei convosco, passearei convosco, e por aí adiante, mas não comerei convosco, nem beberei, nem rezarei convosco.

(William Shakespeare, 1598)

... esta que chamam necessidade em qualquer lugar se usa e por tudo se estende e a todos alcança, e nem sequer aos encantados perdoa.

(Miguel de Cervantes, 1615)

Em outubro de 1882, o pensador e revolucionário alemão Karl Marx encontrava-se na sua casa, em Londres, dividido entre dramas familiares e diferentes afazeres de ordem prática e teórica, muitos dos quais permaneceriam inacabados com o seu falecimento, no ano seguinte⁹⁷. Entre os trabalhos inconclusos, dos quais a preparação dos Livros 2 e 3 de *O capital* para a publicação é de longe o mais conhecido, dedicava-se o autor, desde 1879, à leitura e revisão de obras cujos conteúdos podemos hoje classificar como etnológicos ou, de maneira mais genérica (e com uma pequena dose de anacronismo, considerando-se o estágio ainda incipiente da disciplina na década de 1880), antropológicos. Tratava-se de livros escritos por historiadores, juristas e filantropos a respeito de sociedades não capitalistas de distintos continentes, tanto no passado quanto no presente do tempo em que foram escritos.

⁹⁷ Durante o referido ano, Marx viajou por diversas regiões (Ventnor, Argélia, Marselha e Suíça) em busca de uma situação climática mais temperada, com a intenção de recuperar a sua saúde já fragilizada. Para um estudo sistemático da vida e obra de Marx durante esse período, a biografia intelectual escrita por Marcello Musto é a melhor e mais atualizada referência (MUSTO, 2018).

Seguindo o método de estudos adquirido durante sua formação universitária na década de 1830⁹⁸, Marx preencheria cadernos nos quais copiava excertos selecionados dos livros por ele estudados (mantendo o idioma original desses textos, no caso aqui analisado, o inglês) e inscrevia sobre eles notas marginais contendo os seus próprios comentários críticos (geralmente em alemão, mas algumas vezes mesclando palavras, trechos e expressões em outras línguas). Lawrence Krader reuniu parte dessas anotações marxianas (mais especificamente as que têm como objeto as obras de Lewis Henry Morgan, John Budd Phelar, Henry Sumner Maine e John Lubbock) e publicou-as com o título de “Ethnological Notebooks” (KRADER, 1972), mas eles, todavia, não constituem a integralidade do material existente⁹⁹. A compilação de Krader foi tomada como base para as repetidas edições posteriores: segunda edição de língua inglesa em 1974 (KRADER, 1974), tradução para o alemão em 1976 (KRADER, 1976), para o espanhol em 1988 (KRADER, 1988), e também foi incluída nas duas edições de uma coletânea publicada recentemente na Bolívia (MARX, 2009 e MARX, 2015)¹⁰⁰.

Desses excertos, aqueles sobre os quais os estudiosos da obra de Marx¹⁰¹ menos voltaram sua atenção, até agora, são os que se referem aos escritos de John Lubbock (1834-1913), que Marx produzira apenas quatro meses antes de sua morte (KRADER, 1973; MUSTO, 2018). O próprio Krader não dedicou mais que duas páginas ao

98 Em “Carta ao Pai” (1837), na qual expõe os dilemas que o levaram a transitar da carreira de jurista para o campo da filosofia, Marx declara ter se acostumado a “extratar e resumir todos os livros que lia” (MARX; ENGELS, 2010). “Resumir” parece constituir acréscimo pessoal do tradutor da edição brasileira, pois a tradução inglesa diz apenas “excerpting passages from out of all the books that I read” (MARX, 2006), o que condiz melhor com o texto original: “Dabei hatte ich die Gewohnheit mir eigen gemacht, aus allen Büchern, die ich las, Exzerpte zu machen” (MARX, 1985).

99 O próprio Krader dera conta disso no longo estudo introdutório que escreveu para a referida edição, complementada em poucos anos com uma também incompleta edição dos “Kovalevsky Notebooks” (KRADER, 1975). Conforme explicitou Kevin Anderson, Marx teve contato e se posicionou frente a estudos de numerosos outros autores, como Robert Sewell, Karl Bücher, Ludwig Friedländer, Ludwig Lange, Rudolf Jhering, Rudolf Sohm e J. W. B. Money (ANDERSON, 2010). A essa lista poder-se-ia adicionar outros escritores que Marx mencionara passageiramente em seus cadernos, entre os quais Bachofen, Mommsen, Niebuhr, McLennan, Hospitalier etc. Inexiste até o momento um levantamento sistemático e completo das informações de Marx sobre a então nascente disciplina antropológica, sendo esse um campo ainda aberto de investigações.

100 Para a escrita do presente artigo, o autor cotejou as versões inglesa (1972) e espanhola (1988) da edição de Lawrence Krader. Todavia, com o objetivo de possibilitar aos leitores de língua portuguesa uma melhor compreensão das ironias de Marx frente ao texto de Lubbock, optou-se por realizar as citações expressas sempre com base na versão espanhola.

101 Entre eles, o próprio Engels, além de Krader, Álvaro García Linera e Kevin Anderson, cujas referências encontram-se ao final deste artigo.

comentário dessas notas. Como veremos, todavia, um olhar detido sobre esses papéis se justifica não somente pela originalidade da iniciativa, mas também pelo conteúdo que eles trazem e pelo que a figura de John Lubbock representava social, política e ideologicamente em sua época.

As notas marxianas sobre Lubbock dividem-se em dois cadernos, cujos originais encontram-se guardados no arquivo do *International Institute of Social History*, em Amsterdam¹⁰². Ambos (B168 e J50) possuem trechos copiados por Marx (o primeiro de oito páginas, o segundo com duas), adicionadas as suas próprias intervenções, do livro *The origin of civilization and the primitive condition of man* (1870), de Lubbock. Ainda que tais notas não preencham mais do que cinco folhas dos cadernos marxianos, é nelas que encontramos as intervenções mais incisivas e ácidas do autor sobre os excertos copiados, o que nos permite compreender com relativa clareza as suas ideias em relação às obras anotadas e ao universo das formações sociais não capitalistas.

“Filisteo de ancha vista!”

Pode-se dizer que Lubbock, o interlocutor de Marx, enquadrava-se com perfeição no modelo clássico do homem burguês da *Belle Époque*. Sujeito de convicções liberais e portador de uma cadeira no Parlamento, possuía títulos de prestígio e ainda contava com a riqueza própria de um dos banqueiros mais abastados da Grã-Bretanha, a potência imperialista hegemônica durante o século XIX.

Nascido em 1834, em Londres, filho do banqueiro John William Lubbock (3rd Baronet, proprietário do *Lubbock & Co. Bank*, que após várias fusões originaria o atual *Royal Bank of Scotland Group PLC*), John Lubbock passou a frequentar o banco de seu pai em 1849, antes de completar 15 anos. Tornou-se sócio do mesmo banco aos 22, quando regressou do *Eton College*, onde vinha realizando os seus estudos iniciais desde 1845. Em 1865, herdou o título paterno de baronete, tornando-se o 4th Baronet, com o qual permaneceu até 1900, quando elevou-se à categoria de 1st Baron Avebury. Eleito, como membro do Partido Liberal, para o Parlamento Britânico em 1870 e 1874, contribuiu

¹⁰² Os manuscritos foram todos digitalizados e encontram-se disponíveis para leitura e *download* no site do referido instituto. Cf. <https://search.socialhistory.org/Record/ARCH00860/ArchiveContentList#G%20160-161>.

para a aprovação de diferentes medidas econômicas, como o *Bank Holidays Act* (1871), o *Bills of Exchange Act* (1882) e o *Shop Hours Act* (1889). Em 1879, foi designado para o cargo de primeiro presidente do *Institute of Bankers* (atual *London Institute of Banking & Finance*). Sujeito de negócios em meio à grande “era de ouro do crescimento capitalista”, beneficiou-se do extraordinário ritmo de crescimento das exportações inglesas e do aumento dos preços das mercadorias nacionais a partir de 1850 (HOBSBAWM, 1977).

Na década de 1860, Lubbock passou a projetar-se para além do lugar político e econômico que ocupava na sociedade britânica, aventurando-se com sucesso no campo das ciências com pesquisas cujos resultados passaram a receber razoável publicidade, naquele momento. Foram os seus dois primeiros livros, “Pre-historic Times” (1865) e “The Origin of Civilization and the Primitive Condition of Man” (1870), que lhe garantiram o prestígio científico e a consagração como homem ilustrado em toda a Europa¹⁰³. E foi sob essa condição que chegou a ocupar altas posições acadêmicas, como as de *vice chancellor* da *University of London* entre 1872 e 1880, e membro do *Parliament* da mesma instituição entre 1880 e 1900. Incorporando seus interesses científicos e culturais na sua prática política, foi também o proponente do *Ancient Monuments Protection Act*, em 1882¹⁰⁴. Isso tudo era absolutamente coerente com o momento histórico vivido, no qual “o triunfo da sociedade burguesa parecia congênito à ciência” (HOBSBAWM, 1977).

Lubbock situava-se numa tradição de estudiosos (como J. Bachofen, L. Morgan e J. F. McLennan) que procuravam explicar as fases iniciais de organização social da espécie humana a partir de considerações sobre as formas originárias de família.

Friedrich Engels, no prefácio à quarta edição (1891) de “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (1884), sintetizou o conteúdo dessa tradição e

103 Posteriormente, Lubbock lançou mais de uma dezena de obras no campo da História Natural, entremeados por títulos de ordem política, econômica, religiosa e motivacional. Ao que tudo indica, o único livro de John Lubbock traduzido e publicado no Brasil foi “On Peace and Happiness” (1909) [“Paz e Felicidade”] (LUBBOCK, s/d.), em que o autor apresenta uma abordagem idealista – a bem da verdade, teológica – acerca da esperança e outros ideais subjetivos da vida humana.

104 As informações biográficas de John Lubbock podem ser encontradas no verbete “Avebury, John Lubbock, 1st Baron” da *Encyclopædia Britannica* [v. 3]. Disponível em: <https://www.britannica.com>] e na plataforma digital *Cambridge Alumni Database*. [Disponível em: <http://venn.lib.cam.ac.uk>]. Acessados em: 22/01/2018.

situou Lubbock como um seguidor parcial de McLennan. No seu entender, Bachofen teria sido o responsável pela inauguração dos estudos sobre a “história da família”, mas a sua abordagem tenderia a ver as transformações na organização familiar como meros reflexos do campo da religião. Já McLennan teria descoberto a importância da exogamia e do parentesco transmitido por direito materno, mas a sua análise tornava-se artificial à medida que submetia realidades dinâmicas a princípios jurídicos fixos. Lubbock, por sua vez, teria aceitado sem críticas o pressuposto de McLennan (um “evangelho indiscutível” para todos os estudiosos do período, segundo a irônica expressão engelsiana) de que haveria uma oposição fundamental e absoluta entre as práticas de endogamia e exogamia nas formações sociais não capitalistas; porém, ao demonstrarem empiricamente a existência de formas coletivas de matrimônio, seus livros forneceriam dados suficientes para a superação dessa “antítese” criada por McLennan, que ademais concebia a poligamia, a poliandria e a monogamia como os únicos regimes matrimoniais possíveis em qualquer situação. Somente a posterior demonstração de Morgan sobre a existência e a ampla disseminação dos regimes de casamento por grupos parecia-lhe (ou seja, a Engels) elevar o conhecimento científico da questão a um novo patamar (ENGELS, 2016).

Em “Pre-historic Times”, Lubbock reuniu ensaios que apresentavam uma perspectiva arqueológica e etnológica cruzada, onde o esforço de classificação das épocas pré-históricas baseava-se na comparação dos vestígios materiais do passado com os elementos societários observados nas agrupações aborígenes contemporâneas do autor, nomeadas por ele de “*modern savages*” (LUBBOCK, 1865)¹⁰⁵. Supunha-se, sob a chave evolucionista dominante no período, que os padrões de transformação verificados nos grupos considerados “primitivos” do presente (século XIX) dariam luz ao conhecimento dos processos antigos de origem e desenvolvimento da “civilização”. Com essa abordagem, rejeitando por completo a cronologia bíblica da história humana, Lubbock se tornaria logo o principal representante da corrente evolucionista na Inglaterra, absorvendo diretamente as influências dos trabalhos de Charles Darwin, de quem, aliás, era vizinho e amigo próximo (KRADER, 1988).

¹⁰⁵ Essa obra tornou-se referência por ter sido nela que Lubbock formulou as expressões “Paleolítico” e “Neolítico”, hoje muito difundidas entre historiadores e arqueólogos (PETTITT e WHITE, 2014).

É possível que essa proximidade teórica e social entre Darwin e Lubbock tenha exercido alguma influência para que Karl Marx (outro admirador profundo da teoria de Darwin) se visse incentivado a dedicar-se à leitura de um livro escrito por aquele alto representante liberal do capitalismo britânico. Foi sobre o segundo livro de Lubbock que Marx se debruçou e produziu as suas anotações. Pode-se dizer que “The Origin of Civilization and the Primitive Condition of Man” foi concebido como uma espécie de continuidade do primeiro livro, pois aprofundava suas análises e exposições, adicionando informações e elementos empíricos inéditos à perspectiva evolucionista já anteriormente adotada. O evolucionismo do autor, contudo, havia se consolidado e podia ser apresentado, agora, de maneira mais direta, o que fica expresso na máxima final de seu trabalho, segundo a qual “a história passada do homem foi, no geral, a história do progresso, e que, ansiosos pelo futuro, somos justificados a realizá-lo com confiança e esperança” (LUBBOCK, 1870)¹⁰⁶. Tratava-se de uma nítida expressão de segurança e orgulho em relação aos aparentes sucessos da sociedade burguesa no terceiro quartel do século XIX, anos decisivos do período histórico que seria depois compreendido como a “Era do Capital” (HOBSBAWM, 1977). Como veremos, esse aspecto não passaria despercebido ou incólume à leitura e aos julgamentos de Karl Marx.

“¡Grande, supremo Lubb!” - I

A primeira edição do livro de Lubbock se divide em nove capítulos e um apêndice. Enquanto o primeiro capítulo possui caráter introdutório (no qual o autor realiza considerações sobre o seu objeto, somando a elas algumas “curiosidades”) e o apêndice é de ordem conclusiva (nele, em diálogo crítico com outros autores, Lubbock faz um balanço do alcance e dos limites que os resultados do livro possibilitam à ciência em geral), os demais capítulos apresentam-se em tópicos intitulados, respectivamente: “Art and ornaments” (capítulo 2), “Marriage and Relationship” (capítulo

¹⁰⁶ Tradução livre. No original: “the past history of man has, on the whole, been one of progress, and that, in looking forward to the future, we are justified in doing so with confidence and with hope” (LUBBOCK, 1870).

3), “Religion” (capítulos 4, 5 e 6), “Character and Morals” (capítulo 7), “Language” (capítulo 8) e “Laws” (capítulo 9)¹⁰⁷.

A leitura dos cadernos leva a crer que Marx leu a obra do banqueiro britânico em sua integralidade, considerando-se que a localização dos trechos copiados, ou apenas citados pelo pensador alemão, encontram-se espalhadas por todo o livro original. Todavia, o interesse de Marx incidiu mais diretamente sobre as questões referentes à organização familiar, ao desenvolvimento das concepções religiosas e aos mecanismos de transmissão de bens dos povos não capitalistas. Esses três eixos formam os pilares da estrutura geral das notas sobre Lubbock. Nelas, Marx parte de considerações sobre o parentesco estruturado sobre a linha feminina para, então, problematizar os pressupostos contidos nas hipóteses de Lubbock sobre a história das religiões e, ao final, registrar os mecanismos jurídicos de transmissão de poder e herança, bem como os sistemas de mediação de conflitos, verificados pelo seu interlocutor nas sociedades indígenas. Sem a pretensão de resolver as lacunas que marcam as notas de Marx e apresentar o seu conteúdo como um todo coerente, o que de fato não encontramos ali, vejamos sumariamente a que se referiam os excertos de Lubbock escolhidos por Marx, bem como quais foram as intervenções críticas que foram feitas sobre eles.

“¡Grande, supremo Lubb!” - II

Ao todo, Marx realizou 39 intervenções sobre os trechos selecionados, dos quais: 7 são sinais exclamatórios de teor irônico (“!”) que demonstram o desacordo de Marx com o conteúdo dos trechos onde foram inseridos; 5 são especificações de caráter textual, pelos quais Marx esclarece quais seriam os sujeitos a que se referem os predicados de algumas frases incompletas ou ambíguas; 11 são correções ou manifestações de divergências interpretativas entre ele e Lubbock; 6 são remissões externas a obras ou exemplos adicionais sobre o tema tratado nos respectivos excertos; e 10 se resumem a outras ironias e expressões depreciativas que Marx lança ao seu opositor.

¹⁰⁷ Na segunda edição do mesmo livro (1898), houve o acréscimo de um capítulo intitulado “The origin of marriage” e outro nomeado “on the development of relationship” (LUBBOCK, 1898).

A - Primeiro eixo: o parentesco estruturado sobre linha feminina:

As primeiras anotações marxianas se referem à adesão de Lubbock a uma tese de McLennan e Bachofen, que, ao contrário de Henry S. Maine (outro autor analisado por Marx em seus cadernos), postularam que “el parentesco por línea femenina es una costumbre general entre las comunidades salvajes del mundo entero” (MARX, 1988). McLennan, seguido por Lubbock, teria classificado o progresso das formas primitivas de organização da família com base no seguinte esquema evolutivo:

HETERISMO (matrimônios coletivos ou sistema de prostituição vigente na antiguidade clássica);

POLIANDRIA (costume de as mulheres se casarem simultaneamente com vários homens);

LEVIRATO (costume de um homem casar-se com a viúva de seu irmão);

ENDOGAMIA vs. EXOGAMIA (proibição do casamento entre membros de diferentes clãs vs. proibição do casamento entre membros de um mesmo clã, fundamentada no infanticídio e no rapto);

SISTEMA DE FILIAÇÃO FEMININA.

Marx (como depois Engels, como já o dissemos) reprovou a Lubbock tanto pela aceitação de uma separação absoluta entre endogamia e exogamia (embora tenha apresentado exemplos empíricos de convivência desses dois regimes, e isso Marx destaca com um irônico e sugestivo ponto de exclamação interpolado em um dos trechos transcritos) quanto por reproduzir a confusão, criada por Bachofen e McLennan em seus escritos, entre formas de matrimônio comunitário e “heterismo”:

y Lubb dice en la p. 70 que se cree esta estupidez, o sea, que identifica matrimonio comunitario con heterismo, cuando evidentemente el heterismo es una forma que presupone la prostitución (y ésta sólo existe por oposición al matrimonio,

sea comunitario, etc. o monógamo). Se trata por consiguiente de un hysteron proteron <anacronismo> (MARX, 1988)¹⁰⁸.

Em seguida, Lubbock afirmou se contrapor a McLennan, defendendo que “la exogamia procede del matrimonio por raptó” – e não o contrário –, tornou-se alvo de uma ácida acusação de ignorância, vinda de Marx: “O sea que Lubbock no sabe nada de la base: la gens, que existe dentro de la tribu; tan poco como McLennan, pese a citar algunos datos que le pasan la cosa por las narices y de hecho se las irritaron un poco” (MARX, 1988). Além disso, onde o escritor inglês declarava-se “el primero en apreciar su importancia” [da associação entre matrimônio e raptó, feita por McLennan], Marx respondera com um novo sinal exclamatório e um elogio provido de alta dose de sarcasmo: “¡Grande, supremo Lubbock!” (MARX, 1988).

Marx reproduz ainda em seus cadernos uma série de exemplos mencionados por Lubbock sobre sociedades (no continente africano em seu conjunto, bem como em regiões da Índia, Oceania, entre os lócrios e os etruscos da Antiguidade e – na América – no México e no Haiti) em que a sucessão da chefatura se daria por linhagem feminina, mas reprova o autor comentado por descrever essa prática com qualificativos como “curiosa”, “natural” e “extraordinária”, dando a entender que esses termos demonstravam a incapacidade de Lubbock para compreender de maneira histórica aquele fenômeno.

Adiante, em um trecho no qual Lubbock explicava a sucessão feminina por uma suposta “segurança” de que o herdeiro faria parte de fato da linhagem de um chefe, o pensador alemão intervém com a exclamação: “¡pragmatización!”, ao que se juntam, ainda, outras duas reparações: em primeiro lugar, quando Lubbock se utilizou da expressão “raças inferiores” numa assertiva sobre o fato de os “herdeiros de um homem” serem não seus próprios filhos, mas os de suas irmãs, Marx contra atacou com o parecer de que “pero es que no se trata de los herederos de un hombre; estos *borricos civilizados* son incapaces de desprenderse de sus propios convencionalismos”

108 A intervenção “anacronismo” consiste em acréscimo do tradutor da edição espanhola.

(MARX, 1988, grifos meus). Em seguida, na remissão de Lubbock ao relato do explorador francês René Callié (1799-1838) sobre a África central, em que se fala na “segurança” garantida pelo sistema de transmissão por via feminina, Marx questiona “si no es Callié [sic] sino los mismos africanos quienes dieron esta explicación, [lo que] demuestra que la sucesión por línea femenina ya sólo seguía en vigor para los altos funcionarios (jefes) e incluso ellos habían olvidado ya la razón” (MARX, 1988).

Em resumo, pode-se dizer que as interferências marxianas referentes ao primeiro eixo temático demonstram o desagrado do autor frente à maneira mistificada de interpretação das sociedades humanas com base em categorias e esquemas de explicação pré-estabelecidos, derivados antes das formulações mentais e abstratas do analista do que pela busca de uma compreensão concreta (como síntese de múltiplas determinações) da realidade social. No caso de Lubbock, essa espécie de “idealismo” se expressaria tanto na adesão desmedida do autor a esquemas interpretativos conflitantes com o material empírico exposto em sua obra quanto com a postura arrogante de um homem que, apesar de atribuir o pioneirismo científico para si, como um “burro civilizado” não conseguiria compreender as dinâmicas sociais próprias das formações não capitalistas, projetando sobre elas os valores e as situações características da sociedade burguesa.

B - Segundo eixo: o desenvolvimento das concepções religiosas:

Outro trecho do livro de Lubbock que Marx escolheu reproduzir foi o da classificação da história das religiões em determinados “estágios” evolutivos, a saber: ATEÍSMO (inexistência de qualquer noção de matéria) FETICHISMO (pressão do homem para que a deidade cumpra os seus desejos) TOTEMISMO (adoração de objetos naturais) XAMANISMO (distanciamento entre a divindade e os seres humanos) IDOLATRIA OU ANTROPOMORFISMO (deuses adquirindo imagem humana) DIVINDADE convertida em ser sobrenatural RELIGIÃO (associada à moral).

Com relação ao penúltimo estágio, Marx registra uma discordância pontual em relação à leitura de Lubbock. Para o alemão, não se trataria apenas de uma

conversão da divindade em entidade sobrenatural, mas do surgimento de um novo sistema de raciocínio mental; em suas palavras, “una cavilación de la mente”. E vai além. Radicalizando a sua denúncia, Marx acusa Lubbock de desconhecer a “superioridade” do raciocínio selvagem em comparação à mentalidade dos mais devotados europeus. Alguns dos exemplos mobilizados por Lubbock para ilustrar os referidos “estágios” foram transcritos por Marx e se referem a povos da Sumatra, Índia, Sibéria, indígenas norte-americanos e africanos. O autor alemão se mostrou particularmente interessado no exemplo dos índios californianos “y su incredulidad e igualdad, etc.” (MARX, 1988), que haviam sido descritos por Lubbock como “freethinkers and materialists” (“livres pensadores e materialistas”) (LUBBOCK, 1870). Logo, voltando-se contra o tom paternalista que Lubbock e uma de suas fontes de informação adotaram ao apontar uma suposta “incompreensão” de certos grupos africanos sobre a existência de Deus, Marx exclamou ironicamente: “¡pobrecitos!” (MARX, 1988).

Mais à frente, após reproduzir uma citação lubbockiana de parte das *Sabedorias* de Salomão sobre as origens da idolatria, Marx registrou em seu caderno um costume verificado na Índia pelo missionário francês Jean-Antoine Dubois (1765-1848), segundo o qual os brâmanes acorrentavam os seus próprios ídolos quando as arrecadações populares atingissem uma quantia abaixo do esperado, e libertavam a deidade somente quando o povo completasse o montante estipulado. Nesse ponto, Marx recorda uma passagem de *Dom Quixote* em que o protagonista encontrava-se na cova de Montesinos quando recebeu a visita de uma amiga e mensageira de Dulcinéia, comunicando-lhe que a amante passava por necessidades e pedia-lhe a quantia de seis *reales*. Possuindo apenas quatro, Quixote entrega-os para a mensageira junto com o recado de que lamentava pelas necessidades da amiga e desejava ser um *Fugger* (sobrenome de uma das mais importantes famílias de banqueiros germânicos da Primeira Modernidade) para poder melhor prestar-lhe ajuda. Voltando-se a Montesinos, Quixote o questiona se era mesmo possível que até os “encantados principales” padecessem de necessidades, ao que lhe é respondido: “Creia-me vossa mercê, senhor D. Quixote de la Mancha, que esta

que chamam necessidade em qualquer lugar se usa e por tudo se estende e a todos alcança, e nem sequer aos encantados perdoa” (CERVANTES SAAVEDRA, 2007).

À primeira vista, a remissão ao episódio de Cervantes se resume ao fato de que tanto as deidades indianas quanto Dulcinéia, a amante idolatrada de Quixote, solicitam aos seus subordinados algum tipo de auxílio material sob situações de perigo ou necessidade, ao que são atendidos, e que nesse movimento estaria expresso o sentido e a dinâmica do fenômeno da idolatria, para além da incorporação, pelos deuses, da figura humana. Todavia, a confirmação de Montesinos quanto ao fato de que mesmo os “principais” e “encantados” podem sofrer algum tipo de carência pode ser aplicada (e parece-nos que Marx de fato sugeriu isso ao recordar o caso) também sobre John Lubbock, homem “encantado” da sociedade capitalista britânica e talvez um de seus “principais” representantes no final do século XIX. As análises de Lubbock sobre as formações sociais não capitalistas padeceriam, pois, de uma espécie de carência ou necessidade. Qual seria ela?

Os humores de Marx vão se tornando mais exaltados à medida que Lubbock, ainda sobre a questão da idolatria, procura explicá-la com base em um suposto “estado intelectual más avanzado [dos idólatras] que el culto a los animales o incluso el de los cuerpos celestes”¹⁰⁹. Marx replica:

O sea, que entonces también servir a los dioses como si fueran reyes es ‘inferior’ al nivel de la adoración de ídolos [...] ¡Como si el civilizado inglés [a começar pelo próprio Lubbock] no “adorara” a la reina o al Sr. Gladstone!¹¹⁰ [...] ¡perro superficial! (MARX, 1988, grifo meu).

109 Nesse ponto, um novo sinal exclamatório é inscrito por Marx após um trecho no qual Lubbock afirma haver uma paulatina separação entre chefes e súditos à medida que a “civilização” progride entre os povos. Sem maiores detalhes, podemos supor que ele tenha visto uma analogia, ou mesmo uma relação direta, entre essa elaboração de Lubbock e a concepção idealista do Estado (a qual pressupunha haver uma separação formal e absoluta entre este e a “sociedade civil”), cuja crítica Marx fizera ao longo de toda a sua vida e registrou em diferentes escritos anteriores. A esse respeito, ver, principalmente: (MARX, 2010a), (MARX, 2010b), (MARX, 2010c) e (MARX, 2012).

110 Referência a William E. Gladstone, líder do Partido Liberal e Primeiro Ministro britânico durante a época que Marx escrevia as suas notas.

Ainda que, dada a natureza do texto analisado (um caderno de anotações), não devamos esperar encontrar nele o mesmo modo dialético de exposição da crítica presente em outras obras marxianas, e tal como descrito no prefácio ao primeiro volume de *O Capital* (1867), percebe-se que nele Marx não deixa de apropriar-se das categorias e do raciocínio do seu interlocutor para fazê-los se voltarem contra ele próprio durante o processo de negação. Numa outra passagem, em que Lubbock afirma ser difícil compreender a crença primitiva na imortalidade humana, Marx contesta-o aplicando o mesmo estranhamento a dois dos princípios mais elementares do pensamento cristão: as ideias de ressurreição e imortalidade da alma.

“quiere decir: incapaz de morir de muerte natural; Lubbock se ríe aquí de sí mismo y no sabe bien cómo; encuentra completamente natural el que sean ‘capaces’ de una muerte innatural, es decir, que sigan viviendo, aunque muertos de muerte natural” (MARX, 1988)¹¹¹.

Em meio a uma série de sociedades presentes e pretéritas cujos costumes previam cerimônias de sacrifícios rituais e consumo das vítimas em homenagem aos deuses (de Congo, Tibete, Nova Zelândia, Guiné, Ilhas Fiji, Índia, índios “pele-vermelhas”, Egito, Império Asteca, ameríndios brasileiros, Império Inca, algumas áreas e períodos da Antiguidade clássica e os judeus antigos), Marx enxergava uma “identificação” entre vítimas e deidades onde Lubbock não podia ver mais do que uma “curiosa confusão” (LUBBOCK, 1870), e outra vez mobilizou o exemplo do dogma cristão para cobrar do escritor inglês um olhar mais objetivo das sociedades analisadas: “No sólo el buey Apis [referência à divindade animal do antigo Egito], la víctima, sino también el cordero sacrificial, Cristo, igual a Dios, su hijo unigénito” (MARX, 1988).

111 Esse jogo dialético de ironias, que promove a inversão de posições entre “civilização” e “selvageria”, faz lembrar a maneira como Marx, em um de seus primeiros escritos de juventude, concluíra o seu o terceiro artigo sobre a “Lei referente ao furto da madeira” (1842): “Para os *selvagens de Cuba*, o ouro era o *fetichismo dos espanhóis*. Eles organizaram uma celebração para ele, cantaram em volta dele e em seguida o jogaram ao mar. Caso tivessem assistido à sessão dos deputados renanos, os selvagens de Cuba não teriam considerado a *madeira* como o *fetichismo dos renanos*? Porém, alguma sessão posterior lhes teria ensinado que o fetichismo está associado à zoolatria, e os selvagens de Cuba teriam jogado as *lebres* ao mar para salvar as *pessoas*” (MARX, 2017).

Em seguida, Marx faz troça de uma narrativa que Lubbock retirou dos escritos do religioso presbiteriano John Dunmore Lang (1799-1878), o qual alegava possuir um amigo que havia se esforçado para convencer um inteligente aborígene australiano sobre a possibilidade de existência da vida sem o corpo [nas palavras de Lubbock: “hacer comprender”; nas de Marx: “hacer creer”]; o nativo teria caído no riso quando ouviu aquilo, imaginando se tratar de uma brincadeira; logo, porém, percebeu que o seu interlocutor não estava com piadas e desatou a rir ainda mais. Lubbock interpretou o riso do australiano como expressão de sua incapacidade de compreensão sobre o elevado princípio da alma (eis, aqui, uma manifestação direta do seu “idealismo”). A Marx, por outro lado, pareceu que a gargalhada devia-se à percepção do aborígene “de que el caballero era un **borrico** absolutamente sincero” (grifo meu). Repete-se a mesma sentença, já feita anteriormente: “Lubbock se ríe de sí mismo y no sabe cómo” (MARX, 1988).

Após designá-lo como um “animal”, Marx ironizou a lamentação de Lubbock sobre a visão estreita dos que pensam a ciência como hostil às “verdades” da religião: “¡filisteos de ancha vista!” (MARX, 1988). Essa intervenção tanto retoma a arrogante pretensão de pioneirismo científico por Lubbock quanto sintetiza o teor da crítica que Marx apenas esboça em seus comentários marginais sobre os trechos copiados: o olhar de Lubbock sobre as sociedades não capitalistas seria representativo dos véus ideológicos que o ligavam à sociedade burguesa e o colocavam numa posição social privilegiada e dominante, muito embora o essencial da visão crítica de Marx sobre Lubbock estivesse longe de reduzir-se a uma simples, mecânica e imediata relação entre a consciência ideológica e a condição social do seu interlocutor.

C - Terceiro eixo: a transmissão de bens e os mecanismos de mediação de conflitos:

As últimas anotações de Marx sobre o livro de Lubbock consistem em transcrições pontuais de passagens referentes a noções de propriedade, direitos de primogenitura e mecanismos de transmissão de bens em algumas sociedades não capitalistas. Mais especificamente, Marx se mostrou interessado nas informações de que

entre alguns povos da Austrália, da África e da Polinésia, os processos de transmissão (do poder, da terra e outras posses) ocorreriam enquanto o pai ainda estivesse vivo, por vezes logo após o nascimento das crianças; de que nas ilhas Fiji, esse sistema de primogenitura era combinado com a já mencionada herança por linha feminina; de que australianos e indígenas norte-americanos, bem como os habitantes da Sumatra, teriam por costume que o pai anexasse o nome do filho ao seu próprio, e não o contrário; finalmente, de que nesses povos, os poderes de administração judiciária dos seus chefes estavam limitados a não afetarem os interesses gerais das comunidades, sendo prática corrente uma espécie de regulação social da vingança, que implicaria numa espécie de “crédito” do castigo entre as partes (MARX, 1988).

“¡El asunto Shylock!”, exclama Marx na última linha de suas notas sobre Lubbock (essa foi a sua única manifestação sobre o terceiro eixo), fazendo referência ao agiota judeu e personagem de *O Mercador de Veneza*, de W. Shakespeare, que como garantia de um empréstimo feito ao seu rival cristão, cobrara como pagamento a própria carne do fiador (SHAKESPEARE, 2002). De um lado, Marx lembrou-se desse “assunto” em função do tipo de “crédito” de vingança verificado por Lubbock nas sociedades que estudou. De outro, conforme explicitou o tradutor da edição espanhola dos *Cadernos*, Shylock “representa la pretensión sangrienta de disponer de los individuos como mercancía”, tópica recorrente no conjunto da obra marxiana (MARX, 1988). Porém, parece-nos evidente que as menções ao crédito e à usura voltam-se igualmente contra o próprio Lubbock, cuja atividade de banqueiro, uma espécie de agiota “nacional”, afinal de contas, definia o seu lugar na sociedade de classes.

“¡Grande, supremo Lubb!” - III

À guisa de conclusão, pode-se dizer que as notas sobre Lubbock demonstram um amplo reconhecimento por Marx da historicidade das formações sociais classificadas pelos seus contemporâneos como “primitivas”, o que significava rejeitar de maneira radical o tipo de evolucionismo positivista e etnocêntrico que dominava o cenário científico europeu do último quartel do século XIX, do qual Lubbock seria

um privilegiado expoente. Sem compartilhar qualquer tipo de fetichismo filantrópico ou atração culturalista pelo “exótico”, as anotações de Marx carregam a defesa de uma leitura efetivamente histórica sobre as sociedades indígenas do presente e do passado, negando reduzi-las a esquemas explicativos fixos e pré-estabelecidos. Tratava-se, portanto, de fazer com que a análise concreta das situações históricas concretas antecedesse no método a interpretação sobre os modos de organização social anteriores e/ou alternativos ao da sociedade burguesa. Dessa “necessidade” quixotesca padecia até mesmo a obra do “principal” evolucionista e “encantado” banqueiro britânico John Lubbock, algo que naquele momento talvez somente o velho Mouro (apelido com o qual Marx ficara conhecido entre seus amigos e familiares), cujo método do materialismo histórico havia alcançado já o seu maior nível de maturidade, poderia oferecer.

Evidentemente, inexistente nas referidas notas uma formulação crítica de fato, sendo elas, na verdade, parte constituinte de um momento particular do movimento de “negação” que, seguindo a dialética do materialismo histórico, poderia ter levado Marx à construção de uma crítica mais ampla da nascente disciplina antropológica, não fosse pelo seu óbito.

Seja como for, fica claro pelo conjunto dos qualificativos ali lançados direta ou indiretamente contra Lubbock (“borrico civilizado”, “perro superficial”, “animal”; e incluindo também os de ácida ironia, como “filisteo de ancha vista”, “grande, supremo”) que a negação marxiana ultrapassava as fronteiras do campo pretensamente “puro” e “neutro” da ciência, correspondendo igualmente ao embate político e ideológico condicionante da dinâmica das classes sociais. Lubbock mantinha-se preso aos limites ideológicos do modo de produção que lhe garantia uma posição socialmente dominante. A sua incompreensão sobre as realidades não capitalistas — assim como o etnocentrismo e a arrogância intelectual própria de um homem seguro de sua posição social, ambos reprovados por Marx — seriam, portanto, expressão da decadência ideológica do mundo burguês, à qual Marx contrapôs, ao sublinhá-las de maneira valorativa, tanto a “igualdade” quanto uma certa “superioridade” no modo de pensar daquelas coletividades.

Nesse sentido, a postura de John Lubbock em relação aos povos não capitalistas se assemelhava à do já mencionado negociante judeu shakespeariano diante do seu adversário cristão. Como em Shylock, as relações entre Lubbock e a dinâmica das sociedades que constituíam seu objeto de investigações (“comprarei convosco, venderei convosco, falarei convosco, passearei convosco”) se encerravam onde e quando a última não se enquadrasse nas concepções simbólicas e materiais do analista (“mas não comerei convosco, nem beberei, nem rezarei convosco”). Nesses casos, o trabalho do Barão de Avebury consistiria em abstrair das referidas sociedades a sua concretude histórica, mutilando delas a sua verdadeira “carne”.

Bibliografia

ANDERSON, Kevin. *Marx at the Margins: on nationalism, ethnicity and non-western societies*. Chicago: University of Chicago, 2010.

CAMBRIDGE ALUMNI DATABASE. Disponível em: <http://venn.lib.cam.ac.uk>. Acessado em 22/01/2018.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *O engenhoso cavaleiro D. Quixote de La Mancha, segundo livro* [1615]. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Editora 34, 2007.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, v. 3. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/John-Lubbock-1st-Baron-Avebury>. Acessado em 22/01/2018.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* [1884]. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2016.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KRADER, Lawrence. “The works of Marx and Engels in Ethnology Compared”. *International Review of Social History*, n. 18 (2), 1973.

KRADER, Lawrence (Ed.). *Die Ethnologischen Exzerptheft*. Tradução de Angelika Schweikhart. Frankfurt: Suhrkamp, 1976.

KRADER, Lawrence (Ed.). *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. Tradução de José Maria Ripalda. Madrid: Siglo XXI, 1988.

KRADER, Lawrence (Ed.). *The Ethnological Notebooks of Karl Marx*. 1. ed. Assen: Van Gorcum, 1972.

KRADER, Lawrence (Ed.). *The Ethnological Notebooks of Karl Marx*. 2. ed. Assen: Van Gorcum, 1974.

KRADER, Lawrence. "Excerpts from M. M. Kovalevski". In: *The Asiatic Mode of Production*. Assen: Van Gorcum, 1975.

LUBBOCK, John. *Paz e Felicidade* [1909]. São Paulo: Pensamento, s/d.

LUBBOCK, John. *Pre-historic Times* [1865]. London: Williams and Norgate, 1865.

LUBBOCK, John. *The origin of civilization and the primitive condition of man: mental and social condition of savages*. New York: Appleton and Company, 1870.

LUBBOCK, John. *The origin of civilization and the primitive condition of man: mental and social condition of savages*. 2. ed. New York: Appleton and Company, 1898.

MARX, Karl. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (1843). São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha* (1975). São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Cuadernos Etnológicos de Karl Marx. Extractos Escogidos*. La Paz: Ofensiva Roja, 1988.

MARX, Karl. *Escritos sobre la Comunidad Ancestral*. 1. ed. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional; Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2009.

MARX, Karl. *Escritos sobre la Comunidad Ancestral*. 2. ed. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional; Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.

MARX, Karl. *Karl Marx in seinen Briefen*. (Edição de Saul K. Padover). München: C.H. Beck Verlag, 1985.

MARX, Karl. *Lutas de classes na Alemanha* (1844). São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Os Despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *Sobre a Questão Judaica* (1844). São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *The First Writings of Karl Marx*. (Edição de Paul M. Schafer). New York: Ig Publishing, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MUSTO, Marcello. *O Velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PETTITT, Paul; WHITE, Mark. "John Lubbock, caves, and the development of Middle and Upper Palaeolithic archaeology". *Notes and Records of The Royal Society*, 68 (1). London, 2014 (disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3928871/>).

SHEAKESPEARE. *O Mercador de Veneza* [1598]. Tradução de Helena Barros. Água Forte: Almada, 2002.

A DINÂMICA DA HISTÓRIA EM AMÍLCAR CABRAL

Gustavo Koszeniewski Rolim ¹¹²

Resumo

Este trabalho busca analisar a concepção do líder guineense e cabo-verdiano Amílcar Lopes Cabral (1924-1973) sobre a dinâmica da história. Nascido na Guiné-Bissau e morando a maior parte de sua juventude em Cabo Verde, fica conhecido a partir dos anos 1960 como o fundador, líder e principal teórico do Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, o PAIGC. Assassinado em 1973, suas obras compõem um corpus essencial para o pensamento africano do século XX. Agrônomo, tratou sempre do tema do solo, da terra e, em especial, da erosão. Entretanto, seu contato com a história, podemos dizer de forma generalizada, se dá em dois âmbitos (independentes, mas interdependentes): o do anticolonialismo, pensando historicamente a construção das nações de Guiné-Bissau e Cabo Verde, ao mesmo tempo em que é obrigado a pensar a historicidade da ocupação portuguesa; e o do marxismo, que tem, pela história, campo primordial de reflexão e ação desde seus fundadores, Karl Marx e Friedrich Engels. A obra de Amílcar Cabral e a teoria criada pelo mesmo terço, portanto, importantes bagagens e uma interessante proposta de resolução da dinâmica histórica que temos de abordar com particular interesse.

Palavras-chave: Amílcar Cabral; Libertação Nacional; Marxismo.

112 Professor de História (RS); bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador-membro do Núcleo Práxis-USP.

LA DINÁMICA DE LA HISTORIA EN AMÍLCAR CABRAL

Resumen

Este artículo busca analizar la concepción del líder guineano y caboverdiano Amílcar Lopes Cabral (1924-1973) con respecto a la dinámica de la historia. Nacido en Guinea-Bissau y viviendo la mayor parte de su juventud en Cabo Verde, se dio a conocer a partir de la década de 1960 como el fundador, líder y principal teórico del Partido Africano para la Independencia de Guinea-Bissau y Cabo Verde (PAIGC). Asesinado en 1973, sus obras constituyen un corpus esencial para el pensamiento africano del siglo XX. Agrónomo, abordó constantemente los temas del suelo, la tierra y, en particular, la erosión. Sin embargo, su contacto con la historia, podemos decir en términos generales, ocurrió en dos esferas (independientes pero interdependientes): la del anticolonialismo, reflexionando históricamente sobre la construcción de las naciones de Guinea-Bissau y Cabo Verde, al tiempo que se veía obligado a considerar la historicidad de la ocupación portuguesa; y el marxismo, que históricamente ha sido un campo fundamental de reflexión y acción desde sus fundadores, Karl Marx y Friedrich Engels. La obra de Amílcar Cabral y la teoría que creó ofrecen, por lo tanto, importantes perspectivas y una propuesta interesante para resolver las dinámicas históricas que debemos abordar con especial interés.

Palabras clave: Amílcar Cabral; Liberación Nacional; Marxismo.

THE DYNAMICS OF HISTORY IN AMÍLCAR CABRAL

Abstract

This paper seeks to analyze the conception of the Guinean and Cape Verdean leader Amílcar Lopes Cabral (1924-1973) regarding the dynamics of history. Born in Guinea-Bissau and living most of his youth in Cape Verde, he became known from the 1960s onward as the founder, leader, and principal theoretician of the African Party for the Independence of Guinea-Bissau and Cape Verde (PAIGC). Assassinated in

1973, his works constitute an essential corpus for 20th-century African thought. An agronomist, he consistently addressed the themes of soil, land, and, in particular, erosion. However, his contact with history, we can broadly say, occurred in two spheres (independent but interdependent): that of anticolonialism, reflecting historically on the construction of the nations of Guinea-Bissau and Cape Verde, while simultaneously being compelled to consider the historicity of the Portuguese occupation; and Marxism, which has historically been a primary field of reflection and action since its founders, Karl Marx and Friedrich Engels. The work of Amílcar Cabral and the theory he created therefore offer important insights and an interesting proposal for resolving the historical dynamics that we must address with particular interest.

Keywords: Amílcar Cabral; National Liberation; Marxism.

*

O solo e a história

Amílcar Cabral não foi um historiador. Sua formação universitária se deu em área um pouco afastada do “homem no tempo”. Em 1988 temos editado os *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*, abarcando sua produção de estudante a profissional, aproximadamente do final dos anos 1940 até o final dos 1950. Esta produção demonstra, para além de um profissional bem vinculado a sua área, alguns contornos do que será desenvolvido em seu pensamento revolucionário. Aqui nos interessa algumas reflexões que o autor realiza sobre a natureza da relação do homem com a terra e as dinâmicas de mudança social advindas das mudanças das *forças produtivas* e do *meio de produção*, para utilizarmos expressões escolhidas por Cabral – e que perdurarão em suas obras futuras. Neste momento, alguns dos textos que por vezes se colocam como “representantes” deste período de vida, como o artigo “Em defesa da terra”, de 1949, já trazem pequenas demonstrações das aplicações futuras e da concepção de Cabral acerca da dinâmica histórica. Parte, por exemplo, da afirmação de que (escrevendo na ocasião sobre Cabo Verde): “onde a agricultura é a árvore principal do mecanismo

econômico, defender a terra é o processo mais eficiente de defender o homem” (CABRAL, 1988, p. 63).

Em relatório final do curso de agronomia, em 1951, ainda mais expresso ficará esta concepção. Ao analisar a “destruição do solo” por parte da ação humana, Cabral escreve que: “a causa, portanto, do desencadeamento desses fenômenos não reside propriamente na atividade do homem-ser-individual. É determinada pela estrutura econômica da sociedade” (CABRAL, 1988, p. 109). Esta passagem demonstra uma forte historicidade contida na tentativa de compreensão do fenômeno da erosão. Recusa-se qualquer naturalização da índole humana, compreendendo-a como resultado de ações derivadas de sistemas sociais e econômicos.

Prosseguindo, em artigo de 1954, Amílcar Cabral disserta sobre a mecanização da agricultura na Guiné-Bissau. Neste texto veremos uma importante reflexão acerca do surgimento de formas de agricultura mecanizada, o que corresponderia, segundo Cabral, a uma “profunda modificação nas forças produtivas” – esta mudança, por si só, não seria problema. Entretanto, ocorria conforme as necessidades da economia colonial e não das necessidades sociais da economia local. Cabral alertava para um risco:

As forças produtivas, conjugadas com o modo de produção, de que, aliás, são determinantes, constituem a estrutura econômica de uma dada região. A transformação, mais ou menos profunda, das forças produtivas implicará consequências, mais ou menos profundas na estrutura econômica. (CABRAL, 1988, p. 236)

A agricultura guineense dominada pelo colonialismo, nos anos 1950 dedicava-se ao cultivo de “produtos de exportação de caráter industrial (principalmente da mancarra¹¹³)”. Entretanto, Cabral iria dividir a exploração agrícola em duas: a do indígena e a do não indígena, nas quais: “o agricultor indígena empata trabalho (individual, familiar ou coletivo); o agricultor não indígena empata capital” (CABRAL, 1988, p. 237). Destaca-se uma diferença ontológica entre os trabalhos exercidos no

113 Nome guineense dado ao amendoim.

campo guineense, o que nos aprofunda uma visão histórica sobre o desenvolvimento de diferentes povos, ademais da consequência que a imposição de um sistema econômico sobre outro iria redundar em uma ruptura de maior relevância nas estruturas sociais africanas. Seguindo nesta linha, vemos que a inserção da mecanização pelo colonialismo português (sem preocupações para com o ritmo de trabalho, a consequência para a mão de obra sobressalente e para o desenvolvimento daquelas populações) seria um movimento que ocasionaria a “paralisação” do desenvolvimento histórico dos povos dominados pelo colonialismo. Sendo o desenvolvimento das forças produtivas naquele modo de produção africano profundamente alterado pelo sistema de produção implementado pelo colonialismo.

Novamente refletindo sobre o tema, em “Acerca da utilização da terra na África negra”, de 1954, o então agrônomo resume que o colonialismo português faz, em África, é utilizar, ou levar o negro a “utilizar o sistema itinerante na obtenção destes produtos [de exportação]. *Modifica o modo de produção sem modificar o sistema de cultura da terra*” (CABRAL, 1988, p. 248, grifos próprios). Ou seja, o colonialismo introduziria um novo sistema de produção, uma “*économie de traite*”, mantendo os sistemas de cultura anteriores. A esta relação de exploração da terra, Cabral vincula diretamente a “exploração do homem pelo homem” (Cabral, 1988, p. 249). É mister notar, pela importância que Cabral dá às “forças produtivas”, como o próprio afirmou que são determinantes do modo de produção, que quando os europeus o alteram sem realizar um verdadeiro salto qualitativo nas forças produtivas, teremos um sistema “artificial” e que perturbará o pleno desenvolvimento das populações nativas.

O pensamento de Cabral neste momento está profundamente preocupado com a dinâmica do solo, em atuação profissional de engenheiro agrônomo. Entretanto, já demonstra uma série de conceitos e concepções de desenvolvimento social, alicerçados em uma base teórica de interpretação da sociedade. Destacamos, no sentido da temática de nosso artigo, a correlação de três elementos: o solo, as forças produtivas e a história. A relação do solo (ou do tipo de solo) com o desenvolvimento humano, sendo o local onde o ser humano se desenvolve, ou seja, desenvolve as suas

“forças produtivas”, e, portanto, cria seus modos de vida, constituindo sua própria história. No seguimento de seu desenvolvimento intelectual, veremos Cabral manter essa correlação, aprofundando-a e enriquecendo-a com outros elementos, como veremos a seguir.

A negação da história pelo moribundo

A partir dos anos 1960, veremos em Amílcar Cabral a conjugação de elementos diversos em seu discurso. Passa a abordar temas candentes à década de 1960, como as alternativas socioeconômicas (as nações socialistas e o espaço político que elas ocupam em sua época), além das movimentações das nações oprimidas em sua busca por independência e autonomia. Ou seja, a “dinâmica da história”, aparecerá, agora, a partir da perspectiva de uma “marcha da história”. Em outras palavras, da forma como ela se desenvolve, também, a nível global e conjuntural. Um exemplo desta aproximação se coloca, por exemplo, no *Relatório Geral* (apresentado às Nações Unidas em 1961), onde Cabral irá iniciar seu percurso avaliando como um século de tantos avanços poderia ainda manter um colonialismo tão atrasado. Mais que isso, afirma:

[...] não há dúvida que, *mais do que a luta de classes nos países capitalistas e o antagonismo entre esses países e o mundo socialista, a luta de libertação dos povos coloniais a característica essencial, diremos mesmo o motor principal, do avanço da história nos nossos dias*; é nessa luta, nesse conflito, que se desenrola em três continentes, que se integra a nossa luta de libertação nacional contra o colonialismo português. (CABRAL, 2013, p. 79, grifos próprios)

Este tipo de significação dos acontecimentos históricos é comum em Cabral. Em variadas intervenções públicas, atribui um sentido histórico “humanista-global” a eventos como as conquistas na exploração espacial, os avanços da medicina e da ciência, a Revolução Russa e a derrota do nazifascismo. Revelava-se, por suas escolhas, um campo de referência político-ideológico e um tipo muito específico de progresso

social. Atentemos também para a ordem hierárquica aqui estabelecida: a principal contradição da época, chegando mesmo a se referenciar a ela como “o motor principal do avanço da história” seria a dos países colonizados em busca de sua libertação. Por que Cabral realizaria tal inflexão? Avancemos, pois, na sua leitura geral do quadro geopolítico, naquilo que roubaria a história dos povos: o imperialismo.

Em 1966, em texto já amplamente reconhecido no cômputo da produção de Cabral, intitulado *Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social*, discursado na Conferência Tricontinental, em Havana, temos uma melhor explanação sobre o porquê da hierarquização feita acima. O global e o específico se juntam a uma análise propositiva da dinâmica da história. E inicia-se, no caso, com uma negação. Contra qualquer concepção de “exportação” de civilização ou história, Cabral não reconhece no Imperialismo (e na dominação dos povos africanos), como o início da história do continente. Pelo contrário, sua operação em África teria negado a história para aqueles povos. Cabral entende que o imperialismo (ou “o capital em sua fase imperialista”) produziu situações diferenciadas na Europa e no continente africano. Em África, “o capital imperialista ou capital moribundo” (outra forma que tomará o imperialismo no discurso de Cabral) teria criado apenas para uma mínima parcela da população uma condição de vida melhor (ou até privilegiada). Desta forma, houve o aprofundamento das contradições dos países colonizados. No máximo, teria criado uma burguesia local (CABRAL, 2013, p. 247). As duas formas possíveis de dominação do continente, o “colonialismo clássico” (dominação direta) e o “neocolonialismo” (dominação indireta) trariam também consequências à África: através da destruição parcial da população e estruturas sociais nativas ou a aparente permanência das formações sociais (estas condicionadas, controladas e administradas por forças exóticas) teríamos a “paralisia ou estagnação” do “processo histórico do povo dominado” (CABRAL, 2013, p. 248). Paralisia não integral, mas com novas especificidades, condicionadas pela inserção de novas características forçadas pelo imperialismo, como a mudança de prestígio de camadas dirigentes nativas; êxodo populacional (espontâneo ou forçado); criação de novas camadas sociais, etc. Cabral

informa que a dinâmica social interna seria maior no neocolonialismo do que no colonialismo clássico – inclusive pela necessidade que se faz da existência de uma classe dominante nativa.

Lembremos, neste momento, da experiência que Cabral teve com a discussão acerca da mecanização do campo (e demais intervenções e projetos do colonialismo português na agricultura africana): aquele tipo de distúrbio, exógeno, no desenvolvimento da população, casa como exemplo prático deste modelo teórico que ele apresenta alguns anos depois em sua teoria revolucionária. Não apenas isto, os exemplos acima de distúrbios nos contingentes populacionais, trabalhos forçados, abandono de práticas econômicas tradicionais, todas estas questões amplamente denunciadas por Cabral e o PAIGC nos anos 1960¹¹⁴, também tomariam parte para a “estagnação da história”.

Mas as classes ocupam que espaço na dinâmica da história?¹¹⁵ Sabemos da importância das classes para a dinâmica da história apontada por Marx e Engels, cristalizada no Manifesto Comunista. Para Cabral, o “fenômeno socioeconômico classe” surgiria e se desenvolveria “em função de pelo menos duas variáveis essenciais e interdependentes: o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção” (CABRAL, 2013, p. 243-244). Assim sendo, na visão de Cabral, a história não poderia “começar” com o surgimento das classes e das lutas de classes. Para Cabral, o problema teórico que advinha disto seria “situar fora da história todo o período da vida dos agrupamentos humanos, que vai da descoberta da caça e, posteriormente, da agricultura nômade e sedentária à criação do gado e à apropriação privada da terra” (CABRAL, 2013, p. 244). Ficariam “fora da história” diversos povos do continente africano. Justamente aqueles que procuravam desvincular seu desenvolvimento humano do imperialismo.

Desta forma, propõe a seguinte linha de raciocínio: sabendo que a história acom-

114 O início dos anos 1960 se caracterizam em grande parte para Amílcar Cabral e seus camaradas do PAIGC em dar a conhecer a realidade do colonialismo português em Guiné-Bissau e Cabo Verde. A “derrubada dos muros de silêncio” foi parte importante da luta contra o colonialismo português. Sobre esta questão, ver DAVIDSON, 1975 e SOUSA, 2016.

115 Aqui realizamos um olhar panorâmico sobre o assunto a partir da temática da dinâmica da história. O conceito de “classe” em Amílcar Cabral demandará trabalho à parte.

panha o desenvolvimento de todos os povos (todos os povos têm história) e, mais, sabendo que a plena autonomia desta vem sendo retirada pelo imperialismo, e sabendo que, dentro do projeto político de um dia abolirem-se as classes sociais algo antes deste fenômeno era o motor da história, assim também algo terá que substituir a “luta de classes” como motor após o fim destas, Cabral procura, então, concluir:

a definição de classe e a luta de classes são, elas mesmas, um efeito do desenvolvimento das forças produtivas conjugado com o regime da propriedade dos meios de produção. Parece-nos portanto lícito concluir que o nível das forças produtivas, determinante essencial do conteúdo e da forma da luta de classes, é a verdadeira e a permanente força motora da história. (CABRAL, 2013, p. 244)

Para reafirmar a sua posição e assegurar que o homem continuará a produzir a história mesmo após do desaparecimento de classes, e de suas lutas, conclui:

A eternidade não é coisa deste mundo [...] o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e a fazer história, porque não pode libertar-se do fardo das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das forças produtivas. (CABRAL, 2013, p. 245)

Podemos aqui resgatar duas reflexões importantíssimas. Costuma-se utilizar estas passagens para demonstrar uma “fuga da ortodoxia marxista” e, por vezes, até mesmo “fuga do marxismo”. Entretanto, vale lembrar que temos aqui ecoadas duas importantes noções marxistas: a primeira, conforme, lembrou Mário de Andrade, é a importância que ganha as “forças produtivas” posteriormente na leitura de Marx e Engels, inclusive para dar o caráter e a forma das lutas de classes¹¹⁶ (ANDRADE, 1980, p. 144-145). A segunda seria ler nossa última citação de Cabral, acima, como herdeira direta da concepção presente na Ideologia Alemã¹¹⁷ — obra que consolida a visão “histórico-concreta” da

116 Semelhante conclusão de Ciro Flamarion Cardoso em seu *Ensaio Racionalista* (1988).

117 Aproximação semelhante percebida na intervenção de Cabral do Seminário de Quadros, em 1969, quando explica a diferença entre o materialismo simplório e o dialético (CABRAL, 2014, p. 82-83).

“filosofia-antropológica” de Marx e de Engels (NETTO, 2020, p. 110-112 e p. 162-165).

Entretanto as classes não são simplesmente abandonadas. Em pelo menos duas vezes que Cabral se debruça sobre a questão, resgata as noções de classes dominantes e subsequentes modos de produção marxianos, para destacar a passagem da história através destes. Por vezes até mesmo de forma mais simplificada que Marx teria identificado, descreve apenas três fases de desenvolvimento humano: a (i) sociedade agropecuária comunitária; a (ii) sociedade agrária (feudal ou assimilada e agroindustrial burguesa), e, finalmente, as (iii) sociedades socialistas e comunistas (CABRAL, 2013, p. 245). A identificação dos modos de produção, cabe ressaltar, não se colocam como um pensamento evolucionista ou linear: a existência concomitante das três mostram, para Cabral, uma visão de multilinearidade do desenvolvimento humano. Em termos políticos, nega o “etapismo”, no sentido das possibilidades de “saltos” dos modos de produção (SOUZA, 2016, p. 435). Em sua intervenção no Seminário de Quadros de 1969, por outro lado, a exposição do desenvolvimento social foi feito mais próximo do que Marx havia construído em suas obras (DIAS, 2019, p. 31).

É importante realizarmos este trajeto, pois, não apenas o “motor da história” é discutido por Cabral no sentido de “dar história” ao continente africano e seus povos. A proposição política ensejada por Cabral para resgatar a história desses povos (subjugada, estagnada, travada pela dominação imperialista, vimos acima) tem como ponto fulcral o processo político pelo qual passavam pelo menos os continentes africano e asiático nos anos 1960 e 1970 (e que permitiriam a estes a mobilidade entre modos de produção): a libertação nacional. Novamente veremos as noções de forças produtivas e classes, associada desta vez com o seu subproduto que tem toda atenção de Cabral: a flor da cultura.

A flor da cultura (e da história)

Na reconstrução da dinâmica da história presente no pensamento de Amílcar Cabral existe ainda uma importante etapa a ser vislumbrada. Sabemos da importância das classes, do “desenvolvimento das forças produtivas”, e do lugar que ocupam as nações (especialmente as oprimidas) em fazer avançar a “marcha da história” (e a reiterada im-

portância que Cabral dá a estas duas últimas). Agora, precisamos averiguar a “retomada” da história e a proposta de renascimento cultural do povo que se reencontra consigo mesmo em outro momento e de outra forma. O processo histórico que as populações africanas e asiáticas passavam, na oportunidade que Cabral reflete é a libertação nacional¹¹⁸ – processo que iria reestabelecer não apenas a independência política como toda uma série de transformações sociais nas sociedades mobilizadas. Não apenas isto, se trata do processo que Cabral indicou ser a contradição mais importante na “marcha da história” do mundo contemporâneo (maior mesmo que a luta de classes nas metrópoles europeias).

Como já vimos acima, a dominação colonialista e a intervenção imperialista produziram a “negação do processo histórico do povo dominado”. Fosse através de políticas sociais e econômicas, das intervenções violentas dos portugueses na vida dos povos africanos, ocasionando distúrbios nas populações tradicionais, etc., fosse interferindo no sistema de cultivo local, o colonialismo causaria danos à estrutura social africana. Estes danos, como Cabral resumiu, retiravam a liberdade de desenvolvimento “das forças produtivas nacionais”. O movimento então que se propusesse a eliminar o colonialismo, deveria também saber reverter esta sua principal característica. A busca pela independência e posterior construção de uma sociedade diferente, traduzida pela consigna da libertação nacional, terminaria “quando e só quando as forças produtivas nacionais são completamente libertadas de toda e qualquer espécie de dominação estrangeira”. O fundamento de tal processo social e político,

reside no direito inalienável de cada povo a ter sua própria história: e o objetivo da libertação nacional é a reconquista deste direito usurpado pelo imperialismo, isto é, a *libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais*. (CABRAL, 2013, p. 249, grifos próprios)

118 O termo “libertação nacional” escolhido pelas lideranças políticas africanas para denominar suas lutas, cristalizava toda uma concepção própria de projeto político, foi pouco ou nada conceituado por historiadores. Em nossa pesquisa de doutorado, em andamento, procuraremos caracterizar o que significa “libertação nacional” para as guerras de independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Da dinâmica da história interrompida, à sua reconquista, é neste pressuposto que Amílcar Cabral lança as bases para mais tarefas do movimento de independência, acrescentando ainda que estas profundas mudanças nas forças produtivas fazem “o fenômeno de libertação nacional corresponde[r] necessariamente a uma revolução” (CABRAL, 2013, p. 250). Prosseguindo no desenvolvimento deste tema, em conferência de 1970, Cabral realiza a consideração de o domínio imperialista possuir ainda uma faceta através do domínio cultural. A teoria da assimilação¹¹⁹ é citada como um de seus exemplos. A reflexão então toma corpo a partir da concepção de que a cultura é um dos elementos da história e do desenvolvimento dos povos. Se a libertação nacional, como vimos antes, é a via de conquista dos povos para reconquistar o seu desenvolvimento histórico, concluindo-se na independência do desenvolvimento das forças produtivas de qualquer força ou domínio estrangeiro, é de altíssima importância a avaliação interna desta sociedade, a saber, da sua cultura:

Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância das contribuições positivas da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria cultura, que se alimente da realidade do meio e negue tanto as influências nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras. (CABRAL, 2013, p. 272)

Amílcar Cabral, como constante em seu pensamento revolucionário, busca sempre precisar as necessidades das populações africanas e os subsequentes objetivos da luta. Desde sua caracterização de imperialismo, vemos na balança de nosso pensador o peso da realidade e o contrapeso da contestação e das ações necessárias. Se se percebe no imperialismo uma nova forma de opressão – a cultural – o ato de sua contestação precisa também se afirmar: “a libertação nacional é necessariamente, um *ato de cultura*” (CABRAL, 2013, p. 272). Para o revolucionário guineense e cabo-verdiano, o valor da cultura como elemento de resistência da luta de libertação nacional

¹¹⁹ Seu impacto para este construto de contestação por parte de Amílcar Cabral é muito bem analisado por Patrícia Villen (2013).

começa pela sua definição. Afinal, ela é “manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade”. Ou seja, uma vez fruto da história de um povo, a cultura determinaria simultaneamente a história (CABRAL, 2013, p. 270). O modo como os povos vivem e se reproduzem pautaria o seu desenvolvimento histórico. Cabral também precisa que, se a libertação nacional ocasiona o livre desenvolver das forças produtivas, ela liberta também a escolha do seu modo de produção. Para Cabral, “falar disso é falar de história, mas é também falar de cultura” (CABRAL, 2013, p. 271). É nesta intervenção que mais se materializa o âmbito social, o econômico e o cultural, no pensamento de Cabral, ligados como elemento essencial da história de um povo. A analogia subsequente tornou-se já célebre:

[A cultura] é talvez resultante dessa história como a flor é a resultante de uma planta. Como a história, ou porque é a história, a cultura tem como base material o nível das forças produtivas e o modo de produção. Mergulha as suas raízes no húmus da realidade material do meio em que se desenvolve e reflete a natureza orgânica da sociedade, podendo ser mais ou menos influenciada por fatores externos. (CABRAL, 2013, p. 271)

Tornou-se já célebre, mas nem sempre associada à sua constituição de dinâmica da história. Mais: à sua conexão de “classe” e “transição histórica”. A começar por um pressuposto poucas vezes ressaltado: a cultura, para Cabral, possui *caráter de classe*. Dois elementos importantíssimos aqui se coadunam: a cultura é de um “povo”, entretanto, ela não se desenvolve igualmente entre todos os setores da sociedade; ademais, o domínio colonial criou, com os anos, um sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado. Uma verdadeira “alienação cultural” de uma faixa das “massas populares”, seja pela falaciosa assimilação ou pelo abismo entre as elites autóctones e o restante do povo. A pequena burguesia criada pelo sistema imperialista e colonialista imposto em África veria a si própria como culturalmente superior às outras camadas da população. Era necessária, então, a “reconversão dos espíritos”, ou, a *reafricanização*:

A contestação cultural do domínio colonial – fase primária do movimento de libertação – só pode ser encarada eficazmente com base na cultura das massas trabalhadoras dos campos e das cidades, incluindo a “pequena burguesia” nacionalista (revolucionária), *reafricanizada* ou disponível para uma reconversão cultural. (CABRAL, 2013, p. 275)

A reafricanização é, portanto, um elemento de classe e de luta de classe, essencial, entre outros, para a luta contra o neocolonialismo passível de ser implementado após a independência formal dos países africanos. Sendo a cultura um amplo e complexo campo da vida humana, Cabral aponta para a tarefa do movimento de libertação em ser capaz de distinguir o “essencial do secundário”, o “positivo do negativo”, o “progressivo do reacionário”, sempre tendo como horizonte a construção de uma *cultura nacional*, que cumprirá um papel na dimensão da luta de libertação confluindo à *dimensão nacional* (CABRAL, 2013, p. 275-276). O postulado, do movimento político que devolveria a dinâmica da história para os povos dominados, não poderia ser mais claro: “a luta armada de libertação nacional é não apenas um fato cultural, mas também um *fator de cultura*” (CABRAL, 2013, p. 280)¹²⁰.

Com estas reflexões, ressalta-se que Amílcar Cabral não só desenvolveu a teoria e as táticas do processo de libertação nacional, mas também projetou diversos aspectos de uma “teoria de transição”. Alertava para o neocolonialismo (“dominação indireta”); percebia a importância de aniquilar o colonialismo e não assimilá-lo; concebia a chamada política de “ajuda” aos países subdesenvolvidos como prática do imperialismo, com objetivo de “criar ou reforçar pseudo-burguesias nativas, necessariamente enfeudadas à burguesia internacional, e de barrar assim o caminho à revolução” (Cabral, 2013, p. 248): todos estes elementos que continuariam, a seus modos e com suas especificidades, a travar o desenvolvimento histórico autônomo daqueles povos.

120 A reafricanização também desembocaria em um importantíssimo conceito, resgatado de Frantz Fanon, o do *suicídio de classe*. Para ver a sua constituição, em correlação ao revolucionário martinicano radicado na Argélia, ver o capítulo *Revolução e Cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral* (ROLIM, 2016), no livro organizado por José Rivair Macedo.

Procuramos expor, através de alguns dos textos mais lidos de Amílcar Cabral, entretanto iniciando pelos seus escritos de agrônomo e outros, para dar mais densidade ao argumento, que o pensador líder dos processos políticos de Guiné-Bissau e Cabo Verde possuía uma intrincada noção de dinâmica histórica. Não apenas teórica, mas também prática e imediata para os povos daqueles países. O movimento empregado, do capital moribundo e a estagnação da história, ao seu ressurgimento em forma de flor, da cultura de um povo, realizamos trajeto que nos ajudam em muito a compreender não apenas o pensamento de Cabral como as dinâmicas desencadeadas por um importante processo histórico que foi a luta dos povos colonizados de se libertar do jugo imperialista.

Do moribundo à flor – uma dinâmica da história (e seus desdobramentos...)

O passado, segundo Marx, pressiona o cérebro dos vivos. Entretanto, uma concepção de dinâmica da história não tem por objetivo apenas ver o desenrolar do passado. Trata-se de procurar estabelecer bases científicas e assentadas para a atuação no presente e o planejamento de um futuro – possível, concreto, imeditato e, em grande medida, universal.

A dinâmica da história em Amílcar Cabral passa pela, como Rita Narra (*apud* Telepneva; Lopes, 2024), afirmou de forma muito feliz, transferência de “Havana à Milão”. São nos conceitos marxistas de classe, conjugado com a noção de cultura que Cabral estabelece seu espaço de teórico. Afinal de contas, não apenas a categoria *classe* nunca deixou de estar na abordagem de Cabral, como seu conceito de *cultura* não pode ser compreendido sem ela (Narra *apud* Telepneva; Lopes, 2024, p. 72-74). Dentro do escopo marxista, mas criando organicamente a teoria que é guineense e caboverdiana para a luta (e, insistimos, para a transição). Vemos então desdobrar-se a concepção das forças produtivas como força motriz de desenvolvimento humano; de sua paralisação através da irrupção de um fenômeno econômico situado historicamente (o imperialismo), com suas implicações para o aspecto conjuntural da história

(a luta de nações imperialistas e as colônias seja um dos principais elementos da luta de classes da época), e o quanto o aspecto desta luta de classes, ao libertar também o processo de desenvolvimento das forças produtivas de um povo, recoloca-o como protagonista de seu próprio desenvolvimento histórico (tendo a cultura papel excepcional a ser destacado no processo), abrindo novos caminhos para disputas e conflitos internos, que terão, então, privilegiado local e protagonismo.

Destaca-se que a dinâmica histórica em Cabral (e em grande medida nas teorias marxistas), não se trata de um mero desencadeamento e sucessão cronológica de modos de produção e suas opções ao longo do tempo. Entretanto, o modo de produção é, e vimos Cabral assim argumentando, um produto histórico, derivado das contradições das forças produtivas e das características das lutas de classes de cada época.

Os contornos de uma “teoria de transição” que afirmamos estar presente em Cabral, se dá em sua leitura da dinâmica *interna* da sociedade – também demonstrando estar presente firmemente a noção de que a ampla liberdade do desenvolvimento das forças produtivas não era um processo social capaz de ser alcançado via meras formalidades. Se a luta de classes poderia ser materializada através das lutas das nações oprimidas *versus* as opressoras (as metrópoles, os países imperialistas), era de suma importância compreender que uma (possível) luta de classes interna, conflitiva, mas que trouxesse em si a resolução dos problemas nacionais iria ocorrer com todas as suas especificidades. Até que se alcançasse uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem. Não parece à toa que Samir Amin resgata importantemente a noção de “desenvolvimento das forças produtivas” para pensar uma nova transição (AMIN, 2020, p. 106-109), já no século XXI, muito depois do tempo histórico de Amílcar Cabral.

Bibliografia

- Obras de Amílcar Cabral:

CABRAL, Amílcar. *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa-Bissau: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

_____. *Unidade e Luta (Obras escolhidas Vol.1)*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

_____. *Pensar para melhor agir. Intervenções no Seminário de Quadros, 1969*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2014.

- Outras obras:

AMIN, Samir. *Somente os povos fazem sua própria história*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANDRADE, Mário de. *Amílcar Cabral: Essai de biographie politique*. Paris: François Maspero, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio Racionalista*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

DAVIDSON, Basil. *A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1975.

DIAS, Luciana. *Amílcar Cabral e o Marxismo: dos anos de Lisboa à liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948-1973)*, dissertação de Mestrado em História de África, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2020.

MARX e ENGELS. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2015b.

NARRA, Rita. 'If you want to call it Marxism, you may call it Marxism': Amílcar Cabral on class and national liberation. In: LOPES, Rui; TELEPNEVA, Natalia (Orgs.). *Globalizing Independence Struggles of Lusophone Africa: Anticolonial and Postcolonial Politics*. London: Zed Books, 2024.

NETTO, José Paulo. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ROLIM, Gustavo Koszeniewski e CÁ, Vanito Ianium. "Um conceito a construir: as forças produtivas no pensamento de Amílcar Cabral". *Revista Transversos*, nº 22, 2021.

SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano*. Edição de Autor: Coimbra, 2016.

VILLEN, Patrícia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRAMSCI: TEORIA DO IMPERIALISMO OU TEORIA DA HEGEMONIA GLOBAL?

Marcos Vinícius Pansardi ¹²¹

Resumo

Neste texto, propõe-se fazer um estudo sobre a análise das relações internacionais desenvolvida por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*. Partindo-se do princípio de que o autor raramente utilizou o conceito de imperialismo em seus escritos, a questão central que se coloca é a existência de uma possível incompatibilidade do uso dos conceitos de hegemonia e imperialismo nesta obra. Conclui-se, a partir destas leituras e da análise adicional dos trabalhos de Gramsci e dos autores neogramscianos, que estes conceitos são complementares e não antagônicos.

Palavras-chave: Imperialismo, Hegemonia Mundial, Gramsci, Cadernos do Cárcere.

GRAMSCI: ¿TEORÍA DEL IMPERIALISMO O TEORÍA DE LA HEGEMONÍA GLOBAL?

Resumen

En este texto, se propone un estudio sobre el análisis de las relaciones internacionales desarrollado por Gramsci en los Cuadernos de la Cárcel. Partiendo del principio de que el autor rara vez utilizó el concepto de imperialismo en sus escritos, la cuestión central que se plantea es la existencia de una posible incompatibilidad en el uso de los conceptos de hegemonía e imperialismo en esta obra. De estas lecturas y del análisis adicional de las obras de Gramsci y de los autores neogramscianos, se concluye que estos conceptos son complementarios, no antagónicos.

Palabras clave: Imperialismo, Hegemonía global, Gramsci, Cuadernos de la cárcel.

121 Marcos Vinícius Pansardi é doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP e professor de Ciências Sociais no Instituto Federal do Paraná. Membro do Núcleo Práxis da USP, é autor, entre outros livros, de *Reinterpretando o Brasil: da revolução burguesa à modernização conservadora* (Curitiba: Juruá, 2010).

GRAMSCI: A THEORY OF IMPERIALISM OR THEORY OF GLOBAL HEGEMONY?

Abstract

In this text, it is proposed to do a study on the analysis of international relations developed by Gramsci in the *Prison Notebooks*. Based on the principle that the author rarely used the concept of imperialism in their writings, the central question that arises is the existence of a possible incompatibility of the use of the concepts of hegemony and imperialism in this work. It is concluded from these readings and additional analysis of the works of Gramsci and the authors neogramscians that these concepts are complementary not antagonistic.

Keywords: Imperialism, Global Hegemony, Gramsci, Prison Notebooks.

*

Introdução

Afirma-se que a influência do marxismo em todas as áreas das ciências humanas foi imensa ao longo do século XX. Da economia à história, da sociologia à teoria literária, o marxismo não poderia ser ignorado, mesmo por aqueles que se opunham a ele.

No campo teórico das relações internacionais esta verdade, no entanto, não se concretizou. Durante boa parte do século XX o marxismo e as relações internacionais permaneceram de costas um para o outro. O marxismo não teve nenhuma influência nas correntes predominantes das relações internacionais até o final dos anos 1970. Para Halliday (1999), isso pode ser explicado por dois fatores. Primeiro, o fato de que as relações internacionais se desenvolveram inicialmente nas universidades britânicas e norte-americanas, locais onde o marxismo teve pouca influência. Segundo, pelo papel da teoria do imperialismo, que nunca teve boa recepção

nas relações internacionais — porque era vista como uma teoria que pouco tinha a dizer sobre a política internacional, — centrando-se nos aspectos econômicos da arena internacional.

Por outro lado, o marxismo também não estabeleceu diálogo com estas teorias. Não que o marxismo não se interessasse pelas questões internacionais, ao contrário, o maior exemplo seriam as teorias do imperialismo, que foram objeto de amplo debate nas primeiras décadas do século XX envolvendo os principais teóricos socialistas do período. Embora essas teorias continuassem presentes no debate sobre a Guerra Fria, sobre a hegemonia norte-americana e o subdesenvolvimento do Terceiro Mundo, elas perderam força no período posterior à II Guerra, e ao longo dos anos 1970 o tema praticamente tinha desaparecido das análises dos teóricos que reivindicavam o marxismo.

Assim poderíamos afirmar que, pelo menos até os anos 1980, a relação entre o marxismo e as relações internacionais sempre foi um diálogo de surdos.

Segundo alguns estudiosos, a questão internacional apareceria de maneira secundária na obra de Marx. Por um lado, afirmou-se que o próprio Marx nunca chegou a desenvolver estudos específicos e aprofundados sobre a questão internacional. Suas análises sobre o tema, além de pouco sistematizadas e fortemente conjunturais, muitas vezes revelavam doses de eurocentrismo e desconhecimento sobre a complexa realidade para além das fronteiras europeias. Assim, este autor não chegaria a desenvolver uma teoria coerente sobre as relações internacionais¹²². Por outro lado, pode-se afirmar também que Marx e Engels não se mostraram alheios às questões internacionais, particularmente sobre o fenômeno do colonialismo¹²³. Sabe-se, também, que durante 11 anos Marx colaborou, como analista internacional, para o influente jornal norte-americano *New York Daily Tribune*.

Por sua vez, o marxismo foi amplamente marginalizado no campo acadêmico dos estudos sobre as relações internacionais. Quando não ignorado, era educadamen-

122 Veja-se, por exemplo: M. Ferreira. “Europa, Afeganistão e África do Norte: uma introdução às análises de Marx e Engels sobre os conflitos internacionais”. *Crítica Marxista*, n. 15.

123 Cf. os textos reunidos na coletânea, em dois volumes, sob o título: Sobre o colonialismo.

te descartado como uma teoria simplista e mecânica (Cox, 1981). É esta a leitura de Hans Morgenthau, considerado o “fundador” dos estudos científicos contemporâneos das relações internacionais. No seu livro clássico *Política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz*, publicado pela primeira vez em 1948, o autor usa apenas duas páginas para analisar o marxismo e o imperialismo, para concluir que todas as suas conclusões são errôneas. Não há nenhuma citação ou referência a Marx.

Foi Lênin, como se sabe, a grande referência para o estudo das relações internacionais no campo do marxismo. Sua utilização do conceito de imperialismo passou a ser a grande, senão a única referência teórica de peso no marxismo sobre a questão internacional¹²⁴. É assim que Kenneth Waltz, o teórico mais importante da chamada escola neorrealista, mesmo não ignorando o imperialismo como uma teoria relevante no campo das Relações Internacionais (RI), usa-o como exemplo maior do que ele considera uma leitura inadequada para compreender o fenômeno internacional. Esse autor, ao buscar classificar os vários tipos de teorias das relações internacionais, divide-as em dois grandes grupos: as teorias “reducionistas” e as teorias “sistêmicas”. A teoria neorrealista é sistêmica, pois compreende o fenômeno internacional como sendo fruto de causas essencialmente estruturais, externas aos Estados, e não fruto de suas características internas (nacionais) (Waltz, 2002). Consequentemente, as teorias reducionistas seriam aquelas em que as análises sobre o fenômeno internacional, ou da ordem internacional, seriam derivadas de alguma característica interna dos Estados nacionais. Para este autor, o exemplo mais acabado de reducionismo seria a teoria leninista do imperialismo, pois esta, ao determinar as características do sistema através de um determinado estágio de evolução das economias nacionais (capitalismo monopolista) estaria eclipsando as determinações sistêmicas que moldariam o sistema internacional. Para Waltz, a teoria leninista pecava por ser incapaz de compreender as causas sistêmicas (estruturais) que moldavam a ordem internacional.

124 Rosa de Luxemburgo, Bukharin e Kautsky também tiveram contribuições importantes, mas tiveram menos impacto sobre os futuros estudos sobre as relações internacionais do que Lênin, que continua até hoje como a grande referência quando se aborda a teoria do imperialismo.

Gramsci e a questão internacional

Nosso objeto de estudo aqui não é a teoria leninista do imperialismo. Vamos partir das críticas de Waltz para analisar as contribuições de Gramsci ao estudo das relações internacionais. Para isso, faremos, neste primeiro momento, uma análise das leituras de Gramsci desenvolvidas nos *Cadernos do Cárcere*¹²⁵ sobre a questão internacional, para no final discutirmos as contribuições neo-gramscianas sobre este tema.

A crítica de Waltz a Lênin colocava como ponto central as explicações sobre as causas da guerra. Para este autor, o reducionismo leninista estaria em compreender este fenômeno a partir de uma forma específica de Estado (monopolista). A explicação de Gramsci sobre a origem das guerras, por seu turno, aparentemente em nada se diferencia da explicação dada por Lênin, pois para ele, as guerras entre os estados se originam da luta interna entre os grupos em cada país:

O grupo dirigente tenderá a manter o melhor equilíbrio não só para sua permanência, mas para sua permanência em condições determinadas de prosperidade e de incremento destas condições. Mas, como a área social de cada país é limitada, será levado a estendê-la às zonas coloniais e de influência, entrando em conflito com outros grupos dirigentes que aspiram ao mesmo fim, ou em cujo prejuízo a sua expansão deveria necessariamente se verificar, já que também o globo terrestre é limitado. Cada grupo dirigente tende em abstrato a ampliar a base da sociedade trabalhadora da qual extrai a mais-valia, mas a tendência de abstrata torna-se concreta e imediata quando a extração da mais-valia na sua base histórica ficou mais difícil ou perigosa, além de certos limites que, todavia, são insuficientes. (Gramsci, Cuaderno 9 (XIV), p. 52. §70)

Se partirmos do princípio de que as leituras gramscianas sobre as relações internacionais se fundamentam nas concepções leninistas não seria difícil concluir, como afirma categoricamente Carnevali (2005, p. 42), que Gramsci também seria

125 Utilizaremos neste estudo a versão mexicana dos *Cadernos*, tradução da versão italiana dirigida pelo Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana.

um “reducionista” pois, ao enfatizar a proeminência do elemento nacional sobre o internacional, Gramsci estaria subordinando o segundo elemento ao primeiro. Isso estaria claramente caracterizado na famosa e sempre citada observação dos *Cadernos*, na qual ele se perguntava se na abordagem teórica da política as relações internacionais determinam ou são determinadas pelas estruturas sociais (nacionais):

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Seguem, é indubitável. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas* e *relativas* no campo internacional, através das suas expressões técnico-militares. Inclusive a posição geográfica de um Estado não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, mesmo reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). Além do mais, as relações internacionais reagem positiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). (Gramsci, Cuaderno 8 (XXVIII), p. 9-11, § <2>)

É possível ainda, observar outros momentos em que Gramsci reforçaria este argumento, procurando reconhecer que sua própria visão estaria alinhada com o pensamento já desenvolvido anteriormente por Marx e por Lênin. Assim, afirmou ele que “segundo a filosofia da práxis (na sua manifestação política), seja na formulação do seu fundador, mas especificamente na definição do seu mais recente grande teórico, a situação internacional deve ser considerada no seu aspecto nacional” (Gramsci, Cuaderno 24 (XVII), p. 5-4. § <68>).

Esses elementos levam alguns autores a negar o uso do pensamento de Gramsci para o estudo das relações internacionais. Assim, por exemplo, Germain e Kenny (1998, p. 20) afirmam que “[...] a natureza histórica de seus conceitos significa que eles recebem o seu significado e poder explicativo principalmente da formação social-nacional de sua terra ‘no qual eles eram’ exclusivamente usados”.

Seu pensamento, portanto, seria fundamentado fortemente no caso italiano e se circunscreve ao espaço das formações políticas nacionais.

No entanto, é possível encontrar nos escritos de Gramsci vários trechos onde ele inverte a argumentação anterior, mostrando que a questão internacional tem primazia sobre o elemento nacional. Em uma passagem dos Cadernos ele afirma que “as relações internacionais estabelecem um equilíbrio de forças sobre o qual cada elemento estatal pode influir muito debilmente” (Gramsci, Cuaderno 06 (VIII), p. 73-4. § <86>); em outro trecho diz que “só se pode julgar a atividade econômica de um país em relação ao mercado internacional, ela ‘existe’ e é avaliada quando inserida numa unidade internacional” (Gramsci, Cuaderno 09 (XIV), p. 28. § <32>); também afirma que “não se compreende que o mundo é uma unidade, se se quer ou não, e que todos os países, que atravessam certas condições de estrutura, passarão também por certas ‘crises’” (Gramsci, Cuaderno 15 (II), p. 180. § <5>). Em mais outra citação, Gramsci sustenta que “quando em um Estado a moeda varia (inflação ou deflação), sucede uma nova estratificação de classes em um mesmo país, mas quando varia uma moeda internacional, sucede uma nova hierarquia entre os Estados [...]” (Gramsci, Cuaderno 15 (II), p. 180. § <5>). E por fim, sem que esgotemos a possibilidade de encontrar outros textos que se inserem nesse prisma, Gramsci sentencia que a “história é sempre uma ‘história mundial’ e que as histórias particulares vivem tão somente no quadro da história mundial” (Gramsci, Cuaderno 29 (XXI), p. 229. § <2>).

As passagens acima nos permitem não apenas questionar a afirmação da primazia epistemológica do nacional sobre o internacional, como também observar que há uma leitura sistêmica ou estrutural, mesmo que não seja certamente aquela defendida por Waltz, como veremos mais adiante.

A compreensão dialética e não reducionista das relações internacionais fica claramente definida a partir das discussões de Gramsci sobre o conceito de Revolução Passiva. Este conceito complexo e multifacetado é a porta fundamental que nos permite entender a visão deste autor sobre o sistema internacional. O conceito de Revolução Passiva permite compreender as relações que se estabelecem entre a formação

dos estados nacionais e o sistema internacional de estados. Também aponta a relação entre este sistema e o modo de produção capitalista. Para Gramsci, a inserção dos países no sistema capitalista se dá de maneira desigual. Junto as grandes potências econômicas formam-se países economicamente frágeis e subordinados a esses: são a periferia do sistema, são as colônias, são os países dependentes¹²⁶.

Segundo Morton, autor em geral identificado com a chamada “escola neo-gramsciana”, Gramsci incorporou o conceito do “desenvolvimento desigual e combinado” desenvolvido por Trotsky para entender a característica essencial da organização espacial e de escala do capitalismo. Segundo este autor, este conceito é a base para se compreender a Revolução Passiva. Assim, procurou demonstrar que Gramsci desenvolveu a tese de que o capitalismo norte-americano procurou construir sua hegemonia mundial a partir de processos políticos descritos no texto “Americanismo e Fordismo”. Estes aspectos extra-econômicos (hegemônicos) seriam a outra face do poder econômico norte-americano (Morton, 2007).

O conceito de Revolução Passiva compreende, pois, o capital a partir de sua ação política, dos processos de construção de sistemas hegemônicos/dominantes. Assim, compreender a formação dos estados nacionais (particularmente na periferia do sistema) significa reconhecer como estes se inserem em um processo mundial e que este processo marca seu destino. Ou seja, sistemas hegemônicos nacionais só podem ser compreendidos em relação aos sistemas hegemônicos internacionais. Em consequência, as distintas Revoluções Passivas nacionais devem ser analisadas como variantes determinadas pelas condições de um dado sistema político internacional inserido em uma determinada conjuntura do capitalismo mundial. As lutas de classe também não podem ser compreendidas apenas a partir de seus aspectos nacionais, mas pelas características tanto econômicas como geopolíticas do capitalismo.

Ainda que Gramsci tenha sido um analista preocupado com a causa italiana; com a incapacidade da Itália de concluir sua revolução burguesa, com a questão do

126 “O capitalismo é um fenômeno histórico mundial e seu desenvolvimento desigual”, argumentou Gramsci (1977, p. 69), “significa que as diferentes nações não podem ocupar, concomitantemente, o mesmo nível de desenvolvimento econômico” (Morton, 2007, p. 47).

surgimento do fascismo, dos caminhos da construção de uma revolução comunista autóctone, ou seja, um autor profundamente enraizado nas questões nacionais, seria um erro grave pensar que ele não tivesse interesse nas questões internacionais ou que estas fossem secundárias em seu pensamento. Segundo Jessop, Gramsci foi um autor fortemente interessado pelas relações internacionais e foi um estudioso da “geopolítica e da demopolítica (que outros autores chamam de bio-política), que seriam essenciais para que ele pudesse compreender melhor as implicações políticas do equilíbrio de forças internacionais” (Jessop, 2005, p. 434). Para este autor, a leitura gramsciana rompe com uma visão estadocêntrica ou nacionalista, dominante nas relações internacionais (Jessop, 2005, p. 434)¹²⁷ ao realizar uma interpretação profunda e complexa do fenômeno internacional. Para o autor, o pensamento de Gramsci combina análises em diversos níveis (escalas) indo da análise nacional à internacional, das classes ao estudo das instituições internacionais, das relações entre o Estado, as organizações internacionais e as ordens mundiais. Em realidade, ele rompeu com a dicotomia tradicional do (neo) realismo entre o mundo interno e o externo da política.

Ao explorar a dimensão internacional das relações econômicas, políticas e socioculturais, Gramsci não assumiu que as unidades básicas das relações internacionais eram as economias nacionais, os Estados nacionais, ou as sociedades civis constituídas a nível nacional. Em vez disso, ele explorou as mútuas implicações da organização política e econômica, os seus pressupostos sociais e culturais, e as consequências da dissociação das escalas de vida dominante econômica, política, intelectual e moral. Isso fez-lhe sensível às complexidades das relações interescares e ele nunca assumiu que eles foram ordenados em simples aninhados hierárquicos. (Jessop, 2005, p. 433)

É assim que Gramsci procura nos mostrar que a política internacional tem sua origem na arena nacional, no conflito de classes, na conformação das forças sociais

127 Para Jessop, apesar de uma defesa de uma concepção sistêmica no estudo da política internacional, Waltz seria o maior exemplo de uma leitura “nacionalista”, pois coloca o Estado nacional como o único ator relevante das relações internacionais, sem esquecer que sua leitura tem um viés claramente norte-americano.

nacionais, na constituição e na capacidade de expansão político-econômico-cultural do Estado nacional para além de suas fronteiras, mas observa também que estes processos não podem ser compreendidos sem a referência aos influxos internacionais na ordem nacional. Para ele, a própria construção da ordem mundial moderna esta associada à necessidade das classes dominantes nacionais de assegurar sua expansão internacional, ao mesmo tempo em que preservam o controle político nacional¹²⁸.

Para este autor, a simbiose nacional-internacional caracteriza os processos de dominância e não podem ser isolados ou hierarquizados para além de processos didáticos ou metodológicos iniciais. É nesse sentido que precisamos reavaliar a “primazia do nacional” para que não nos limitemos a uma visão “reducionista”. Como o próprio Gramsci nos alerta é “necessário ter em conta o fato de que as relações internacionais entrelaçam-se com as relações internas dos Estados-nação, criando novas e únicas combinações historicamente concretas” (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p. 37. § <17>), ou então, que “é certo que o desenvolvimento verifica-se no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é ‘nacional’, e é deste ponto de partida que se devem adotar as diretivas. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de sê-lo” (Gramsci, Cuaderno 14 (I), p. 156. § <68>).

Aqui se evidencia a continuidade do pensamento de Gramsci com o de Marx e Engels no campo das relações internacionais, uma vez que estes últimos, metodologicamente, nunca fizeram uma separação clara entre os aspectos internos e externos da política. Ao contrário, viram o interno e o externo, o local e o internacional, a política e a economia, como sendo relacionados dialeticamente (Gill, 2004). Esta concepção sobre as relações nacional-internacional significa, portanto, que estes elementos formam um par em que a supremacia de um sobre outro não se pode ser estabelecida de maneira mecânica. Ao mesmo tempo, sua leitura também não pode ser vista como “estadocêntrica” (como os realistas e neorrealistas), pois, como bem sabemos, o papel da sociedade civil, assim como dos intelectuais e da luta de classes, é fundamental nos

128 Assim: “Toda a história, a partir de 1815, mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva deste gênero, para manter o poder ‘econômico-corporativo’ num sistema internacional de equilíbrio passivo” (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p. 17. § <1>).

processos de construção de uma hegemonia política. Também nesse caso, o fenômeno não pode ser limitado às fronteiras nacionais:

A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte dessas combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais; e com a religião, as outras formações internacionais: a maçonaria, o Rotary Clube, os judeus, a diplomacia de carreira, que sugerem expedientes políticos de origem histórica diferente e levam-nas a triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas. Uma religião, a maçonaria, os judeus, Rotary, etc., podem ser incluídos na categoria social dos “intelectuais”, cuja função, em escala internacional, é a de mediar os extremos, “socializar” as inovações técnicas que permitem o funcionamento de toda atividade de direção, de excogitar compromissos e saídas entre soluções extremas. (Gramsci, Cuaderno 13 (II), p. 37. § <5>)

Sendo assim, a teoria desenvolvida por Gramsci não é nem reducionista e nem sistêmica, mas sim dialética, não se enquadrando na tipologia desenvolvida por Waltz, já que esta se baseia em uma visão positivista da ciência. O próprio Gramsci estabelece as relações entre o nacional-internacional de forma análoga com a que observamos nas relações entre o estrutural e o superestrutural ou entre o econômico e o político:

Na história real estes momentos se confundem reciprocamente, por assim dizer horizontal e verticalmente, segundo as atividades econômicas sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticais), combinando-se e dividindo-se alternadamente. Cada uma destas combinações podem ser representadas por uma expressão orgânica própria, econômica e política. Também é necessário levar em conta que, com estas relações internas de um Estado-nação entrelaçam-se as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p. 37. § <17>)

O Estado, para ele, seria concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima deste grupo. O que caracteriza o processo de construção desta expansão é exatamente a capacidade destas classes (dominantes) em expandirem seu domínio para além das fronteiras nacionais. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais” (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p. 37. § <17>). Uma ideologia nascida num país desenvolvido difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local de combinações. Estes países periféricos, exatamente por terem sido incapazes de realizar sua própria revolução burguesa, acabam incorporando elementos ideológicos dos países dominantes. Aqui aparece outra leitura do conceito de “revolução passiva”.

A forma pela qual se exprime uma grande potência é dada pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão. A força militar sintetiza o valor da extensão territorial e do potencial econômico (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p. 47. § <19>).

Pode-se observar que, na dialética nacional-internacional, o predomínio de elementos internos sobre os fatores externos - ou vice-versa – está relacionado com a diferença entre uma grande potência e os países periféricos, pois os primeiros têm uma maior capacidade de ação independente e os segundos se colocam em relações de dependência. O exemplo sempre invocado é o da Itália entre 1500 e 1700, que permaneceu incapaz de construir seu estado nacional, limitada que foi pelo jogo internacional de equilíbrio passivo entre as grandes potências (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p. 29. § <13>).

Por outro lado, também a luta de classes joga um papel importante na dialética nacional-internacional. A centralidade estaria na luta de classes e no papel de cada classe na estrutura sócio-econômica nacional. As relações entre centro e periferia e o

papel de cada Estado-nação no sistema internacional não é apenas fruto desta própria estrutura. As relações de classes internas a cada Estado e a capacidade dirigente das classes dominantes exercem aí um papel fundamental.

Uma classe dominante nacional tem que exercer plenamente a hegemonia sobre o conjunto das classes subalternas, de modo que a incapacidade da hegemonia interna afeta a sua capacidade de expansão externa. As grandes potências se caracterizam exatamente pelo grau de hegemonia das classes dominantes e sua capacidade de criar um consenso interno. Já as classes dominantes dos países periféricos foram incapazes historicamente de constituírem sua hegemonia a partir de um projeto “universalizante” que agregasse todas as classes nacionais. Foram incapazes de transformar seu projeto individual de poder em um projeto nacional de desenvolvimento. Assim é que:

Deve-se considerar também a noção de grande potência o elemento “tranqüilidade interna”, isto é, o grau e a intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente: este elemento deve ser situado na avaliação da potência de cada estado, mas adquire maior importância na consideração das grandes potências. [...] Por isso pode-se dizer que quanto mais forte é o aparelho policial tanto mais fraco é o exército, e quanto mais fraca (isto é, relativamente inútil) a polícia, tanto mais forte é o exército (diante da perspectiva de uma luta internacional). (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p. 30-31§ <15>)

As classes dominantes não exercem a hegemonia apenas para si, mas para a “grandeza da nação”, assim como esta existe também para a grandeza de suas classes dominantes. Seu projeto deve ser confundido com o projeto da nação, sua legitimidade está nesta capacidade de ocultar seus interesses de classe.

Nos países periféricos as classes dirigentes aliam seus destinos a um projeto estrangeiro, não há um projeto de desenvolvimento autóctone, mas um projeto de

dependência¹²⁹. São sócios menores das classes dominantes internacionais. Portanto, os destinos de um país, sua inserção na divisão internacional do trabalho, sua situação no sistema internacional, dependem essencialmente dos projetos, das escolhas, das estratégias de hegemonia construídas por suas classes dominantes. Seu projeto deve incluir as classes subalternas, elas devem vir a reboque, devem ser aliadas, devem ser a base de sustentação desse projeto. O “nacionalismo” deve ser também um projeto “para” as classes populares, mas não um projeto “das” classes populares. A chave para um projeto de hegemonia interna e também externa está no sucesso de uma ação reformista, das estratégias de conciliação de classe. Na “qualidade” dirigente das classes dominantes encontram-se as explicações fundamentais para o sucesso ou fracasso da construção nacional e internacional de um país.

A riqueza nacional é condicionada pela divisão internacional do trabalho e por ter sabido [a classe dominante] escolher, entre as possibilidades que esta divisão oferece, a mais racional e rentável para cada país. Trata-se, assim, essencialmente, de “capacidade dirigente” da classe econômica dominante, do seu espírito de iniciativa e de organização. Se não existem estas qualidades, e a administração econômica baseia-se fundamentalmente na exploração brutal das classes trabalhadoras e produtoras, nenhum acordo internacional pode sanar a situação. Na História moderna não há exemplo de colônias de “povoamento”; elas jamais existiram. (Gramsci, Cuaderno 16 (XXII), p. 370-371. § <6>)

Gramsci mostra que os destinos de uma nação estão tão dependentes da história de suas classes dominantes como a história dos estados periféricos está entrelaçada com a história dos estados centrais (Gramsci, Cuaderno 15 (II), p. 181. §

129 Gramsci antecipa em várias décadas o debate que movimentou as sociedades latino-americanas nos anos 60. A questão italiana, sua incapacidade de construir um projeto nacional, autônomo, de desenvolvimento, aproxima profundamente a abordagem gramsciana das interpretações dependentistas latino-americanas. Os argumentos levantados acima mostram uma aproximação teórica entre as duas abordagens em vários aspectos cruciais. Seria Gramsci um teórico da dependência “avant la lettre”? Ou poderíamos especular se Gramsci chegou a ser um autor de referência para os autores dependentistas? O conceito de Revolução Passiva envolve elementos de dependência econômica e política que poderia certamente ter saído dos escritos de Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, etc. Não é o objetivo deste trabalho fazer um estudo sobre a relação entre Gramsci e a “teoria da dependência”, ficando este tema para ser desenvolvido em futuros trabalhos.

<5>). Então, como uma primeira conclusão, podemos afirmar que na leitura gramsciana a questão da predominância do elemento nacional sobre o internacional, ou vice-versa, não é uma questão epistemológica *in abstractum*, como em Waltz, mas é fruto das relações complexas entre a estrutura social e a agência humana (classes e luta de classes). É essencialmente fruto da luta política.

Hegemonia e imperialismo na leitura gramsciana

Se concluímos que Gramsci era um autor que dava tanta importância ao fenômeno internacional (pelo menos tanto quanto o nacional) por que há tão poucas referências ao fenômeno do imperialismo?

Segundo Buci-Glucksmann (1980, p. 182/3), foi só a partir de seus escritos de 1919 que Gramsci incorporou em suas análises a questão leninista do imperialismo. Uma leitura atenta dos *Cadernos do Cárcere* nos mostra que Gramsci usou raras vezes a palavra “imperialismo” e quando o fez foi para caracterizar a época que vivia (“na época atual do imperialismo”), no sentido clássico do seu uso por Lênin, ou seja, no período da ascensão do capital monopolístico, do capitalismo monopolista de Estado¹³⁰.

A aplicação contemporânea das teorias de Gramsci às relações internacionais também não tem no conceito de imperialismo seu foco central, seu conceito chave para compreender as relações internacionais é o de hegemonia (mundial), e é a partir dele que a chamada “escola italiana” — que, paradoxalmente, tem em dois autores canadenses, Robert W. Cox e Stephen Gill, seus maiores expoentes — também chamada de “neo-gramsciana”, desenvolveu uma rica e original contribuição a este campo de estudos¹³¹.

130 Esta mesma constatação encontra-se em Fontes (2010, p. 115), que se surpreende com o fato do tema do imperialismo não ser importante na obra gramsciana, inclusive não se encontrando entrada para o conceito no índice temático geral da tradução brasileira dos *Cadernos do Cárcere*. Para esta autora a explicação estaria no fato de que os estudos de Gramsci, centrados no desenvolvimento do capitalismo italiano, revelariam que, em seu país, o desenvolvimento de uma política imperialista era extremamente limitado pelo caráter subalterno da inserção italiana no sistema político internacional. Como veremos, este argumento é verossímil, mas não é suficiente para explicar a relação de Gramsci com este conceito.

131 Como veremos, com Cox (1987), os neo-gramscianos não negam a existência do imperialismo. Uma exceção é o trabalho de William I. Robinson (2007) (que apesar de não se colocar como membro desta escola utiliza os conceitos gramscianos para estudar as R. I.). Segundo Robinson, a ascensão de uma classe capitalista transnacional integrada a um estado global transnacional superou a noção da existência de interesses nacionais opostos. As relações de classe estão agora tão profundamente internalizadas no interior de cada Estado-nação que a visão clássica de imperialismo como uma

Mas teria Gramsci refutado o conceito de imperialismo de Lênin? O conceito de hegemonia mundial teria sido aceito e utilizado pelo autor italiano? É possível pensar a hegemonia fora do espaço nacional? O conceito de hegemonia é passível de ser traduzido para o estudo das relações internacionais?

Esta última pergunta foi feita pelo próprio Gramsci, ao refletir sobre as condições políticas de sua época:

Será ainda possível, no mundo moderno, a hegemonia cultural de uma nação sobre as outras? Ou então o mundo já está de tal modo unificado na sua estrutura econômico social que um país, mesmo podendo ter “cronologicamente” a iniciativa de uma inovação, não pode, porém, conservar o “monopólio político” e, portanto, servir-se dele como base da hegemonia? Logo, que significado pode ter hoje o nacionalismo? Não será ele possível apenas como “imperialismo” econômico-financeiro, e não mais como “primado” civil ou hegemonia político-intelectual? (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p. 64-65. § <26>)

Esta dúvida de Gramsci sobre a possibilidade da hegemonia no sistema internacional revela mais sua visão acerca da conjuntura histórica em que vivia, e não a impossibilidade real ou teórica de que uma hegemonia mundial se estabelecesse. Gramsci concordava com Lênin que aqueles eram tempos do domínio imperialista, caracterizado essencialmente pela coerção e não pelo consenso. Mas se não se encontra nos escritos de Gramsci uma refutação do conceito de imperialismo, o autor não deixa de reconhecer a necessidade de complementar este conceito.

Gramsci reconhece Lênin como um precursor, afirmando que foi este que pela primeira vez usou o conceito de “hegemonia”, e que teria sido esta a maior contribuição à “filosofia da práxis” (Gramsci, Cuaderno 10 (XXXIII), p. 135. § <12>). Contudo, também considera que Lênin formulou esta ideia apenas de maneira embrionária,

relação de dominação externa está exaurida. O fim da expansão territorial do capitalismo é o fim da era imperialista do capitalismo mundial.

sem desenvolver este conceito adequadamente, já que todas suas atenções estavam voltadas para a questão nacional. Este argumento aparece na sua conhecida formulação sobre as diferenças entre o Oriente e o Ocidente, entre a guerra de movimento e de posição, entre a Rússia e a Europa Ocidental, distinção esta que, segundo Gramsci, o próprio Lênin tinha consciência (Gramsci, Cuaderno 7 (VII), p. 157. § <16>).

Mesmo tendo precedentes em Lênin, a conceituação da hegemonia como um tema central da política contemporânea e como uma análise das características diferenciadas do poder burguês no Ocidente aparece apenas em Gramsci. O mesmo ocorre com a extensão desse conceito para a esfera da política internacional. Para compreender a novidade e importância das concepções de Gramsci, voltemos ao conceito de Imperialismo como desenvolvido por Lênin.

Para Lênin, o imperialismo não é simplesmente uma evolução do capitalismo em geral, mas produto de uma fase específica que ele chamou de “capitalismo monopolista”. Este se caracteriza “do ponto de vista econômico, (pela) substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas (Lênin, 1982, p. 641)”.

A passagem de um capitalismo de livre concorrência para outro de caráter monopolista tem que ser compreendido dentro de um processo de crise de acumulação, crise esta fruto do próprio crescimento estrutural do sistema. A livre concorrência significava uma separação algo rígida dos processos de acumulação econômica capitalista e o desenvolvimento do estado liberal – da separação entre dominação política e dominação econômica. Com a crise da economia capitalista se construiu as condições para que o Estado burguês também mudasse suas funções, rompendo com os limites da ação do Estado na economia e iniciando um processo de centralização, intervenção e militarização. A partir deste momento, a expansão dos interesses mercantis das burguesias nacionais para além de suas fronteiras seria patrocinada e protegida por seus respectivos Estados, o que levaria inevitavelmente ao choque de interesses econômicos traduzidos nas guerras interimperialistas. Portanto, dois processos que caminhavam relativamente em paralelo no capitalismo concorrencial passam a se interpenetrar e influenciar mutuamente.

A teoria do imperialismo não aborda apenas as relações de exploração dos países periféricos pelos países centrais, mas também os conflitos e as relações hierárquicas que se estabelecem entre as potências capitalistas. Junto à construção de um mercado mundial capitalista, que funciona por cima dos limites das fronteiras nacionais, existe um sistema mundial de estados nacionais, organizado sobre uma estrutura de classes e de luta de classes que constitui o seu piso fundamental. É dentro destes dois “níveis” que se estabelece a estrutura orgânica do sistema capitalista.

Voltando a Gramsci, a última citação transcrita anteriormente aponta que, para este autor, há uma clara diferenciação entre hegemonia (primado civil, momento político-ideológico) e imperialismo (momento econômico-financeiro). Aqui teríamos a chave para compreender a visão gramsciana sobre as relações internacionais e sua diferenciação em relação a Lênin: assim como na esfera nacional, também no campo internacional o poder político pode ser compreendido sob a dialética coerção-consenso, ou seja, dominação (imperialismo) e hegemonia mundial. Enquanto Lênin colocou para si a tarefa de compreender os processos caracterizados pelo predomínio econômico, pelo império da força política e da preponderância estatal nas relações internacionais, Gramsci, por seu turno, procurou concentrar seus esforços na compreensão dos processos onde o consenso se sobrepõe à coerção, onde a sociedade civil e sobrepõe aos estados, onde se dá a preponderância do momento político-ideológico sobre a economia¹³².

Gramsci observou a importância de compreender a construção de processos hegemônicos não apenas nos processos verticais (colonialismo), mas também nos horizontais (relações inter-imperialistas). Esta novidade é bem compreendida por Arrighi, quando procurou definir o conceito de hegemonia na perspectiva de relações internacionais:

O conceito de “hegemonia mundial”, adotado aqui, se refere ao poder que um Estado tem de exercer funções governamentais sobre um sistema de

132 Isso não significa que Lênin tenha compreendido o conceito de imperialismo como pura economia; seu texto deixou claro que o fenômeno não poderia ser reduzido a apenas um aspecto da realidade social, lamentando, contudo, não poder desenvolver o conceito para além deste aspecto (Fontes, 2010, p. 114).

Estados soberanos. Em princípio, esse poder não envolve só a administração usual desse sistema tal como foi instruída numa determinada época. No entanto, como veremos, o governo de um sistema de Estado soberanos sempre envolve, na prática, algum tipo de ação transformadora que altera o modo de operação do sistema de maneira fundamental. Esse poder é algo mais do que “dominação” pura e simples. É o poder associado ao domínio ampliado pelo exercício da “liderança intelectual e moral”. Como enfatizado por Gramsci a respeito da hegemonia no plano nacional. [...] a hegemonia é o poder *adicional* que resulta da capacidade de um grupo dominante apresentar, num plano universal todas as questões em torno das quais gira o conflito (Arrighi, 2007, p. 227/8).

Assim, para Gramsci o conceito leninista do imperialismo não poderia ser compreendido de maneira a-histórica. Fiel a sua visão fortemente historicista, os conceitos só podem ter concretude dentro do processo histórico. O imperialismo, portanto, não pode ser visto como um conceito válido para todas as épocas e fases do capitalismo (o que, aliás, me parece ser a visão do próprio Lênin).

Seria possível então pensar o sistema internacional a partir do conceito de hegemonia mundial? Seria possível compreender a história do sistema mundial capitalista através deste conceito? É central lembrar que Gramsci colocou todas as questões em torno das quais se acende a luta política não num plano corporativo, mas num plano “universal”. Assim se daria com a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. Ou seja, a hegemonia não pode ser restrita ao campo nacional, pois “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação educacional que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (Gramsci, Cuaderno 10 (XXXIII), p. 210. § <44>).

Os neogramscianos, o imperialismo e a hegemonia mundial

A grande contribuição da chamada “escola italiana” ou neogramsciana das relações internacionais é sua tentativa de, a partir dos escritos de Gramsci, construir uma teoria marxista das Relações Internacionais, que possibilitasse analisar as características do sistema internacional contemporâneo, avançando para além da estagnação do debate sobre a política internacional que marcou o marxismo após os debates sobre o Imperialismo dos anos 1920, ou mesmo do debate mais contemporâneo dos anos 1960. Mesmo que alguns autores questionem a validade desta releitura de Gramsci não se pode negar que estes se tornaram os responsáveis por inserir o marxismo no campo da teoria das relações internacionais, assim, contribuindo para quebrar a centralidade de um debate limitado à disputa conservadora entre realistas e liberais norte-americanos¹³³.

Inicialmente, é importante lembrar que os neogramscianos postulam a idéia de uma hegemonia “transnacional” focada nas instituições e forças sociais que atuam em uma sociedade civil global. Este processo seria fruto da transnacionalização do capitalismo e da formação de uma classe transnacional. Assim, projetos hegemônicos se formam e operam também em um espaço social transnacional, dado que a política ainda está organizada dentro do contexto de um estado ou de vários estados nacionais.

Os textos de Robert W. Cox nos ajudam a responder as questões deixadas em aberto por Gramsci, de modo que suas ideias serão nosso fio condutor. Cox retoma a pergunta já formulada por Gramsci: seria o conceito de hegemonia (em Gramsci) aplicável no nível internacional ou mundial (Cox, 1987)? Em sua resposta, afirma que a hegemonia deve ser compreendida no contexto da criação de ordens hegemônicas. Estas construções não são naturais, ao contrário, são sempre o resultado final de um projeto de expansão de um Estado hegemônico. Assim, estas ordens podem se caracterizar por terem um caráter hegemônico ou não hegemônico, ou seja, por serem dominantes.

133 Para uma análise da contribuição dos neogramscianos neste debate, veja-se Garcia (2010).

Cox (2007) identifica a partir de 1845 quatro períodos distintos: 1845-1875, 1875-1945, 1945-1965 e de 1965 até os dias atuais. O primeiro período se caracterizou pela constituição de uma ordem hegemônica, foi a era da *pax britannica*, do domínio da Grã-Bretanha. Seu incontestado domínio econômico e militar se traduziu na construção de princípios e instituições que universalizaram seu domínio: a teoria das vantagens comparativas, o livre-comércio e o padrão-ouro. O segundo período, ao contrário, se caracterizou pela desconstrução da ordem anterior, foi um período não-hegemônico. O equilíbrio de poder se rompe e um período de instabilidade se abre com vários países lutando pela supremacia. O terceiro período estruturou-se a partir do domínio dos Estados Unidos, que construíram uma ordem hegemônica a partir de um amplo leque de instituições econômicas e políticas internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC, ONU, etc.). E finalmente, no quarto período, abre-se uma fase em que o grande debate entre os especialistas versa sobre a crise da hegemonia norte-americana¹³⁴.

Assim, para Cox, fica claro que o período em que escreveu Gramsci era um período não-hegemônico, o que teria lhe impossibilitado de usar o conceito para aqueles anos, mas afirma que a questão seria apenas conjuntural e não teórica. Na leitura de Cox, a distinção entre hegemonia e dominação nos remete à questão do imperialismo. Qual a relação entre imperialismo e hegemonia? São conceitos similares, homônimos ou contrastantes? Inicialmente, Cox afirma que o imperialismo é um conceito bastante solto, que tem de ser definido com referência a cada período histórico. Sendo este uma dimensão das ordens mundiais, explicita o caráter vertical das relações de poder para além das relações horizontais de rivalidade e conflituosidade inter-imperialista, as relações de dominação político-econômicas são relações imperialistas. Isso significa que as relações hegemônicas não figuram como relações de subordinação imperialistas, pois estas se caracterizariam como momentos de força militares, do poder econômico, de guerra de movimento e não de posição (Cox, 1981).

134 Segundo Arrighi (2007, p. 227) o possível declínio do poder mundial dos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980 levou a uma “onda de estudos sobre a ascensão e queda das ‘hegemonias’ (Hopkins e Wallerstein, 1979; Bousquet, 1979; 1980; Wallerstein, 1984b), ‘potências mundiais’ (Modelski, 1978; 1981, 1987), ‘núcleos’ (Gilpin, 1975) e ‘grandes potências’ (Kennedy 1987-1988)”.

Aparentemente de maneira contraditória, em outro momento, Cox se refere aos três primeiros períodos citados acima com outra terminologia: o período de 1845-1875 seria caracterizado pelo “imperialismo liberal”, o segundo de 1945-1965 de “novo imperialismo”, e o período posterior a 1965 de “imperialismo neoliberal”. Mas mesmo ele reconhece que usar o termo imperial ou imperialismo obscurece as diferenças entre as ordens hegemônicas e não-hegemônicas (Cox, 2007).

Na releitura da obra de Gramsci, Cox propõe outra abordagem das relações entre imperialismo e hegemonia das relações internacionais. Nas suas análises não se observa nenhum questionamento do uso alternado do conceito de imperialismo e de hegemonia. Assim sendo, minha leitura aponta que, para este autor, hegemonia caracteriza um tipo de processo político em que os momentos de consenso primam sobre a coerção, quando o contrário acontece poderíamos chamar este processo de dominação. O imperialismo abrangeria ambos os conceitos, seja em ordens hegemônicas ou não-hegemônicas, isto é dominantes. As ordens mundiais, por seu turno caracterizariam as construções políticas geradas pela expansão de uma grande potência, uma soma de um Estado internacionalizado mais uma sociedade civil global.

Conclusão

Partindo das análises de Cox, poderíamos concluir que em Gramsci imperialismo e hegemonia são dois momentos não excludentes, nem contraditórios, mas dialéticos, dos processos de formação dos sistemas internacionais. Tanto ele como Lênin viveram e analisaram a política internacional em sua conjuntura história específica: a era do capitalismo monopolista.

Certamente, nem Gramsci, nem os neogramscianos têm algo muito original a dizer sobre o imperialismo, sua grande contribuição teórica é pensar as ordens ou sistemas mundiais a partir do conceito de hegemonia. Neste sentido, tanto complementam como ampliam o conceito de imperialismo.

Ao contrário de outros autores que apontam a falência do Estado como ator fundamental do sistema internacional (como liberais ou pós-modernos), a leitura

neogramsciana se ancora fortemente no Estado, certamente não é o Estado compreendido como os realistas, nem tampouco no sentido desenvolvido por Lênin. Esta leitura não é contraditória com a afirmação de Gramsci que a hegemonia mundial se centra nos processos de hegemonia civil (sociedade civil). O Estado concebido por Gramsci e os neogramscianos, não custa lembrar, é um complexo estado-sociedade civil, que se origina na esfera nacional, contudo, se expande internacionalmente (o estado internacionalizado de Cox).

É certo que o conceito de imperialismo desenvolvido por Lênin é fortemente marcado pelo período histórico de sua criação, sendo necessário repensá-lo a partir dos novos processos internacionais em desenvolvimento, esforço este que foi retomado nos últimos anos¹³⁵.

Por outro lado, Gramsci nos fornece ferramentas para compreender os sistemas internacionais, suas teorias sobreviveram para além do período histórico do imperialismo e da ascensão do fascismo e continuam atualíssimas para se compreender a estrutura e os conflitos internacionais atuais.

Bibliografia

ARRIGHI, G. “As três hegemonias do capitalismo histórico”. In: Gill, S. (org.) *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2007.

BUCCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1980.

CARNEVALLI, G. “A teoria da política internacional em Gramsci”. In: Mazzaroba, O. (org.) *Gramsci, Estado e Relações Internacionais*. Florianópolis: Fund. Boiteaux, 2005.

COX, R. W. “Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um Ensaio Sobre o Método”. In: Gill, S. (org.) *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2007.

_____. “Social forces, states and world orders: beyond international relations theory”. In: Keohane, R. O. (ed.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press. 1981.

_____. *Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History*. New York: Columbia University Press. 1987.

135 Em outro texto fiz uma análise do debate sobre a atualidade do conceito leninista de Imperialismo: Pansardi (2012).

FERREIRA, M. “Europa, Afeganistão e África do Norte: uma introdução às análises de Marx e Engels sobre os conflitos internacionais”. *Crítica Marxista*, n.15, Outubro. 2002.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ. 2010.

GARCIA, A. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. In: *Contexto Internacional*, nº32, 2010.

GERMAIN, R.; M. KENNY. “Engaging Gramsci: International Relations Theory and the New Gramscians”, *Review of International Studies*, 24(1). 1998.

GILL, S. “International Relations”. In: W. F. Haug (ed.) *Historisch-kritisches Wörterbuch des Marxismus*. Berlin/Hamburg, Argument Verlag. 2004.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la Cárcel*. 6 Vols. México, D.F.: Ed. Era, 1986.

_____ *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1987.

HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade / UFRGS. 1999.

JESSOP, B. “Gramsci as a Spatial Theorist”. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*. Vol. 8, n. 4, dec. 2005.

LÊNIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. v. 1.

MARX, K., F. ENGELS. *Sobre o colonialismo*. S. Paulo: Ed. Mandacaru. 1989.

MORGENTHAU, H. *Política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Ed. UnB; S. Paulo: IOESP. 2003.

MORTON, A. D. A geopolítica do sistema de estados e o capitalismo global em questão. *Revista Sociologia e Política*, n.29 nov. 2007.

PANSARDI, M. V. Relendo Lênin: Um balanço do debate contemporâneo sobre o Imperialismo. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 5-19, jun. 2012

ROBINSON, W. I. “Beyond the Theory of Imperialism: Global Capitalism and the Transnational State”. *Societies Without Borders* 2. 2007.

WALTZ, K. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva. 2002.

CAMINHOS DA REVOLUÇÃO: RODNEY ARISMENDI E AS EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS

Mateus Fiorentini¹³⁶

Maria Cristina Cacciamali¹³⁷

Resumo

Este artigo é parte do processo de pesquisa desenvolvido junto ao mestrado do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Consiste em analisar as interpretações e elaborações de Rodney Arismendi acerca do que chamava de caminho uruguaio ao socialismo. O referido autor fora Secretário-Geral do Partido Comunista do Uruguai (PCU) e editor da *Revista Estudios*, periódico teórico da agremiação, entre 1955 e 1989. O trabalho traz ainda reflexões acerca das experiências cubana e chilena a partir do triunfo de Fidel e Allende, respectivamente. Faz-se estas duas referências graças ao peso que ambas tiveram nas leituras de Rodney Arismendi, assim como na esquerda latino-americana. Por fim, trataremos do caso uruguaio e a experiência da Frente Ampla inserida no contexto da tática defendida por Arismendi.

Palavras-chave: Frente Ampla; Pensamento latino-americano; Uruguai.

CAMINOS DE LA REVOLUCIÓN: RODNEY ARISMENDI Y LAS EXPERIENCIAS LATINOAMERICANAS

Resumen

Este artículo es parte del proceso de investigación desarrollado en el marco de la maestría del Programa de Posgrado en Integración de América Latina de la Universidad

136 Professor de História da rede de ensino do Rio Grande do Sul e docente substituto do IFRS; graduado em História (PUC-SP), mestre em Integração da América Latina (USP), e doutorando em História (UPF). É pesquisador-membro do Núcleo Práxis-USP e autor de, entre outras obras: *Caminho uruguaio ao socialismo: o pensamento de Rodney Arismendi e a unidade da esquerda [1955-1971]* (PROLAM-USP, 2019).

137 Professora da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP (PROLAM).

de Sao Paulo (PROLAM/USP). Consiste en analizar las interpretaciones y elaboraciones de Rodney Arismendi acerca de lo que denominaba el camino uruguayo al socialismo. Dicho autor fue Secretario General del Partido Comunista del Uruguay (PCU) y editor de la Revista Estudios, periódico teórico de la agrupación, entre 1955 y 1989. El trabajo también trae reflexiones sobre las experiencias cubana y chilena a partir del triunfo de Fidel Castro y Salvador Allende, respectivamente. Se hacen estas dos referencias gracias al peso que ambas tuvieron en las lecturas de Rodney Arismendi, así como en la izquierda latinoamericana. Finalmente, abordaremos el caso uruguayo y la experiencia del Frente Amplio inserta en el contexto de la táctica defendida por Arismendi.

Palabras clave: Frente Amplio; Pensamiento latinoamericano; Uruguay.

PATHS OF THE REVOLUTION: RODNEY ARISMENDI AND LATIN AMERICAN EXPERIENCES

Abstract

This article is part of the research process developed in the University of São Paulo Post-Graduate Program in Integration of Latin America (PROLAM/USP). Its object is to analyze the interpretations of Rodney Arismendi about what he called the Uruguayan way to socialism. This author was Secretary General of the Communist Party of Uruguay (PCU) and editor of *Revista Estudios*, theoretical journal of the party, between 1955 and 1989. This work brings reflections about the Cuban and Chilean experiences, since of the triumph of Fidel and Allende, respectively. These two references are made thanks to their importance on the view of Rodney Arismendi, as well as in the Latin American left-wing. Finally, we will treat about the Uruguayan case and the experience of the *Frente Amplio* inside the context of the tactic defended by Arismendi.

Keywords: Frente Amplio; Latin American thinking; Uruguay.

Introdução

A inserção das sociedades latino-americanas no quadro dos países capitalistas marcou de maneira singular a região. O referido processo produziu um novo contexto histórico determinado por contradições distintas às aquelas que predominavam nestas sociedades durante o século XIX. É possível afirmar que este conjunto de transformações consolidou-se em meados do século XX e constituiu novas perspectivas e visões de mundo. Assim, o sentido da formação e o destino dos povos da América Latina influenciaram os debates e boa parte das transformações que ocorreram neste período.

Ainda que em condição de semiperiferia, as décadas de 1950 e 1960 são marcadas pela consolidação da entrada das sociedades latino-americanas no contexto dos países industrializados e capitalistas modernos. Segundo Celso Furtado,

No correr dos últimos dois decênios, a economia dos países da América Latina, considerados em conjunto, conheceu uma expansão considerável e transformações estruturais de real significado. Medido a preços de 1960, o produto bruto da região, que apenas superava os 40 bilhões de dólares em 1950, elevou-se a cerca de 135 bilhões em 1970 (FURTADO, 2007).

Essas mudanças, que reconfiguraram as sociedades latino-americanas, renovaram conflitos e atores, aprofundando as relações de tipo capitalista em boa parte dos países da região. O caráter periférico do referido processo de industrialização, a herança colonial, aliada a postura subalterna das classes dominantes diante das grandes potências, entre outros elementos definiram um caminho singular aos países da América Latina. Pode-se dizer, que a transformação das sociedades latino-americanas em capitalistas apresentam traços comuns que permitem apontar uma identidade regional nesses processos.

Ainda assim, não se pode desconsiderar que os mesmos estiveram marcados pelos aspectos peculiares de cada cultura. Essas mudanças produziram impacto sob o movimento comunista e revolucionário, da mesma forma que o próprio pensamen-

to político latino-americano. Assim, as análises acerca do caminho a ser percorrido para chegar ao socialismo foram influenciadas por essa conjuntura. As experiências, soviética, chinesa, vietnamita, cubana, chilena, entre outras exerceram forte impacto neste contexto

No que diz respeito ao marxismo e ao movimento comunista as leituras do processo histórico regional, incidiram sobre a expectativa do sentido da formação social e o caráter da revolução socialista no Continente. Arismendi é um ator destacado nesse cenário e produz importantes contribuições para essas discussões. Ao analisar as transformações nas sociedades latino-americanas e a formação histórica do Uruguai, buscou fugir de fórmulas pré-estabelecidas. Dialogou com Mariátegui e Gramsci, interpretou o que chamou-se de via chilena ao socialismo e a Revolução Cubana. Daí foi possível extrair elementos universais e singulares que o levaram a apropriar-se dos primeiros e rechaçar modelos. A compreensão acerca do caráter criativo do marxismo fizeram com que Arismendi produzira uma profunda leitura acerca do processo histórico e da formação da sociedade uruguaia, assim como suas dinâmicas. Como dirigente comunista, incidiu de maneira contundente nos debates a nível regional e internacional. Foi um importante protagonista dos debates sobre o que entendia-se como vias de aproximação ao socialismo, estratégias e ferramentas de luta. Da mesma forma, contribuiu de maneira significativa para a aproximação entre Cuba e URSS, assim como em suas polêmicas com os dirigentes italianos e o que chamou-se de Eurocomunismo. A nível nacional jogou papel proeminente na renovação do Partido Comunista do Uruguai, fazendo com que esta organização deixasse de ser um partido pequeno e sectário em 1955 para converter-se na principal força da esquerda do país em 1971. Partindo da sua compreensão acerca da importância da construção da unidade dos setores populares foi figura central na unificação do movimento operário do país em 1966 com a criação da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT). Dessa mesma maneira, jogou papel central na fundação da Frente Ampla em fevereiro de 1971 enquanto força aglutinadora e unitária das lutas da maioria da população uruguaia. Sua figura está marcada na história

do Uruguai, tendo dirigido o PCU entre 1955 e 1989, até hoje é o recordista em mandatos parlamentares a nível nacional. Durante as comemorações dos 45 anos da Frente Ampla do Uruguai, o congresso da organização fora dedicado ao dirigente comunista devido ao seu peso no processo de construção da unidade da esquerda daquele país.

Neste artigo, abordamos as impressões de Arismendi acerca da perspectiva do foco guerrilheiro, a partir das suas interpretações acerca da Revolução Cubana e a experiência dos Tupamaros. Como consequência de suas leituras acerca da eleição de Salvador Allende e o triunfo eleitoral da Unidade Popular no Chile apresentamos sua visão quanto ao papel do movimento de massas naquela conjuntura e a chegada ao governo por meio da democracia burguesa. Ainda, situaremos a estratégia que defendia a revolução em duas etapas e suas visões quanto a classe dominante local. Finalmente, apresentamos a Frente Ampla do Uruguai, inserida nos debates acerca dos caminhos para chegar ao socialismo que haviam na América Latina e relativa síntese das reflexões promovidas por Arismendi.

Com isso, compreende-se que o estudo das análises de Rodney Arismendi permite ampliar o conhecimento acerca dos debates políticos e teóricos que caracterizam este período, tanto em nível nacional quanto continental. Da mesma forma, alargar o espectro de pontos de vista com os quais pode-se contar para conhecer as peculiaridades deste país sul-americano, bem como da região. Mais ainda, agregar o autor uruguaio ao conjunto de intelectuais- que incidiram sobre o debate em relação à interpretação e o sentido das sociedades latino-americanas.

O caminho se faz ao caminhar

Para examinar as interpretações de Arismendi é preciso considerar sua condição de dirigente político, deputado comunista e intelectual marxista. Almeja-se, então, dialogar com algumas perspectivas que, entende-se, buscam estabelecer uma visão ampla e arejada, apoiadas no materialismo histórico para observar toda a complexidade dos fenômenos sociais.

Assim sendo, no que diz respeito às classes sociais, parte-se do entendimento de Marx expresso em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, a partir do contexto da França do século XIX:

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela cultura das outras classes e as opõem a estas de um modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não forma uma classe. São, portanto, incapazes de fazer valer o seu interesse de classe em seu próprio nome, quer por meio de um parlamento quer por meio de uma Convenção (MARX, 1982).

Em sintonia com a afirmação de Marx, o historiador inglês, Edward P. Thompson, identifica que a classe “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros cujos interesses divergem e se opõem” (THOMPSON, 2004). Dessa maneira, é possível identificar que, não sendo homogêneas, as classes estão compostas por uma gama dialeticamente complexa de interesses. Por isso, admite-se a “existência de estratificações correspondentes a fases diversas do desenvolvimento histórico da civilização e com antíteses nos grupos que correspondem a um mesmo nível histórico” (LACORTE, 2017).

Nesse sentido, destaca-se o peso das experiências concretas dos trabalhadores na formação das visões de mundo construídas pelos mesmos. Mais que uma perspectiva subjetivista, Emília Viotti da Costa entende que a “experiência deles não pode ser entendida simplesmente em termos da sua própria subjetividade e testemunho, não pode ser apreendida de forma isolada da história do capital e das lutas entre capital e trabalho” (DA COSTA, 1990).

Compreende-se, então, que a constituição da unidade dos interesses e a identificação entre os membros de uma determinada classe não obedece a receitas pré-determinadas. Conforme diz Rocco Lacorte no Dicionário Gramsciano de 2017, “se a consciência não é separável dos homens e de sua história, ela não pode ser uma entidade estática e nem única. Existem, antes ‘diversas consciências’ e contraditórias de acordo com a diversidade e a contraditoriedade das relações sociais”; assim, adotamos a perspectiva gramsciana de que a consciência é um processo, onde o fazer-se da classe se dá “através de uma luta de hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (LACORTE, 2017).

Entende-se que absorver estas contribuições não contradiz ou negligencia as perspectivas relativas a essencialidade da vanguarda ou partido. Ao contrário, entende-se apenas que tanto um quanto o outro, conformam-se do interior da própria classe. Para chegar a essa conclusão, Arismendi, como os demais autores citados, parte da premissa de que a classe não deve ser concebida como uniforme, identificando frações, segmentos e camadas cujos interesses não são coesos e muitas vezes contraditórios.

Vias de aproximação ao socialismo: um debate latino-americano

Para Arismendi os anos 1950 e 1960 são marcados pela ampliação de caminhos ao socialismo, sobretudo após o triunfo da Revolução Cubana e a eleição de Allende no Chile. Esses dois fatos mudaram o cenário latino-americano da segunda metade do século XX.

O caso cubano configura-se como resultado do percurso da luta independentista na ilha. Reivindicando princípios *martianos*, Fidel afirmou, em 1968, que “en Cuba solo ha habido una revolución: la que comenzó Carlos Manuel de Céspedes el 10 de Octubre de 1868. Y que nuestro pueblo lleva adelante en estos instantes” (CASTRO, 1968). Para o intelectual cubano, Fernando Martinez Heredia durante a luta pela independência de Cuba conformou-se na ilha o que definiu como “patriotismo de justiça social” (HEREDIA, 2016).

Este, segundo o ensaísta caribenho, fora a expressão da união entre os projetos anti-imperialista de soberania nacional e emancipação social, liderados por José Martí e Antonio Maceo, respectivamente. Heredia identificou que o processo conduzido por Fidel, pós 1959, traduz-se na materialização do projeto martiano e definiu-o como “socialismo de libertação nacional” (HEREDIA, 2016). Na visão do professor esses elementos constituem o caminho percorrido pelo povo cubano até a sua libertação. Além disso, não é possível desconsiderar o papel da guerra de guerrilhas e o fortalecimento da perspectiva da via armada ao socialismo em todo o continente Latino-americano a partir da experiência cubana.

Arismendi e o foco guerrilheiro: os Tupamaros

Inspirados no modelo cubano, durante os anos 1960 do século passado surgiram um conjunto de movimentos guerrilheiros em toda a América Latina. Um dos mais importantes foi o Movimento de Libertação Nacional (MLN), mais conhecido como Tupamaros, no Uruguai. Consistiu em um movimento de inspiração guevarista centrado, portanto, no foco guerrilheiro e tiveram um papel de destaque na sociedade uruguaia nas décadas do período. O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Enrique Padrós define assim a perspectiva dos Tupamaros:

Partidários das teses foquistas, os tupamaros viam-se irradiando, como onda contagiante, a consciência revolucionária ao conjunto da sociedade. Entendiam a luta armada como resultado do “esgotamento” e da “ineficiência” das formas tradicionais da política legal. O impacto da Revolução Cubana, a influência de Che Guevara e o insucesso eleitoral da esquerda uruguaia, em 1962, pareciam reforçar essa opção. A Conferência da Olas, em 1967, inseria essa opção dentro de um marco de insurreição continental (PADRÓS; FERNANDES, 2009).

Ainda que identificasse nesses movimentos causas legítimas e princípios valiosos, para Arismendi estavam marcados por um forte caráter voluntarista. Segundo

Assim, ainda que defendesse o foco guerrilheiro como principal alternativa para chegar ao socialismo na América Latina, chamou a atenção para a necessidade de se esgotar “hasta el último minuto la posibilidad de la lucha legal dentro de las condiciones burguesas” (GUEVARA, 1962). E, que não há caminho único para chegar ao socialismo.

Arismendi, nesse contexto, compreendia que o foco armado, a partir de Cuba, fora introduzido na antessala dos instrumentos para a passagem ao socialismo. Sua crítica, porém, dirige-se ao papel atribuído à questão militar por boa parte das organizações que adotaram esse método de luta, Tupamaros incluídos, sem dúvidas. Segundo o uruguaio, em grande medida estes movimentos transformaram em “doutrina” o que deveria ser entendido como uma ferramenta.

A via chilena e a ampliação de caminhos

A vitória da Unidade Popular no Chile representou, para Arismendi, o “principal revés da estratégia latino-americana de Washington, depois da Baía dos Porcos” (ARISMENDI, 1977). O ineditismo do que se convencionou chamar de via chilena consistiu exatamente na primeira experiência de vitória eleitoral de um bloco social e político aglutinado em torno a um projeto de caráter socialista. O programa da Unidade Popular, refletia uma rota de lutas e experiências impulsionadas pelo movimento operário e popular do Chile. Arismendi o interpreta da seguinte forma:

Os princípios inalienáveis do marxismo-leninismo não obrigam a um modelo universal rígido; exigem a concretização dessas leis dentro de um quadro nacional e social objectivamente predeterminado pela História de um país ou de vários e pelas condições de acesso ao Poder da classe operária e do povo. As particularidades do processo chileno, incluída a subida ao Governo por via de eleições, que se destacam na singularidade da sua história política, das suas tradições e instituições democrático-burguesas, não tem antecedentes nos anais do movimento operário internacional. Podem achar-se situações comparáveis, embora não similares (ARISMENDI, 1977).

Embora utilizem métodos distintos, o fundador da Frente Ampla enxerga em ambos processos (cubano e chileno) componentes que lhes outorgam um destino comum. Naquele contexto afirmou que a vitória da Unidade Popular evidenciou “a validade da luta política combinada com a ação múltipla das massas e o integral aproveitamento das possibilidades legais, como Cuba, no seu caso, mostrou a virtualidade da guerrilha, em condições adequadas, para chegar ao Governo” (ARISMENDI, 1977).

Partindo deste ponto de vista, o comunista oriental diz que “a diametral diferença de formas dos processos revolucionários no Chile e de Cuba – que esmaga todo o culto da receita e do dogmatismo – e a aguda singularidade nacional e de vias entre um e outro passam a segundo plano ante o similar conteúdo histórico” (ARISMENDI, 1977). Contudo, adverte que “a experiência chilena é de muita transcendência. E devemos estudá-la com toda a seriedade. Embora convenha estar prevenido contra os que se apressam a universalizá-la no que se refere a linhas e a vias [...]” (ARISMENDI, 1977). O uruguaio identificava, dessa maneira, o processo cubano e o chileno no cenário da ampliação das vias de acesso ao socialismo, não como modelos. Menos ainda como únicos caminhos. Compreendia que as rotas deveriam ser traçadas por cada povo a partir da sua formação histórica, tradições e experiências de luta.

Burguesia nacional e etapismo

A perspectiva de que a revolução, sobretudo em países colonizados e da periferia do sistema capitalista, transitaria entre uma etapa de caráter *democrático-burguesa* e outra *socialista* possuía certa força nesse período. Tal perspectiva está sustentada em uma interpretação das características que distinguem o capitalismo que originou-se na América Latina do europeu ou norte-americano. Segundo Arismendi, por exemplo,

O desenvolvimento capitalista do Uruguai e na América Latina é, todavia, um desenvolvimento disforme: manteve de pé a propriedade latifundiária, o domínio do imperialismo e formou monopólios em países subdesenvolvidos, uma oligarquia financeira, banqueira e latifundiária que tomou forma na década de 60 em quase toda a América Latina (ARISMENDI, 1977).

Essa característica, associada à condição colonial imposta por longo período ao continente levou muitos autores a entenderem que as sociedades latino-americanas não completaram suas *Revoluções Burguesas*. Outros, ainda, entendiam que na América Latina originou-se um capitalismo atrasado e dependente devido ao seu vínculo com o capital internacional em condição subalterna. Dessa maneira, foi forte a ideia de que era preciso impulsionar o desenvolvimento capitalista no sentido de superar a condição colonial e completar o processo de consolidação da condição *burguesa* destas sociedades. Essa perspectiva influenciou, também, grande parte da esquerda da época. Defendiam, assim, que era necessária uma etapa de desenvolvimento e consolidação do poder burguês nessas sociedades, para passar à etapa de construção do socialismo.

De maneira telegráfica, pode-se dizer que, no âmbito dos Partidos Comunistas, a questão está vinculada basicamente à duas questões: os debates em torno das leituras estabelecidas sobre a Revolução de 1917 e a influência do campo soviético sob os PC's. Efetivamente, a Revolução Russa produziu um impacto substancial no movimento revolucionário e nas lutas dos povos de todo o mundo. Em primeiro lugar, pelo triunfo de um projeto insurrecional dos trabalhadores já lhe é possível conferir ineditismo. Antes da experiência soviética a maior referência de um Estado dos trabalhadores fora a Comuna de Paris, cuja duração não ultrapassou poucos meses. Em segundo, por ocorrer na periferia do sistema, contrariando a compreensão hegemônica que havia do pensamento de Marx à época.

Conhecia-se a tese defendida pelo teórico que afirmava que a superação do capitalismo ocorreria primordialmente nos países cujo desenvolvimento das forças produtivas estivesse mais avançado. Nesse sentido, os olhos dos revolucionários miravam aos países europeus centrais. Daí advém a afirmação de Gramsci que identificara que a Revolução Russa ocorrera contra “O Capital”, uma vez que contrariava os preceitos estabelecidos pelo alemão. Por um lado, o levante bolchevique permitiu considerar a possibilidade de que a revolução ocorresse na periferia do sistema e deu vida às lutas anticoloniais. Por outro, produziu-se o entendimento de que o desenvolvimento disforme das sociedades que foram colonizadas tornava necessário a passagem por um

período de impulso capitalista. Assim, entendia-se como necessário desenvolver as forças produtivas, ou completar as revoluções burguesas nos países coloniais antes de passar à etapa socialista.

Nesse contexto, a tática que se convencionou chamar de *etapismo* exercia influência sobre o movimento comunista internacional. Nessa perspectiva todas as sociedades deveriam cumprir um curso natural em sua evolução. Tal processo iniciaria no comunismo primitivo, passando pelo escravismo, feudalismo, capitalismo e, enfim, o socialismo. Esse momento foi considerado por muitos intelectuais e dirigentes pelo engessamento do marxismo. Suprimiram-se elaborações determinantes de Marx, entre elas as obras onde desenvolve o conceito de Modo de Produção Asiático conferindo uma perspectiva linear, estática e evolucionista ao pensamento de Marx, algo essencialmente anti-marxista. Tal contexto, levou historiadores de alto calibre a produzirem verdadeiras ginásticas teóricas para enquadrar a história dos países ao roteiro dos cinco tipos básicos de relações de produção.

Dito isso, conforme destacou-se anteriormente, durante meados do século XX, em um conjunto de países latino-americanos instalou-se uma ideologia e produziram-se processos de impulso do desenvolvimento capitalista de feição nacional centrado na transformação estrutural pelo desenvolvimento da indústria. Estes países, inseridos de maneira periférica ou semiperiférica no contexto global, foram marcados por forte processo de industrialização induzido pelo Estado, acompanhado de subsídios ao capital e da garantia de direitos laborais com incentivo à organização sindical.

Assim, fortaleceram-se correntes, identificadas por Arismendi como “nacional-reformismo” (ARISMENDI, 1977), ou por seu projeto de “colaboração de classe”, conforme Emilia Viotti da Costa (1990). A historiadora entende que os setores que conduziram estes processos acabam subordinando os “interesses dos trabalhadores aos da nação” (DA COSTA, 1990). Sobre a interpretação de Daniel James acerca do peronismo afirmou:

A mensagem de Perón era ambígua. Sua ênfase na colaboração de classes beneficiava o capitalismo, mas, ao garantir os direitos dos trabalhadores

na sociedade e nos locais de trabalho, o peronismo estabeleceu limites à exploração dos trabalhadores e criou novos motivos de luta. A resistência dos trabalhadores, no entanto, não se traduziu em uma ideologia revolucionária classista sem ambiguidades. A ideologia da classe trabalhadora argentina continha fortes elementos que promoviam integração e cooperação (DA COSTA, 1990).

A menção feita por Emilia Viotti da Costa está inserida no debate que marcou a época. Nesse cenário, parcela significativa da esquerda passou a enxergar nesses fenômenos, a existência de uma suposta burguesia nacional. Ou, reconhecer em seus setores democráticos e patrióticos, o papel de conduzir a revolução na sua etapa *democrático-burguesa*. Para Anita Prestes, essa era a posição do PCB em relação ao momento vivido pelo Brasil durante a metade do século XX. Tais preceitos expressos nas teses para discussão do V Congresso do partido, bem como na Declaração de 1958, distinguem dois setores entre a burguesia brasileira:

[...] “um genuinamente nacional e outro que tem seus negócios ligados num grau maior ou menor ao capital imperialista”. Sendo que “o primeiro constitui a imensa maioria da burguesia brasileira”. Dizia-se ainda: “a burguesia tomada no seu conjunto apresenta duplo caráter. Pertencendo a um país economicamente explorado pelo imperialismo, é uma força revolucionária. Mas seu revolucionarismo é limitado, como o de toda classe exploradora”. Da mesma maneira que na *Declaração de Março*, concluía-se que a suposta burguesia nacional deveria ser incluída entre as forças que participariam da etapa nacional e democrática da revolução brasileira, segundo a visão do PCB (PRESTES, 2015).

Sobre o papel da *burguesia nacional*, Arismendi admitia que em algumas fases do processo de acumulação de forças era possível que a direção do processo estivesse sob condução da Burguesia, ou frações dela. Considerava isso por entender a existência

de uma contradição entre as classes dominantes dos países periféricos e suas homólogas dos países imperialistas. A relação de subjugação imposta a estas pelo imperialismo o fez enxergar que algum tipo de nacionalismo pode atingir setores dominantes. Contudo, não lhes atribui condições para levar adiante um projeto onde as sociedades latino-americanas se realizassem enquanto nação, uma vez que, estas não possuem o propósito de superar as relações capitalistas.

O intelectual platino, entendia a questão reivindicando Lênin dizendo que: “não menosprezamos o nacionalismo da nação oprimida em toda a sua projeção democrática” (ARISMENDI, 1977). Considerava que o nacionalista do país subjugado era “aliado natural do comunista na luta patriótica e socialmente avançada” (ARISMENDI, 1977). Mas também, entendia que colocam em segundo plano o confronto entre capital e trabalho (concordando com Emilia Viotti da Costa, conforme mencionado anteriormente), e “(...) procuram pôr ao seu serviço a vontade libertadora nacional de todo o povo, inclusive aproveitar o ímpeto revolucionário” (ARISMENDI, 1977). Por isso, compreendendo que a revolução uruguaia era de caráter anti-imperialista, do seu ponto de vista, apenas o socialismo era capaz de promover uma efetiva independência nacional.

A Frente Ampla e o caminho uruguaio

Em alguns países desenvolveram-se experiências de construção de frentes, coligações e blocos de partidos de esquerda. Algumas dessas experiências beberam nas perspectivas de Frente Popular, impulsionadas na França e Espanha no período entre-guerras e propostas por Dimitrov, por parte da Internacional Comunista. Outras, talvez, mais influenciadas pela identidade frente a um projeto nacional ou patriótico. Na América Latina, entre as experiências do período podemos listar: ENA (Argentina), Força Patriótica (Venezuela), Frente Ampla (Uruguai), além de movimentos similares haverem surgido na Colômbia e Costa Rica.

Para compreender de maneira mais ampla e profunda a complexidade dessas experiências partiremos da análise de Arismendi do caso uruguaio onde desenvolveu-se a

Frente Ampla, uma das mais destacadas organizações de esquerda do continente. Esta, por sua vez, deve ser entendida como resultado de um longo percurso de fluxos e refluxos, conflitos e discussões entre as distintas classes e segmentos da sociedade uruguaia que uniram setores democráticos, patrióticos, de esquerda e revolucionários em uma mesma organização a inícios da década de 1970. Arismendi, importante protagonista desse processo, entendia que a Frente Ampla representava, “*la vía real, auténtica, de aproximación a la revolución*” (ARISMENDI, 1971).

Entendia esse fenômeno como parte do contexto latino-americano marcado, segundo Arismendi, pelo alargamento das alternativas de passagem ao socialismo. Apoiava-se, dessa forma, na compreensão de que cada povo “segue o seu curso peculiar”. Nesse sentido, identificava que a trajetória rumo ao socialismo no Uruguai seria

[...] determinada por su historia política, por las características de su proceso, por el nivel de su desarrollo capitalista, por el peso y las características de las conformaciones institucionales democráticas, por el hecho de que nuestro pueblo, a diferencia de otros pueblos de América Latina, ha transitado largos períodos en el seno de la democracia burguesa y no ha estado como otros países de América Latina (valga la frase del Marx juvenil referida a la Alemania de su tiempo) junto a la libertad sólo el día de su entierro (ARISMENDI, 1971).

Apontou, dessa maneira, que

El desarrollo capitalista, el predominio por largo período de sectores democráticos de la burguesía, la ruta particular que prácticamente separó el Uruguay del frecuente gorilismo, de la guerra civil, engendraron una mentalidad nacional-reformista, democrática, liberal avanzada, laica, civilista (ARISMENDI, 1971).

Porém, conforme já mencionado, Arismendi não creditava à classe dominante caráter nacional ou compromisso patriótico. Em sua crítica ao que via como visões esquemáticas da tática das duas etapas ou idealizações do papel da Burguesia latino-americana disse:

Do fato de a revolução conter elementos de caráter democráticos deduzem, como conclusão ‘natural’, que ela pode ser encabeçada pela burguesia dita nacional, ou também que há de obrigatoriamente haver um período de predomínio e de direção burguesa da revolução. Consequentemente defende-se que enquanto não se atingirem esses objetivos não começar a revolução socialista. Ou vice-versa: para que tal não suceda há que ‘mudar’, à nossa vontade, o caráter da revolução (ARISMENDI, 1977).

Assim, esse entendimento representa a crítica do pensador uruguaio as tentativas de transposição mecânica de uma experiência histórica em outra. Assim, o intelectual oriental, atacava visões que idealizavam e universalizavam experiências de outros países como modelos. Para o dirigente uruguaio, o caminho para o socialismo resulta de cada processo histórico particular. A tentativa de aplicação de modelos estranhos à uma determinada realidade despojam o marxismo de seu caráter criativo. Afastam-se, portanto, da análise objetiva da realidade concreta e colocam o socialismo como uma fatalidade histórica inexorável e não enquanto construção criativa dos povos. Rodney critica, assim, estas perspectivas por tentarem enquadrar a realidade no método e não o contrário.

Arismendi, não apenas contrariava essas visões, como afirmava não haver um caminho único ao socialismo. Mais que isso, entendia que em um mesmo processo revolucionário era possível, ou mais provável, o entrelaçamento de vias e fases onde “a primeira transforma-se na segunda, a segunda resolve de passagem os problemas da primeira e só a luta determina até que ponto a segunda consegue ultrapassar a primeira (ARISMENDI, 1977).

A perspectiva desenvolvida por Arismendi revela o caráter contraditório e dialético do processo histórico. Pode-se entender, então, que na visão do pensador uruguaio a história não caminha em linha reta nem se desenvolve a partir de uma sucessão de Modos de Produção estanques e harmoniosos. Essa visão materialista e dialética que pode ser identificada, tanto em Arismendi, quanto em Fidel Castro levou o líder da revolução cubana a afirmar que, em Cuba mais de 30 anos após o triunfo da revolução, coexistiam elementos de socialismo, capitalismo e comunismo.

Por outro lado, compreende-se que a abertura de um novo ciclo histórico provocado por uma ruptura revolucionária dá a largada para novas contradições cujo desenlace só poderá ser determinado pelas condições impostas pela nova conformação assumida pela luta de classes. O argumento de Arismendi aponta para a incapacidade de determinar o resultado dos acontecimentos, nem a inevitabilidade da constituição da nova ordem social. Para ele todos os países chegarão ao socialismo, entretanto não o farão da mesma maneira. Partindo dessa avaliação, o líder oriental, compreendia que a revolução no país platino seria resultado de um processo único, onde “o socialismo é a resposta definitiva às interrogações colocadas no plano social e nacional”; e, ao identificar o imperialismo como o inimigo a ser derrotado enxergou que a “revolução latino-americana coincide com a revolução socialista” (ARISMENDI, 1977).

Arismendi considerava que a jornada a ser percorrida rumo ao socialismo no Uruguai resulta de um longo processo de acumulação de forças em que opõe-se Povo e Oligarquia em luta pelo futuro da nação. Para ele: o povo “inclui todos aqueles que pelos seus interesses se opõem ao imperialismo e a *la rosca*¹³⁸” (1977).

Ou seja, todos os setores que aderem ou se aliam por seus interesses econômicos e sociais ou políticos, ao projeto dos setores populares. Estes, por sua vez, tendo como centro dinâmico e condutor, as grandes massas trabalhadoras “dirigidas”, em última instância, pela classe operária. Esse embate foi, para o dirigente uruguaio, a marca que caracterizou o quadro nacional nesse período. No desenrolar dessa rota, o desafio consistiria em buscar a construção de um bloco de alianças entre classes,

frações destas, camadas e segmentos da sociedade sob condução de um programa unificador dirigido pelos trabalhadores.

A implementação do que Arismendi chama de “Programa Democrático Avanzado”; significaria a expressão das reivindicações e necessidades da grande maioria da população, dos setores democráticos, patrióticos e populares unidos através da Frente Ampla. Assim sendo, constituía-se como a rota a ser trilhada pelo povo uruguaio no caminho da abertura de um processo de transição que permitiria rupturas mais profundas na sociedade. Ou seja:

[...] el Frente Amplio nace como un movimiento democrático avanzado, ant imperialista. Su declaración lo define como un movimiento de vastas capas del pueblo contra el gran capital, el latifundio y el imperialismo. Sus objetivos programáticos plantean la solución de tareas esenciales (política exterior independiente, nacionalización de la banca, de los frigoríficos, del comercio exterior, reforma agraria, etc.), es decir, objetivos democráticos radicales que sumados el proceso uruguayo implican la posibilidad de cambios profundos (ARISMENDI, 1971).

A ascensão do bloco histórico integrado pela grande maioria da população uruguaia, conduzido pelos trabalhadores e o programa unificador deveriam plasmar-se na chegada da Frente Ampla ao governo. O comunista do Uruguai não atribuía a Frente um caráter socialista. Antes, contudo, considerava que a construção de um programa unificador permitiria iniciar um processo de transformações profundas, de caráter intermediário e transitório. A implementação desse programa abriria caminho para a instauração de um “Poder Democrático Avanzado”, transição para abrir caminho rumo ao socialismo.

Considerações finais

O processo que resultou na formação da Frente Ampla no Uruguai e a leitura e pensamento produzidos por Rodney Arismendi permitem ampliar o conheci-

mento acerca do conjunto de alternativas e os debates acerca dos caminhos para a transformação social na região. Buscou-se apresentar a perspectiva de Arismendi a partir do debate sobre o que o intelectual platino chamava de vias de aproximação para a revolução socialista. Assim, pretendeu-se alimentar os estudos acerca das interpretações sobre a formação das sociedades latino-americanas a partir da visão de um ator importante no âmbito do marxismo e do movimento comunista na América Latina.

Ainda, entende-se que ao apresentar as reflexões do marxista platino, recorre-se a uma leitura que busca fugir de “fórmulas de sabedoria presunçosa” (ARISMENDI, 1977). O deputado advogava que “[...] para o dogmático a revolução deve ser a repetição sucessiva do mesmo modelo, o decalque em vez da criação heroica, para repetir a frase de um conhecido teórico” (ARISMENDI, 1977).

Nesse contexto, defendia um caminho próprio para seu país, a partir de um processo de acumulação de forças, como resultado das peculiaridades da trajetória histórica seguida pelo povo uruguaio. Arismendi entendia que uma das singularidades do Uruguai consistia na formação de uma consciência laica e republicana que o fez recusar o caminho armado como perspectiva para o país, pelo menos na fase de acumulação de forças. Ao mesmo tempo, rejeitava aquelas tendências que idealizam caminhos para o socialismo através das instituições burguesas ou mesmo o papel da classe dominante local na emancipação da nação. Sobre a via parlamentar disse:

[...] esses exemplos (experiências de passagem pacífica ao socialismo no leste europeu) são adulterados e perdem validade para a generalização teórica se se ocultam ou simplesmente não se destacam certos fatores determinantes de tal possibilidade. [...] a conjunção dos levantamentos populares democráticos e nacionais e a presença libertadora dos exércitos socialistas soviéticos (ARISMENDI, 1977).

Para ele a tese que vislumbrava alcançar o socialismo por esse meio, “(...) em pouco tempo adquiriu uma amplitude exagerada primeiro, perigosa depois.

Nalguns países declararam-se caducos os postulados metodológicos de que partem Marx e Lenine para se pronunciarem sobre as ‘vias’, ou são postos à margem pura e simplesmente” (ARISMENDI, 1977).

Por conseguinte, afirmou que a considerada via parlamentar “é de uma comprovada social-democracia. É classicamente revisionista” (ARISMENDI, 1977). Mais ainda, cabe destacar que para o platino, o período é marcado pela “diversidade de vias específicas em que se desenvolve a revolução” (ARISMENDI, 1977). Afirmava que “não defendemos esta via (armada) como se fosse alternativa obrigatória. Preferimos por razões de princípio e de tática o caminho da unidade do povo, incluídos os militares, como a melhor via de passagem para transformações revolucionárias.” Entretanto, estabelecia uma distinção entre as vias de aproximação da revolução e a transição ao socialismo.

Assim, afirmava que, devido às condições históricas produzidas na América Latina, “provavelmente esta passara pela via da insurreição armada, seja qual for a via de aproximação” (ARISMENDI, 1977). Assim, não atribuía à Frente Ampla um caráter socialista, mas sim, a missão de implementar um programa transitório que aproximasse a sociedade uruguaia da passagem ao socialismo. No entanto, rechaçava as visões que identificavam na Frente um simples caráter eleitoral, para ele esta deveria ser entendida,

[...] enquanto força do povo e não apenas coligação de partidos, tem por eixo a mobilização, experiência coletiva e educação política e ideológica através da luta das grandes massas operárias e populares. É essa experiência colectiva que se consolida em organização, que faz amadurecer novas etapas da consciência (ARISMENDI, 1977).

Na perspectiva do autor, no curso das experiências concretas as massas trabalhadoras vão encontrando seu caminho de libertação. Quando compara os processos cubano e chileno, Arismendi identifica seus elementos peculiares, em virtude dos instrumentos adotados, que os distanciava. Mas, logo os aproximava novamente devido ao que atribuía ser o seu conteúdo histórico comum centrado na unidade do povo pela

sua emancipação e contra o imperialismo. Unifica ambos pela perspectiva de que “a revolução fazem-na os povos e isso é produto do processo e da experiência combativa das massas” (ARISMENDI, 1977) para afirmar a construção de um caminho próprio do Uruguai rumo ao socialismo.

Assim, Arismendi dialogava com aqueles elementos que o faziam afirmar o caráter continental da revolução socialista na América Latina. A partir das experiências cubana e chilena e suas interpretações do pensamento de Lênin, Gramsci e Mariátegui, tal qual o pensamento nacional uruguaio, o autor apontou que não havia caminho que não passasse pela unidade do povo. Por outro lado, sua interpretação da sociedade uruguaia levou-o a identificar que essa rota se desenvolveria através de um processo de acumulação de forças e construção de hegemonia junto à sociedade e do movimento de massas. Para tanto, exigia, no entendimento de Arismendi, a formação de um bloco histórico e social que compreendia à imensa maioria da população uruguaia, diversa e heterogênea. Dessa forma, sua unidade seria fruto de um processo de disputa de hegemonias entre os principais segmentos que compunham o que o autor entendia como o povo uruguaio. Sua interpretação, entretanto, é de um ator proeminente das transformações políticas e sociais do país. Sua elaboração evolui à medida que a própria história do Uruguai e o processo que culminou na Frente Ampla se desenvolve. Arismendi, extrai sua elaboração a partir do concreto, constrói, portanto, seus conceitos e categorias no curso das lutas concretas que surgiram na sociedade uruguaia ao longo desse período. Assim, ainda que em um princípio esteja inspirada ou inserida nos debates sobre as frentes populares, a Frente Ampla surge como outra coisa. Tem mais de Allende e Fidel que Dimitrov na sua compreensão, embora não se configura como tarefa fácil estabelecer essa distinção. Não se trata, então, de blocos de partidos políticos em resistência aos setores mais conservadores e “fascistas” da sociedade. Mas de um amplo movimento social e político que acumula forças para transformações mais profundas. Seria, nesse sentido a expressão da unidade do povo em âmbito social, político e eleitoral em luta de hegemonias inserida na tradição da sociedade uruguaia. Ao

compreender a distinção que o autor fazia entre caminho, via de aproximação e passagem ao socialismo é possível afirmar que o primeiro diz respeito aos aspectos macro, de caráter histórico. Possui, nesse sentido, raízes profundas na história do país e produz a narrativa que atribui sentido ao processo. Já o segundo, corresponde aos aspectos conjunturais da tática adotada, quer dizer, a rota a ser trilhada rumo a unidade do povo, a formação da força social da revolução, o bloco social e político das mudanças cujo objetivo se materializaria na constituição deste enquanto opção de poder. Tendo em vista a cultura laica, civilista e republicana originada ao longo da história do país, este processo se daria a partir do movimento de massa, da luta social unitária e da ação institucional junto ao legislativo e ao executivo. A Frente Ampla do Uruguai deve ser compreendida como consequência desse processo. Já a passagem ao socialismo corresponderia a outra fase do desenvolvimento da sociedade uruguaia cujas determinações seriam dadas pelo próprio processo histórico.

Bibliografia

AMÉRICAS, Casa de Las (org.). *Ernesto Che Guevara: obras (1957-1967)*. Havana: Ediciones Casa de Las Américas, 1970. 698 p.

ARISMENDI, Rodney. *La construcción de la unidad de la izquierda: selección de textos (1955 - 1989)*. Montevideo: Ed. Grafinel, 1999. 287 p.

_____. *A Revolução Latino-Americana*. Lisboa: Editora Avante, 1977. 255 p.

DA COSTA, Emília Viotti. “Estruturas Versus Experiência: Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha”. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. n. 29 (1990).

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 97 p.

HEREDIA, Fernando Martinez. *Los más humildes también crearon la nación*. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2016/08/04/los-mas-humildes-tambien-crearon-la-nacion/#.WW6ZKyErI8o>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. O 68 no Uruguai:: crise estrutural, mobilização social e autoritarismo. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo/rs, v. 8, p.28-49, jan. 2009. Semestral.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária*. vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1963].

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ECOLOGIA DE VIOLÊNCIAS NAS PERIFERIAS URBANAS EM TEMPOS DE EMERGÊNCIAS DE SAÚDE MULTIESPÉCIE

Oswaldo Santos Baquero, Sara Cristina Aparecida da Silva, Júlia

Amorim Faria ^{139 140 141 142 143}

Resumo

A violência é um problema de saúde e um determinante das emergências de saúde, com dimensões estruturais que vão além das agressões físicas interpessoais. Neste texto, esboçamos a noção de ecologia de violências e a relacionamos com vivências da pandemia de Covid-19 numa favela paulistana, a partir de uma perspectiva de saúde multiespécie. Mostramos como marginalização, precariedade imposta, exploração, perseguição, expulsões territoriais, práticas de encarceramento e agressões no ambiente domiciliar violentam seres periféricos, humanos e outros-que-humanos, encontrando nas emergências de saúde a possibilidade de se elevarem à condição de sindemia de violências. Isso aconteceu na pandemia de Covid-19, em epidemias anteriores e provavelmente acontecerá nas próximas emergências de saúde. Por meio da ecologia de violências, damos mais visibilidade à imbricação que frustra tentativas de prevenção e proteção frente a emergências de saúde — imbricação entre dispositivos marginalizantes, modalidades de violência e emergências de saúde, materializada em coletivos multiespécies.

Palavras-chave: Saúde multiespécie; Pandemia; Covid-19; Ebola; Doenças emergentes.

139 Oswaldo Santos Baquero é professor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo.

140 Sara Cristina Aparecida da Silva é fisioterapeuta e pesquisadora no Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da USP.

141 Júlia Amorim Faria é médica-veterinária, mestre em Epidemiologia e Saúde Única pela FMVZ-USP.

142 Artigo revisito e atualizado, publicado originalmente em: *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2025.

143 Os autores agradecem à comunidade São Remo, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Grupo de Pesquisa das Periferias do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

ECOLOGÍA DE LAS VIOLENCIAS EN LAS PERIFERIAS URBANAS EN TIEMPOS DE EMERGENCIAS DE SALUD MULTIESPECIE

Resumen

La violencia es un problema de salud y un determinante de emergencias de salud, con dimensiones estructurales que van más allá de las agresiones físicas interpersonales. En el presente texto esbozamos la ecología de violencias y la relacionamos con vivencias de la pandemia en una favela de la ciudad de São Paulo, bajo una perspectiva de salud multiespecie. Mostramos como precariedad impuesta, exploración, persecución, expulsiones territoriales, prácticas de encarcelamiento y agresiones en el ambiente domiciliario violentan sujetos periféricos y encuentran en las emergencias de salud posibilidades de convertirse en una sindemia de violencias. Eso sucedió en la pandemia de Covid-19, en epidemias recientes y se espera que suceda en la próxima emergencia de salud. Por medio de la ecología de violencias le damos más visibilidad a la imbricación que frustra tentativas de prevención y protección frente a emergencias de salud. Imbricación entre dispositivos marginalizantes, modalidades de violencia e emergencias de salud, materializada en colectivos multiespecies.

Palabras clave: Salud multiespecies; Pandemia; Covid-19; Ébola; Enfermedades emergentes.

ECOLOGIES OF VIOLENCE IN URBAN PERIPHERIES IN TIMES OF MULTISPECIES HEALTH EMERGENCIES

Abstract

Violence is a health problem and a determinant of health emergencies, with structural dimensions going beyond interpersonal physical aggression. In this text, we outline the ecologies of violence and relate them to COVID-19 pandemic experiences in a favela of São Paulo city, taking a multispecies health perspective. We show how imposed precariousness, exploitation, persecution, territorial expulsions, impris-

onment practices, and household aggressions harm peripheral beings - humans and other-than-humans - finding in health emergencies the opportunity to rise to the condition of a syndemic of violence. This occurred during the COVID-19 pandemic, in recent epidemics, and it is expected to happen in the next health emergency. Through de ecologies of violence, we hope to give more visibility to the entanglement that frustrates prevention and protection efforts in the face of health emergencies - an entanglement between marginalising apparatuses, modalities of violence, and health emergencies, materialised in multispecies collectives.

Keywords: Multispecies health. Pandemics. COVID-19. Ebola. Emerging diseases.

*

Introdução

A maioria das pandemias e grandes epidemias infecciosas são de origem zoonótica. Ao se pensar nas suas causas e alvos de intervenção, micro-organismos e reservatórios animais costumam ser os principais, senão os únicos, a serem identificados. Nas narrativas predominantes sobre a Covid-19, pangolinos e morcegos passaram a ser os principais suspeitos da transmissão de variantes patogênicas de coronavírus. A saúde única (ou uma só saúde), uma abordagem que busca integrar a saúde humana, animal, vegetal e ambiental, tem alimentado e aproveitado sobremaneira essas narrativas para se colocar como a abordagem ideal para lidar com doenças infecciosas emergentes. No presente texto, no entanto, adotamos uma perspectiva diferente, por entender que a saúde única é mais um estratagema para manter o controle dos discursos e práticas de saúde que garantem e legitimam interesses coloniais, dando atenção a formas de atenuar os problemas de saúde, sem questionar a patogenicidade do imperativo modernizador que os provoca (Baquero, 2021a; Baquero; Benavidez Fernández; Acero Aguilar, 2021; Malfrán; Baquero, 2023).

Em trabalhos anteriores voltados à descolonização da saúde única, mobilizamos fundamentos da saúde coletiva, da biopolítica mais-que-humana e de perspectivas

descoloniais latino-americanas, sintetizados na expressão saúde única em periferias (Baquero, 2021a; Baquero; Benavidez Fernández; Acero Aguilar, 2021; Malfrán; Baquero, 2023). Entretanto, desse trabalho surgiu a problematização da própria ideia do “único”. Através da universalização e da naturalização, dois recursos ideológicos (Eagleton, 2019), a modernidade se coloca como “único” caminho a ser seguido pela humanidade (Dussel, 1993; Quijano, 2007). Essa monocultura colonial está se desfazendo em face à crise civilizatória que vivemos, cada vez mais incompatível com a vida na terra, como atestam as próprias ciências modernas (Marques, 2023). A ideologia unificadora está no âmago da saúde única, segundo a qual a saúde é uma só. Se assim for, é redundante dizer que é única, pois não existem outras, há apenas saúde. No mesmo sentido, não é claro como sendo só uma saúde, a mesma consiste na integração de mais de uma saúde (humana, animal, ambiental). A definição da saúde é algo em disputa e a diversidade de elaborações epistemológicas desfaz pretensões unificadoras (Almeida Filho, 2011). As abordagens de saúde também são várias e a “saúde única não é a única” que aborda a saúde animal e ambiental. Assim, é uma violência epistêmica (Spivak, 1998) reduzir e reformular toda abordagem de saúde mais-que-humana como um caso particular de saúde única.

Trabalharemos aqui com a ideia de saúde multiespécie, para nos referir aos efeitos patológicos que a marginalização produz em coletivos multiespécies, bem como às ações para desconstruir essa marginalização e coproduzir bem viver (Baquero, 2021a). O pressuposto é que através de dispositivos marginalizantes como o racismo, o sexismo, o especismo e outros “ismos”, desenham-se margens para distinguir vidas com valor intrínseco e outras com valor instrumental cujos interesses pouco ou nada importam (Baquero, 2021a). Aqueles que desenham as margens arrogam para si a prerrogativa de decidir quem vale mais e quem vale menos. Dessa forma, legitimam regimes biopolíticos para manter seus privilégios explorando vidas marginalizadas (Baquero, 2021a). A primeira noção que queremos dar de ecologia de violências é que se trata da interação entre dispositivos marginalizantes que vitimiza coletivos multiespécies ao colocá-los do lado periférico das margens.

A depender do ponto de vista, um coletivo multiespécie pode ser um micro-organismo, um organismo maior ou um grupo de organismos interagindo e conformando um território (Gilbert; Sapp; Tauber, 2012; Haraway, 2016). Uma variante de coronavírus é uma coleção de genes recombinados em múltiplos hospedeiros animais (Lam *et al.*, 2020). Um corpo humano com sua microbiota conforma um coletivo multiespécie; da mesma forma que os humanos e porcos explorados que confluem nos abatedouros em que a Covid-19 se espalhou com mais facilidade; ou os humanos, cachorros, ratos, escorpiões e saruês que nas favelas passaram a ter outras dinâmicas de convívio, devido às ocupações de novos terrenos por parte das pessoas que perderam seus empregos e lares durante a pandemia.

A Covid-19 sobrecarregou os modos de vida nas periferias urbanas, e não apenas pelos efeitos patológicos do vírus. Ela intensificou uma rede de violências que acomete humanos e outros animais, além de ambientes indispensáveis para o bem-viver. As políticas urbanas e de segurança pública que produzem e mantêm periferias urbanas são parte de um processo histórico e estrutural dessa rede. As emergências de saúde, como a Covid-19, agudizam essa dinâmica e dão origem a uma sindemia de violências nas periferias urbanas, nas quais não moram somente humanos. Nas sindemias, duas ou mais epidemias ocorrem simultânea e sinergicamente. Portanto, em uma sindemia de violências, pelo menos duas formas de violência coocorrem epidemicamente.

Várias razões, incluindo a violência, podem levar à declaração de uma emergência de saúde. Entretanto, as doenças infecciosas emergentes são a razão mais frequente para instituir tais emergências. A possibilidade do surgimento de uma doença infecciosa altamente transmissível era esperada mesmo antes da Covid-19, embora não se soubesse com exatidão qual seria o agente etiológico, quando ocorreria e quão grave seria (Gates, 2018). Também se sabe que a maioria das doenças emergentes são zoonóticas e espera-se que novas emergências venham a ser desencadeadas por zoonoses, tendo seu impacto agravado pela violência preexistente. Espera-se também que as consequências e recursos utilizados para enfrentá-las sejam distribuídos desigualmente entre coletivos multiespécies.

A sindemia de infecções epidêmicas e violências é frequente. A Ebola é um exemplo recente de como o enfrentamento de epidemias infecciosas é influenciado por processos históricos, coloniais e violentos que continuam a moldar as emergências de saúde. Necessidades básicas não atendidas, sistemas de saúde precarizados, conflitos civis e marginalização interseccional resultam do subdesenvolvimento proposital imposto aos países colonizados, onde “ajudas” sanitárias também escondem pesquisas antiéticas e interesses industriais, aumentando a desconfiança local em relação às intervenções internacionais e aprofundando a carga do Ebola (Bardosh; Leach; Wilkinson, 2016; Cohn; Kutalek, 2016; Nguyen, 2019; O’Brien; Tolosa, 2016; Richardson, 2020; Sirleaf, 2018; Wilkinson; Leach, 2015). Os discursos prevalecentes no enfrentamento de epidemias insistem na preparação contra emergências de saúde futuras mediante a detecção oportuna de patógenos, enquanto omitem sistemática e ideologicamente as causas estruturais de emergência desses patógenos, à vez que desconsideram as desigualdades na capacidade que vários atores têm de adotar medidas preventivas, protetivas e de recuperação (Farmer, 2004; Richardson, 2020; Wallace *et al.*, 2020).

A carga da violência e de pandemias como a Covid-19 é maior nas periferias urbanas (Araujo, 2001; Raposo *et al.*, 2019), além de exacerbada pelo contexto demográfico. Segundo as Nações Unidas, em 2018, 1 em cada 4 humanos da população urbana do mundo vivia em uma favela, totalizando mais de 1 bilhão de pessoas (UN, 2021). No Brasil, entre 2010 e 2019, o número de favelas aumentou em 108%; em 2019, mais da metade dos domicílios de capitais como Belém e Amazonas estavam localizados em favelas (55,5% e 53,4%, respectivamente), enquanto havia cidades menores, como Vitória do Jari, que registraram números ainda maiores, três em cada quatro domicílios (74%) (IBGE, 2020). Também em 2019, na cidade de São Paulo, 12,9% dos domicílios estavam em favelas, uma porcentagem significativa, em vista dos seus 12,25 milhões de habitantes. Deve-se notar que estes dados não incluem as favelas que surgiram como resultado da pandemia de Covid-19.

Outros dados ausentes, reflexo do desconhecimento sobre os moradores das favelas, são os de demografia de outras espécies. As pesquisas que temos realizado

para preencher essa lacuna mostram que os animais de companhia, considerados membros da família, são mais numerosos que as crianças; além disso, os humanos tecem relações de cuidado com plantas, mas também envolvem-se em conflitos com animais sinantrópicos (Baquero, 2021b, 2021c, 2021d, 2021e, 2021f, 2021g; Baquero; Peçanha, 2021).

A favela São Remo, na Zona Oeste da cidade de São Paulo, é um território com o qual temos trabalhado para promover a saúde de coletivos multiespécies. Em janeiro de 2019, a comunidade que ali vivia tinha 8.457 humanos, 983 aves, 745 cães, 685 gatos e um número desconhecido de outros viventes (Silva; Peçanha; Gonçalves, 2021). Em um trabalho prévio, aprovado por Comitê de Ética (Plataforma Brasil CAAE: 37575020.8.0000.5390), construímos um discurso coletivo sobre as experiências da pandemia de Covid-19 na favela São Remo (Amorim *et al.*, 2021). Por meio de entrevistas e fotografias tiradas pelos próprios moradores, esse estudo comunitário retratou as experiências de 15 moradores(as) de uma parte da comunidade que até então vivia nas condições mais precárias do território. Como parte do projeto, as(os) pesquisadoras(es) produziram um único documento organizando mensagens de texto e transcrições de áudio acompanhadas de fotos representativas dessas experiências. Ao longo do estudo, ele foi continuamente atualizado, discutido e aprovado por todos(as) os(as) participantes. O documento resultante contém um discurso coletivo e foi compartilhado com os membros da comunidade e publicado na internet (Amorim *et al.*, 2021). Por questões de ética e sigilo, a maioria do conteúdo referente à violência foi excluído da publicação, o que mostra a dificuldade para identificar, nomear e dar visibilidade à violência. Isso perpetua a violência e o desconhecimento das realidades vividas nas periferias urbanas.

Para contribuir à compreensão da violência que agrava e é agravada pelas emergências de saúde desencadeadas por doenças infecciosas, na seguinte seção esboçamos a ideia de “ecologia de violências” como uma forma, de inspiração butleriana, de dar-lhe sentido ao sofrimento infligido a coletivos multiespécies marginalizados. Posteriormente abordaremos cinco situações que ajudam a pensar nos processos pa-

togênicos dessa ecologia de violências, nas periferias urbanas, em tempos emergenciais: capitalismo urbano, deslocamentos forçados e ocupações, situação de rua, encarceramento, famílias e ambientes domiciliares. Isso nos permitirá complementar a perspectiva vivencial do discurso coletivo supracitado, com uma perspectiva analítica focada nas periferias urbanas, que em parte pode ser exemplificada por algumas das vivências compartilhadas nesse discurso, mas também permite abordar, sem referência de acontecimentos específicos, aquelas violências omitidas no discurso coletivo publicado. Essas cinco situações, além de serem pequenos recortes de complexidades periféricas que não serão esmiuçadas neste breve artigo, são apenas uma escolha esquemática para desdobrar a ecologia de violências, sem pretensão de ser uma classificação exaustiva de modalidades de violência mutuamente excludentes ou relacionadas hierarquicamente sem ambiguidades. Contudo, pretendemos dar mais visibilidade à imbricação que frustra tentativas de prevenção e proteção frente a emergências de saúde: uma imbricação de dispositivos marginalizantes, modalidades de violência e emergências de saúde, materializadas em coletivos multiespécies.

Ecologia de violências

Continuando com a noção inicial que demos da ecologia de violências, podemos dizer que esta é um emaranhado de discursos, instituições, corpos, artefatos e fluxos material-semióticos, no qual dispositivos marginalizantes estabelecem periferias simbólicas e geográficas, vitimizando no processo a coletivos multiespécies heterogêneos.

As periferias urbanas, como outras periferias, manifestam processos históricos da ecologia de violências, que procuram apagar sistematicamente as expressões periféricas que a denunciam. As emergências de saúde intensificam estas manifestações e tentativas de apagamento, entrelaçando circunstâncias pré-emergentes e emergentes na geração e administração do sofrimento. Portanto, o que conta como violência, o que/quem é violento, e o que/quem pode ser vítima, é uma decisão classificatória com profundas repercussões ético-políticas. Isto ecoa indagações problematizadoras

da saúde multiespécie (Baquero, 2021a): o que é saúde, quem pode ser saudável, quem deve ser saudável, quem pode responder a estas perguntas e quem é ouvido por quem?

No campo da saúde, as autoridades epistêmicas exercem poder mediante o conhecimento que legitimam. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como:

[...] uso intencional de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (Krug *et al.*, 2002).

Esta definição restringe-se ao intencional, de modo que acidentes de trânsito e semelhantes não são tratados como casos de violência (a complexidade dessa restrição é discutida pelos autores). Refere ao “poder” para contemplar atos de omissão e negligência. Vai além das causas imediatas de ferimentos, incapacidade ou morte, para considerar os efeitos da violência que causam sofrimento às vítimas, mesmo após tempo considerável desde que o ato ocorreu. De fato, a definição da OMS é abrangente e à primeira vista pode parecer exaustiva. Entretanto, outras perspectivas sugerem que ela precisa ser revisada. Para Lee (2019), uma definição de violência deve explicitar os processos estruturais de opressão, bem como seu potencial para extinguir a humanidade e outras formas de vida. Ao considerar este potencial, uma nova definição redimensionaria a importância da violência, colocando-a como uma ameaça para a humanidade e outras espécies.

A violência estrutural é abrangente, mas também elusiva porque utiliza o apagamento histórico para legitimar opressões sistemáticas que garantem prerrogativas aos grupos sociais perpetradores. Algo semelhante pode ser dito da violência simbólica bourdieusiana, sintetizada por Swartz como “capacidade de impor os meios para compreender e se adaptar ao mundo social pela representação disfarçada e naturalizada do mundo econômico e político” (Swartz, 1997). Assim como a violência estru-

tural, a violência epistêmica também opera silenciando a produção do conhecimento nas periferias (Spivak, 1998).

Outra consideração que problematiza a definição da OMS diz das vítimas outras-que-humanas. Embora o estatuto de pessoa não seja exclusivo dos seres humanos (Chan; Harris, 2011), nessa definição o significado implícito remete só aos humanos. A OMS, junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a Organização Mundial da Saúde Animal e o Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, participa de uma aliança com aspiração global que coloca a Saúde Única como abordagem indispensável para enfrentar os principais desafios de saúde no planeta, localizados na interface humano-animal-ambiente (Who, 2022).

Assim, a OMS reconhece aos animais outros-que-humanos como seres em que a saúde está presente ou comprometida, entende a violência como um problema de saúde importante e, no entanto, exclui aos animais outros-que-humanos de sua definição. A violência ambiental, explicitamente, também foge à definição da OMS. O dano ambiental e o sofrimento que ele provoca é uma forma de violência que está levando à extinção de espécies e ameaça a própria existência dos humanos na Terra (Lee, 2016).

Em face à dimensão ideológica e sistemática da violência estrutural e simbólica, e à violência infligida contra outros vivos e os ambientes que constituem, pode-se pensar a violência como: ação humana com a intenção de danificar a outros vivos ou a si próprio, ou de se beneficiar da intimidação, controle ou exploração de outros vivos, por meios físicos, ameaçantes ou ideológicos que danificam, direta ou indiretamente, pontual ou sistematicamente, relações socioambientais ou organismos, resultado em sofrimento, lesões, incapacidades, morte ou extinção de espécies e modos de vida. Contudo, uma definição por si só não resolve a dificuldade de diferenciar a violência da não violência. Enquanto a falta de abrangência leva à desconsideração de casos relevantes que não se enquadram na definição, uma amplitude semântica maior tende a fazer de todo tipo de relação um potencial caso de violência.

O que está em jogo, entretanto, é mais do que a abrangência; há regimes interpretativos que qualificam as relações (Werneck; Teixeira; Talone, 2020). Daí a importância de investir nas definições, mas, também, de problematizá-las e ir além delas. Como aponta Rodrigues (2021), “[e]m parte, o problema da violência decorre de identificar quem te força de nomear o que está dentro ou fora do campo da violência legítima”. Butler (2021), em sua discussão sobre a diferença instável entre violência e não violência, destaca:

[...] não há atalho para chegar a uma distinção semântica estável entre as duas quando essa distinção é tão frequentemente explorada com o propósito de ocultar e ampliar práticas e objetivos violentos. Em outras palavras, não podemos ir direto ao fenômeno em si sem passar pelos esquemas conceituais que orientam o uso do termo em várias direções sem uma análise de como essas orientações operam.

As conceituações das violências estrutural, simbólica e epistêmica mobilizadas para explicar emergências de saúde problematizam a forma em que essas violências propiciam o surgimento de epidemias e permitem que as emergências de saúde resultantes sejam aproveitadas para garantir privilégios de poucos, em detrimento de muitos (Farmer, 2004; Petteway, 2022; Richardson, 2020; Sirleaf, 2018; Wallace *et al.*, 2020).

Portanto, Wallace e colaboradores (Wallace *et al.*, 2015) questionam: “Como, por exemplo, o Banco Mundial ou a Organização Mundial da Saúde abordam surtos originados nas próprias instituições das quais dependem para financiamento e legitimação?” Esses autores invertem o discurso dos focos epidêmicos, localizando os *hot spots* nos centros financeiros – Nova York, Londres, Hong Kong –, não em áreas remotas onde patógenos transbordam de animais outros-que-humanos para humanos. O agronegócio e outros empreendimentos extrativistas que desmatam e perturbam ecossistemas onde transbordam patógenos, são oligopólios transnacionais que acumulam lucros no Norte global (Wallace *et al.*, 2015).

A omissão sistemática desses processos de produção de doenças nos discursos epidemiológicos (e de saúde única) hegemônicos é o que se problematiza como violência estrutural e simbólica (Farmer, 2004; Petteway, 2022; Richardson, 2020). Discursos em que tais processos são omitidos para destacar uma “história natural” em que indivíduos infectados transmitem patógenos a indivíduos suscetíveis, tanto mais quanto maior o contato, sendo a severidade dependente da interação entre atributos do patógeno e do sistema imune do hospedeiro. Concebendo assim o problema, não surpreende que a solução proposta esteja mais voltada à vigilância genômica e à detecção precoce para instaurar medidas oportunas de mitigação da transmissão, algo certamente desejável, mas impraticável em muitos cenários periféricos mantidos pelos mesmos processos coloniais/capitalistas que propiciam a emergência de doenças transmissíveis e costumam ser omitidos nas explicações epidemiológicas. Em outras palavras, nas emergências de saúde, vemos violências não contempladas nas definições hegemônicas de violência, ocultando violências perpetradas por grupos hegemônicos. Assim, as modalidades de violência se codeterminam, conformando uma rede ou ecologia de violências.

A interdependência das violências fere a interdependência dos viventes acometidos por elas, toda vez que eles se configuram e transfiguram mediante a relação com outros seres. Aqui, Butler (2021) nos esclarece ao apontar que a interdependência violentada vai “além do encontro humano diádico, motivo pelo qual a [violência e a] não violência não diz[em] respeito apenas às relações humanas, mas a todas as relações vitais e interconstitutivas”. Portanto, prossegue ela, a violência é

[...] sim, um ataque contra as pessoas; mais talvez, e mais fundamentalmente, um ataque contra os “laços”, [lembrando que] não se trata apenas de outras vidas humanas, mas de outras criaturas sencientes, meios ambientes e infraestruturas: nós dependemos de tudo isso, e tudo isso, por sua vez, depende de nós para manter um mundo habitável.

O deslocamento da ênfase em indivíduos violentos e violentados, para arranjos relacionais mais-que-humanos nos quais a violência se estrutura e materializa, pres-

supõe uma mudança ontológica, ética e política, reconhecendo que

[o] que é poderoso, não é o que nos torna únicos, mas o que nos torna em-comum. O que é estimulante não é o que nos individualiza, mas sim o que nos une. Isto significa que a precariedade nos obriga a examinar nossas conexões, nossos métodos e significados para a coexistência. (Stanescu, 2012)

A violência é um fenômeno sério e complexo no qual os seres humanos não são as únicas vítimas, eles fazem parte de coletivos multiespécies precários (no sentido butleriano) e vulneráveis.

Ecologia de violências nas periferias urbanas em tempos de emergências de saúde

A - Capitalismo urbano

A violência sofrida nas periferias urbanas faz parte da própria composição das cidades. Nelas, a violência é utilizada para estabelecer modelos urbanos que atendem aos interesses do mercado, especialmente os do setor imobiliário. Para satisfazer tais interesses, a terra é cedida através do despejo e deslocamento de populações locais, já marginalizadas por outros marcadores sociais. Assim, são expulsas das áreas onde se concentram empregos, ofertas culturais e moradias de qualidade (Rolnik, 2001; Rolnik; Klink, 2011). Embora às vezes exista sobreposição parcial entre os interesses do mercado e a qualidade de vida experimentada em algumas áreas das cidades, quando as políticas sociais não estão em vigor, a habitação se torna um ativo financeiro a ser utilizado para fins lucrativos, não para a sustentabilidade das cidades e o provimento de bem viver (Rolnik, 2013). Como produto desta lógica, as periferias urbanas acabam situadas em terrenos instáveis, propensos a enchentes e onde não existem salvaguardas de propriedade habitacional (Rolnik, 2001). É nessas periferias, com suas dinâmicas econômicas (Motta, 2014) que, durante epidemias de doenças infecciosas

como a Covid-19, encontramos os maiores aglomerados de infecção.

As condições habitacionais exacerbam o impacto das doenças infecciosas na saúde de quem moram nas periferias. Densidade populacional, saneamento básico insuficiente e ambientes internos insalubres são agravados pela exploração de mão-de-obra, a insegurança alimentar e, em muitas ocasiões, as viagens longas em transportes superlotados que conectam áreas residenciais e de trabalho. Como resultado, o estresse, a maior exposição a pessoas infectadas e as comorbidades predis põem a aquisição e transmissão de infecções, com manifestações mais severas e letais.

À violência do modelo de mercado imobiliário mencionado soma-se a privatização da saúde (Scheffer; Scheffer, 2015) e o subfinanciamento de políticas sociais (INESC, 2021). Em tal cenário, quando as lojas não podem abrir e são introduzidas restrições para evitar a aglomeração e a mobilidade das pessoas para reduzir a transmissão de patógenos, o desemprego cresce e acentua o emprego informal. Diante da necessidade de escolher entre pagar aluguel ou comprar alimentos, o imperativo de alimentar-se leva as famílias a viverem em casas ainda mais precárias, se não na rua. Foi assim que na pandemia de Covid-19 a ocupação do Buracanã veio a ser uma favela dentro de outra favela, o Jardim São Remo (Amorim *et al.*, 2021).

B - Deslocamento forçado e ocupações

Em plena emergência sanitária, começaram a se erguer as centenas de barracos do Buracanã, uma ocupação realizada em terreno íngreme com vastas quantidades de entulho. Os barracos foram construídos com vários tipos de materiais, sendo comum o uso de lonas como paredes e telhados. Muitas pessoas, no entanto, ficaram sem telhado por meses (Figura 1), tendo que usar sacolas plásticas para se protegerem e proteger seus companheiros animais da chuva. Apesar de os barracos terem sido construídos em sua maioria nos dois primeiros meses após iniciada a ocupação, a substituição de lonas por telhas foi mais demorada (Figura 2).

Materiais, ferramentas, tempo e alimentos foram mais difíceis de adquirir durante um período de aumento do desemprego, restrições de mobilidade e inflação

elevada. Tais circunstâncias explicam a lentidão da construção e a necessidade de passar noites sem eletricidade, água e sob a intempérie, ao longo de vários meses. Sem refrigeração ou qualquer estrutura de armazenamento adequada, não há possibilidade de armazenar alimentos perecíveis ou evitar que animais sinantrópicos contaminem os alimentos.

O uso do banheiro em um estacionamento próximo, ou dos banheiros dos vizinhos em outras partes da favela, aumenta o contato físico em espaços comunitários mal ventilados. A construção de fossas no interior dos barracos – pequenos, com piso sujo e pouca ventilação – é uma alternativa que, embora reduza o uso de banheiros comunitários, acarreta outros riscos de infecção. Além disso, o risco e a gravidade dos incêndios são maiores nesses locais, onde as velas têm que ser usadas para iluminação e os cilindros de gás são mantidos em locais inadequados; ocorrem enchentes e os insetos proliferam nas poças de água; e, como a área era anteriormente um depósito de entulho, tem alta proliferação de escorpiões. Assim, uma emergência sanitária precipita outras devido à ecologia de violências que prejudica a subsistência das pessoas.

A ocupação irregular de terrenos transfere a violência que a desencadeia aos coletivos já presentes nesses terrenos. A ocupação irregular ocorre em prédios ociosos, terrenos baldios e áreas de proteção ambiental (Alvim; Kato; Rosin, 2015; Maricato, 2019; Mesquita; Silvestre; Steinke, 2017; Rolnik, 2001). Neste último caso, especialmente, os ecossistemas locais são perturbados quando os coletivos multiespécies ocupantes – compostos por humanos, animais de estimação e os animais sinantrópicos atraídos pelos assentamentos humanos – forçam a migração de diferentes espécies já presentes. Tal processo envolve desmatamento, aumenta a morbidade e a mortalidade e, portanto, o sofrimento de plantas e animais. A ocupação de Buracanã, apesar de não estar em área de proteção ambiental, mostra, como se afirma no discurso coletivo mencionado, que os conflitos multiespécies ocorrem em áreas urbanizadas, mobilizando violência e empatia em relação outros vivos (Amorim *et al.*, 2021):

A gente tem que se manter forte por amor àquelas pessoas da ocupação, por amor aos animais que já estão lá dentro. Precisamos de uma armadilha porque tem

muito [...] animal. Como os gambás que acabam sendo perigosos e depois morrem [...] tentando defender uma cria ou porque a gente invade o espaço deles. A gente entende totalmente eles e não queremos matá-los. A gente quer capturar eles e soltá-los lá onde tem mato.

As migrações forçadas desdobram a problemática em outros tempos e lugares. Isto inclui danos a corpos de água devido à ocupação próxima. Em um cenário onde os serviços de saneamento básico são privatizados e sua prestação é orientada pelo lucro em vez de atender às necessidades básicas, as desigualdades no acesso a esses serviços pioram e levam à destruição e poluição de nascentes, bacias hidrográficas e reservatórios que abastecem as cidades, intensificando assim o impacto das emergências de saúde (Sousa, 2020).

A ocupação de áreas de proteção ambiental é negligenciada, especialmente em comparação com a atenção dada à ocupação de edifícios e terrenos ociosos em áreas mais centrais da cidade, de alto interesse para mercado imobiliário (Maricato, 2019). Durante a pandemia de Covid-19, a epidemia de pessoas sem moradia e a consequente ocupação de propriedades privadas desencadeou também uma resposta epidêmica na forma de ameaças de reintegração de posse (ONU, 2020; UN, 2020) e de violência policial (Chade, 2022), principalmente em lugares cobiçados pelo mercado imobiliário.

C - Situação de rua

A multiplicidade de violências que leva à formação de ocupações irregulares e à expulsão destas reduz drasticamente as opções de subsistência. Aqueles que vivem nas ruas têm que enfrentar emergências de saúde em condições de extrema adversidade e até mesmo a “ajuda” disponível está imbuída em vetores de violência. É o caso dos abrigos para moradores em situação de rua, em estado avançado de insalubridade, fechados ao acolhimento de animais que acompanham aos humanos e insuficientes para atender a demanda de moradia provisória. Durante a pandemia da Covid-19, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo relatou a existência de abrigos com: banheiros fora de serviço, banheiros entupidos, chuveiros



Figura 1. Buracanã, ocupação no Jardim São Remo durante a pandemia de Covid-19

Fonte: arquivo pessoal.

ausentes, pias sem torneiras; colchões com percevejos e excrementos de pombos; e galpões superlotados onde as pessoas e pombos convivem e se alimentam (SP2, 2022). Um claro exemplo de violência estrutural se considerado ainda que a prefeitura deixou de usar 30% do orçamento previsto para assistência e programas sociais (SP2, 2022). O “acolhimento” nesses abrigos é restrito e exclui animais outros-que-humanos, situação que gera impacto considerável, dado que na situação de rua, os laços afetivos entre os humanos e seus companheiros animais dão suporte e cuidado



Figura 2. Avanço da ocupação da Buracanã durante a pandemia de Covid-19

Fonte: mosaico elaborado pelos autores usando imagens do Google Earth (os polígonos amarelos delimitando a área ocupadas e as datas foram acrescentados pelos autores). Note-se como as lonas coloridas foram progressivamente substituídas por telhados.

mútuos. Os abrigos brasileiros, salvo raras exceções (Okumura, 2022), proíbem o acesso desses animais. Na impossibilidade de permanecer com eles, a solidariedade multiespécie faz com que muitas pessoas prefiram continuar na rua (Singer; Hart; Zasloff, 1995).

D - Encarceramento

Uma busca simples na internet, usando o termo “prisão são remo”, mostra que a São Remo é atravessada por operações policiais e prisões, inclusive sem provas, como aconteceu no conhecido caso de Ytalo Gabriel Carvalho e Arlailson da Silva. As favelas são um alvo do complexo industrial-prisional, uma fonte de geração e

concentração de lucro que se vale da oferta de bens e serviços carcerários, entre eles os produzidos por mão de obra encarcerada. Como manter e fazer crescer a população encarcerada é lucrativo para alguns, as evidências de inefetividade das prisões como mecanismo de ressocialização e redução do crime passam a um segundo plano, da mesma forma que a construção de alternativas pautadas pelo combate à violência sistemática que marginaliza e provoca respostas criminosas (Davis, 2003; Godoi; Mallart; Motta, 2023).

O crime que nas emergências de saúde aparece para alguns como alternativa frente à marginalização, como espaço para obter o que lhes é negado e responder à violência com violência, torna-se uma justificativa conveniente para encarcerar e alimentar o complexo industrial-prisional, em nome da segurança pública. Decerto, a incursão no crime não é motivada unicamente pela fome e a precariedade extremas, basta pensar nos crimes cometidos por detentores de grandes capitais. Por outro lado, o crime não é invariavelmente a única alternativa para lidar com a escassez, e quando está associado a contextos vulneráveis, não é necessariamente cometido por pessoas impelidas pela precariedade. Entretanto, o desespero que as emergências de saúde trazem para os mais vulneráveis pode levá-los a cometer atos criminosos, um problema que deve ser respondido por políticas de inclusão e pela oferta de condições dignas de moradia, não por violência policial e perseguição de sujeitos periféricos.

Embora os roubos e crimes contra a propriedade tenham diminuído de forma geral durante a pandemia, os roubos de alimentos e os homicídios pela polícia aumentaram (Adaylton *et al.*, 2022; FSP, 2020). Durante o primeiro ano da pandemia, o número de homicídios resultantes de intervenções policiais no Brasil foi o maior já registrado e, como de costume, os jovens negros foram as principais vítimas (Bueno; Marques; Pacheco, 2021). Assim, o maior sofrimento para muitos durante a pandemia de Covid-19 não foi causado pela doença viral e sim pelo desaparecimento, assassinato ou encarceramento de entes queridos.

Assim, a prisão se configura como mais um destino para esses sujeitos periféricos durante as emergências de saúde. As ecologias carcerárias refletem o desejo de

construir espaços desprovidos de vida, exceto as de humanos minuciosamente vigiados e controlados. Entretanto, não são ecologias puramente humanas, elas incluem microbiomas e, por vezes, animais sinantrópicos e plantas que brotam nas frestas. Enquanto o afastamento de prisioneiros de animais outros-que-humanos e plantas é parte da punição, jardins e animais de companhia oferecem possibilidades limitadas de cuidado e socialização em ecologias carcerárias.

Os agentes patogênicos estão entre as formas de vida que atravessam as barreiras porosas das prisões, onde a superlotação, a má ventilação e o acesso à água de qualidade contribuem à mortalidade por doenças infecciosas (Godoi; Mallart; Motta, 2023; Sánchez *et al.*, 2020). Medidas de controle, como a proibição de visitas e a interrupção de atividades em grupo, ignoram as causas estruturais do encarceramento e servem apenas para impedir a transmissão para fora das prisões à custa da saúde psicológica das pessoas detentas (Sánchez *et al.*, 2020). Embora essas medidas ajudem a mitigar a transmissão de doenças, sem melhorar as condições de saúde das prisões e, sobretudo, sem abordar a violência estrutural que impulsiona o crime e o encarceramento, elas estão longe de ser uma estratégia efetiva.

E - Famílias e ambientes domiciliares

A violência no contexto doméstico e domiciliar geralmente é compreendida e mediatizada sob a forma de agressões de um membro da família contra outro, mas nem sempre considerando sua dimensão estrutural. Essas agressões, físicas e psicológicas, presumivelmente também se tornaram epidêmicas durante o *lockdown* da Covid-19 devido ao maior confinamento domiciliar (Dulius; Sudbrack; Silveira, 2021).

A privacidade domiciliar e as ameaças dos perpetradores dificultam a detecção de casos de violência doméstica. A busca de acolhimento e a denúncia de agressões são inibidas pelo medo das consequências tanto para quem cogita buscar ajuda como para outras vítimas ou potenciais vítimas no domicílio. Além disso, a proibição de animais nos abrigos é uma barreira adicional. Como o medo do que pode acontecer com seus companheiros pode dissuadir as vítimas de procurar ajuda, o vínculo entre

os seres humanos e seus companheiros animais funciona como uma forma de coerção (Cleary *et al.*, 2021; Faver; Strand, 2003; Updhy, 2013).

O discurso coletivo sobre as experiências da pandemia na favela de São Remo oferece evidências de como este vínculo foi uma fonte de apoio emocional (Amorim *et al.*, 2021):

[O] convívio com os animais tornou-se essencial no enfrentamento do vírus, principalmente pela vantagem [...] que eles são uns bichos companheiros, dóceis, [...] que estão nas horas de felicidade, de tristeza, de alegria e nas horas boas. Por isso, temos que acolhê-los, dar-lhes mais atenção, uma vez que é recíproco o que eles fazem conosco.

A violência desencadeada pelo estresse causado pela marginalização e potencializada pelo isolamento e pelo desemprego trazidos pela pandemia é também referida no discurso coletivo (Amorim *et al.*, 2021):

Com o isolamento, as pessoas acabam ficando mais estressadas, judiam dos animais e dos seres humanos. Descontam o fato de não poder estar saindo, [...] por ser mandado embora no emprego, descontam nos animais, nas pessoas em casa, isso está acontecendo muito, entendeu?

Note-se a expressão “mais estressadas”, sugestiva de um “estresse basal”, ou em outras palavras, dos efeitos da violência estrutural operada por dispositivos marginalizantes. Assim, a compreensão da violência doméstica como causada exclusivamente por problemas familiares e disfunções psicológicas ignora o papel da reprodução social na estruturação das famílias e da violência que ocorre dentro e através delas.

Conclusão

A ecologia de violências é um emaranhado de discursos, instituições, corpos, artefatos e fluxos material-semióticos no qual dispositivos marginalizantes estabelecem periferias simbólicas e geográficas, vitimizando no processo a coletivos multiespécies heterogêneos. As modalidades de violência, interdependentes, estruturadas e estruturantes, têm efeitos patológicos em coletivos multiespécies. Uma indagação delas é uma

exploração ecológica. Neste texto argumentamos que a violência é um conceito em disputa, cuja definição pode legitimar o dano infligido em alguns viventes.

As emergências de saúde são intensificadas e aprofundam a ecologia de violências, afetando mais alguns coletivos multiespécies do que outros. No agronegócio, onde trabalhadores outros-que-humanos (animais de produção) e humanos são violentados, há emergência de patógenos e oportunidades de transbordamento zoonótico. Essas emergências zoonóticas também acontecem em ecossistemas invadidos violentamente pelo agronegócio, o extrativismo e a urbanização. Os centros financeiros que em parte estruturam essas redes de violência, estruturam também redes de espalhamento epidêmico. Um dos receptores e amplificadores de violências e doenças nessas redes são as periferias urbanas.

A Covid-19 espalhada globalmente pelas redes de capital atingiu e exacerbou a marginalização das favelas brasileiras. Para ilustrar a materialidade da ecologia de violências nas periferias urbanas, utilizamos alguns dos nossos trabalhos sobre vivências em uma favela da cidade de São Paulo. Com isso, pretendemos dar mais visibilidade à imbricação que frustra tentativas de prevenção e proteção de emergências de saúde. Imbricação entre dispositivos marginalizantes, modalidades de violência e emergências de saúde, materializada em coletivos multiespécies.

Uma das ações de promoção da saúde multiespécie é precisamente a desconstrução de dispositivos marginalizantes (Baquero; Benavidez Fernández; Acero Aguilar, 2021). Ao reconhecer a ecologia de violências como inerente a eles, e, sabendo dos investimentos de legitimação e ocultamento que buscam preservar margens iníquas, reforça-se o papel da injustiça como fundamento da violência e percebe-se melhor a configuração ecológica desses dispositivos. Assim, ações de promoção da saúde multiespécie são uma forma de enfrentamento da violência e das emergências de saúde, haja vista sua oposição à marginalização que reproduz situações epidemiológicas periféricas.

Bibliografia

ADAYLTON, F. *et al.* Defensorias veem aumentar casos de furto de comida na pandemia. *Folha de São Paulo*, 2022.

ALMEIDA FILHO, N. *O que é saúde?* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

ALVIM, A. T. B.; KATO, V. R. C.; ROSIN, J. R. de G. A urgência das águas: intervenções urbanas em áreas de mananciais. *Cadernos Metrópole*, v. 17, n. 33, p. 83-107, maio 2015.

AMORIM, J. F. *et al.* *Vivências da pandemia na São Remo: um discurso coletivo*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados - Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://zenodo.org/record/5211531>>.

ARAUJO, C. As marcas da violência na constituição da identidade de jovens da periferia. *Educação e Pesquisa*, v. 27, n. 1, p. 141-160, 2001.

BAQUERO, O. S. One Health of Peripheries: Biopolitics, Social Determination, and Field of Praxis. *Frontiers in Public Health*, v. 9, p. 1-12, 2021a.

BAQUERO, O. S. Animais de companhia. In: SILVA, E. S.; PEÇANHA, É.; GONÇALVES, D. M. (Eds.). *Censo vizinhança USP: características domiciliares e socioculturais do Jardim São Remo e Sem Terra*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2021b.

BAQUERO, O. S. Animais de companhia. In: SILVA, E. S.; PEÇANHA, É.; GONÇALVES, D. M. (Eds.). *Censo vizinhança USP: características domiciliares e socioculturais do Jardim Keralux e da Vila Guaraciaba*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2021c.

BAQUERO, O. S. Ambiente e animais sinantrópicos. In: SILVA, E. S.; PEÇANHA, É.; GONÇALVES, D. M. (Eds.). *Censo vizinhança USP: características domiciliares e socioculturais do Jardim São Remo e Sem Terra*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2021d.

BAQUERO, O. S. Ambiente e animais sinantrópicos. In: SILVA, E. S.; PEÇANHA, É.; GONÇALVES, D. M. (Eds.). *Censo vizinhança USP: características domiciliares e socioculturais do Jardim Keralux e da Vila Guaraciaba*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2021e.

BAQUERO, O. S. Cultivo de plantas no domicílio. In: SILVA, E. S.; PEÇANHA, É.; GONÇALVES, D. M. (Eds.). *Censo vizinhança USP: características domiciliares e socioculturais do Jardim São Remo e Sem Terra*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2021f.

BAQUERO, O. S. Cultivo de plantas no domicílio. In: SILVA, E. S.; PEÇANHA, É.; GONÇALVES, D. M. (Eds.). *Censo vizinhança USP: características domiciliares e socioculturais do Jardim Keralux e da Vila Guaraciaba*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2021g.

BAQUERO, O. S.; BENAVIDEZ FERNÁNDEZ, M. N.; ACERO AGUILAR, M. From

Modern Planetary Health to Decolonial Promotion of One Health of Peripheries. *Frontiers in Public Health*, v. 9, p. 1-11, 2021.

BARDOSH, K.; LEACH, M.; WILKINSON, A. The Limits of Rapid Response: Ebola and structural violence in West Africa. In: BARDOSH, K. (Ed.). *One Health*. London: Routledge, 2016. p. 260.

BUENO, S.; MARQUES, D.; PACHECO, D. *As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020: Anuário brasileiro de segurança pública*. [s.l.] Forum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

BUTLER, J. *A força da não violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CHADE, Jamil. 2022. ONU Denuncia ‘alta Exponencial’ de Violência Policial Durante Covid No País. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/02/14/onu-cobra-do-brasil-respostas-de-combate-a-violencia-policial-no-pais.htm>.

CHAN, S.; HARRIS, J. Human animals and nonhuman persons. In: *The Oxford Handbook of Animal Ethics*. New York: Oxford University Press, 2011.

CLEARY, M. *et al.* Animal abuse in the context of adult intimate partner violence: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, v. 61, p. 101676, 1 nov. 2021.

COHN, S.; KUTALEK, R. Historical Parallels, Ebola Virus Disease and Cholera: Understanding Community Distrust and Social Violence with Epidemics. *PLoS Currents*, v. 8, n. OUTBREAKS, 2016.

DAVIS, A. *Are prisons obsolete?* New York: Seven Stories Press, 2003.

DULIUS, G. T.; SUDBRACK, A. W.; SILVEIRA, L. M. de O. B. Aumento da violência intrafamiliar e os fatores associados durante a pandemia de COVID-19: revisão integrativa de literatura. *Saúde em Redes*, v. 7, n. 1, p. 10, 2021.

DUSSEL, E. Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures). *Boundary 2*, v. 20, n. 3, p. 65, 1993.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FARMER, P. An Anthropology of Structural Violence. *Current Anthropology*, v. 45, n. 3, p. 305-325, jun. 2004.

FAVER, C. A.; STRAND, E. B. To Leave or to Stay? *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 12, p. 1367-1377, 2 dez. 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. Letalidade policial bate recorde, e homicídios sobem durante a pandemia em SP. *Folha De São Paulo*, 2020.

GATES, B. Innovation for Pandemics. *The New England Journal of Medicine*, v. 378, n. 22, p. 2057-2060, 31 May 2018.

- GILBERT, S. F.; SAPP, J.; TAUBER, A. I. A Symbiotic View of Life: We Have Never Been Individuals. *The Quarterly Review of Biology*, v. 87, n. 4, p. 325-341, dez. 2012.
- GODOI, R.; MALLART, F.; MOTTA, E. (Eds.). *A pandemia nas prisões do Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- HARAWAY, D. *Staying with the trouble*. Making kin in the Chtulucene. Durham and London: Duke University Press, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Agglomerados subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *A conta do desmonte: balanço do orçamento geral da união 2021*. Brasília: INESC, 2021.
- KRUG, E. G. *et al.* The world report on violence and health. *Lancet*, v. 360, n. 9339, p. 1083-1088, 5 out. 2002.
- LAM, T. T.-Y. *et al.* Identifying SARS-CoV-2-related coronaviruses in Malayan pangolins. *Nature*, v. 583, n. 7815, p. 282-285, jul. 2020.
- LEE, B. Causes and cures VIII: Environmental violence. *Aggression and Violent Behavior*, v. 30, p. 105-109, 1 set. 2016.
- LEE, B. *Violence: An Interdisciplinary Approach to Causes, Consequences, and Cures*. Oxford: John Wiley & Sons, 2019.
- MALFRÁN, Y. I. M.; BAQUERO, O. S. Problematisando as alteridades para uma compreensão feminista e decolonial da Saúde Única em Periferias. *Saúde e Sociedade*, v. 32, p. e220301pt, 31 jul. 2023.
- MARICATO, E. *Erminia Maricato: aos sem-teto, a lei*. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/erminia-maricato-aos-sem-teto-a-lei/>>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- MARQUES, L. *O decênio decisivo*. Propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.
- MESQUITA, F. N.; SILVESTRE, K. S.; STEINKE, V. A. Urbanização e degradação ambiental: Análise da ocupação irregular em áreas de proteção permanente na região administrativa de Vicente Pires, DF, utilizando imagens aéreas do ano de 2016. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 10, n. 3, p. 722-734, 11 maio 2017.
- MOTTA, E. Houses and economy in the favela. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, p. 118-158, jun. 2014.
- NGUYEN, V.-K. An Epidemic of Suspicion: Ebola and Violence in the DRC. *New England Journal of Medicine*, v. 380, n. 14, p. 1298-1299, 4 abr. 2019.

- O'BRIEN, M.; TOLOSA, M. X. The effect of the 2014 West Africa Ebola virus disease epidemic on multi-level violence against women. *International Journal of Human Rights in Healthcare*, v. 9, n. 3, p. 151-160, 2016.
- OKUMURA, R. Abrigo para pets? Cidade gaúcha atrai moradores de rua ao acolher também seus animais. *Estadão*, São Paulo, 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relator da ONU diz que Brasil tem que suspender despejos durante pandemia*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1719591>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- PETTEWAY, R. J. On epidemiology as racial-capitalist (re)colonization and epistemic violence. *Critical Public Health*, v. 0, n. 0, p. 1-8, 3 ago. 2022.
- QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, mar. 2007.
- RAPOSO, O. *et al.* *Negro drama*. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. <http://journals.openedition.org/rccs>, n. 119, p. 5-28, 1 set. 2019.
- RICHARDSON, E. *Epidemic Illusions: on the coloniality of global public health*. Cambridge: The MIT Press, 2020.
- RODRIGUES, C. Utopias atualizadas. In: *A força da não violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- ROLNIK, R. Territorial exclusion and violence: the case of the state of São Paulo, Brazil. *Geoforum*, v. 32, n. 4, p. 471-482, 1 nov. 2001.
- ROLNIK, R. Late Neoliberalism: The Financialization of Homeownership and Housing Rights. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 3, p. 1058-1066, 1 maio 2013.
- ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos Estudos CEBRAP*, n. 89, p. 89-109, mar. 2011.
- SÁNCHEZ, A. *et al.* Covid-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, p. e00083520, 8 maio 2020.
- SCHEFFER, C. M.; SCHEFFER, M. O capital estrangeiro e a privatização do sistema de saúde brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 31, n. 4, p. 663-666, 2015.
- SILVA, E. S.; PEÇANHA, É.; GONÇALVES, D. M. *Censo vizinhança USP: características domiciliares e socioculturais do Jardim São Remo e Sem Terra*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2021.
- SINGER, R. S.; HART, L. A.; ZASLOFF, R. L. Dilemmas associated with rehousing homeless people who have companion animals. *Psychological Reports*, v. 77, n. 3 Pt 1, p. 851-857, 1995.

- SIRLEAF, M. Ebola Does Not Fall from the Sky: Structural Violence & International Responsibility. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, v. 51, n. 2, 1 jan. 2018.
- SOUZA, A. C. A. O que esperar do novo marco do saneamento? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 12, p. e00224020, 18 dez. 2020.
- SP2. *Centros de acolhida a moradores de rua na cidade de SP têm banheiros entupidos e insetos nos lençóis, aponta relatório*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/18/centros-de-acolhida-a-moradores-de-rua-na-cidade-de-sp-tem-banheiros-entupidos-e-insetos-nos-lencois-aponta-relatorio.ghml>>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- SPIVAK, G. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERK, L. (Eds.). *Marxism and the interpretation of culture*. Hampshire: Macmillan Education, 1998.
- STANESCU, J. Species Trouble: Judith Butler, Mourning, and the Precarious Lives of Animals. *Hypatia*, v. 27, n. 3, p. 567-582, ed 2012.
- SWARTZ, D. *Culture and power: the sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: Chicago University Press, 1997.
- UNITED NATIONS. *COVID-19 and the right to adequate housing: impacts and the way forward*. New York: United Nations, 2020.
- UNITED NATIONS. *11 Goal, Sustainable Cities and Communities*. Progress towards the Sustainable Development Goals. New York: United Nations, 2021. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2021/goal-11/#>>. Acesso em: 10 out. 2022.
- UPADHYA, V. Abuse of animals as a method of domestic violence: The need for criminalization. *Emory Law Journal*, v. 23, 2013.
- WALLACE, R. *et al.* COVID-19 and Circuits of Capital. *Monthly Review*, 2020.
- WALLACE, R. G. *et al.* The dawn of Structural One Health: A new science tracking disease emergence along circuits of capital. *Social Science & Medicine*, v. 129, p. 68-77, 1 mar. 2015.
- WERNECK, A.; TEIXEIRA, C. P.; TALONE, V. DA G. An outline of a pragmatic sociology of 'violence'. *Sociologias*, v. 22, p. 286-326, 24 jul. 2020.
- WILKINSON, A.; LEACH, M. Briefing: Ebola-myths, realities, and structural violence. *African Affairs*, v. 114, n. 454, p. 136-148, 1 jan. 2015.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *UN Environment Programme joins alliance to implement One Health approach*. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/18-03-2022-un-environment-programme-joins-alliance-to-implement-one-health-approach>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MARIÁTEGUI ET LE FÉMINISME

Jean-Ganesh Faria Leblanc ¹⁴⁴

Resumé

Parmi les grands mouvements de rénovation historiographique, l'histoire des femmes occupe une place tout à fait singulière par la transversalité que son objet suppose. Cet aspect est largement absent des études consacrées à José Carlos Mariátegui (1894-1930), or il est indispensable de se pencher sur la question du féminisme et du rôle des femmes dans ses écrits si l'on prétend comprendre son œuvre théorique et militante. Cet article revient sur les textes dans lesquels Mariátegui parle du féminisme ou de causes féministes et montre comment l'auteur évolue d'une position traditionaliste conservatrice vers une alliance entre féminisme et révolution.

Mot-clés: José Carlos Mariátegui ; Féminisme ; Révolution ; Marxisme

MARIÁTEGUI E O FEMINISMO

Resumo

Entre os grandes movimentos de renovação historiográfica, a história das mulheres ocupa um lugar singular pela transversalidade que seu objeto supõe. Este aspecto é ausente dos estudos dedicados a José Carlos Mariátegui (1894-1930), porém é indispensável debruçar-se sobre a questão do feminismo e do papel das mulheres nos seus textos quando se propõe entender sua obra política e militante. Este artigo estuda os textos onde Mariátegui escreve sobre o feminismo ou causas feministas e

¹⁴⁴ Jean Ganesh Faria Leblanc é historiador; formado em estudos políticos pelo Institut d'Études Politiques de Lyon com mestrado em história do pensamento político pela École Nationale Supérieure – Lyon Sciences Humaines e doutorado em Estudos Latino-Americanos pela Université de Lyon. É pesquisador-membro do Núcleo Práxis-USP e membro associado do laboratório Langues et Civilisations Étrangères (Université de Lyon). Autor, entre outras obras, de : *Le socialisme indo-américain comme création héroïque: la question de la praxis chez José Carlos Mariátegui* (Université Lyon-2, 2024).

mostra como o autor evolui de uma posição tradicionalista conservadora para uma aliança entre feminismo e revolução.

Palavras-chave: José Carlos Mariátegui; Feminismo; Revolução; Marxismo.

MARIÁTEGUI Y EL FEMINISMO

Resumen

Entre los grandes movimientos de renovación historiográfica, la historia de las mujeres ocupa un lugar singular por la transversalidad que supone su objeto. Este aspecto está ausente de los estudios dedicados a José Carlos Mariátegui (1894-1930), aunque sea indispensable analizar la cuestión del feminismo y del rol de las mujeres si se pretende entender su obra política y militante. El artículo examina los textos en los cuales Mariátegui habla sobre el feminismo o causas feministas y muestra como evoluciona el autor desde una posición tradicionalista conservadora hasta una alianza entre feminismo y revolución.

Palabras-clave: José Carlos Mariátegui; Feminismo; Revolución; Marxismo

MARIÁTEGUI AND FEMINISM

Abstract: Among the important historiographic renovations, women's history has a special place thanks to the transversality its object requires. This aspect has been absent of the studies dedicated to Peruvian Marxist José Carlos Mariátegui (1894-1930), in spite of the fact that it is indispensable to examine it thoroughly if one purports to fully understand the author's theoretical and militant work. The article focuses on the texts in which Mariátegui writes about feminism or feminist issues and shows how the author shifts from a traditionalist and conservative stance to an alliance between Feminism and Revolution.

Key words: José Carlos Mariátegui; Feminism; Revolution; Marxism.

Introduction

Parmi les grands mouvements de rénovation historiographique, l'histoire des femmes occupe une place tout à fait singulière par la transversalité que son objet suppose (Scott, 1988). Cet aspect est largement absent des études consacrées à José Carlos Mariátegui (1894-1930), or il est indispensable de se pencher sur la question du féminisme et du rôle des femmes dans ses écrits si l'on prétend comprendre son œuvre théorique et militante. Interroger ses écrits à l'aune du genre est l'occasion de revenir sur la démarche de Mariátegui comme intellectuel, comme militant et comme dirigeant, en particulier dans son rapport à l'essentialisme.

Les travaux consacrés spécifiquement à la question du féminisme ou des femmes dans l'œuvre de Mariátegui sont assez peu nombreux. Si l'on trouve de nombreuses citations ou références au Péruvien dans des articles abordant le féminisme en Amérique latine, c'est souvent de manière ponctuelle et non centrale dans l'argumentation¹⁴⁵. L'historienne péruvienne Sara Beatriz Guardia (également directrice de la *Cátedra Mariátegui*) est l'autrice de l'ouvrage de référence sur la question : *Mariátegui, una visión de género* (Guardia, 2016). Dans les publications les plus récentes, le travail de Guardia revient régulièrement¹⁴⁶ et sa relative exhaustivité offre une base intéressante. Dans un registre beaucoup plus politique, il convient de noter l'existence d'un petit ouvrage, datant des années 1970, attribué à la militante et universitaire péruvienne Catalina Adriánzen, à l'époque membre du *Partido Comunista del Perú* — *Sendero Luminoso* (Adrianzen et Movimiento Femenino Popular, 1975). La grande qualité de cette brochure repose sur la clarté de l'exposé de la généalogie marxiste du féminisme qu'elle propose, mais aussi sur la diversité des citations de Mariátegui mobilisées, malgré l'approche très rigide du marxisme-léninisme qu'elle propose. Enfin, on trouve deux textes suggestifs et de facture nettement plus académique

145 Voir, par exemple, João Rafael Chió Serra CARVALHO, « O espectro de Mariátegui: história, presente e horizonte », *Germinal: marxismo e educação em debate*, 27 décembre 2021, vol. 13, n° 3, pp. 54-65. Ou encore Iridiani Graciele SEIBERT et Sandra Marli da Rocha RODRIGUES, « Aproximação teórica entre o feminismo camponês e popular e o marxismo latino-americano », in *VIII Simpósio de Geografia agrária*, Curitiba, 2017.

146 Par exemple dans une récente publication au Brésil, où une partie de son ouvrage a été traduite : Sara Beatriz GUARDIA, « Mariátegui, uma visão de gênero », in Deni Alfaro RUBBO et Silvia ADOUE (dir.), *Espectros de Mariátegui na América Latina*, 1^{re} éd., Marília/SP, Lutas Anticapital, 2020, pp. 169-198.

écrits par la Brésilienne Joana das Flores Duarte (Duarte, 2022) et l'historienne argentine Mariela Peller (Peller, 2009). Cette dernière apporte d'ailleurs, comme nous allons le voir, des éléments méthodologiques fructueux pour penser l'œuvre mariáteguienne dans son ensemble.

« Âge de pierre » et conservatisme

Les premiers écrits de Mariátegui, qui relèvent d'une période qu'il nomme lui-même son « âge de pierre », diffèrent sensiblement des textes qu'il publie après son retour d'Europe en 1923. Parmi les nombreuses évolutions que l'on peut noter (y compris formelles), l'appréciation des femmes et du féminisme est indiscutablement l'une des plus notables¹⁴⁷. Si l'on retrouve bien certaines caractéristiques dont la continuité marque également les écrits postérieurs, le ton général est nettement condescendant et reproduit un discours conservateur et traditionaliste.

Pour les lecteurs contemporains, l'aspect le plus saillant de cette posture est sans doute son appréciation du féminisme, dont les luttes pour l'obtention de droits politiques est vive pendant les premières décennies du XX^e siècle (Riot-Sarcey, 2008). Dans un article de 1912 – Mariátegui a 18 ans – sa position est explicite :

De l'évolution féminine, qui obtient chaque jour de nouvelles conquêtes, nous n'aurons pas ici [au Pérou], certainement, l'ambition des femmes d'obtenir le droit de vote, ni la fièvre pour se consacrer aux professions libérales. Les femmes de Lima seront toujours délicieusement inutiles et frivoles. Et par là même elles seront toujours adorables.¹⁴⁸

Aux revendications féministes, Mariátegui oppose une image « désirable » de la féminité qui reprend les poncifs sur la passivité, l'intuition¹⁴⁹, la sensualité,

147 Antonio Melis parle d'un « saut qualitatif évident » qui découle de la rencontre de Mariátegui avec l'Europe en ébullition de l'immédiat après-guerre. Antonio MELIS, « Mariátegui y la crítica de la vida cotidiana », in *Simposio de Nueva York*, Lima, s/e, 1997, page 33.

148 « De la evolución femenina, que cada día conquista mayores triunfos, no tendremos aquí seguramente, el afán de las mujeres por obtener el derecho de votar, ni la fiebre por dedicarse a profesiones liberales. La mujeres limeñas, serán siempre, deliciosamente inútiles y frívolas. Y así también, serán siempre adorables ». José Carlos MARIÁTEGUI, « La semana de Dios », *La Prensa*, 8 avril 1912.

149 Par exemple dans « El destino, las gitanas y la clarividencia de la mujer » José Carlos MARIÁTEGUI, « El destino, las gitanas y la clarividencia de la mujer », *El Tiempo*, 23 février 1917. apud José Carlos MARIÁTEGUI, *Escritos Juveniles. Tomo*

l'inaptitude au travail ou à la réflexion intellectuelle des femmes. L'aversion pour le féminisme prend les traits d'une défense de la frivolité en tant que caractéristique féminine fondamentale :

Nous sommes certains, lectrice, que tu préfères la délicatesse d'une page de Prevost, la variété distrayante d'une revue de mode, l'enchantement du flirt, un roman d'amourettes et un poème idyllique, à n'importe quel sujet aussi profond qu'antipathique du féminisme, qui veut voler aux femmes le charme naturel de leur frivolité et de leur grâce, et les transformer en comptables ou en oratrices de placettes grandiloquentes.¹⁵⁰

Le vote est qualifié de « grossier » et de « prosaïque »¹⁵¹, et le féminisme est l'invention de « femmes laides » :

Je m'imagine toutes les suffragettes comme des nurses hystériques, aux oreilles desquelles aucune voix charitable jamais n'a effeuillé la fleur d'un mot doux.¹⁵²

Pour autant, ces positions tranchées et conservatrices ne représentent pas la majorité des textes de Mariátegui portant sur des femmes ou mettant en scène des femmes. Sara Beatriz Guardia a ainsi recensé, entre 1911 et 1916, 10 articles consacrés à des femmes, 12 entretiens d'artistes féminines, ainsi que la présence de personnages féminins importants dans 17 contes (parus dans la revue *El Turf*) et 2 pièces de théâtre (Guardia, 2016, p. 25). Mariátegui est particulièrement admirateur de

2, Lima, Amauta, 1991, page 135.

150 « Seguros estamos, lectora, de que tú gustas más de la delicadeza de una página de Prevost, de la distractiva variedad de una revista de modas, del encanto del flirt, de una novela de amoríos y de un poema idílico, que de cualquier tópico tan profundo como antipático del feminismo que quiere robar a las mujeres el natural encanto de su frivolidad y de su gracia y tornarlas en austeras tenedoras de libros o en grandilocuas oradoras de plazuela ». José Carlos MARIÁTEGUI, « Contigo lectora », *Mundo Limeño*, 21 juin 1914. *apud* José Carlos MARIÁTEGUI, *Escritos Juveniles. Tomo 2, op. cit.*, page 37.

151 José Carlos MARIÁTEGUI, *Escritos Juveniles. Tomo 2, op. cit.*, page 28.

152 « A todas las sufragistas me las imagino nurses histéricas, a cuyos oídos ninguna voz caritativa deshojó jamás la flor de un requiebro ». José Carlos MARIÁTEGUI, « Las mujeres pacifistas », *La Prensa*, 2 mai 1925. *apud* José Carlos MARIÁTEGUI, *Escritos Juveniles. Tomo 2, op. cit.*, page 241.

danseuses¹⁵³ et de ballerines, comme Tórtola Valencia¹⁵⁴, auxquelles il rend des hommages appuyés.

La correspondance privée de Mariátegui dévoile par ailleurs une relation faite d'attention et de tendresse avec une jeune fille écrivant sous le pseudonyme de « Ruth »¹⁵⁵, ainsi qu'une relation amoureuse avec une jeune ouvrière, Victoria Ferrer, dont naît une fille lorsque Mariátegui est déjà sur le bateau qui le mène en Europe¹⁵⁶.

Au cours de ce premier moment de la vie de Mariátegui, les femmes sont bien présentes, de même que le féminisme, mais sous un mode mineur, ce dernier apparaissant essentiellement au gré des critiques qui lui sont adressées. Les femmes artistes sont louées¹⁵⁷ et commentées, ce qui sera également le cas jusqu'à ses derniers écrits, mais ce sont surtout les femmes « voilées de gazes et de tulles » (Guardia, 2016, p. 28) que Mariátegui admire et valorise, au nom de la beauté, de la sensualité et d'un certain mysticisme.

Comme le note justement Mariela Peller, le voyage que Mariátegui effectue en Europe est l'occasion d'une expérience transformatrice sur les plans politique et artistique, mais également sur un grand nombre d'aspects du quotidien dont il est témoin dans les pays qu'il visite. Les articles qu'il rédige pour le journal *El Tiempo* donnent une idée de cette nouveauté par les descriptions de son environnement, qui dépassent la seule conjoncture politique ou économique pour aborder la mode, les mœurs, les villes, les conditions de travail, etc. Son immersion dans la modernité européenne bouleversée par la guerre constitue donc une occasion unique d'exposition à des rôles sociaux en évolution rapide, notamment certains rôles fortement connotés en termes de genre.

153 Notons que le premier séjour en prison de Mariátegui survient après la représentation nocturne de la danseuse Norka Rouskaya dans le cimetière principal de Lima, le 5 novembre 1917, créant un scandale. Voir Guillermo ROUILLON, *La creación heroica de José Carlos Mariátegui, T. I La Edad de Piedra*, Lima, Arica, 1975, page 194.

154 Mariátegui entretient une relation d'amitié avec la danseuse barcelonaise, comme l'atteste une photographie parue dans *El Turf* et une lettre (Carmen TORTOLA VALENCIA, « Carta de Carmen Tórtola Valencia (19/05/1917) »).

155 De son véritable nom Bertha Molina. Sara Beatriz Guardia recense 32 lettres écrites par Mariátegui entre 1916 et 1920, les réponses de « Ruth » sont en revanche perdues. Sara Beatriz GUARDIA, *José Carlos Mariátegui. Una visión de genero*, op. cit., page 37.

156 Gloria Ferrer naît le 17/11/1919. Voir José Carlos MARIÁTEGUI, « Carta a Victoria Ferrer (24/01/1920) ».

157 C'est en particulier le cas de Juanita Martínez de la Torre, la sœur aînée de Ricardo Martínez de la Torre. Voir José Carlos MARIÁTEGUI, « El premio de pintura. Al margen de un retrato », *La Prensa*, 1 janvier 1915. apud José Carlos MARIÁTEGUI, *Escritos Juveniles. Tomo 3*, Lima, Amauta, 1991, page 307.

Trois articles sont directement consacrés à la question de l'évolution des rôles de genre¹⁵⁸, tous datés de 1920. Le ton est léger, ironique, à la différence des articles de la même période traitant des élections italiennes ou de la politique internationale, et s'apparente plus à une chronique qu'à un article de facture analytique. Les trois textes reproduisent clairement une vision conservatrice du rôle des femmes dans la société. C'est en particulier le cas de « La señora Lloyd George, la justicia y la mujer », rédigé à l'occasion de la nomination de Margaret Lloyd George au poste de juge en 1919¹⁵⁹. Mariátegui y développe une critique largement essentialiste, fondée sur l'idée que « la femme » ne serait pas « juste »¹⁶⁰. S'il prend le soin de noter qu'il n'est pas effrayé par la perspective de la multiplication des femmes juges, il souligne que « cette mode des femmes juges est destinée à se propager dans le monde avec la même facilité que toutes les modes désagréables et que toutes les modes féminines »¹⁶¹. Enfin, il propose une forme singulière de classification selon laquelle « la femme n'est pas née pour être juge », mais peut être avocate ou médecin (quitte à détruire la profession)¹⁶². Contrairement à Mariela Peller, pour qui Mariátegui se borne à décrire les nouveaux rôles de genre (Peller, 2009, p.111), il nous semble clair que le Péruvien est opposé à cette évolution. Il ne laisse aucun doute sur la nature essentialiste de son jugement lorsqu'il écrit qu'il faut que « les femmes restent femmes », ou encore que leur accession à la magistrature ou aux professions libérales signerait la fin de la poésie, dont elles seraient la source d'inspiration¹⁶³.

158 L'expression est de Mariela Peller. Voir Mariela PELLER, « Mujeres, política y emancipación en el pensamiento de José Carlos Mariátegui », *op. cit.*, page 110.

159 Margaret Lloyd George et six autres femmes accèdent simultanément à la magistrature en vertu de l'adoption du *Sex Disqualification (Removal) Act* par la Chambre des Communes en 1919. Voir Mari TAKAYANAGI, *Parliament and Women, c.1900-1945*, Londres, King's College, 2012, page 45.

160 « La señora Lloyd George, la justicia y la mujer » (Rome 30/05/1929 / Lima 03/09/1920), *El Tiempo*, José Carlos MARIÁTEGUI, *Cartas de Italia (CI)*, 3^e éd., Lima, Biblioteca Amauta, 1975, page 181. Il convient pourtant de noter que Mariátegui relativise la justice des hommes également : « Il faut cependant s'interroger : les hommes sont-ils justes ? Il est possible, précisément, que nous donnions une preuve de ce que nous ne le sommes pas quand nous affirmons que les femmes ne l'ont pas été, ne le sont pas et ne le seront jamais... » (« Pero es preciso preguntarse: ¿Acaso los hombres somos justos? Puede ser, precisamente, que demos una prueba de que no lo somos cuando afirmamos que las mujeres no han sido, no lo son, ni lo serán jamás... »). *Ibid.*, p. 184.

161 « Pero esta moda de las mujeres jueces está destinada a propagarse por el mundo con la misma facilidad de todas las modas inconvenientes y de todas las modas femeninas ». « La señora Lloyd George, la justicia y la mujer » *art. cit.*, José Carlos MARIÁTEGUI, *CI*, *op. cit.*, page 182.

162 « La mujer no ha nacido para ser juez ». « La señora Lloyd George, la justicia y la mujer » *art. cit.*, *Ibid.*

163 « La señora Lloyd George, la justicia y la mujer » *art. cit.*, José Carlos MARIÁTEGUI, *CI*, *op. cit.*, page 183.

Mariátegui tourne également en dérision le droit au divorce (qui figure pourtant dans les revendications du Parti Socialiste Italien, dont il est proche), plaçant l'importance de cette question après les « communications avec Mars »¹⁶⁴. Le ton est ouvertement ironique, faisant apparaître un lien de causalité du divorce avec la guerre et la présence des hommes sur le front, les épouses les trahissant à l'arrière. La position de Mariátegui dénote le peu de cas qu'il fait de cette question :

Je suis partisan du divorce, pas tant pour de hautes raisons philosophiques, mais pour une petite raison accessoire. Parce que je note que ses ennemies les plus acharnées sont les femmes. Et, bien sûr, je déduis que s'il ne convient pas aux femmes que le divorce existe, c'est parce que cela convient peut-être aux hommes.¹⁶⁵

Cette considération superficielle s'inscrit cependant dans une réflexion plus générale qui court dans plusieurs articles de la même année, mais également dans les articles précédant son départ du Pérou. L'auteur y déplore un désenchantement de l'idée d'amour éternel¹⁶⁶ au profit d'une conception « positiviste » ou même « scientifique » du mariage en vertu d'intérêts économiques, esthétiques ou sociaux¹⁶⁷. Mariátegui s'oppose à une quantification de la vie et à une perspective utilitariste sans pour autant en proposer une lecture claire à ce moment : « sur le terrain matrimonial comme en tout, une orientation pratique domine aujourd'hui contre laquelle les personnes sentimentales protesteront en masse, et moi avec elles »¹⁶⁸.

Cependant, un moment de bascule est nettement perceptible dans les écrits de Mariátegui en ce qui concerne les femmes et le féminisme. En effet, les articles

164 « El divorcio en Italia » (Florence 30/06/1920 / Lima 10/10/1920), *El Tiempo*, *Ibid.*, p. 185.

165 « Yo soy partidario del divorcio, más que por altas razones filosóficas, por una menuda razón accesoria. Porque noto que sus más encarnizados enemigos son las mujeres. Y, claro, deduzco que si a las mujeres no les conviene que exista el divorcio, es porque a los hombres tal vez nos conviene ». « El divorcio en Italia » (Florence 30/06/1920 / Lima 10/10/1920), *El Tiempo*, *Ibid.*, p. 189.

166 Par exemple dans « El matrimonio y el aviso económico » (Rome 10/1920 / Lima 14/11/1920), *El Tiempo*, *Ibid.*, p. 198.

167 « El matrimonio y el aviso económico » (Rome 10/1920 / Lima 14/11/1920), *El Tiempo*, *Ibid.*, p. 199.

168 « en el terreno matrimonial, como en todo, domina hoy una orientación práctica con la cual protestarán en masa las gentes sentimentales y con ellas yo ». « El matrimonio y el aviso económico » (Rome 10/1920 / Lima 14/11/1920), *El Tiempo*, *Ibid.*, p. 198.

de 1920 sont les dernières occurrences d'une adhésion à ce que Sara Beatriz Guardia nomme des « valeurs bourgeoises, traditionnelles et féodales » (Guardia, 2016, p.29). En revanche, les textes évoquant les artistes (poétesses, peintres, danseuses ou actrices) accordent une relative importance aux femmes dès cette première période¹⁶⁹, tendance qui ne fera que se confirmer dans la suivante.

Féminisme et révolution

Deux articles, publiés en 1924¹⁷⁰, et un document adopté en 1929 par la *Confederación General de los Trabajadores del Perú*¹⁷¹ (CGTP) nouveau-née donnent à voir la perspective révolutionnaire et renouvée de Mariátegui sur le féminisme.

Le trait marquant de ces textes est leur capacité d'articulation entre les revendications féministes et la révolution sociale. En effet, il n'est pas question pour l'auteur d'extraire une dimension – comme le « sexe » (aujourd'hui nous dirions le genre) – de l'analyse globale de la réalité sociale, mais bien de tenter d'en expliquer les ressorts et son articulation avec les autres pans du réel. Mariátegui rappelle ainsi qu'à la base de la vie d'une société se trouvent « l'organisation de la famille, la situation de la femme¹⁷² »¹⁷³. Or, le capitalisme a transformé les conditions historiques de vie des hommes comme des femmes, et en particulier les conditions de travail. Les transformations du mode de production étant synchroniques à celles des conditions de la reproduction¹⁷⁴, c'est toute l'organisation sociale qui se trouve mise

169 Pour une liste exhaustive, voir Sara Beatriz GUARDIA, *José Carlos Mariátegui. Una visión de genero*, op. cit.

170 « La Mujer y la Política » (15/03/1924) paru dans la revue *Variedades*, et « Las reivindicaciones feministas » (19/12/1924), dans la revue *Mundial*. Les deux articles sont compris dans José Carlos MARIÁTEGUI, *Temas de Educación (TE)*, 10^e éd., Lima, Biblioteca Amauta, 1986.

171 Ce document a été en grande partie rédigé par Mariátegui, avec la collaboration active d'Avelino Navarro et d'autres membres du noyau fondateur de la centrale syndicale (voir José Carlos MARIÁTEGUI, *Ideología y Política*, 6^e éd., Lima, Biblioteca Amauta, 1986, page 137.). Le texte cité ici est extrait du volume *Ideología y Política* des œuvres complètes de Mariátegui, mais il est également reproduit dans l'anthologie de Martínez de la Torre (Ricardo MARTÍNEZ DE LA TORRE, *Apuntes para una interpretación marxista de Historia Social del Perú*, vol. III, Lima, Empresa Editora Peruana, 1949).

172 L'usage du pluriel est aujourd'hui la norme. Nous avons cependant opté pour respecter le nombre utilisé par l'auteur dans les citations.

173 « El III Congreso Internacional de la Reforma Sexual » (18/10/1929), *Mundial*, José Carlos MARIÁTEGUI, *TE*, op. cit., page 175.

174 Marx est explicite sur ce point, mais on trouve facilement des exemples chez Engels (Voir Friedrich ENGELS, *La situation de la classe laborieuse en Angleterre*, Gilbert BADIA et Jean FRÉDÉRIC (trad.), Paris, Éditions Sociales, 1960).

en mouvement, et « la femme acquiert, en vertu du travail, une nouvelle notion d'elle-même », opposée à la conception éminemment bourgeoise de la femme au foyer¹⁷⁵. Les évolutions de la « civilisation capitaliste » dépassent ainsi le seul *locus* de la production pour embrasser toute la société, et conférer de nouvelles formes à des hiérarchies plus anciennes. Dans les mots de Mariátegui, « la société ne se divisait pas uniquement en classes, mais aussi en sexes »¹⁷⁶.

Plus précisément, Mariátegui identifie, dans l'écho grandissant des revendications féministes, un effet de la civilisation capitaliste dans la mesure où elle découle des révolutions bourgeoises du XVIII^e siècle. Ainsi, « l'un des événements substantiels du XX^e siècle est l'acquisition par la femme des droits politiques de l'homme »¹⁷⁷, ces derniers datant des avancées libérales qu'ont représentées les Révolutions française et étasunienne, ainsi que la Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen — dont Mariátegui note qu'elle aurait pu s'appeler Déclaration des Droits du Mâle¹⁷⁸. En ce sens, « les revendications victorieuses du féminisme constituent, de fait, l'accomplissement de la dernière étape de la révolution bourgeoise et de l'ultime chapitre de l'idéologie libérale »¹⁷⁹. Penseur attentif aux processus historiques et à leurs contradictions, Mariátegui souligne que l'avènement de la bourgeoisie a privé les femmes d'une parcelle de pouvoir qu'elles pouvaient exercer dans l'Ancien Régime, tout en leur donnant « les moyens d'augmenter [leur] capacité et d'améliorer [leur] condition dans la vie »¹⁸⁰. S'il inscrit le féminisme dans une généalogie libérale et jacobine, le Péruvien articule l'expression du féminisme dans le monde aux conditions matérielles dans lesquelles les femmes vivent à un moment donné : « Le féminisme n'est pas apparu au Pérou artificiellement

175 « La mujer adquiere, en virtud del trabajo, una nueva noción de sí misma ». « Las reivindicaciones feministas », José Carlos MARIÁTEGUI, *TE*, op. cit., page 171.

176 « La sociedad no se dividía únicamente en clases sino en sexos », « La Mujer y la Política », *Ibid.*, p. 162.

177 « Uno de los acontecimientos sustantivos del siglo veinte es la adquisición por la mujer de los derechos políticos del hombre », « La Mujer y la Política », *Ibid.*, p. 159.

178 « La Mujer y la Política », *Ibid.*, p. 162.

179 « las reivindicaciones victoriosas del feminismo constituyen, realmente, el cumplimiento de una última etapa de la revolución burguesa y de un último capítulo del ideario liberal ». « La Mujer y la Política », *Ibid.*

180 « los medios de aumentar su capacidad y mejorar su posición en la vida ». « La Mujer y la Política », *Ibid.*

ou arbitrairement. Il est apparu comme la conséquence des nouvelles formes du travail intellectuel et manuel de la femme »¹⁸¹.

Le capitalisme est donc lié à l'histoire du mouvement féministe, comme à celle du mouvement ouvrier, et la démocratie bourgeoise crée les conditions et les « prémisses morales » propices aux revendications des femmes en termes de droits. Autrement dit, pour Mariátegui, tant l'organisation du travail (productif et reproductif) que le substrat idéologique libéral (les droits individuels, la condition de citoyen(ne) participent aux conditions de possibilité du féminisme. Et cela ne se limite pas aux pays industrialisés d'Europe, puisque le capitalisme est toujours immédiatement mondial. En ce sens, s'il n'est pas possible de fermer les yeux sur les revendications des femmes, il n'est pas plus loisible de séparer les luttes des femmes de la division en classes sociales, et donc de la lutte des classes. Ainsi, écrit-il, « la lutte des classes — fait historique et non assertion théorique — se reflète sur le plan du féminisme », et le mouvement des femmes se divise en tendances (bourgeoise, petite-bourgeoise et prolétaire) où s'alignent revendications de classe et intérêts de classe. Plus loin, Mariátegui précise sa position : « Dans le panorama humain actuel, la classe différencie plus que le sexe »¹⁸².

Le Péruvien insiste sur le fait que le féminisme n'est pas une idée « importée », « étrangère » au Pérou, mais bien une « idée humaine », « caractéristique d'une civilisation, spécifique à une époque »¹⁸³. Le vocabulaire mobilisé n'est pas aussi précis que celui que nous connaissons aujourd'hui pour parler de féminisme, de féminité, de genre, de rapports sociaux, etc. Malgré cela, il est évident, à la lecture, que Mariátegui intègre le féminisme dans la réalité qu'il étudie : « La question féminine est une partie de la question humaine »¹⁸⁴. Les revendications portées par les diverses composantes du mouvement féministe sont ainsi comprises comme l'une des coor-

181 « El feminismo no ha aparecido en el Perú artificial ni arbitrariamente. Ha aparecido como una consecuencia de las nuevas formas del trabajo intelectual y manual de la mujer ». « Las reivindicaciones feministas », *Ibid.*, p. 167.

182 « En el actual panorama humano, la clase diferencia más que el sexo ». « Las reivindicaciones feministas », *Ibid.*, p. 168.

183 « una idea característica de una civilización, peculiar a una época ». « Las reivindicaciones feministas », *Ibid.*, p. 167.

184 « La cuestión femenina es una parte de la cuestión humana ». « Las reivindicaciones feministas », *Ibid.*, p. 172.

données de la conjoncture. Or, la révolution en Russie¹⁸⁵ a rebattu les cartes sur ce terrain également. La thèse de Mariátegui est que ce sont les forces de gauche qui font avancer le féminisme sur l'arène politique (il cite les exemples de la britannique Margarita Bondfield dans le gouvernement travailliste de Ramsay MacDonald, et d'Alexandra Kollontaï comme ambassadrice d'Union Soviétique, ou encore de Silvia Pankhurst qui s'affirmait socialiste¹⁸⁶), mais toujours dans les limites que le caractère de classe de la revendication impose. La radicalité bolchevique et la pression révolutionnaire sur les gouvernements bourgeois serait ainsi le vecteur d'une accession plus ample des femmes aux droits politiques, l'ultime réalisation de la révolution libérale et individualiste s'avérant être le fait et le fruit du mouvement révolutionnaire socialiste¹⁸⁷. Dans cette mesure, Mariátegui cite plusieurs avancées constitutionnelles et légales obtenues par les femmes en URSS : les droits politiques et civiques, les congés maternité, le droit au divorce¹⁸⁸, ou encore la mixité dans les écoles¹⁸⁹. Dans un article de 1924 consacré à Léon Trotsky, il insiste également sur les avancées soviétiques en termes de libération des femmes, d'éducation des enfants et de libération de la maternité¹⁹⁰.

Enfin, Mariátegui fait se recouper révolution et féminisme et critiquant les féministes bourgeoises : « Les féministes de la bourgeoisie acceptent toutes les conséquences de l'ordre établi, sauf celles qui s'opposent à celles des femmes »¹⁹¹. Cette position est contraire, selon lui, à l'essence même du féminisme dans la mesure où

185 Il faut noter que les organisations de gauche non communistes se mobilisent également sur cette question. Voir par exemple les travaux de l'historienne Susan Zimmerman (voir Brigitte STUDER, « Susan Zimmermann, Frauenpolitik und Männergewerkschaft. Internationale Geschlechterpolitik, IGB-Gewerkschafterinnen und die Arbeiter- und Frauenbewegungen der Zwischenkriegszeit: Wien, Löcker Verlag, 2021. 717 p. », *Clio*, 12 août 2022, n° 55). Pour une note synthétique des rapports entre féminisme et socialisme, voir Saliha BOUSSEDRA, « Féminisme », in Jean-Numa DUCANGE, Razmig KEUCHEYAN et Stéphanie ROZA (dir.), *Histoire globale des socialismes, XIXe-XXIe siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 2021, pp. 252-263.

186 « La Mujer y la Política », José Carlos MARIÁTEGUI, *TE, op. cit.*, page 159.

187 « La Mujer y la Política », *Ibid.*, p. 162.

188 « Las instituciones del régimen ruso » (conférence prononcée le 19/10/1923), José Carlos MARIÁTEGUI, *Historia de la Crisis Mundial*, 11^e éd., Lima, Biblioteca Amauta, 1986, pages 149-153.

189 « Lunatcharsky », José Carlos MARIÁTEGUI, *La Escena Contemporánea*, 6^e éd., Lima, Biblioteca Amauta, 1975, page 101.

190 « Trotsky » (19/04/1924), *Variedades*, *Ibid.*, p. 94.

191 « Las feministas de la burguesía aceptan todas las consecuencias del orden vigente, menos las que se oponen a las reivindicaciones de las mujeres ». « Las reivindicaciones feministas », José Carlos MARIÁTEGUI, *TE, op. cit.*, page 169.

celui-ci implique une remise en cause des rôles de genre (Mariátegui s'attaque ainsi à la défense de la « poésie du foyer », qu'il lit comme une défense de la servitude domestique des femmes¹⁹²) qui soutiennent tant l'ordre patriarcal que l'ordre capitaliste¹⁹³. Catalina Adriánzen souligne la limitation intrinsèque, du point de vue marxiste, à la revendication libérale de droits politiques établissant une « égalité formelle »¹⁹⁴, comme le disait déjà Marx dans *Sur la Question Juive* (Marx, 2006) à propos des Droits de l'Homme. Mariátegui se situe clairement dans cette filiation intellectuelle et historique :

Né de la matrice libérale, le féminisme n'a pas pu être mis en pratique pendant le processus capitaliste (*sic*). C'est maintenant, alors que la trajectoire historique de la démocratie touche à sa fin, que la femme acquiert les droits politiques et juridiques du mâle. Et c'est la Révolution russe qui lui a concédé explicitement et catégoriquement l'égalité et la liberté que réclamaient en vain il y a plus d'un siècle Babeuf et les Égaux.¹⁹⁵

Le féminisme est ainsi fondamentalement révolutionnaire, dans la mesure où il remet en cause la structure sociale dans son ensemble (famille, propriété, organisation de l'État). Et en tant que tel il ne se limite donc pas aux femmes, mais s'inscrit dans les luttes politiques et économiques qui structurent le monde social. Dans cette mesure, les hommes sont également appelés à se mobiliser : « Les hommes sensibles aux grandes émotions de l'époque ne doivent et ne peuvent pas se sentir étrangers à ce mouvement »¹⁹⁶.

192 « Las reivindicaciones feministas », *Ibid.*, p. 171.

193 Catalina Adriánzen rappelle que ce lien est déjà présent chez Engels, dans *L'Origine de la Famille, de la propriété privée et de l'État*, lorsqu'il lie oppression des femmes et propriété des moyens de production. Voir Catalina ADRIÁNZEN et MOVIMIENTO FEMENINO POPULAR, *El Marxismo, Mariátegui y el movimiento femenino*, *op. cit.*, page 21.

194 *Ibid.*, p. 18.

195 « Nacido de la matriz liberal, el feminismo no ha podido ser actuado durante el proceso capitalista. Es ahora, cuando la trayectoria histórica de la democracia llega a su fin, que la mujer adquiere los derechos políticos y jurídicos del varón. Y es la revolución rusa la que ha concedido explícita y categóricamente a la mujer la igualdad y la libertad que hace más de un siglo reclamaban en vano de la revolución francesa Babeuf y los igualitarios ». « Las reivindicaciones feministas », José Carlos MARIÁTEGUI, *TE*, *op. cit.*, page 170.

196 « A este movimiento no deben ni pueden sentirse extraños ni indiferentes los hombres sensibles a las grandes emociones de la época ». « Las reivindicaciones feministas », *Ibid.*, p. 172.

C'est d'ailleurs, en substance, cette position qui sert de sous-bassement théorique aux revendications immédiates formulées par la CGTP dans son manifeste de 1929. Le document comprend une section consacrée au « problème de la femme », aux côtés des sections consacrées à la jeunesse, au prolétariat agricole, au prolétariat industriel, aux paysans et aux Indiens. Le document insiste sur l'oppression croissante pesant sur les femmes à mesure qu'elles entrent sur le marché du travail, tant dans les travaux manuels que dans les services, du fait de la faiblesse des salaires qui leur sont versés : « Si la femme avance sur la voie de son émancipation sur le terrain démocratique-bourgeois, ce fait fournit au capitaliste, en revanche, une main-d'œuvre bon marché »¹⁹⁷. Mariátegui et ses camarades font explicitement référence à la concurrence à la baisse sur les salaires des hommes que l'emploi féminin représente, mais ils n'en déduisent pas que les femmes doivent être écartées de l'emploi. Au contraire, ils prônent l'organisation et la lutte collective :

Cette accumulation de « calamités » qui pèse sur la femme exploitée ne peut se résoudre autrement que sur la base de l'organisation immédiate. De la même manière que les syndicats doivent former leurs jeunes cadres, ils doivent créer leurs sections féminines, où seront éduquées nos futures militantes.¹⁹⁸

Logiquement, parmi les revendications listées à la fin du manifeste, on trouve celle d'une réduction du temps de travail hebdomadaire à 40 heures pour les femmes et les jeunes de moins de 18 ans¹⁹⁹. L'inscription de revendications féministes dans un document de la Confédération découle ainsi d'une prise de position assumée chez Mariátegui, au moins depuis 1924, mais aussi d'un contexte international dans lequel les organisations communistes et les institutions soviétiques (avancées pour l'époque) participent à la globalisation des revendications féministes.

197 « Si la mujer avanza en la vía de su emancipación en un terreno democrático-burgués, en cambio este hecho suministra al capitalista mano de obra barata ». CONFEDERACIÓN GENERAL DE TRABAJADORES DEL PERÚ, « Manifiesto de la CGTP a la clase trabajadora del país », in *Ideología y Política*, op. cit., page 144.

198 « Todo este cúmulo de "calamidades" que pesa sobre la mujer explotada, no puede resolverse, sino es a base de la organización inmediata; de la misma manera que los sindicatos tienen que construir sus cuadros juveniles, deben de crear sus secciones femeninas, donde se educarán nuestras futuras militantes ». *Ibid.*, p. 146.

199 *Ibid.*, p. 154.

Conclusion

On observe une transition radicale entre la période jusqu'à 1920 et les textes postérieurs sur la question du féminisme. Passant d'un essentialisme relativement grossier à une analyse beaucoup plus fine de l'exploitation des femmes, Mariátegui revendique l'émancipation humaine, et il les y inclut comme partie intégrante du sujet révolutionnaire. Plus profondément, le changement de position dans son œuvre et dans son action politique s'inscrit dans un cadre plus global d'analyse qui s'enrichit au cours des années. Ce que la focale sur la question du féminisme apporte à l'étude des textes de Mariátegui est justement la révélation du mouvement interne de réflexion et d'étude qui lui est propre. Sans s'arrêter à une suite d'évidences marquées par les préjugés de l'époque, Mariátegui s'arrache à des positions conservatrices pour embrasser le féminisme et en faire un des fronts de la lutte politique et économique de l'émancipation humaine.

À l'inverse, si l'on observe ce que le féminisme fait à l'œuvre de Mariátegui, on constate qu'il est un des jalons d'une démarche anti-essentialiste et matérialiste qui forme le cœur de la pensée du Péruvien sur un autre aspect de sa réflexion : la question de la race, du racisme et de son nécessaire dépassement révolutionnaire. C'est en analysant le racisme et les inégalités de genre à l'aune de la lutte des classes, d'un regard structurel et mondial, que Mariátegui apporte sa pierre à la pensée révolutionnaire latino-américaine qui doit être une « création héroïque ».

Bibliographie

ADRIÁNZEN Catalina et MOVIMIENTO FEMENINO POPULAR, *El Marxismo, Mariátegui y el movimiento femenino*, 2^e éd., Lima, Asencios, 1975.

BOUSSEDRA Saliha, « Féminisme », in Jean-Numa DUCANGE, Razmig KEUCHEYAN et Stéphanie ROZA (dir.), *Histoire globale des socialismes, XIXe-XXIe siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 2021, pp. 252-263.

CARVALHO João Rafael Chió Serra, « O espectro de Mariátegui: história, presente e horizonte », *Germinal: marxismo e educação em debate*, 27 décembre 2021, vol. 13, n° 3, pp. 54-65.

- DUARTE Joana das Flores, « Mariátegui and Latin American Marxist Feminism: A Necessary Revisit », *Latin American Perspectives*, juillet 2022, vol. 49, n° 4, pp. 31-44.
- ENGELS Friedrich, *La situation de la classe laborieuse en Angleterre*, Gilbert BADIA et Jean FRÉDÉRIC (trad.), Paris, Éditions Sociales, 1960.
- GUARDIA Sara Beatriz, *José Carlos Mariátegui. Una visión de género*, 2e éd., Lima, s/e, 2016.
- MARIÁTEGUI José Carlos, « La semana de Dios », *La Prensa*, 8 avril 1912.
- MARIÁTEGUI José Carlos, « Carta a Victoria Ferrer (24/01/1920) ».
- MARIÁTEGUI José Carlos, *Cartas de Itália*, 3e éd., Lima, Biblioteca Amauta, 1975.
- MARIÁTEGUI José Carlos, *La Escena Contemporánea*, 6e éd., Lima, Biblioteca Amauta, 1975.
- MARIÁTEGUI José Carlos, *Temas de Educación*, 10e éd., Lima, Biblioteca Amauta, 1986.
- MARIÁTEGUI José Carlos, *Ideología y Política*, 6e éd., Lima, Biblioteca Amauta, 1986.
- MARIÁTEGUI José Carlos, *Historia de la Crisis Mundial*, 11e éd., Lima, Biblioteca Amauta, 1986.
- MARIÁTEGUI José Carlos, *Escritos Juveniles. Tomo 2*, Lima, Amauta, 1991.
- MARIÁTEGUI José Carlos, *Escritos Juveniles. Tomo 3*, Lima, Amauta, 1991.
- MARTÍNEZ DE LA TORRE Ricardo, *Apuntes para una interpretación marxista de Historia Social del Perú, vol. III*, Lima, Empresa Editora Peruana, 1949.
- MARX Karl, *Sur la Question juive. Présentation et commentaires de Daniel Bensaid*, Paris, La Fabrique Éditions, 2006.
- MELIS Antonio, « Mariátegui y la crítica de la vida cotidiana », in *Simposio de Nueva York*, Lima, s/e, 1997.
- PELLER Mariela, « Mujeres, política y emancipación en el pensamiento de José Carlos Mariátegui », in Silvana FERREYRA, Micaela CUESTA, Silvana FERREYRA, Maria Florencia GRECO, Miguel MAZZEO et Esteban RODRÍGUEZ (dir.), *Vigencia de José Carlos Mariátegui. Ensayos sobre su pensamiento*, Buenos Aires, Dialektik, 2009, pp. 101-119.
- RIOT-SARCEY Michèle, *Histoire du féminisme*, Paris, La Découverte, Repères, 2008.
- ROUILLON Guillermo, *La creación heroica de José Carlos Mariátegui, T. I La Edad de Piedra*, Lima, Arica, 1975.
- SCOTT Joan, « Genre : Une catégorie utile d'analyse historique », *Les Cahiers du GRIF*, Éléni VARIKAS (trad.), 1988, vol. 37, n° 1, pp. 125-153.
- SEIBERT Iridiani Graciele et RODRIGUES Sandra Marli da Rocha, « Aproximação teórica entre o feminismo camponês e popular e o marxismo latino-americano », in *VIII Simpósio de Geografia agrária*, Curitiba, 2017.

STUDER Brigitte, « Susan Zimmermann, Frauenpolitik und Männergewerkschaft. Internationale Geschlechterpolitik, IGB-Gewerkschafterinnen und die Arbeiter- und Frauenbewegungen der Zwischenkriegszeit: Wien, Löcker Verlag, 2021. 717 p. », *Clio*, 12 août 2022, n° 55.

TAKAYANAGI Mari, *Parliament and Women, c.1900-1945*, Londres, King's College, 2012.

TORTOLA VALENCIA Carmen, « Carta de Carmen Tórtola Valencia (19/05/1917) ».

ENSAIOS E DEBATES

JOSÉ CANTÓN NAVARRO, SEMBRADOR Y SIMIENTE: HOMENAJE Y HONRA EN SU CENTENARIO

Lucilo Batlle Reyes²⁰⁰

Resumen

El texto es un homenaje póstumo a José Caridad Cantón Navarro, destacando su trayectoria como intelectual comunista cubano. Aborda sus humildes orígenes en una familia campesina, su temprana incorporación al movimiento comunista a los trece años y su formación como maestro en 1944. Ressalta su actuación como educador, historiador e internacionalista, su participación en la lucha contra la dictadura de Batista y su apoyo a la Revolución Cubana, además de su trabajo en la fundación de instituciones revolucionarias como las Escuelas del Partido y el Instituto de Historia del Movimiento Comunista. El homenaje enfatiza sus valores éticos, su defensa de la unidad de las fuerzas revolucionarias, su compromiso con el legado de José Martí y su sólida formación marxista-leninista, concluyendo que su mayor virtud fue haber sido un comunista ejemplar. Palabras-clave: José Cantón Navarro; Revolución Cubana; Comunismo.

JOSÉ CANTÓN NAVARRO, SEMEADOR E SEMENTE: HOMENAGEM E HONRA EM SEU CENTENÁRIO

Resumo

O texto é uma homenagem póstuma a José Caridad Cantón Navarro, destacando sua trajetória como intelectual comunista cubano. Aborda suas origens humildes em família camponesa, sua precoce incorporação ao movimento comunista aos treze anos e sua

²⁰⁰ Lucilo Battle Reyes es profesor de la Universidad de Ciencias Pedagógicas Enrique Varona y asesor del Ministerio de Educación Superior de Cuba, en las áreas de Historia y Marxismo; historiador y doctor en Filosofía por la Universidad de La Habana. Autor, entre otros libros, de *Blas Roca, continuador de la obra de Baliño y Mella* (Editorial de Ciencias Sociales, 2005). Es miembro del Consejo Crítico Consultivo del Diccionario Marxismo en América [Dicionário Marxismo na América], coordinado por el Núcleo Práxis-USP.

formação como professor em 1944. Ressalta sua atuação como educador, historiador e internacionalista, sua participação na luta contra a ditadura de Batista e no apoio à Revolução Cubana, além de seu trabalho na fundação de instituições revolucionárias como as Escolas do Partido e o Instituto de História do Movimento Comunista. A homenagem enfatiza seus valores éticos, sua defesa da unidade das forças revolucionárias, seu compromisso com o legado de José Martí e sua sólida formação marxista-leninista, concluindo que sua maior virtude foi ter sido um comunista exemplar.

Palavras-chave: José Cantón Navarro; Revolução Cubana; Comunismo;

JOSÉ CANTÓN NAVARRO, SOWER AND SEED: TRIBUTE AND HONOR ON HIS CENTENARY

Abstract

The text is a posthumous tribute to José Caridad Cantón Navarro, highlighting his trajectory as a Cuban communist intellectual. It addresses his humble origins in a peasant family, his early incorporation into the communist movement at the age of thirteen, and his training as a teacher in 1944. It emphasizes his work as an educator, historian, and internationalist, his participation in the struggle against the Batista dictatorship and his support for the Cuban Revolution, as well as his work in founding revolutionary institutions such as the Party Schools and the Institute of History of the Communist Movement. The tribute underscores his ethical values, his defense of the unity of revolutionary forces, his commitment to the legacy of José Martí, and his solid Marxist-Leninist formation, concluding that his greatest virtue was having been an exemplary communist.

Keywords: José Cantón Navarro; Cuban Revolution; Communism.

*

El nombre de José Caridad Cantón Navarro se asocia, silenciosamente, a la epopeya de lucha y resistencia del pueblo cubano por completar su independencia y soberanía y a la realización del sublime ideal socialista de redención humana. Muy joven, adolescente aún, se incorporó al movimiento comunista, cuando a los trece años, ingresa en la Agrupación de Jóvenes del Pueblo, la organización juvenil del Partido de los comunistas cubanos, y desde entonces consagró su vida, sin reparar en esfuerzo y sacrificio, hasta sus últimos momentos, a alcanzar tan nobles propósitos para su patria.

Cantón Navarro nació en el seno de una familia campesina muy humilde, arrendataria de la compañía tabacalera norteamericana Cuban Land and Leaf Tobacco Company, en San Juan y Martínez, Pinar del Río, el 18 de julio de 1925. La escasez y la miseria y el atropello de la compañía yanqui con sus trabajadores, los conoció desde niño. Ello, unido al influjo de una familia que abrazó temprano el ideal socialista, está en la base de la formación de su espíritu de rebeldía contra las injusticias sociales y sus convicciones antimperialistas y socialistas que lo caracterizaron toda su vida.

Cantón Navarro es una figura que debemos exaltar; un hombre cuyo legado, por lo que tiene de lección viva de entereza y entrega a los ideales de la Revolución, de fidelidad al Partido y a Fidel, y de elevadísimos valores, debemos estudiar y conocer por su ejemplo imperecedero para todos. Fue un ejemplo brillante de intelectual comunista. Frente al acoso y la calumnia por la orientación de su militancia, no se desvió ni se rindió nunca. En él encontramos al hombre de convicciones profundas que mantuvo con firmeza los principios que son su convicción, que razonan su lucha y su existencia misma.

Desde muy joven mostró su apego a la tradición patriótica, profundamente ética, de nuestra cultura nacional: «Patria es humanidad». Cantón Navarro amó profundamente a Cuba y amó profundamente a la humanidad. Por la Patria, llega al mundo. Con su palabra y su ejemplo hizo conciencia de la solidaridad y el internacionalismo como deber y como parte de nuestra propia lucha. Fue un internacionalista proletario.

España, niño aún, fue su primera prueba de amor a la humanidad, a ella tendió su mano generosa en apoyo a su heroica lucha ante la reacción fascista. Después, fiel a la política internacionalista de su Partido, con su palabra, su poesía y su fecundo magisterio, promovió la solidaridad y el apoyo con todas las luchas liberadoras de todos los pueblos. Y no faltó nunca su permanente posición de cariño y solidaridad con la Unión Soviética, por la que estuvo dispuesto a integrar los batallones de voluntarios para defenderla, a riesgo de su vida, ante la artera agresión hitleriana. Más tarde, la proyección internacionalista de la Revolución Cubana encontró en él su firme respaldo y la defensa de sus principios éticos.

Hombre de amplia y variada cultura, en su fructífera vida de intelectual fecundo, fue historiador, periodista, conferencista, poeta y hasta radiotécnico, pero de todas sus ocupaciones fue, sencilla y orgullosamente, Maestro, título que alcanzó en 1944, en medio de grandes carencias económicas, en la Escuela Normal de Pinar del Río. Desde entonces asumió el magisterio como vocación y deber fundador, alimentándolo con nuestras mejores tradiciones pedagógicas emancipatorias. Enseñaba con la palabra y su ejemplo ¡Tan grande era su magisterio!

Enseñar a pensar a los niños y jóvenes por ellos mismos, a expresarse sin temores ni vacilaciones, a ser veraces y honrados, estimular el deseo por el saber y prepararlos para vivir conforme a los reclamos de la patria y de su tiempo, fue siempre una permanente preocupación de su paradigmático magisterio. Creyó en ellos como digno relevo, como tesoro que debemos cuidar. Por ello lo recordamos siempre pendiente de la superación de los más jóvenes y su disposición, sin reparos, a ofrecer su enseñanza, hecha luz, en la palabra precisa y el juicio certero, con su paciente ternura y su profunda sabiduría. Cuentan sus alumnos que en sus clases de Historia sembraba, con sublime emoción, el alma mambisa de la Patria y la admiración y respeto a sus heroicos guerreros fundadores de la patria propia y alimentaba el sentimiento antimperialista, de raíz martiana, que está en la esencia misma de la cultura cubana.

Fue fundador, junto a Raúl Ferrer, en 1945, del Colegio de Maestros de Cuba; desde él sobresalió en la defensa de los principios que animaban a la organización

magisterial frente a las tendencias divisionistas, anticomunistas y mujalistas de los elementos corrompidos del sector y en defensa de una escuela democrática y auténticamente cubana. Y fue también discípulo y maestro de la indagación histórica científica, a la que llega muy temprano, por su apego a la tradición patriótica del magisterio cubano.

Cantón es heredero y continuador de la mejor tradición de historiadores cubanos. La búsqueda de la verdad histórica, sin miramientos ni prejuicios sectarios, fue la brújula de su magisterio investigativo y su reclamo a quienes investigan la historia. Fiel a esos ideales dejó escrita una obra numerosa como historiador, de relevante significación para el fortalecimiento de la cultura histórica de nuestro pueblo, que lo hacen uno de nuestros más lúcidos intelectuales revolucionarios y un combatiente delantero de la lucha ideológica en defensa de nuestra identidad nacional y de la Revolución. En ella nuestro Héroe Nacional ocupa un lugar fundamental; con sólidos juicios, muestra la trascendencia de su vida y obra e infunde la llama emancipatoria de su pensamiento.

Desde muy joven le impresionó el apostolado del José Martí y lo hizo parte esencial de las convicciones que guiaron su vida; no ocultó que «en lo personal, normas éticas como la sencillez, la honradez y la solidaridad, son valores paradigmáticos del legado martiano que he tratado de imitar en lo posible, dada mi pequeñez».

Juntar fue vocación permanente en su larga historia de luchador revolucionario. Conoce, con el Apóstol, y su vocación marxista-leninista, el valor de la unidad, que es propósito firme de su Partido, y trabaja por ella. Tras el golpe traidor de Batista, en San Cristóbal, Pinar del Río, donde se desempeña como Secretario General del Comité Municipal del Partido Socialista Popular, realiza una intensa labor de vertebración de la unidad de acción de la organización comunista con otras fuerzas contra el régimen de facto e impulsa numerosas actividades opositoras «con mucha gente, particularmente jóvenes, procedentes de la ortodoxia, de las filas “auténticas” y con otros sin filiación política determinada» En esto le sirvió de gran ayuda el hecho de ser maestro de muchos de esos jóvenes, con los cuales mantenía excelentes

relaciones humanas y políticas. En esos días de intensa actividad política, escribe su poema Reclamo del centenario, en el que, con el Apóstol, condena el golpe y convoca a la lucha contra el tirano usurpador.

Aquí se incorpora a una célula de la Resistencia Cívica. Junto con los compañeros del 26 de Julio, participa en la intensa labor de proselitismo, que pedía Fidel, para hacer conspirar el mayor número de personas. Después del fracaso de la Huelga de Abril de 1958, a solicitud de los compañeros de la dirección municipal del M-26-7, ingresa en el Comité Municipal del Movimiento. A partir de ese momento cumple, con absoluta fidelidad, las orientaciones de ambas organizaciones. Tuvo un desempeño muy destacado en el apoyo material y espiritual a los frentes guerrilleros de la provincia y en la constitución del Frente Obrero Nacional Unido.

Inmediatamente después del triunfo revolucionario del primero de enero de 1959, en momentos en que al lado de la emoción por la victoria y la apoteosis de las masas, pugnaban confusiones entre los revolucionarios ante el rumbo que tomaría la Revolución y sus enemigos naturales, encabezados por el imperialismo yanqui, estimulaban el anticomunismo y todo tipo de acciones para frustrarla, con su sabiduría política denuncia y esclarece los peligros que amenazan a la naciente Revolución y trabaja por la unidad, en torno a Fidel, sin sectarismos, de las fuerzas revolucionarias que la hicieron posible. En lo adelante no faltó nunca a la Revolución su modesto empeño unitario. Fue así, consecuente con su historia de luchador comunista.

Su impronta quedó en las numerosas tareas que le fueron asignadas: fue fundador de las Escuelas del Partido, de la Revista Cuba Socialista, en su primera época, del Instituto de Historia del Movimiento Comunista y de la Revolución Socialista de Cuba, de las instituciones de estudio y divulgación de la vida y obra de José Martí, y el Centro de Estudios sobre la Juventud. Desde todas ellas hizo una inmensa contribución a los mejores valores de emancipación de la cultura cubana.

Cantón Navarro fue un hombre de suma calidad humana, heredero de la historia de la mejor espiritualidad humanista cubana. Sus valores éticos hay que bus-

carlos en el sentido que le dio a su vida: amar y servir, signos que guiaron su lección de ejemplaridad cotidiana; jamás salió de su comportamiento «obra sin piedad ni limpieza».

En lo humano, fue un cubano típico; hombre de buen humor, de sonrisa permanentemente afable; de exquisita sensibilidad como amigo y compañero; de elevado espíritu como hijo, como hermano, como esposo, como padre y como abuelo.

Se cumplen ahora, este 7 de julio, diecisiete años de su desaparición física. Pero Cantón es de esa clase de hombres que la muerte no puede desaparecerlos. Su obra, sus ideas, sus enseñanzas y su ejemplo lo immortalizan y lo hacen más permanente. En su largo desempeño intelectual revolucionario recibió numerosos reconocimientos y condecoraciones de carácter nacional e internacional, entre ellas, la Réplica del Machete de Máximo Gómez.

De sus altos valores y lo mucho que significó su vida y su obra toda, de servicio cultural, político y social a la Patria y al socialismo, afirmó el compañero Jorge Risquet Valdés en su despedida de duelo "...Si tuviera que escoger una sola palabra para definir la mayor virtud de José Cantón Navarro, esta sería: comunista".

**NEOFASCISMO, FORMA POLÍTICA DO CAPITALISMO EM CRISE:
ANTINACIONALISTA, NEOLIBERAL, RACISTA**

Yuri Martins-Fontes^{201 202}

Resumo

O fascismo é uma forma política do regime capitalista, posta em prática quando as classes dominantes veem ameaçado seu controle sobre o processo político-eleitoral; é assim abandonado o discurso liberalista-formal, com que em tempos de “estabilidade” do capitalismo, adornam de “democrático” seu sistema autoritário. Com o aprofundamento da crise estrutural capitalista – fenômeno que se explicita há décadas, resultando em frequentes crises econômicas, sociais, ambientais –, uma retirada brusca de direitos sociais torna-se crucial para a manutenção dos lucros do capital. Na América Latina, este processo, direta ou indiretamente impulsionado pelos EUA e UE, interrompe cerca de dez anos de governos reformistas. Por outro lado, é importante atentar a uma peculiaridade: ao contrário do que ocorreu no “fascismo clássico”, e em algum grau dá-se ainda no centro do sistema, em periferias do capitalismo nas quais não se desenvolveu uma burguesia nacional, caso das nações latino-americanas, os fascistas (como as classes altas de modo geral) não se identificam com a nação onde habitam, não sendo “nacionalistas” nem mesmo em um restrito sentido elitista. Ademais, o racismo, historicamente relacionado ao fascismo, em nossa América mestiça ganha enorme centralidade.

Palavras-chave: Fascismo; Neoliberalismo; Antinacionalismo; Racismo; Crise estrutural capitalista.

201 Yuri Martins-Fontes L. é ensaísta, professor, escritor e editor da *Práxis Literária*. Bacharel em Filosofia e doutor em História Econômica (USP), com pós-doutorados em Ética e Filosofia Política (FFLCH-USP), e em História, Cultura e Trabalho (PUC-SP). É membro da coordenação-geral do Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da USP e do Laboratório de Economia Política e História Econômica (FFLCH-USP). Autor, entre outros livros, de: *Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui* (Alameda/Fapesp, 2018); e *Cantos dos infernos* (Anita Garibaldi/Práxis Literária, 2025).

202 Versão atualizada de ensaio publicado em 2021.

Resumen

El fascismo es una forma política del régimen capitalista que se pone en práctica cuando las clases dominantes ven amenazado su control sobre el proceso político-electoral; así se abandona el discurso liberalista-formal con el que, en tiempos de «estabilidad» del capitalismo, adornan de «democrático» su sistema autoritario. Con la profundización de la *crisis estructural capitalista* —fenómeno que se ha manifestado durante décadas y que ha dado lugar a frecuentes crisis económicas, sociales y medioambientales—, una retirada brusca de los derechos sociales se vuelve crucial para mantener las ganancias del capital. En América Latina, este proceso, impulsado directa o indirectamente por los Estados Unidos y la Unión Europea, interrumpe unos diez años de gobiernos reformistas. Por otro lado, es importante prestar atención a una peculiaridad: a diferencia de lo que ocurrió en el «fascismo clásico», y en cierta medida sigue ocurriendo en el centro del sistema, en las periferias del capitalismo en las que no se ha desarrollado una burguesía nacional, como es el caso de las naciones latinoamericanas, los fascistas (como las clases altas en general) no se identifican con la nación en la que viven, y no son «nacionalistas» ni siquiera en un sentido elitista restringido. Además, el racismo, históricamente relacionado con el fascismo, adquiere una enorme importancia en nuestra América mestiza.

Palabras clave: Fascismo; Neoliberalismo; Antinacionalismo; Racismo; Crisis estructural capitalista.

Abstract

Fascism is a political form of the capitalist regime, put into practice when the dominant classes see their control over the political-electoral process threatened; the formal-liberalist discourse, with which in times of “stability” of capitalism, they adorn their authoritarian system as “democratic”, is thus abandoned. With the deepening of the structural crisis of capitalism — a phenomenon that has been explicit for decades, resulting in frequent economic, social, environmental crises — a sudden withdrawal of social rights becomes crucial for the maintenance of capital’s profits. In Latin America, this

process, directly or indirectly driven by the US and the EU, interrupts about ten years of reformist governments. On the other side, it is important to pay attention to a peculiarity: contrary to what happened in the “classical fascism”, and in some degree it still happens in the center of the system, in the peripheries of capitalism in which a national bourgeoisie did not develop, as in the Latin American nations, the fascists (as the upper classes in general) do not identify themselves with the nation they inhabit, not being “nationalists” even in a restricted elitist sense. Moreover, racism, historically related to fascism, gains enormous centrality in our miscegenated America.

Keywords: Fascism; Neoliberalism; Antinationalism; Racism; Structural crisis of capitalism.

*

O fascismo é uma forma política do regime capitalista, surgida em sua fase imperialista, posta em prática em tempos nos quais as classes dominantes perdem o controle que de praxe detêm sobre o processo político-eleitoral. Ao perceber em risco seus propósitos de acumulação de capital, os setores mais reacionários das elites, apoiados por significativas parcelas conservadoras das classes médias, abandonam o discurso liberalista-formal com que em tempos de “estabilidade” do capitalismo adornam com tons “democráticos” seu sistema autoritário. Em uma época como a nossa, na qual a crise estrutural do sistema capitalista se evidencia já há décadas, resultando em crises econômicas, sociais e ambientais cada vez mais graves e frequentes (como sobretudo a de 2008 e a de agora), uma retirada mais brutal de direitos sociais torna-se ponto chave para a manutenção dos lucros do capital. Os capitalistas apelam pois ao fascismo.

Peculiaridades do neofascismo na América Latina: racista e antinacional

Na América Latina, o processo de escalada autoritária para retirada de direitos, direta ou indiretamente impulsionado pelos EUA e seus aliados subalternos europeus, interrompe cerca de dez anos de projetos reformistas: de governos que, ainda

que não tenham tido forças para mudanças mais sólidas ou “estruturais”, implementavam políticas públicas social-desenvolvimentistas de extrema urgência (dado o nível explosivo da desigualdade social e miséria).

Por outro lado, é importante aqui atentar a uma peculiaridade: ao contrário do que ocorreu em países do centro do sistema capitalista, em certas nações periféricas, de formação histórica colonizada, caso das latino-americanas, não se formou uma burguesia nacional, com valores e interesses “nacionalistas”, mas somente uma burguesia interna, sempre sócia minoritária do capital estrangeiro – conforme o mostra Caio Prado Júnior (1966). Como consequência, da mesma forma que a elite de modo geral, os fascistas latino-americanos não se identificam com a nação onde habitam, com seu povo – não têm nenhum projeto, empatia ou sentimento “nacionalista”, nem mesmo de cunho conservador, elitista, restrito a privilegiados, como no caso do “fascismo clássico”.

Ademais, o racismo, em nossa América maiormente mestiça, de formação escravista e sem uma burguesia nacional, é um fator que ganha enorme centralidade na composição da ideologia fascista. Como já bem estudado e documentado pela historiografia, o discurso racista é historicamente relacionado ao fascismo para justificar a perseguição e criminalização do outro, a xenofobia, as regalias das classes rentistas – pretensamente pertencentes a uma “raça pura” (“ariana”), que seria “superior” –, como se deu na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini, com suas “leis raciais”. Neste mesmo caminho torto, a elite latino-americana – e a classe média conservadora que nela se espelha almejando status –, sendo uma burguesia que, como colocado, não se reconhece como semelhante a seu povo, desenvolveu um acentuado racismo. Identificando-se com o colonizador europeu, crente de que ela mesma é europeia e “branca” – mesmo nos tantos casos em que é mestiça, como mostra Mariátegui (1980) –, as camadas dominantes se utilizam política e psicologicamente desta ilusão de superioridade.

Em nossas nações, esse racismo – de viés eurocêntrico, exaltando como valor uma suposta “branquitude” – atinge a maior parte das camadas populares (pois que formadas sobretudo por negros, indígenas e mestiços), servindo para que a burguesia

“moralmente” justifique, a si mesma e aos seus, os disparatados privilégios que busca manter à força.

Já no caso da classe média, a este fator peculiar, é muito presente um outro fator “clássico”: o medo de que as classes mais baixas possam com ela disputar espaços e benesses sociais. Este temor, no contexto brasileiro, cresceu exacerbadamente nos últimos anos, disseminando-se como sadismo e ódio (o que por vezes é publicizado, sem receio, por justiceiros em gestos covardes); isto se deve à ascensão social das massas, impulsionada por governos progressistas, o que incomoda certa camada mediana, já que por exemplo não podem mais ter à sua disposição um ou uma serviçal doméstica para lhe limpar as sujeiras íntimas (ao menos não da forma semiescravizada como ocorria, com salários de fome, sem sequer os mais mínimos direitos trabalhistas).

Analisemos então mais de perto as causas socioeconômicas do fascismo que ora ascende.

Crise estrutural capitalista: do neoliberalismo ao neofascismo

Ao final dos anos 1970 e durante os 1980, o neoliberalismo se apresentou como a roupagem nova do velho lobo capitalista em crise, em nome da manutenção da taxa de lucros do capital – que declinava, e segue declinando, pois que se trata de um problema relativo a sua própria lógica interna (MARTINS-FONTES, 2019).

Com a derrota econômico-política da União Soviética na Guerra Fria, no início dos anos 1990, restando os Estados Unidos como única superpotência, esta seria a “década neoliberal” por excelência: o ápice de sua hegemonia. Tal regime, com sua austera violência social, seria assim adotado por mais de década pelos países servis de grande parte da periferia do sistema, como o Brasil ou a Argentina. Estes povos, esgotados por anos da violência crua, “direta”, exercida por sanguinárias ditaduras militares, acabaram por aceitar o “novo regime” – propagandeado intensivamente pela grande mídia antinacionalista, porta-voz dos interesses do “mercado”, como sendo um projeto de “modernização” do país²⁰³.

203 O novo regime foi vendido como “mal-menor”, com ares de *verdade científica* e “progresso” certo por uma gama de poderosos patifes antinacionalistas, sob o manto de “intelectuais” ou “estadistas” – caso do vendilhão de templos Fernando Henrique

Pouco tempo depois, porém, já em fins dos 1990, o cenário começaria a mudar: a população já dava mostras evidentes de descontentamento, espremida em suas condições mínimas de sobrevivência: no campo dilacerado e na caótica cidade da “austeridade” neoliberal. Deste esgotamento humano resultaram crises sociais e econômicas que abalaram a governabilidade reacionária: a crise do México (cujo efeito Tequila contamina a economia global); a quebra do real brasileiro (com impactante desvalorização monetária, inflação e aumento da miséria); por fim, o ponto simbolicamente mais alto – a dissolução das instituições argentinas, que derruba quatro presidentes em sequência, abrindo espaço à ascensão de Néstor Kirchner. O jovem neoliberalismo já estava cansado de velho, o que daria espaço para que, no início do novo século, se erguessem projetos reformistas (Chávez, Lula, Kirchner, Correa, etc) por grande parte da América, bem como em outras regiões do planeta.

Todavia, foi breve o período em que nossos povos respiraram o ar fresco de certa dignidade: já em 2008 estoura uma devastadora (nova) crise econômica mundial – a primeira desde a Quebra de 1929, começada no seio do centro capitalista (o sistema de finanças dos EUA). Não se tratava de uma marola, mas de uma tempestade gestada por décadas: a “crise estrutural do capitalismo”, já prevista analiticamente por Marx um século antes de se agravar em ferida exposta. Uma crise que não é mais cíclica apenas, mas que faz parte da própria “lógica interna” capitalista, e que fora afinal disparada, evidenciada, pela situação instável e socialmente declinante de um sistema cada vez mais automatizado – e que, portanto, precisa de cada vez menos humanos trabalhando para si, o que faz com que os capitalistas tenham, por conseguinte, menos possibilidade de lucros. Uma crise irreversível, ao menos nos padrões deste regime. Resultado: desemprego em massa, exclusão social como fenômeno não mais “cíclico” (periódico, reversível), mas “estrutural”, pois, conforme cresce a incontornável “automação”, dá-se em paralelo a exclusão em massa de trabalhadores do sistema produtivo (o “desemprego estrutural”). Um processo, enfim, que não tem solução dentro desse modelo produtivo exploratório, autoritário, alienante.

Cardoso, ser mutante que ainda em sua *quase-vida* escreveu o próprio epitáfio: “esqueçam o que escrevi”.

Na nossa América social-desenvolvimentista dos anos 2000, que se reerguia após duas décadas socioeconomicamente perdidas (1980 e 1990), os efeitos da crise capitalista tardariam alguns anos para nos afetar; mas por volta do início da segunda década começam a chegar com fúria. Com a depressão da economia e a sociedade novamente em polvorosa, chegam também os golpes conservadores, apoiados por uma inteligência bélica imperial renovada. Esta nova prática de guerra “suave”, diferente daquela que com navios de guerra intimidou a resistência brasileira em 1964, é dita também “guerra híbrida”; vem sendo praticada nos “quintais” do planeta por instituições governamentais dos EUA e UE, e por ricas organizações particulares (com patrocínio destes estados fortes, em nada “mínimos”); e opera mediante: propaganda, patrocínio de milícias para desestabilização de governos²⁰⁴, sanções econômicas e, quando preciso, introdução ou mesmo uso direto de armas.

Após dez anos de trégua, a nova crise desgastou rapidamente o equilíbrio ainda tênue de nossas sociedades, no momento em que se começava a concretizar uma grande parceria estratégica entre as maiores nações semiperiféricas e periféricas do planeta: os BRICS, união geopolítica e comercial formada por Brasil, Rússia, Índia, China e depois África do Sul. Tal agrupamento, nos últimos anos, foi de fato desmobilizado, devido a golpes implementados pelo “Ocidente” nas nações mais frágeis do bloco; mas ainda assim acabou por se consolidar em outro formato, que embora reduzido econômica, cultural e demograficamente, manteve grandemente o poderio geopolítico e bélico: a aliança eurasiática sino-russa que na atualidade enfrenta os interesses da OTAN (a Rússia em armas, a China quase), mediante parceria jamais ocorrida na história.

A reação dos donos do mundo frente à organização dos subalternos chegaria cedo ou tarde, com mais ou menos do costumeiro “discurso democrático” com que

204 Veja-se as “revoluções coloridas” que levaram fascistas ao poder em países como a Ucrânia.

preparam o terreno da opinião pública antes dos ataques mais hediondos. Decerto que no jogo viciado do poder global – até então completamente dominado pelos EUA e seus sócios menores europeus-ocidentais –, não se iria tolerar um novo ator geopolítico com tanto poder, com tanta população, com tantos recursos naturais, com tanta capacidade de difusão de sua perspectiva ideológica e cultural. A aliança imperial do eixo norte-atlântico, que perdura há três quartos de século (desde que os EUA dominam a Europa Ocidental, em 1945), mostraria novamente suas garras, agindo tanto na concretude do poder de destruição direta (física) da OTAN, como também através de ações indiretas socioeconômicas, culturais (mais discretas e com surpreendente efetividade) – sempre impulsionadas pelo caixa aberto do bilionário Grupo dos Sete (G7)²⁰⁵.

A partir deste movimento conservador, vem o aprofundamento da crise latino-americana (mais uma) – que, de econômica, torna-se política e social. A mídia corporativa internacional (representante da banca global que a sustenta), com o apoio de institutos de persuasão estratégicos (“think tanks”), além da prática da perseguição judicial (“lawfare”) e de outros meios da moderna guerra híbrida, passa cotidiana e paulatinamente a degradar os governos reformistas de centro-esquerda, então no poder, difamando-os, emitindo noticiários parciais ou incompletos (nos quais a parte “esquecida” é fundamental, quando não a mais importante). Deste modo, com o artifício da publicidade e da deseducação massiva veiculadas universalmente, com meias-mentiras despejadas a todo momento nos desempregados aparelhos televisores e rádios e redes sociais do país (já abalado pela crise econômica global), o descontentamento popular toma conta das ruas, do sentimento nacional.

A burguesia latino-americana aproveita a oportunidade. Unidos em torno de projetos pessoais e antinacionais, os conspiradores da alta-roda – os grandes industriais e latifundiários, as castas superprivilegiadas dos juízes e parlamentares fisiológicos, os generais entreguistas do alto-comando²⁰⁶ – concluem enfim seus renovados

205 O G7 é controlado pelos EUA e conformado pelas potências nucleares França e Reino Unido, pelo vizinho “apêndice” Canadá, e pelos ricos “submetidos” pós-II Guerra, Itália, Alemanha e o ocidentalizado Japão).

206 O alto-comando militar na América Latina de modo geral se caracteriza por ser antinacionalista, subalterno aos governos

golpes: coloridos de “democráticos”, ou não (veja-se Honduras), mas em todo caso, sempre com explícitos objetivos neoliberais.

Neste processo de reimplementação do neoliberalismo a fórceps, nalguns casos em que a fragilidade eleitoral do conservadorismo nacional o exigiu, necessitou-se apelar para formas políticas mais duras: caso do fascista brasileiro eleito presidente no movimento final do golpe de estado de 2016, elemento semi-incapaz que, se não teve força para impor ao país o fascismo enquanto regime (dada sua dificuldade de planejamento e raciocínio), vem dando espaço aos mais aberrantes e irracionais comportamentos antissociais, às mais sórdidas práticas públicas e políticas.

Novo fascismo neoliberal: globalização e nação diminuída

No caso brasileiro, a classificação do bolsonarismo como fascista tem sido motivo de debates. A professora Marilena Chaui, em recente artigo sobre o novo movimento ultrarreacionário, “Neoliberalismo: a nova face do totalitarismo” (CHAUÍ, 2019), afirma que esta extrema-direita neoliberal não deve ser denominada “fascista”, mas “totalitária”, pois que pratica o enfraquecimento do estado (conforme receita do Consenso de Washington), o entreguismo do patrimônio nacional, e não o “nacionalismo” (como teria se dado no fascismo clássico ítalo-germânico, da primeira metade do século XX). Contudo, nesse quesito – secundário para o cerne de seu artigo –, parece-me que a engajada filósofa e mestra, cuja obra muito aprecio, se equivoca.

É certo que há autoritarismos que não são propriamente “fascistas” – caso da ditadura militar brasileira –, posto que não trabalham com o populismo fundado na irracionalidade, na subjetividade tolhida, mas em seu intuito de controlar das massas utilizam sobretudo a violência objetiva das armas, da força bruta. Entretanto, há no fascismo elementos “universais”, que nos permitem observá-lo em outros contextos, em outras formas que não estritamente aquelas “clássicas”, da Itália e Alemanha na primeira metade do século XX.

dos EUA, entreguista; no caso brasileiro, é “resto de farda” que sobrou após a extirpação ético-ideológica que a ditadura impôs a partir de 1964 nas Forças Armadas, expulsando e assassinando oficiais socialistas, reformistas e até mesmo os *apenas* nacionalistas.

A *forma* fascista da política capitalista surge na *fase imperialista* do capitalismo, sendo usada nos períodos em que a prática *controlada* “eleitoral” – réstia de discurso minimamente “ético” com que se tenta sustentar o termo “democracia liberal” – sai do controle, não mais servindo para os propósitos de lucro do capital.

Como afirma Leandro Konder, em sua *Introdução ao fascismo*, trata-se de um “movimento político de conteúdo social conservador”, sob uma aparência “modernizadora”, com que o sistema enfrenta suas crises sociopolíticas, “servindo-se de mitos irracionais”, bem como de “procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório”, no sentido de implementar seu projeto “antidemocrático” e “antissocialista”. Mas “nem todo movimento reacionário é fascista” – alguns são meramente despóticos (KONDER, 2009).

O fascismo, propriamente dito, nos momentos de crise da “forma” liberal, apela para o *populismo*; vale-se para tanto da *irracionalidade* humana, das frustrações sociais, das repressões sexuais desde cedo impostas à sociedade: a começar pela criança, reprimida de início pela família, depois pela igreja, a educação autoritária, a mídia – sempre no sentido de “domesticá-la”, em um processo que a torna insegura, obediente – como bem expõe o psicólogo marxista Wilhelm Reich, em sua obra *Psicologia de massas do fascismo* (cuja primeira edição é de 1933). A partir dos instintos reprimidos da população em geral, o discurso fascista opera seus *símbolos*, oferecendo ao humano, diminuído em sua plenitude, satisfações substitutas, que ajudem a dar vazão à ansiedade, à raiva, aos afetos explosivos guardados dentro de si: frutos podres de desejos não realizados. Assim, a repressão de si mesmo (reiterada pela ação midiática corporativa, pela religião fundamentalista) se transforma em ódio ao *outro*, em violência xenófobo-racial e de gênero, em culpabilização de tudo o que é diferente ou que propõe algo distinto do quadro lastimável que está posto. Para catalisar este movimento, há a figura de um líder carismático, um “homem de sucesso”, poderoso, seguro, “potente” – símbolo que religa o ser humano “castrado” a tudo aquilo que ele não pôde nem pode ser (REICH, 1974). Com isto, a política de *forma fascista*, operada pelo capital, alcança se fortalecer: obtendo um maior controle social da população (ou, mais especificamente, dos trabalhadores).

Não obstante, se nos anos 1930 as potências capitalistas estavam em conflito, e o capital ainda tinha *certa* “nacionalidade”, dando espaço para uma aparente e pontual característica “nacionalista” do fascismo, agora a situação é outra. A nova gestão neo-liberal do capital é “global”, e já não permite tais desavenças internas. O acirramento de disputas internacionais, neste momento de crise estrutural do capitalismo (o que afeta inclusive o mundo “não-capitalista”) poderia ter como consequência uma prolongada recessão. Este problema, aliás, já foi colocado pelo conflito comercial entre as duas atuais maiores potências geopolíticas, Estados Unidos e China – além da Rússia, especialmente após a atual guerra deflagrada contra a OTAN em território ucraniano, que vem desestabilizando ainda mais a economia mundial. Vale aqui observar que, embora se possa e deva objetar que a China não é capitalista, mas uma espécie de socialismo em estágio inicial²⁰⁷, no entanto, em se tratando do comércio exterior, o governo chinês atua no mercado internacional respeitando ou se *submetendo* às regras impostas pelo capitalismo hegemônico; isto porque *ainda* não tem forças para se impor frente ao império capitalista unido que dirige a economia global: o bloco gerido pelos EUA, e que tem como vassalos estratégicos as subpotências europeias e alguns estados satélites (e cujo braço militar é a nuclear e intrusiva OTAN)²⁰⁸.

Em seus fundamentos centrais, o fascismo (que chegou a ser sofisticadamente nomeado, na Alemanha, de “nacional-socialismo”) não é nem propriamente “nacional”, nem muito menos “socialista”. Tais nomes foram usados obviamente com propósitos populistas (assim como suas cores), para se aproximar das massas; mas jamais passaram de um discurso de fachada, cujo intuito foi ocultar um projeto elitista e antipopular. A identificação maior entre os doentes do espírito – seus adeptos – dá-se

207 Veja-se sua distribuição planejada da riqueza interna, ainda que desde sempre sob fortes ataques do “Ocidente” capitalista.

208 É ainda digno de nota que o governo chinês atua no comércio internacional com mais destreza e organização que os próprios países “internamente” capitalistas, dada sua capacidade de planejamento social e regulação da moeda. Por este motivo, aliás, os chefões do “centro do sistema” (dirigido desde Washington, com subsedes na Europa-Occidental) querem agora mudar as regras.

sobretudo em torno de um falso discurso “patriótico”, com vistas a consolidar projetos capitalistas das classes dominantes (burguesias que podem ser nacionais ou não). Tais projetos, amparados em narrativas sobre supostos “valores pátrios”, sustentam-se a partir de uma moral conservadora, repressiva, autoritária, sempre com o apoio de elementos irracionais, símbolos vazios relacionados ao vigor, à força, à potência da masculinidade: a tudo, enfim, que inconscientemente lhes falta aos fascistas²⁰⁹.

Recordemos: o fascismo é um instrumento do capitalismo para tempos de crise. Decerto, no passado, o chamado “fascismo clássico” teve, em certas nações consolidadas (o que não é o caso do Brasil), uma face parcialmente “nacional” — ou seja, restrita àquilo que favorecesse as elites “nacionais” —, pois, então, a empresa capitalista não tinha ainda sua administração unificada, havendo interesses nacionais na disputa pela liderança. Porém, esta afirmação do poder da “nação” foi e é uma prerrogativa somente de potências. Em estados periféricos que não desenvolveram burguesias nacionais, caso das nações latino-americanas, como mencionado, jamais se pôde desenvolver um efetivo “nacionalismo”. Há quando muito patriotadas abstratas que, em se observando com atenção, apontam também para valores e interesses de fora (antes o colonizador europeu, hoje, seu sucessor ianque), como demonstrou Caio Prado, entre outros grandes marxistas do século XX (MARTINS-FONTES, 2018). Além disso, como mostrado, no caso do Brasil e parte da periferia do sistema, os fascistas não se identificam com a nação onde vivem, de maneira que o anticientífico discurso “racial” — tão verdadeiro quanto a “planitude” do nosso planeta Terra, ou a imparcialidade jornalística da imprensa corporativa — ganha perigoso protagonismo.

Cabe contudo destacar que, na atualidade, mesmo em se tratando de potências, o tal “nacionalismo elitista” que caracterizou (ainda que de modo restrito) o fascismo de outrora já não tem a mesma presença que antes. Isto porque, no capitalismo

209 É bastante simbólico o escândalo de compra de remédios para impotência sexual (*Viagra*), pelas Forças Armadas bolsonaristas.

neoliberal contemporâneo, com regras e finanças praticamente unificadas em âmbito mundial, o grande capital é todo ele sócio entre si. Não à toa os grandes bancos e empresas-chave de nações centrais do capitalismo (EUA, Europa, Japão) não quebram — pois sua falência abalaria o andar encadeado, a máquina conjunta do sistema-mercado.

Ainda assim, nas nações dominantes — as que dirigem a “globalização” no sentido das vantagens competitivas de suas próprias corporações —, é possível encontrar, mesmo hoje, em seu neofascismo, elementos que podem ser tidos como pretensos “nacionalismo”. Vide D. Trump e suas tentativas — em grande medida bravatas fracasadas, pois que contrárias ao capital estadunidense — de protecionismo das “nacionais” corporações transnacionais (o que não significa a proteção do povo, ou da “nação estadunidense”).

Já no caso de boa parte da periferia do capitalismo, o velho novo fascismo — esta forma autoritária e irracional de governo neoliberal, vale repetir — não tem em absoluto um caráter “nacionalista”. Veja-se como exemplo os trâmites explicitamente antinacionais com que o juiz-parcial S. Moro, a serviço do capital internacional, derubou não só a privada Odebrecht, mas a própria Petrobras.

Efetivamente, é nítido que na periferia capitalista o fascismo mostra mais sua cara. Como já alertou o genial pensador Florestan Fernandes, é na crueza das esquinas do capitalismo onde se pode, antes e com mais nitidez, observar as consequências desastrosas do atual sistema. Os chamados “progressos do capitalismo”, afirma ele, redundam em um “aumento geométrico da barbárie” (FERNANDES, 1995). Mas esta realidade tem sido subestimada desde nossa perspectiva ainda tão “eurocêntrica” — que até hoje ainda influencia até mesmo socialistas íntegros (como se vê no eurocentrismo da posição anti-russa e pró-OTAN de tantos críticos “marxistas”, na atual guerra entre superpotências que se desenvolve na Ucrânia).

Do mesmo modo, o fascismo, face grave do desastre moderno-burguês, pode também por aqui, na periferia do sistema, ter melhor verificados seus fundamentos. Em uma nação com um processo de independência tão incompleto como o Brasil (estenda-se à América Latina como um todo), a prática fascista tem de ser — e é

— necessariamente diferente. Por estas bandas, a revolução de independência nunca avançou o aspecto da “política formal”, legando ao país uma posição profundamente dependente e subalterna nos âmbitos econômico, militar, geopolítico, judiciário, científico. Que é hoje o Brasil do futuro, senão uma nação piada-pronta em que as próprias elites do sistema estatal — os altos funcionários judiciários, militares, e os parlamentares — em conluio com padrões externos e agências de espionagem estatais estrangeiras sacrificam nosso patrimônio e “nossas” mais estratégicas empresas (de capital majoritário nacional) em troca de míseras propinas e premiações-vergonha no vistoso palco exterior? Nossos capos da máfia capitalista interna — associados menores do capital internacional — não têm o mínimo interesse em projetos “nacionalistas”; inclusive porque, introjetando historicamente seus papéis de vassalos, vivem das esmolas de sua prática entreguista. De “pátrio” mesmo, basta a camisa verde-amarela, o “cristianismo” reduzido à proibição do direito de aborto, a narrativa anticomunista, antissocialista e até mesmo antirreformista²¹⁰.

Considerações finais: fascismo, enfermidade do capitalismo

O fascismo deve ser analisado em sua complexidade de caracteres, como uma enfermidade social — material e do espírito — que, fundada em desatinados misticismos, conduz a atitudes irracionais, violentas, bestiais, desonestas, anticientíficas. E isto, tanto no plano individual como no social: um modo de comportamento patologicamente covarde que, por temer exageradamente o *outro*, a força do outro (que em sua limitação intelectual o fascista praticamente desconhece), o agride por trás.

Individualmente, é um estado de espírito raso, pueril, medroso, desvio psíquico que por vezes degenera para uma perversa situação social envolvendo sadismo, violência, ódio descontrolado. Em casos de crises sociais agudas, torna-se uma prática econômica e de poder político extremamente autoritária, segundo a qual se submete a “totalidade” da sociedade. Trata-se portanto de uma das espécies de regime totalitário, assim como é totalitário o novo regime capitalista dito neoliberal — o que

210 Caso do golpe de 2016 contra uma presidenta *reformista branda*, que sequer ousou ir além de reformas básicas pré-estabelecidas em acordo com as classes dominantes.

Marilena Chaui afirma já no título de seu mencionado artigo (e isto, com ou sem o tal teatro eleitoral).

Como apresentado, o objetivo essencial da “forma fascista” da política comandada pelo capital é a defesa das estruturas cambaleantes do capitalismo em crise, ainda que nesta escalada (que passa necessariamente por elementos irracionais, presentes no imaginário popular e usados para estimular seus afetos mais primitivos) o projeto fascista costuma fugir ao controle “racional” de seus *acionistas* ligados ao mercado, causando prejuízos ao próprio capital que o promoveu.

São estes “prejuízos”, aliás, que ora se observam no Brasil, após alguns anos da “aposta” das classes dominantes no projeto bolsonarista. Como resultado deste evidente revés, a burguesia começa a mudar sua tática: o que se verifica na pragmática diminuição das políticas persecutórias contra o Partido dos Trabalhadores, permitindo-se assim a retomada do projeto político reformista, o que incluiu a libertação do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva, após mais de ano no cárcere, condenado sem provas²¹¹.

Um exemplo da caótica *fuga de controle* – típica do fascismo, posto que projeto em ampla medida “irracional” – é o que presenciamos agora na Amazônia, mais e mais dilacerada a cada estupidez do “Nero vira-lata” que ocupa o posto *jogral* no governo. Como hoje é público e bem-sabido, o ultradireitista – fascista – brasileiro foi “eleito” mediante um prolongado golpe de estado, trama complexa que em sua frente midiática contou, desde o princípio, com o apoio da imensa máquina de propaganda das transnacionais de comunicação (com destaque para as corporações europeias ligadas aos membros do G7 e OTAN: *BBC, EFE, Reuters, AFP, Figaro, El País*). Tais empresas, patrocinadas ou pertencentes às potências da União Europeia e EUA (governos que vêm questionando a “capacidade brasileira de gerir a Amazônia”), atuam, cada vez mais íntimas, junto às opiniões públicas de territórios nacionais periféricos (todas já com edições, senão em português, ao menos em castelhano).

211 É importante pontuar que: o PT é o único partido não plenamente alinhado com o capital, que tem possibilidades de alcançar a importante parcela de poder que é a presidência da República; a condenação de Lula foi feita sem fundamentos (havendo inclusive motivações particulares do juiz envolvido, depois declarado “parcial”), julgamento que seria mais tarde admitido como injusto e revertido pelo Supremo Tribunal Federal (órgão que, no entanto, participou do golpe de Estado de 2016, mas que, após a verificação de seu fracasso socioeconômico e político, retrocedeu na sustentação do projeto golpista).

Curiosamente, desde o começo do golpe, estas corporações apoiaram abertamente a “primavera latino-americana”, armação focada na nossa espetaculosa “luta contra a corrupção” – em verdade, uma sabotagem da ascensão do reformismo nacionalista que se gestava por aqui. Seus editoriais durante vários anos saíram sempre na franca defesa do enfraquecimento de nossos Estados nacionais (e em prol do fortalecimento de seus próprios Estados fortes). Assim, de arautos da liberdade contra a “ditadura” de Chávez (eleito e reeleito), esses conglomerados europeus passaram então à crítica severa do “populismo” (eleito e reeleito) dos Kirchner, até chegarem, quando sentiram espaço para isso, à desaprovação dos “desvios pessoais” do (eleito e reeleito) lulismo. Em suma: promoveram passo a passo um interesseiro manifesto midiático (que com o tempo ganhou ares de “verdade absoluta”) contra o poder eleitoral desta tendência nacionalista e reformista que crescia na América: não subalterna aos desígnios da OTAN e voltada à Eurásia, desejosa de se ver livre dos EUA, e à revelia da Europa Ocidental enfraquecida.

Com efeito, a aliança dos BRICS fez tremer a UE e os EUA, ao encarnar o poder desse projeto por maior autonomia nacional (por uma real independência) e pelo enfrentamento do G7 (em benefício da multipolaridade geopolítica).

A lenda fascista da “raça superior” (presente também em tantas religiões que vêm sendo esquecidas pelos deuses), decerto continua a existir como parte central deste dogma perverso: doutrina pautada não só pela ausência de alteridade, mas por cultuado ódio ao *outro*, pela culpabilização daquele que é diferente, a quem se culpa pelos próprios fracassos “pessoais” – induzidos pelo sistema.

Entretanto, no Brasil, e em tantas nações inconclusas como a nossa, cuja independência nunca passou de mera formalidade política, esses “escolhidos” do sistema nada têm de “nacionalistas”, posto que nossa classe dominante – o seio em que procriam tais hipócritas – é apátrida: brasileira somente de nascença, por acaso, por “azar”, e quem sabe

pela “seleção de futebol”, mas sempre que possível em busca de uma segunda nacionalidade que a alije ainda mais do povo, mestiço, negro, indígena, a que despreza e com o qual nunca se identificou, espelhando-se sempre no fenótipo e cultura europeus, como já o mostraram pensadores como Mariátegui e Caio Prado.

Deste modo, a pretensa “superioridade vital” do fascista, o *messias* momentaneamente eleito da “religião” do capital, é um dogma que se mantém. Porém, no Brasil, e nas demais semi-nações periféricas – Estados incompletos, tolhidos no processo de sua emancipação nacional –, esta “irmandade” que identifica os fascistas não se dá com relação à “nação”, mas com aqueles que lhes parecem “mais brancos” do que ele, ou seja, com os que vêm de fora, da “gringa”, como se diz no jargão popular. Jamais com o “povo” brasileiro.

Bibliografia

CHAUI, Marilena. “Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo”. Em: *A Terra é Redonda*, 06 out. 2019. Disp. em: aterraeredonda.com.br. Acesso: 16 out. 2019.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARIÁTEGUI, José Carlos. “*Punto de vista antiimperialista*” [1929]. Em: Löwy, M. (org.). *El marxismo en América Latina*. Cidade do México: Era, 1980.

MARTINS-FONTES L., Yuri. *Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui*. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2018.

_____. “Crise da modernidade em perspectiva histórica: da experiência empobrecida à expectativa decrescente do novo tempo”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 31, 2019. Disp.: www.historiadahistoriografia.com.br. Acesso: 25 abr. 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

FERNANDES, Florestan. “Significado atual de José Carlos Mariátegui”. *Coleção Princípios*, n. 35, 1994-1995. Disp.: grabois.org.br. Acesso: 7 dez. 2013.

